Luciana Maciel Bizzotto

Territorialidades infantis na ocupação Rosa Leão (Belo Horizonte - MG)

Belo Horizonte

2022

Luciana Maciel Bizzotto

Territorialidades infantis na ocupação Rosa Leão (Belo Horizonte - MG)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em Educação, na Linha Infância e Educação Infantil.

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Educação

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Soares de Gouvea

Coorientador: Prof. Dr. Levindo Diniz Carvalho

Belo Horizonte

2022

B625t
T

Bizzotto, Luciana Maciel, 1991-
Territorialidades infantis na ocupação Rosa Leão (Belo Horizonte -- MG) [manuscrito] / Luciana Maciel Bizzotto. - Belo Horizonte, 2022.
305 f. : enc, il., color.

Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.
Orientadora: Maria Cristina Soares de Gouvea.
Coorientador: Levindo Diniz Carvalho.
Bibliografia: f. 279-295.
Apêndices: f. 297-305.

1. Educação -- Teses. 2. Educação de crianças -- Teses. 3. Educação de crianças -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 4. Infância -- Aspectos sociais -- Teses. 5. Direito à educação -- Teses. 6. Direitos das crianças -- Teses. 7. Crianças -- Condições sociais -- Teses. 8. Negras -- Condições sociais -- Teses. 9. Famílias negras -- Condições sociais -- Teses. 10. Educação urbana -- Teses. 11. Feminismo -- Aspectos educacionais -- Teses. 12. Territorialidade humana -- Teses. 13. Belo Horizonte (MG) -- Educação -- Teses. 14. Belo Horizonte (MG) -- Ocupações -- Teses. 15. Belo Horizonte (MG) -- Ocupações -- Crianças -- Teses. 16. Belo Horizonte (MG) -- Ocupações -- Relações raciais -- Teses. 17. Belo Horizonte (MG) -- Ocupações -- Relações étnicas -- Teses.
I. Título. II. Gouvea, Maria Cristina Soares de, 1961-. III. Carvalho, Levindo Diniz, 1978-. IV. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 307.76

Catalogação da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)
Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

Territorialidades infantis na Ocupação Rosa Leão Belo Horizonte MG

LUCIANA MACIEL BIZZOTTO

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 30 de maio de 2022, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Maria Cristina Soares de Gouvêa - Orientador
UFMG
Prof(a). Levindo Diniz Carvalho
UFMG
Prof(a). Ana Maria Rabelo Gomes
UFMG
Prof(a). Márcia Aparecida Gobbi
USP
Prof(a). Maria Lidia Bueno Fernandes
UnB
Prof(a). Denise Morado Nascimento
UFMG

Belo Horizonte, 15 de junho de 2022.

Professora Dra. Rosimar de Fátima Oliveira
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação:
Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG

Documento assinado eletronicamente por **Rosimar de Fatima Oliveira**, **Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 15/06/2022, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1527361** e o código CRC **B88C0C49**.

Às crianças e às mulheres das ocupações urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
Aos que lutam no Brasil por soberania e poder popular.

Agradecimentos

Este curto espaço é uma tentativa de expressar minha gratidão pelos afetos compartilhados nos últimos anos. A autoria desta tese, limitada pela sua individualidade, não dá conta de simbolizar a força dos inúmeros encontros que tive a sorte de experimentar. A tudo isso, agradeço a Deus, por seu amor incondicional que se manifesta na humanidade que me cerca.

Ao Gabriel, o Bill, que há alguns anos tem incorporado a forma mais real desse amor. Obrigada pela parceria, pela presença, pelos mimos, pelos conselhos, por acreditar em mim e, especialmente, por persistir nessa aliança. Que sempre haja mais tempo para o amor.

À minha família, em especial, meus pais, Lúcia Helena e Ricardo, pelas escolhas que me trouxeram até aqui. Reconheço em mim, pelo lado "dos Maciel", o valor pela educação; e pelo lado "dos Bizzotto", o valor pela luta. Às minhas irmãs, Paula e Rebeca, ao meu irmão, Cristiano, às sobrinhas, Clara e Olívia, e aos sobrinhos, Davi e José, pela alegria do amor e por ressignificarem constantemente o sentido de família que também atravessa este trabalho. Agradeço, ainda, à Sônia, pela amizade e pelo carinho, que se somam a essa família.

Às amizades, definitivamente, uma parte da família que escolhi. Destaco os queridos Júlia, Bárbara, Marcos e Samuel, com quem há tempos compartilho o amor comum pela Universidade e experimentei os raros encontros presenciais pandêmicos. Aos amigos e vizinhos, Rodrigo e Jônatas, por tornarem minha morada mais alegre, calorosa e afetuosa. Aos parceiros d'*otalcoletivo* de teatro, Igor, Dhan e Raquel, por me ajudarem a me manter conectada, nesse percurso, com minha "veia" artística. E aos demais, dentre muitos outros, que estão na minha torcida da vida: Nuni, Victor, Karine, Nathalia, Lincoln, Alessandra, Ana Lídia, Leandro e Nathalie.

Às crianças e às famílias da ocupação Rosa Leão. Obrigada pelo cuidado com o qual me acolheram e pela confiança ao permitirem que esta pesquisa contasse com a sua participação. Embora não possa mencionar os nomes, guardo vocês em meu coração, e levo nele, também, a memória das tardes de sábado, sob a luz do pôr-do-sol, em que brincávamos ao redor da árvore em frente ao barracão comunitário em construção.

Às funcionárias e aos funcionários que trabalham nos equipamentos públicos do entorno da ocupação Rosa Leão. Obrigada pela disponibilidade em compor esta pesquisa, reflexo do valor que reconhecem na produção do conhecimento e na importância de que as políticas públicas se aproximem da realidade dos sujeitos.

Aos camaradas das Brigadas Populares, em especial: à Frente Caracóis, por me inspirar a refletir sobre o movimento das ocupações urbanas e os desafios do trabalho militante; e à Frente Juventude, em especial, aos parceiros Flávia Nolasco e Túlio Nobre, por me encorajarem a viver

a militância na prática dos territórios. Destaco, ainda, o apoio dos queridos Túlio de Freitas, Izabella Galera, Letícia Santos e Luiz Fernando Vasconcelos, pela companhia, pelo suporte e pelos ensinamentos nos momentos iniciais de retorno ao território da Izidora.

Às colegas do Coletivo Geral Infâncias, em especial, Aline, Larissa e Túlio, pela acolhida na militância por pautar as infâncias na cidade de Belo Horizonte. Destaco também o encontro com Fernanda Martins, moradora da ocupação Dandara e camarada nas Brigadas Populares, que topou o desafio de compor esse Coletivo: obrigada por nos mostrar a força do trabalho comunitário com as crianças.

Aos colegas da Subsecretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura de Belo Horizonte, em especial da Diretoria de Análise de Licenciamentos Urbanísticos Especiais, a DALU, pelo apoio e amizade nos anos iniciais do doutorado.

À equipe da pesquisa *Infância em Tempos de Pandemia*, agradeço por me manter em movimento após a interrupção do doutorado-sanduíche nos Estados Unidos, e conectada com a Universidade no contexto desafiador da pandemia. Sou grata pelos encontros afetivos, mesmo que diante das telas.

Aos colegas que compuseram o Grupo de Orientação dos professores Cris e Levindo: Cibele Carvalho, Cláudia Cruz, Fábio Accardo, Diana Camacho, Larissa Monique, Joelma Cerqueira, Eugênia Pereira, Célio Martins, Ellen Rose e Sueli Oliveira. Nossos encontros me fortaleceram e reforçaram que o trabalho acadêmico não precisa ser solitário. Agradeço, ainda, aos amigos, Fábio e Lucas Martins, por animarem-se à empreitada do Grupo de Estudos Decoloninfância, que também contou com a colaboração da professora Bárbara Ramalho. Muitas de nossas conversas sobre as perspectivas anticoloniais permeiam este trabalho. Um agradecimento especial ao Fábio: sua companhia nessa caminhada veio como uma graça e nossa parceria certamente não se encerra com a conclusão do doutorado.

Aos demais colegas e professores da Faculdade de Educação, em especial, da Linha de Infância e Educação Infantil e do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Infância (NEPEI/UFMG). Agradeço, também, aos funcionários da Secretaria da Pós-Graduação, do Colegiado e do Setor Financeiro, bem como dos serviços gerais, pelo apoio que cada trabalho representa.

Pelo período sanduíche na San Diego State University, agradeço ao professor Stuart Aitken. Obrigada pela generosidade em ser meu supervisor e pelos ricos encontros de discussão que me ajudaram a me reconhecer no campo da Geografia da Infância. Agradeço também ao professor Thomas Herman por sua receptividade em me mostrar vislumbres do sistema educacional de San Diego[1]. Pela acolhida brasileira na adaptação cultural, agradeço ao amigo

[1] *I am grateful to Professor Stuart Aitken for his generosity in agreeing to be my advisor during my Visitor Exchange Program at SDSU and for the rich discussion meetings that helped me to recognize myself in the field of Children's Geography. I also thank Professor Thomas Herman for his willingness to show me glimpses of the San Diego's educational system.*

Léo e à professora e amiga Lídia.

Alguns agradecimentos especiais pelo trabalho prático e essencial para a conclusão da escrita deste texto. À minha mãe, pela revisão atenta, amorosa e cuidadosa. Ao Bill, pela elaboração dos mapas e pela trabalhosa formatação no LaTeX. E à amiga Carolina Azevedo, pela elaboração artística do mapa afetivo; seu trabalho é admirável.

Às professoras que compuseram a banca de defesa: às titulares, Ana Gomes, Denise Morado, Márcia Gobbi e Lídia Fernandes, e aos suplentes, Isabel de Oliveira e Silva e Samy Lansky. É uma honra contar com sua leitura deste trabalho! Agradeço, também, à professora Fernanda Muller, pela avaliação do projeto.

À orientadora Cris, pela sensibilidade e pelo respeito à minha forma e ao meu ritmo de trabalho, sem faltar com a disponibilidade para a escuta e para a troca. Seus apontamentos, ao longo do meu percurso, sempre assertivos, foram essenciais para estruturar esta tese. Nossos encontros, sempre afetivos, fundamentaram meus conhecimentos sobre a infância, razão pela qual sigo aprendendo confiante da força dessa sustentação.

Ao co-orientador Levindo, por trazer outros contornos para a pesquisa e novas perspectivas para minha caminhada na Universidade e na área da infância. Sou grata pelas oportunidades de aprendizado em nossos encontros e pelas demais parcerias de fôlego que estão em curso.

Por fim, agradeço à CAPES, pela bolsa de estudos de doutorado e de doutorado-sanduíche, por meio do Programa CAPES-PrInt. Um viva a todas e todos que lutam pela universidade pública, gratuita e de qualidade!

Para os que virão
Thiago de Mello

Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro.
Sabendo que não vou ver
o homem que quero ser.

Já sofri o suficiente
para não enganar a ninguém:
principalmente aos que sofrem
na própria vida, a garra
da opressão,
e nem sabem.

Não tenho o sol escondido
no meu bolso de palavras.
Sou simplesmente um homem
para quem já a primeira
e desolada pessoa
do singular - foi deixando,
devagar, sofridamente
de ser, para transformar-se
- muito mais sofridamente -
na primeira e profunda pessoa
do plural.

Não importa que doa: é tempo
de avançar de mão dada
com quem vai no mesmo rumo,
mesmo que longe ainda esteja
de aprender a conjugar
o verbo amar.

É tempo sobretudo
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos.

Se trata de ir ao encontro.
(Dura no peito, arde a límpida
verdade dos nossos erros)
Se trata de abrir o rumo.

Os que virão, serão povo,
e saber serão, lutando.

Resumo

Esta tese tem como objetivo analisar experiências infantis na ocupação Rosa Leão, uma das ocupações de terrenos da Região da Izidora, localizada em Belo Horizonte (MG). Trata-se de uma continuidade da pesquisa de mestrado que evidenciou a centralidade das crianças no discurso pela defesa do direito de famílias à moradia digna. Partindo do campo dos estudos da infância, a pesquisa se apoiou em duas estratégias metodológicas: (i) observação participante de um grupo de cerca de 15 crianças moradoras da ocupação Rosa Leão, de 02 a 14 anos de idade, realizada entre julho e dezembro de 2019; e (ii) entrevistas com famílias, coordenadoras locais e agentes sociais dos equipamentos públicos localizados no entorno da mesma ocupação, realizadas entre novembro de 2020 e abril de 2021, no contexto da pandemia da Covid-19. A análise dos dados observou os seguintes aspectos: (i) as ocupações urbanas enquanto movimento de resistência; (ii) a constituição de territorialidades infantis na ocupação por meio do brincar revolucionário; (iii) a autonomia e a liberdade de circulação de crianças para acessar direitos; e (iv) o protagonismo feminino e negro nas ocupações e as trajetórias de luta das famílias. A discussão não se pautou em uma única matriz teórica, mas revelou escolhas a partir da empiria e em afinidade com referenciais do chamado Sul global, buscando tensionar uma concepção hegemônica e universal de infância. Dois caminhos também se mostraram essenciais: (i) a adoção de uma abordagem relacional, que considera a criança inserida em relações intergeracionais; e (ii) a (re)aproximação com os estudos feministas, com destaque para a categoria do cuidado, evidenciado nas práticas das mulheres negras e das crianças que protagonizam esse movimento de resistência.

Palavras-chave: Ocupações urbanas; Infância; Territorialidades infantis; Direitos das crianças; Mulheres.

Abstract

This dissertation aims to analyze children's experiences in the Rosa Leão occupation, one of the land occupations in the Izidora's Region, located in Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil. It is a continuation of the master's research that highlights children's centrality in the discourse in defense of housing rights. Groundes on the Childhood Studies, the research was based on two methodological strategies: (i) participant observation of a group of about 15 children living in the Rosa Leão occupation, aged between 2 and 14 years old, carried out between July and December 2019; and (ii) interviews with families, local coordinators and social agents of public facilities located in the vicinity of the same urban occupation, carried out between November 2020 and April 2021, in the context of the Covid-19 pandemic. Data analysis observed the following aspects: (i) urban occupations as a resistance movement; (ii) the constitution of children's territorialities in the occupation through revolutionary play; (iii) children's autonomy and freedom to displace and access rights; and (iv) the female and black protagonism in the urban occupations and the families' trajectories of struggle. The discussion was not based on a single theoretical matrix, but revealed choices based on empirical evidence and in affinity with references from the so-called global South, seeking to stress a hegemonic and universal conception of childhood. The following choices also proved essential: (i) the adoption of a relational approach, which considers the child within intergenerational relationships; and (ii) the rapprochement with feminist studies, with emphasis on the category of care, evidenced in the practices of black women and children who are protagonists in this resistance movement.

Keywords: Urban occupations; Childhood; Children's territories; Children's rights; Women.

Resumen

Esta tesis tiene como objetivo analizar las experiencias de los niños en la ocupación Rosa Leão, una de las ocupaciones de tierras en la Región de Izidora, ubicada en Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Es una continuación de la investigación de maestría que destaca la centralidad de los niños en el discurso en defensa del derecho a la vivienda. Con base en los Estudios de la Infancia, la investigación se basó en dos estrategias metodológicas: (i) observación participante de un grupo de cerca de 15 niños que viven en la ocupación Rosa Leão, con edades entre 2 y 14 años, realizada entre julio y diciembre de 2019; y (ii) entrevistas a familias, coordinadores locales y agentes sociales de equipamientos públicos ubicados en las inmediaciones de la misma ocupación urbana, realizadas entre noviembre de 2020 y abril de 2021, en el contexto de la pandemia de Covid-19. El análisis de los datos observó los siguientes aspectos: (i) las ocupaciones urbanas como movimiento de resistencia; (ii) la constitución de territorialidades infantiles en la ocupación a través del juego revolucionario; (iii) la autonomía y la libertad para circular y accesar derechos; y (iv) el protagonismo femenino y negro en las ocupaciones urbanas y las trayectorias de lucha de las familias. La discusión no se basó en una matriz teórica única, sino que reveló opciones basadas en evidencia empírica y en afinidad con referencias del llamado Sur global, buscando oponerse a una concepción hegemónica y universal de la infancia. Las siguientes decisiones también resultaron esenciales: (i) la adopción de un enfoque relacional, que considera al niño dentro de las relaciones intergeneracionales; y (ii) el acercamiento a los estudios feministas, con énfasis en la categoría de cuidado, evidenciado en las prácticas de mujeres negras y niños protagonistas de este movimiento de resistencia.

Palabras-clave: Ocupaciones urbanas; Infancia; Territorios de niños; Derechos de los niños; Mujeres.

Lista de Figuras

Figura 1 – Crianças no primeiro de dia de Oficina de Fotografia 47
Figura 2 – Menina aprendendo a manusear a câmera fotográfica 47
Figura 3 – Exemplos de imagens de silhuetas 49
Figura 4 – Desenhos de silhuetas com objeto: postes com fios de luz 49
Figura 5 – Criança no museu 50
Figura 6 – Mapeamento de ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) 67
Figura 7 – Linha do tempo da mobilização social e da política habitacional em Belo Horizonte 69
Figura 8 – Três paradigmas sobre as ocupações, segundo os movimentos sociais organizados 78
Figura 9 – Desenho elaborado coletivamente com as crianças da ocupação Rosa Leão . 79
Figura 10 – Diagrama representando humanos e não humanos da Região da Izidora . . . 89
Figura 11 – Localização da Região da Izidora no Vetor Norte da RMBH 90
Figura 12 – Zoneamentos na ADE de Interesse Ambiental da Izidora 92
Figura 13 – Linha do tempo da institucionalidade envolvendo a Região da Izidora 95
Figura 14 – Criança jogando bola com a câmera fotográfica na mão 96
Figura 15 – Vista da ocupação com prédios da cidade ao fundo 97
Figura 16 – Moradoras se encontrando e caminhando pela ocupação 98
Figura 17 – Materiais de construção em frente a uma casa 99
Figura 18 – Esboço de plantas de casas frequentadas pela pesquisadora na ocupação . . 100
Figura 19 – Fotografia da casa de uma menina e seu desenho da ocupação 101
Figura 20 – Pontos comerciais na ocupação Rosa Leão 102
Figura 21 – Vista para o barracão comunitário 103
Figura 22 – Exemplo de cartografia afetiva realizada na ocupação Rosa Leão 104
Figura 23 – Mapa afetivo da ocupação Rosa Leão 105
Figura 24 – Caminhando com crianças pela ocupação 116
Figura 25 – Moradores conversando à frente de uma casa, à sombra da árvore 119
Figura 26 – Desenho da planta da casa de uma família na ocupação em dois momentos . 121
Figura 27 – Frentes de casas mais permeáveis 122
Figura 28 – Sujeitos nas frentes das casas 123
Figura 29 – Frentes de casas menos permeáveis 124
Figura 30 – Estratégia de sociabilidade entre crianças vizinhas 125
Figura 31 – Crianças nas frentes das casas alheias 126
Figura 32 – Materiais relativos à autoconstrução dispostos na frente das casas 127
Figura 33 – Crianças brincando de escalar e escorregar na tábua de madeira 129

Figura 34 – Crianças pulando do barranco na frente de uma casa 131
Figura 35 – Sujeitos brincando na frente do bar da Zilda 133
Figura 36 – O barracão comunitário pelas fotografias das crianças da ocupação 135
Figura 37 – Brincando no barracão comunitário 137
Figura 38 – Sujeitos circulando no entorno do barracão comunitário 138
Figura 39 – Dia de assembleia no barracão comunitário 145
Figura 40 – Eventos para crianças no barracão comunitário 148
Figura 41 – Foto mais recente do barracão comunitário 150
Figura 42 – O clubinho dos meninos 153
Figura 43 – Desenho de menina indo ao baile funk 160
Figura 44 – Lúdico inesperado na ocupação 163
Figura 45 – Meninos jogando bola nas ruas da ocupação 166
Figura 46 – Caminhão de brinquedo 167
Figura 47 – Guerra de mamona 170
Figura 48 – Interface do jogo Free Fire 171
Figura 49 – Crianças correndo 172
Figura 50 – Esconde-esconde 173
Figura 51 – Menino construindo casinha 174
Figura 52 – O chão de terra 175
Figura 53 – Subindo nas ferragens 176
Figura 54 – Soltar papagaio 177
Figura 55 – Caça-cigarras 179
Figura 56 – Dançar 180
Figura 57 – Banho de caixa d'água e bacia 181
Figura 58 – Desenho de criança caminhando pela rua jogando bola 192
Figura 59 – Trajetos percorridos com crianças na ocupação e em seu entorno 201
Figura 60 – Uso da quadra do CRAS por meninos da ocupação 203
Figura 61 – Quiosque da Escola Integrada 207
Figura 62 – Vista da ocupação da janela do refeitório da Escola 211
Figura 63 – Ações de apoiadores no entorno da ocupação 215
Figura 64 – Crianças na Van 218
Figura 65 – Recepção das crianças no Espaço do Conhecimento da UFMG e no Memorial Minas Vale 220
Figura 66 – Brincando de esconde-esconde no Espaço do Conhecimento da UFMG . . . 221
Figura 67 – Crianças na Praça da Liberdade 222
Figura 68 – Crianças no Espaço do Conhecimento da UFMG e no Memorial Minas Vale 224
Figura 69 – Fotografia do mural "Deus é mãe", no Centro de Belo Horizonte (MG) . . . 225

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Perfil da população das Ocupações da Izidora, segundo amostra do CadÚnico 94
Tabela 2 – Repertório de brinquedos e brincadeiras na ocupação Rosa Leão 165
Tabela 3 – Circulação de crianças *dentro* da ocupação (1) 190
Tabela 4 – Circulação de crianças *dentro* da ocupação (2) 191
Tabela 5 – Circulação de crianças *fora* da ocupação (1) 196
Tabela 6 – Circulação de crianças *fora* da ocupação (2) 197
Tabela 7 – Circulação de crianças *fora* da ocupação (3) 198
Tabela 8 – Informações das famílias participantes da pesquisa 240

Lista de abreviaturas e siglas

ACS - Agentes Comunitários de Saúde

ADE - Área de Diretrizes Especiais

AEIS - Área Especial de Interesse Social

APCBH - Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

BHTRANS - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte

BNH - Banco Nacional de Habitação

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCPL - Circuito Cultural da Praça da Liberdade

CDC - Convenção sobre os Direitos da Criança

CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CIESPI - Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância

CMBH - Câmara Municipal de Belo Horizonte

CMH - Conselho Municipal de Habitação

CMP - Central dos Movimentos Populares

COEP - Comitê de Ética em Pesquisa

COPAC - Comitê dos Atingidos pela Copa

COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CURA - Circuito Urbano de Arte

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil

FaE - Faculdade de Educação

FAMOBH - Associações de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FJP - Fundação João Pinheiro

FMI - Fundo Monetário Internacional

IAP - Institutos de Aposentadoria e Pensão

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFMG - Instituto Federal de Minas Gerais

IPTU - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

ITDP - Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento

IVS - Índice de Vulnerabilidade Social

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

MLPC - Movimento de Luta Pró-Creches

MLPM - Movimento de Luta pela Moradia

MNLM - Movimento Nacional de Luta por Moradia

MTD - Movimento de Trabalhadores por Direitos

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

NEPEI - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Infância e a Educação Infantil

NPGAU - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

ONU - Organização das Nações Unidas

OPH - Orçamento Participativo de Habitação

OUI - Operação Urbana do Isidoro

PAR - Programa de Arrendamento Residencial

PBF - Programa Bolsa Família

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

PEI - Programa Escola Integrada

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PME - Programa Mais Educação

PMPI - Plano Municipal pela Primeira Infância

PROFAVELA - Programa Municipal de Regularização de Favelas

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte

RNPI - Rede Nacional Primeira Infância

SMOBI - Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

SMPU - Secretaria Municipal de Política Urbana

SUDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UMM - União de Movimentos de Moradia

UNMP - União Nacional por Moradia Popular

UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos

URBEL - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

UTP - União dos Trabalhadores da Periferia

ZOCA - Zona Ocupada de Cultura e Arte

Sumário

INTRODUÇÃO 20

DISCUSSÃO METODOLÓGICA 29

1 CONTEXTUALIZANDO O TERRITÓRIO DA PESQUISA 54
1.1 Formas e sentidos de ocupar 55
1.1.1 Um giro pelas ocupações nos chamados Norte e Sul global 55
1.1.2 Contextualizando o ciclo de lutas das ocupações em Belo Horizonte . . . 63
1.1.3 O movimento das ocupações urbanas 70
1.1.4 De "ocupação" para "bairro" 78
1.2 Cartografias afetivas da ocupação Rosa Leão 86
1.2.1 Narrativas em disputa sobre a Região da Izidora 86
1.2.2 O território da pesquisa pelo olhar das crianças 95

2 TERRITORIALIDADES INFANTIS EM UMA OCUPAÇÃO URBANA 106
2.1 O corpo-território como categoria analítica 112
2.2 Circular-brincando com crianças 116
2.2.1 Crescer no canteiro de obras: brincadeiras na frente das casas 119
2.2.2 O barracão comunitário: o espaço da festa, do poder e do excedente . . 133
2.2.3 O clubinho dos meninos e as relações de gênero no brincar 151
2.3 Repertório de brinquedos e brincadeiras na Rosa Leão 163

3 CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS EM LUTA POR DIREITOS 184
3.1 Circular *dentro* e *fora* da ocupação 185
3.2 Circulação como estratégia de mobilização por direitos 201
3.3 Um passeio por espaços culturais: relato de experiência 217

4 FAMÍLIAS EM LUTA: O PROTAGONISMO FEMININO E NEGRO NO MOVIMENTO DAS OCUPAÇÕES 225
4.1 A questão da moradia em uma perspectiva de gênero e raça 227
4.2 Memórias de resistência e caminhos que levam as famílias a ocupar . . . 237
4.2.1 Trajetórias de luta *antes* da ocupação 241
4.2.2 Trajetórias de luta *depois* da ocupação 250
4.2.3 Desafios do protagonismo no movimento das ocupações 258

CONSIDERAÇÕES FINAIS 268

REFERÊNCIAS 280

APÊNDICE A – LISTA COM NOMES DE RUAS DE OCUPAÇÕES ATRIBUÍDOS AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA 298

APÊNDICE B – LISTA DE ENTREVISTAS 299

APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO PARA CRIANÇAS . 301

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA MÃES, PAIS E/OU RESPONSÁVEIS 303

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA ADULTOS 305

Introdução

I

As grandes cidades e regiões metropolitanas do Brasil tiveram o início do século XXI marcado pelo surgimento das ocupações urbanas. Esse fenômeno contemporâneo emerge da mobilização de milhares de famílias, muitas vezes, articuladas com a ação coletiva de movimentos sociais organizados, e constitui um marco na trajetória de resistência[2] no contexto urbano nacional.

Em um continente marcado pela herança colonial de expropriação violenta e racializada de terras, as ocupações urbanas expressam um problema estrutural brasileiro dado por dois fatores históricos: i) a concentração e a desigualdade do acesso à terra; e ii) a ausência de políticas habitacionais direcionadas para famílias de baixa renda excluídas do acesso ao crédito. Essa é uma camada possível para explicar o surgimento das ocupações.

Em outra camada, nos deparamos com o modelo capitalista vigente de produção do espaço, no qual a terra é um importante ativo financeiro e fonte de acumulação do excedente social da produção. Aqui, o capital encontra na urbanização (ou seja, na produção da cidade) seu maior potencial de valorização (ou seja, de geração de lucro). A terra torna-se, assim, elemento de uma disputa que segrega, exclui e reproduz desigualdades. Como parte das contradições inerentes ao próprio capitalismo, as ocupações são a forma contemporânea de resistência a essa exclusão, protagonizada por famílias no contexto urbano brasileiro historicamente expropriadas do acesso à terra.

O uso dos termos "fenômeno" e "forma" tem o objetivo de destacar que as ocupações surgem no cenário atual das grandes cidades no Brasil, assumindo nova dinâmica no contexto contemporâneo. Entretanto, elas reproduzem lógicas anteriormente observadas, por exemplo, no que hoje denominamos vilas e favelas, loteamentos periféricos, assentamentos informais, dentre várias outras terminologias já empregadas. Apesar das especificidades que as diferenciam, todas são fruto de uma mesma fórmula: uma história violenta de expropriação de terras (no âmbito rural e urbano), um sistema de concentração de renda, um Estado com políticas que servem à

[2] A noção de resistência é amplamente utilizada por movimentos de esquerda para fazer referência ao projeto de oposição a uma estrutura de opressão. Alonso (2009) revela como os novos movimentos sociais trouxeram à tona a noção de resistência como uma reação à colonização do mundo e da vida, propondo formas alternativas de se pensar noções como desenvolvimento, tempo e espaço. O uso desse termo para se referir à luta das famílias das ocupações será recorrente neste trabalho e está pautado, para além da perspectiva dos novos movimentos sociais, nas contribuições de Françoise Proust sobre a filosofia da resistência. Proust e Deutscher (2000) apresentam a resistência como algo imanente e que se revela no sujeito que "mina metodicamente o pesado edifício da dominação" (BENSAID; J.-M.; LACHAUD, 2000). Para a filósofa, onde há relações de poder, há resistência, a qual toma forma em um combate político, numa organização contra determinadas forças. É desse modo que afirma: "É a situação insuportável que provoca a resistência, e é do interior da situação que a resistência mostra uma virada das coisas" (BENSAID; J.-M.; LACHAUD, 2000).

manutenção desse sistema e famílias organizadas que resistem.

Essa nova dinâmica é uma resposta ao contexto político vivido nas diversas esferas de poder. As ocupações são também (embora não somente) uma estratégia dos movimentos sociais urbanos organizados no âmbito local na luta por moradia em resposta à agenda nacional da política habitacional que se vincula ao mercado financeiro e imobiliário. As famílias moradoras das ocupações são, portanto, famílias invisibilizadas pela política pública e pelo Estado.

Esta tese é um compromisso ético e político de falar sobre a luta e a vida dessas famílias. Soma-se a outros trabalhos acadêmicos que ratificam a importância das ocupações não somente como um movimento de resistência urbana a processos de exclusão, mas também como experiências que apontam para outros modos possíveis de produção e reprodução da vida. E nossa análise terá como foco sujeitos que seguem sendo pouco visibilizados por essas pesquisas: as crianças.

II

Compartilho um pouco o caminho que me levou a pesquisar a infância nas ocupações urbanas. Quando ingressei no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em meados de 2013, milhares de famílias deram início à ocupação da Região da Izidora, em Belo Horizonte. Naquele mesmo momento, milhões de brasileiros ocupavam as ruas no emaranhado político dos protestos de Junho[3]. Ali estávamos eu, moradores das ocupações urbanas, militantes, docentes e discentes das universidades e brasileiros, esperançosos por transformações em um sistema político que, mal sabíamos, em breve sofreria uma triste virada em sua trajetória de democratização e conquista de direitos sociais para os grupos minoritários.

Havia um estranhamento de participar ativamente da luta política. Faço parte de uma geração que cresceu em um país que aliava crescimento econômico, distribuição de renda e baixas taxas de desemprego. Ingressei em uma universidade pública em expansão, com ações afirmativas para atender à população negra e periférica em um movimento histórico de reparação e justiça. Os sujeitos mobilizados eram, em grande parte, sujeitos institucionalizados, que se organizavam para reivindicar direitos dentro do Estado. Portanto, estar nas ruas protestando não era algo habitual para mim.

Nesse contexto de 2013, senti-me atraída pelas manifestações contemporâneas do urbano e acabei me aproximando do universo das ocupações. Na ocasião, as ocupações da Izidora, localizadas na região Norte de Belo Horizonte, cidade onde vivo, sofriam risco iminente de despejo, em um processo que envolvia interesses milionários. Uma rede de movimentos que

[3]Os protestos de Junho de 2013 congregaram nas ruas levantes populares de bandeiras diversas e culminou em um acirramento das divisões entre a esquerda e a direita no país. As contradições presentes no movimento levaram à sua apropriação por grupos conservadores e de extrema direita, o que resultou, em 2014, no impeachment da presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) e, em 2019, na eleição de Jair Bolsonaro (na ocasião, Partido Social Liberal, e, atualmente, Partido Liberal).

se opunham à política municipal conservadora[4] se engajou na defesa das milhares de famílias das ocupações, formando uma ampla rede de apoio, a #RESISTEIZIDORA. Naquele momento, as ocupações da Izidora representavam não só uma luta por moradia, mas um movimento de resistência a um modelo de cidade neoliberal excludente e a perspectiva de outras formas possíveis de produção e reprodução do espaço.

Meu Mestrado foi uma tentativa de mapear a formação da rede de apoiadores[5] das ocupações da Izidora, a #RESISTEIZIDORA. A presença no território, movida pela realização de entrevistas com as coordenadoras, permitiu-me estar em contato com mulheres fortes, lideranças que partilharam comigo suas trajetórias de vida de exclusão, privações e resistência. A coragem e a persistência dessas mulheres fazem com que as ocupações sigam resistindo enquanto modelo de luta pela moradia digna. E como a maioria frisa em seu discurso, sua maior motivação são seus filhos e filhas.

Embora não haja dados oficiais confirmados, o movimento social estimava a presença de oito mil famílias nas ocupações da Izidora, com cerca de dez mil crianças e adolescentes. Minhas visitas às ocupações revelavam a presença maciça de domicílios ocupados por famílias monoparentais chefiadas por mulheres com filhas e filhos. As crianças estavam lá. Caminhando pelo espaço, sua presença numerosa junto das mulheres era evidente. Nas manifestações e nas marchas pela cidade, elas estavam juntas, na linha de frente. No material de divulgação nas redes sociais do processo de resistência, circulavam imagens de crianças brincando. No momento de ameaça iminente, o discurso pela proteção das crianças era uma das principais estratégias adotadas pela rede #RESISTEIZIDORA.

Durante o Mestrado, era frequente me deparar com momentos de denúncia das precariedades presentes na vida cotidiana das famílias das ocupações, que, na maioria das vezes, se relacionavam à garantia dos direitos das famílias. Como se pode apreender nos depoimentos de moradoras e moradores em uma audiência pública no parlamento municipal[6], dentre essas denúncias estavam: a exclusão do acesso ao sistema de saúde pública e à matrícula nas escolas, devido à ausência de comprovante de residência, incluindo a desassistência do Pré-Natal para gestantes; a impossibilidade de algumas mães entrarem no Programa Bolsa Família[7]; a

[4]Na ocasião, Belo Horizonte tinha como prefeito o empresário Márcio Lacerda (Partido Socialista Brasileiro), cuja forma de governança se alia à compreensão da cidade-empresa, conforme proposto por Vainer (2000), na qual preocupa-se com a produtividade, a competitividade e a subordinação à lógica do mercado.

[5]O termo "apoiadores" se consolidou para fazer referência a qualquer grupo de pessoas que não reside na ocupação, mas que, de algum modo, colabora com o processo de resistência da comunidade. Constitui parte desse grupo: movimentos sociais de luta por moradia, ONGs e demais organizações da sociedade civil, universitários, arquitetos, advogados e educadores populares, agentes culturais, funcionários públicos que atuam nos equipamentos do entorno, dentre outros.

[6]Trata-se de depoimentos realizados na *II Audiência Pública das Ocupações da Izidora na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH)*, de 27 de março de 2014.

[7]O Programa Bolsa Família (PBF), lançado em 2003, no Governo Lula (Partido dos Trabalhadores), consistiu em uma política de transferência de renda para a população vulnerável. Atendendo mais de 13,9 milhões de famílias em todo o país, o PBF foi fundamental na garantia de direitos e na articulação das políticas de saúde, educação e assistência social. O programa foi extinto em 29 de dezembro de 2021, no Governo de Jair Bolsonaro (Partido

dificuldade em trabalhar ou cumprir com afazeres externos devido à necessidade de manter a vigília à casa ameaçada de despejo, além de constrangimentos causados pelas ações truculentas da Polícia Militar em atos e manifestações. Ao evocar a criança, a gestante e a mãe para se referir às privações sofridas no âmbito das ocupações, reforçava-se o discurso do direito e da vulnerabilidade dos sujeitos mulher e criança como estratégia de resistência.

Em 12 agosto de 2014, nas vésperas da data para a qual estava oficialmente marcado o despejo, um juiz da Vara Cível da Infância e Juventude expediu liminar suspendendo o cumprimento da ordem de reintegração de posse. A justificativa foi a de que a Prefeitura de Belo Horizonte não havia realizado um Plano de Alocação Escolar, que garantiria o direito à educação, ao transporte e à alimentação escolar das crianças e dos adolescentes que seriam despejados, à luz do disposto no artigo 4 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, marco legal brasileiro que estabelece a doutrina da proteção integral às crianças.

Essa sobreposição dos direitos da criança ao direito de propriedade da terra em uma decisão judicial em prol das ocupações anunciava a importância do papel das crianças no processo de resistência. O discurso da vulnerabilidade e dos direitos da criança emergia, portanto, como estratégia de resistência e o direito à educação se apresentava como peça fundamental na efetivação do direito à moradia.

E assim as crianças das ocupações se tornaram sujeitos desta pesquisa. Acompanhadas de suas famílias, elas participam de processos formativos de resistência, como assembleias comunitárias, manifestações, marchas e ocupações de prédios públicos. Na vida cotidiana, as crianças integram mutirões para a autoconstrução de espaços coletivos, são público-alvo de ações oferecidas por apoiadores e convidadas de honra nas celebrações festivas. E nos momentos mais críticos de ameaça de despejo, o discurso dos direitos da criança é acionado enquanto estratégia de garantia de direitos das famílias. Esses são alguns dos elementos que apontam para a importância que as crianças assumem hoje na luta por moradia no contexto urbano e que justificam este trabalho, ao passo que também me motivam em sua realização.

III

O fenômeno das ocupações tem como sujeito as famílias, envolvendo adultos e crianças, desde a ocupação propriamente dita ao trabalho de organização do espaço e de construção de moradias, em um processo, em geral, coletivo e orgânico, e que se define em assembleias deliberativas. O papel de destaque que as crianças ganham no dia a dia das ocupações se constitui, portanto, a partir das relações estabelecidas com os demais atores inseridos no processo de resistência: suas famílias, a vizinhança, os movimentos sociais, os demais apoiadores, os equipamentos públicos, as instituições jurídicas e acadêmicas, dentre outros.

Esse caráter coletivo confere às práticas cotidianas vivenciadas pelas crianças um sentido

---

Liberal), que o substituiu pelo Programa Auxílio Brasil, o qual foi criticado devido à redução do número de famílias beneficiadas em um contexto de crescimento da população brasileira em situação de pobreza e extrema pobreza.

diverso de um bairro de classe mais baixa ou de vilas e favelas. Para além dos desafios enfrentados já mencionados, destaca-se: a falta de fornecimento de água e luz, instaladas nas casas de maneira clandestina e interrompidas constantemente pelas empresas estatais fornecedoras; as dificuldades em obter a matrícula escolar; o *bullying* sofrido nas escolas, com acusações de se tratar de uma família de "ocupantes", além da ameaça de despejo, em seus diversos métodos invasivos.

No ano de 2014, as ocupações da Izidora foram vitoriosas e deram início a um extenso e cansativo processo de negociação com o Estado pelos direitos das famílias que segue em curso. Pressionadas pela proporção que a rede #RESISTEIZIDORA havia tomado, as autoridades locais construíram um canal institucional de diálogo entre o poder público, os movimentos sociais e as famílias das ocupações. Com o objetivo de prevenir, mediar e solucionar de forma justa e pacífica os conflitos fundiários, essa decisão trouxe a possibilidade de resolução no âmbito político e jurídico da luta das famílias pela permanência no território.

Ao iniciar o doutorado, já em 2018, eu tinha como objetivo analisar a participação das crianças de uma ocupação urbana de Belo Horizonte nos processos de resistência, como assembleias, manifestações e marchas. Em diálogo com militantes das Brigadas Populares[8], foi escolhida a ocupação Rosa Leão, uma das ocupações da Izidora, o território para realizar a pesquisa de campo. A escolha resultou de uma análise da conjuntura das ocupações e teve como critérios elementos como a maior facilidade de acesso ao território e o nível de organização e coesão social vivenciado pela comunidade naquele momento.

Contudo, quando então cheguei ao território para realizar a pesquisa em 2019, após seis anos de ocupação, a comunidade da Rosa Leão vivia um processo estável de negociação do direito de posse junto à Prefeitura, estabilidade que veio a ser reforçada ao longo da pesquisa. Após algumas semanas de permanência em campo, foi possível perceber que a incidência do movimento social no território e os processos de mobilização comunitária na luta por direitos estavam em um momento menos aquecido para realizar a pesquisa na forma idealizada. Como as dinâmicas dos processos de mobilização social se impõem a nós, pesquisadoras e pesquisadores, somos chamados a nos posicionar, a nos envolver e a escutar as demandas comunitárias durante nossos processos investigativos. Assim, a inserção no campo foi atravessada também por essas questões, que demandaram um reposicionamento da pergunta da tese e das estratégias de sua realização.

IV

Esta pesquisa é o desdobramento de um Mestrado dedicado a compreender o fenômeno das ocupações urbanas como movimento contemporâneo de resistência ao capitalismo, um sistema que exclui famílias do acesso aos meios de produção (no caso, a terra) e precariza a

[8] O movimento nacional das Brigadas Populares surgiu em 2011, a partir da confluência de outros movimentos regionais, incluindo as Brigadas Populares, que surgiram em Minas Gerais desde 2003. Partindo de princípios como o socialismo, o feminismo popular, o antirracismo e o nacionalismo revolucionário, a organização atua em diferentes territórios, temas e pautas, com destaque para a luta por moradia nas ocupações.

reprodução da vida. A infância surge como foco de análise a partir da observação do território que faz emanar um sujeito histórico invisibilizado e que na própria luta emerge como esperança de futuro e garantia de direitos no presente.

Nas próximas páginas, nos dedicaremos a *analisar as experiências de crianças na ocupação Rosa Leão, localizada na Região da Izidora, no norte de Belo Horizonte*. Essa escolha revela um duplo comprometimento: i) inserir a categoria da infância e as crianças como sujeitos no debate sobre o fenômeno das ocupações urbanas, posicionando-as na produção do conhecimento sobre os movimentos urbanos de resistência; e ii) visibilizar as múltiplas infâncias circunscritas ao contexto de uma ocupação urbana, um fenômeno de importante representatividade na contemporaneidade do lugar de sujeitos historicamente subalternizados. Assim, estamos de acordo com o argumento de Gobbi (2016) de que a pesquisa sobre a infância em ocupações, ainda pouco investigada, pode colaborar para alimentar as controvérsias do campo dos estudos da infância, fugindo do viés ocidental, que ainda predomina, ao incorporar espaços muitas vezes tidos como impróprios para as crianças e suas famílias.

Para tanto, esta investigação levanta algumas questões: *Como as crianças participam da vida comunitária nas ocupações urbanas? Como os adultos que convivem com essas crianças compreendem seu lugar na história de luta e na vida quotidiana neste território? Em que medida as experiências dos sujeitos nas ocupações contribuem para uma perspectiva plural dos direitos da criança?*

Partiremos da compreensão da infância como uma categoria estrutural (QVORTRUP, 2010) que, junto com as relações étnico-raciais, as questões de gênero e a luta de classes, integra os marcadores que atravessam a análise do social. Adotaremos, contudo, uma abordagem relacional (SPYROU, 2018), ao propor um deslocamento das crianças do centro da análise e olharmos para sua inserção no movimento de resistência das ocupações, juntas de suas famílias.

As ocupações têm como ator social famílias em luta por melhores condições de vida. Nesse sentido, importa considerarmos perspectivas de análise que não isolem as crianças do mundo social que compartilham com os adultos, uma vez que a dimensão política também as atravessa. Entendemos, contudo, que os dados que embasam nossas análises neste trabalho compreendem um grupo específico de crianças e famílias da ocupação Rosa Leão, de modo que não devem ser generalizados para se tratar das múltiplas infâncias em uma ocupação urbana.

Estamos comprometidos, portanto, com alguns dos pressupostos construídos pelo campo dos estudos da infância, em especial, de que as crianças são sujeitos sociais e políticos que elaboram e transformam o mundo. Pensar o mundo sem pensá-lo com as crianças é uma forma de limitar a produção do conhecimento, além de comprometer esse conhecimento produzido com um viés adultocêntrico. Estamos alinhados, também, com a produção do conhecimento que serve à luta por justiça social. Se compreender o mundo é um passo para transformá-lo, em um dos países mais desiguais do mundo, como o Brasil, não há como compreender o mundo se não

partirmos da desigualdade. Por sua vez, falar de desigualdade sem tratar do adultocentrismo[9] seria uma forma parcial de análise.

Entendemos que olhar para as experiências das crianças nas ocupações urbanas tem como foco uma infância que foge ao ideal da concepção da Modernidade. A crítica à concepção moderna de infância se faz presente em trabalhos recentes (CASTRO, 2020; OLIVEIRA, 2020; LIEBEL, 2012) que se alinham com um movimento epistemológico mais amplo nas ciências sociais de crítica à hegemonia dos conceitos e teorias desenvolvidos no eixo Europa e América do Norte, os quais não dariam conta de abarcar as realidades sociais de outros continentes.

Na última década, uma série de publicações organizadas por pesquisadoras e pesquisadores latino-americanos se dedicaram aos estudos da infância em diálogo com as experiências das crianças no continente (MARÍA; LLOBET; MARRE, 2014; GEPEDISC, 2015; MORALES; MAGISTRIS, 2018; MELGAREJO, 2019; GOUVEA *et al.*, 2019; GONZÁLEZ *et al.*, 2020). Este trabalho encontra-se em diálogo com essas produções e, nesse sentido, também nos inspira a aproximação ainda incipiente que autoras e autores começam a traçar entre os estudos da infância e as perspectivas anticoloniais[10] (BALAGOPALAN, 2019; CASTRO, 2020; OLIVEIRA, 2020).

Esta tese compreende, portanto, como o violento processo colonial definiu como modelo universal o sujeito e o pensamento ocidental europeu, branco e masculino, subalternizando (quando não eliminando) as demais formas de ser e reconhecer (QUIJANO, 2005). Estamos de acordo com o argumento da colonialidade do poder adultocêntrico, proposto por Oliveira (2020), para quem a classificação etária também é atravessada pelas diferenças estabelecidas no processo de colonização entre conquistados e conquistador, por meio da ideia de raça, situando-se para além de uma relação de poder hierárquica entre adultos e crianças.

> (...) a colonialidade do poder adultocêntrico em sentido estrito, [está] calcada na classificação racializada dos sujeitos mais jovens membros de povos colonizados como externalidades às categorias geracionais modernas, pois, em última instância, é de suas conversões em "recursos" exploráveis que advêm as condições materiais para a produção e o desenvolvimento da infância à juventude e, num plano mais amplo, das próprias sociedades europeias/modernas/nacionais. Por serem concebidas como externalidades, a forma de lidar com crianças e jovens indígenas e negros está imerso num contexto de conquista política-religiosa-econômica em que o poder adultocêntrico se constitui como um dos mecanismos de controle dos povos racializados via domínio e exploração de suas crianças e jovens, sobretudo quando inseridos em instâncias "modernas"

[9] A noção do *adultocentrismo* emerge no campo dos estudos da infância para fazer referência à centralidade do adulto diante das relações de poder desiguais que atravessam as relações sociais. Partiremos aqui da definição dada por Morales e Magistris (2018, p. 24-25): "El concepto adultocentrismo significa relaciones de dominio entre clases de edad que se han venido gestando a través de la historia, con raíces, mutaciones y actualizaciones económicas, culturales y políticas, y que se han instalado en los imaginarios sociales, incidiendo en su reproducción material y simbólica. Esas tensiones y conflictos han sido resueltos desde el mundo adulto hegemónico, por medio del empleo de fuerza física, cuerpos legales, normativas, políticas públicas, dispositivos educativos (domesticadores) y discursos auto-referidos como científicos, en un proceso acumulativo de mecanismos que profundizan, acentúan y garantizan las condiciones de desigualdad y dominación".

[10] Este movimento apresenta variações em suas abordagens, engendrando diferentes linhas de pensamento como os estudos decoloniais, subalternos, culturais ou pós-coloniais (BALLESTRIN, 2013).

> de educação (escola e internato), de cuidado (orfanatos, atualmente chamados de casas de acolhimento) e de exploração econômica (mercado escravagista, servidão e trabalho assalariado), entre outras (OLIVEIRA, 2020, p. 101).

Oliveira (2020) aponta que o caminho para a descolonização do poder adultocêntrico passa pelo reconhecimento e pela valorização de outras concepções culturais de infância, superando os padrões estabelecidos pela Modernidade e pela própria categoria geracional. Nesse sentido, assumimos a importância de não homogeneizar as infâncias nas ocupações e de reconhecer como os atravessamentos sociais de classe, gênero, raça e religião também marcam a multiplicidade das experiências dos sujeitos que habitam esses espaços. E entendemos que olhar para essas infâncias contribui para o rompimento com uma perspectiva hegemônica e salvacionista sobre os direitos da criança, e oferece uma abertura para a multidimensionalidade da luta por direitos.

Desse modo, ressaltamos nossa postura epistêmica nesta tese, na qual optamos por não nos pautar em uma única matriz teórica, mas fizemos escolhas a partir da empiria e de nossa afinidade com produções contemporâneas sobre as infâncias que estão em diálogo com referenciais do chamado Sul global.

V

Desde o ano de 2020, as ocupações da Izidora vivem um processo de construção do Plano de Urbanização Sustentável da Izidora, junto à Prefeitura de Belo Horizonte. Mesmo diante de controvérsias sobre os métodos adotados de participação popular e controle social, trata-se de um passo importante na garantia de direitos e acesso a serviços e equipamentos urbanos. Contudo, como veremos, as famílias e as crianças seguem resistindo pela permanência, diante de forças políticas e do poder paralelo, que usam de sua luta como disputa de poder.

O contexto de crise sanitária, política e econômica no Brasil que nos deprime desde março de 2020 aflige potencialmente povos historicamente invisibilizados, como a classe trabalhadora, periférica e empobrecida, as mulheres e as crianças. O momento traz à tona questionamentos sobre nossos modos de existência e caminhos alternativos de reprodução e cuidado com a vida. A experiência das crianças oferece pistas para a compreensão de como nossa sociedade se estrutura e como pode se reestruturar. A pesquisa e a militância junto às ocupações urbanas me ajudaram a compreender a infância como uma chave de leitura possível do mundo. A escrita desta tese é um convite para partilhar desse processo.

VI

Esta **introdução** teve como objetivo apresentar o caminho que me levou ao doutorado e à elaboração da pergunta da tese. Em seguida, apresentaremos **quatro capítulos** que pretendem dialogar com o objetivo da investigação, seguidos de algumas **considerações finais**.

No Capítulo 1, situamos o território onde a pesquisa acontece, ou seja, a ocupação Rosa

Leão. Iniciamos com um breve giro por movimentos de ocupações ao redor dos chamados Sul e Norte global, a fim de situar o contexto da ocupação em questão e defender a noção do fenômeno das ocupações urbanas enquanto um movimento social. Em seguida, destacamos os elementos que alimentam as disputas pela terra e pelos significados em torno da Região da Izidora, localizada no Vetor Norte de Belo Horizonte, em diálogo com o contexto mais amplo da luta contemporânea pela moradia no Brasil.

No Capítulo 2, apresentamos a Rosa Leão a partir da prática de *circular-brincando* com um grupo de crianças pela ocupação, localizando esses sujeitos na disputa delineada no capítulo anterior. A partir da categoria *corpo-território*, buscamos elaborar conceitualmente sobre como as crianças ocupam e ressignificam o território da ocupação, destacando localidades específicas para analisar como se constituem as territorialidades infantis. Finalizamos o capítulo apresentando um repertório de brincadeiras que compõem os modos de ser criança na Rosa Leão e se relacionar com a natureza neste território periurbano.

No Capítulo 3 dando continuidade ao movimento de circulação com as crianças, tecemos alguns de seus fluxos *dentro* e *fora* da ocupação, investigando como jogam com o controle dos adultos ao expandir suas fronteiras. Exploraremos, ainda, como, a partir dessa mobilidade, as crianças da ocupação experimentam a cidade e se constituem enquanto sujeitos ativos na busca por seus desejos e direitos. Dialogamos com um movimento que busca superar o viés salvacionista de direitos humanos que permeia debates, como a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC), em direção a uma perspectiva mais plural de direitos, políticas e práticas sociais.

No Capítulo 4, com o objetivo de expandir o universo infantil, olhamos para a trajetória de luta de dez famílias que constroem a Rosa Leão, *antes* e *depois* da ocupação. Para tanto, buscamos uma aproximação dos estudos da infância sob uma perspectiva feminista e anticolonial, partindo de uma compreensão de que a centralidade da infância nas ocupações se vincula ao protagonismo feminino neste movimento. Pretendemos, assim, descentralizar as crianças da análise e apreender as concepções de infância na ocupação também a partir das histórias de vida e das narrativas dos adultos que as cercam, de modo a relacionar ambos os universos e campos teóricos.

Por fim, apresentamos as **considerações finais**, a fim de retomar como os objetivos da tese foram cumpridos ao longo do percurso da escrita, destacando as lacunas e as potencialidades da pesquisa de campo. Para concluir, ressaltamos as contribuições do trabalho para o campo dos estudos da infância e apontamos alguns caminhos possíveis para futuras agendas de pesquisa.

Discussão metodológica

I

Retornar às ocupações da Izidora no Doutorado significava para mim uma forma de fazer parte novamente daquele movimento que tanto admirava. O desejo de voltar ao mesmo território, considerando que a pesquisa poderia se dar em outras ocupações da cidade, era fruto de um compromisso ético diante do fato de não ter dado uma devolutiva para a comunidade da pesquisa de Mestrado. O fenômeno das ocupações foi acompanhado por um tsunami de pesquisas de campo nesse contexto e eu já sabia que entre moradoras e moradores rondava a impressão de que a Universidade aparecia para usurpar a população para produzir pesquisas e, então, ir embora. Meu desejo era me esquivar da posição de extrativismo acadêmico e realizar uma investigação em diálogo com as demandas locais. Sabia, contudo, que isso exigiria uma maior presença no território e a escolha de uma metodologia favorável para tal.

As condições sociais, políticas e históricas nas quais estão inseridos os processos de mobilização e luta por direitos apresenta as possibilidades para a realização de uma pesquisa: as circunstâncias para a entrada em campo; o momento da luta (de maior mobilização, de resistência ou de estabilidade e fortalecimento interno dos territórios); os espaços possíveis de observação, assim como a segurança dos sujeitos da pesquisa diante da responsabilidade ética e política de uma pesquisa que envolve a luta de movimentos sociais. O contexto se apresentava, portanto, como elemento estruturante do processo de investigação, como já apontado por Graue e Walsh (1998)[11].

A essa altura da inserção do campo, ainda não tinha me dedicado aos referenciais da teoria anticolonial e ao debate sobre a hegemonização do pensamento eurocêntrico (QUIJANO, 2005; BALLESTRIN, 2013). Em parte, isso se justifica devido a uma aproximação ainda incipiente entre o campo dos estudos da infância e a perspectiva anticolonial. É no movimento de olhar no retrovisor que reconheço quão pertinente essa interlocução foi para elaborar sobre o vivido. Os anticoloniais assumem um movimento de denúncia ao paradigma do pensamento europeu racional e Moderno, que busca legitimar sua produção científica nos espaços subalternizados (SPIVAK, 2010). Contudo, qual método adotar para não reproduzir a violência com os grupos subalternizados junto aos quais pesquisamos? Quais os novos modos possíveis de fazer pesquisa que conectem a desconstrução em curso no campo teórico com as nossas trajetórias acadêmicas

[11] Graue e Walsh (1998) destacam a importância das pesquisas considerarem as especificidades dos contextos em que as crianças estão inseridas e de suas experiências e situações de vida, em uma crítica a investigações com crianças que não o considerava uma variável relevante na pesquisa. Para os autores, o contexto pode ser definido como um espaço e um tempo situado culturalmente e historicamente, um "aqui e agora" específico, que requer uma análise cuidadosa sobre a relação entre o local e o contexto social mais amplo. Portanto, o contexto é relacional, fluido e dinâmico, refletindo ao mesmo tempo em que conforma o tecido social, de modo que é a partir de metodologias de pesquisa interpretativas que é possível apreendê-lo.

e profissionais?

O Mestrado já havia me proporcionado um olhar para as ocupações a partir da ruptura com um ideal de cidade e de planejamento urbano que representam. O desejo de aprofundar esse olhar para o projeto de sociedade ali construído me aproximou dos sujeitos, em especial, das crianças, e me trouxe ao campo dos estudos da infância. Isso significou, entretanto, um duplo deslocamento, a saber: da minha trajetória acadêmica e do meu próprio corpo, em direção ao território da ocupação. Os primeiros anos do Doutorado foram dedicados a me apropriar das discussões desse campo e construir uma ponte com as reflexões que vinha fazendo sobre o urbano contemporâneo e os movimentos de luta por moradia. Mas isso ainda pouco me preparava para o desafio de estar com as crianças.

O estranhamento causado pelo deslocamento e pelo nível de exposição demandados nesta pesquisa de campo me distanciou da imagem racional e solitária de pesquisadora concebida pela minha formação até chegar ao Doutorado. Por se tratar de uma investigação com crianças, estar em campo esbarrou, ainda, no desafio de compor um movimento de investigação com práticas distantes daquilo que compreendia por universo infantil, considerando a cultura adultocêntrica que nos forma. Pesquisar a infância nas ocupações também implicou criar e cuidar de relações com adultos do movimento social, coordenadoras, mães e demais familiares, e apoiadores. O resultado é que o conjunto dessas interações e dinâmicas experimentadas com o outro qualificou, ao longo do tempo, meus vínculos com as ocupações urbanas de outra forma.

Atravessamentos como esses não se dão sem nos permitirmos. A etnóloga Favret-Saada (SIQUEIRA, 2005), ao falar de sua experiência pesquisando feitiçaria no interior da França ao final dos anos 1960, revelou como o dispositivo de ser afetada extrapola a observação participante enquanto método ou, ainda, a empatia, como muitos poderiam supor. Segundo a autora, ao experimentar o processo de enfeitiçamento (e, portanto, desenfeitiçamento), foi possível sair do papel de etnógrafa, que observa e faz registros, para se comunicar com as pessoas, na medida em que ocupava o lugar do outro.

> Como se vê, quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível (SIQUEIRA, 2005, p. 160).

Ainda que pautada por um contexto específico e que se distancia da minha prática, Favret-Saada nos ajuda a refletir de modo sensível e humano sobre a relação da pesquisadora com os sujeitos da pesquisa. Ao compreender o afeto como o meu elo com os sujeitos da pesquisa, em especial as crianças da ocupação, foi possível dar abertura para me deixar desconstruir pelas experiências compartilhadas, na minha condição de pesquisadora, adulta e mulher branca. O

afeto, aliado à visão crítica, me levou ao encontro com as crianças na ocupação, me permitindo desafiar a versão salvacionista que minha presença ali facilmente poderia evocar.

Entretanto, isso demandou tempo. Durante a convivência com as crianças na Rosa Leão, houve momentos em que me permiti ser afetada por elas, e outros em que insistia em concretizar um projeto de conhecimento previamente concebido. Foi a interação e o passar do tempo que permitiram a desconstrução de ideias pré-concebidas sobre a infância. Esse processo teve início já na sala de aula, durante as disciplinas do Doutorado, onde os estudos da infância me eram apresentados. Mas tomou outra forma e proporção na medida em que eu convivia com as crianças na ocupação. Ali foi possível desconstruir a própria concepção de infância da ocupação, atravessada pelos marcadores sociais que nos distanciam, ao mesmo tempo que nos aproximávamos no desejo de estarmos ali juntas. Foi preciso estar com esses sujeitos de luta para me deslocar do discurso da precariedade e, então, me sentir afetada pela potência de seu modo de existir e resistir naquele território. Um exercício constante e que não se encerrou com a conclusão da pesquisa de campo ou com a escrita deste texto.

II

As investigações com crianças já tratavam sobre as adversidades de se inserir no campo e ser aceito pelos sujeitos de pesquisa (CORSARO, 2009), ou ainda, sobre lidar com os estranhamentos na tentativa de estabelecer relações de confiança (CHRISTENSEN, 2004). Mais recentemente, muitos têm sido os esforços acadêmicos de reflexão sobre metodologias de pesquisa com crianças para além do contexto escolar, contribuindo para o debate sobre as questões éticas de tais investigações (LIEBEL; MARKOWSKA-MANISTA, 2021; ANJOS; GOBBI, 2020; ARAÚJO; MOREIRA; FERNANDES, 2019; FERREIRA; LIMA; PIRES, 2019). Em diálogo com essas discussões, apresento alguns apontamentos sobre minha trajetória de pesquisa, na busca por me conectar com os sujeitos da ocupação, em especial, as crianças, e me permitir ser afetada por elas (SIQUEIRA, 2005).

As pesquisas realizadas com crianças e famílias em ocupações urbanas fazem uso, na sua maioria, da observação participante (GOBBI; ANJOS; PITO, 2020; GONÇALVES, 2018; VELOSO, 2018; FROSSARD, 2019; LOPES, 2019) ou, conforme denominado por algumas autoras, realizam um estudo qualitativo de cunho etnográfico (SANTOS, 2017; NASCIMENTO, 2019). Outras autoras enquadram seu trabalho como pesquisa-ação participativa (GALERA, 2019) ou pesquisa militante (RAMALHO, 2019), no sentido de demarcar seu engajamento político com os sujeitos da pesquisa. Tais trabalhos, de maneira geral, são permeados pela realização de oficinas de fotografias, audiovisual, contação de histórias, produção de desenhos, observação da prática de brincadeira, conversas informais ou semiestruturadas, registros de diário de campo ou caderno de bordo, e consultas a fontes documentais que buscam aproximar-se das linguagens das crianças.

Esta pesquisa contou com dois momentos de campo: (i) uma primeira fase, realizada

entre julho de 2019 e dezembro de 2019, quando se deu a observação participante junto às crianças da ocupação Rosa Leão; e (ii) uma segunda fase, quando se deu o diálogo com as famílias e os agentes de políticas públicas por meio de entrevistas, já inseridas no contexto da pandemia, entre novembro de 2020 e novembro de 2021. Como veremos, na primeira fase, também foram realizadas oficinas de fotografias e desenhos, além de um passeio a dois museus localizados no centro da cidade de Belo Horizonte. A escolha pela observação participante se deu pelas dificuldades de estar presente no território por um período maior, para a realização de uma pesquisa etnográfica, como planejado inicialmente. Vale ressaltar o engajamento político da pesquisa que se deu, desde o princípio, ancorada em uma aproximação com as Brigadas Populares, movimento social atuante no território[12].

O desejo de me engajar nos processos de mobilização das ocupações, ao mesmo tempo em que realizava uma pesquisa para a Universidade não é uma mensagem simples de ser comunicada. No meu primeiro encontro com Rosa[13], uma das principais coordenadoras da ocupação, em uma reunião de trabalho na qual expus meu projeto de pesquisa, ela criticou muitos pesquisadores que vão lá somente para realizar suas pesquisas e não deixam nenhuma contribuição com a comunidade. Somava-se a isso o fato de eu ser uma mulher adulta branca de classe média querendo pesquisar crianças, em sua maioria negras, e moradoras de periferia.

Diante do jogo de alteridades em que me colocava, adotei a estratégia de me inserir no campo a partir de processos que já estavam ocorrendo no território e que envolviam outras pesquisadoras e militantes do movimento social das Brigadas Populares. É comum que militantes das Brigadas Populares[14] façam pesquisa nas ocupações, na defesa de uma forma de pensar a transformação social que integre a incidência política e a produção do conhecimento. Assim, a inserção no campo teve início em janeiro de 2019, quando passei a me reunir com outras pesquisadoras e militantes que pertenciam à minha rede de relações pessoais para a realização de atividades na ocupação Rosa Leão.

[12]Compreendo que a metodologia adotada nessa fase da pesquisa se adequa mais a uma observação participante que uma pesquisa-ação, pesquisa-militante, dentre outros termos empregados para se referir ao vínculo entre pesquisadores e movimentos sociais na busca por transformação social (BRINGEL; VARELLA, 2016). Embora estivesse, muitas vezes, na presença de militantes, a relação estabelecida com o movimento social das Brigadas Populares durante a pesquisa de campo ainda se limitava ao suporte e ao acompanhamento de atividades organizadas. Foi mais à frente no Doutorado, com a pandemia da Covid-19, que passei a fazer parte do planejamento de ações do movimento nas ocupações.

[13]Para garantir o anonimato dos sujeitos participantes da pesquisa que residem na Ocupação, seus nomes foram substituídos por nomes de ruas de ocupações urbanas de Belo Horizonte, os quais, em sua maioria, são homenagens a personalidades de trajetória de luta. No projeto aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa (COEP/UFMG), foi definido que os nomes ou as identidades dos sujeitos (crianças e adultos) não seriam revelados. Ressaltamos que essa decisão se deu de modo unilateral, uma vez que os sujeitos participantes não foram consultados anteriormente à elaboração do projeto aprovado. Kramer (2002) ressalta o impasse ético na pesquisa com crianças entre assegurar a preservação de sua identidade e invisibilizar os sujeitos participantes da pesquisa, o que reacende o debate entre garantir a proteção e a autonomia das crianças.

[14]Ainda que as ocupações da Izidora tenham contado com a incidência de diferentes movimentos sociais na luta por moradia, incluindo a Comissão Pastoral da Terra - CPT e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB, na ocasião da realização da pesquisa de campo na Rosa Leão, o movimento das Brigadas Populares estava mais presente naquela ocupação.

Mantive-me engajada nos processos alternativos e não diretamente relacionados com a minha pesquisa. A partir dessa convivência, foi possível criar vínculos e estabelecer relações de confiança com os sujeitos, em especial, as crianças, que participavam de vários desses momentos, os quais muitas vezes tinham-nas como público-alvo, como foi a Excursão para o Cinema, a Oficina de Percussão, o Festival de Papagaio e a Construção do Parquinho Ecológico.

Havia, também, uma expectativa de retomada de alguns projetos coletivos na ocupação que seriam propícios para observar a participação das crianças. Mas o tempo da organização social não necessariamente correspondia aos anseios e prazos da pesquisa, de modo que foi preciso adotar outros caminhos para que esta acontecesse. Aos poucos, aprendia sobre o tempo das ocupações e exercitava a entrega diante das expectativas de cumprir com o cronograma planejado da pesquisa.

III

Depois de alguns meses de idas esporádicas ao território na companhia de militantes ao longo do primeiro semestre de 2019, me senti mais à vontade para dar início à etapa seguinte. Estabelecida uma relação de confiança com coordenadoras locais, comecei, então, a mapear o grupo de crianças que poderia compor parte da pesquisa de campo, a fim de contactá-las.

A minha aproximação com as crianças se deu, principalmente, a partir dos contatos feitos com aquelas que circulavam pelo espaço no entorno do barracão comunitário[15]. O espaço, que naquele momento ainda se encontrava em construção, recebe os momentos festivos e de resistência da comunidade e se localiza em um eixo estratégico de encontro e passagem. A presença das crianças por ali se justifica, ainda, pela proximidade de suas casas com o local.

Para me aproximar das famílias, organizei um outro encontro com Rosa. Em busca de autorização para a realização da pesquisa, pedi a ela orientações sobre a melhor forma de condução no território. Rosa destacou a importância de chegar às mães das crianças antes, o que algumas pesquisas anglófonas com crianças denominam *gatekeepers* (SPYROU, 2018). O plano seria me apresentar junto às mães, por intermédio de Iara, outra coordenadora local e que acompanhou grande parte da pesquisa.

Combinei de encontrar Iara um dia na comunidade que seria minha primeira ida à ocupação sozinha. Quando cheguei ao local de encontro, ela ainda não havia chegado. Enquanto esperava, uma criança me reconheceu de outras atividades e perguntou onde estavam as outras professoras, se referindo às militantes que, em geral, eu acompanhava. O termo "professora" seria como elas me chamariam dali em diante. Ser uma adulta que estava com elas e que se revelava não ser uma moradora da ocupação garantia o tratamento. Por outro lado, isso gerava uma expectativa das crianças com relação à minha presença no território com a qual eu precisava lidar. Respondi que naquele dia era só eu que iria e que estava aguardando Iara chegar.

[15] Atualmente, o barracão comunitário ganhou o nome de Centro de Poder Popular Marielle Franco. Contudo, na ocasião da pesquisa de campo, ainda era referido como barracão comunitário pelos sujeitos da pesquisa.

Observei um grupo maior de crianças, a maioria meninos, que soltava papagaio ali próximo. Era meados do mês de julho, durante as férias escolares, portanto, a "época do papagaio", como chamam. Dois meninos estavam sentados em umas toras de madeira dispostas no chão, chupando cana. Cumprimentei os dois como se pedisse licença para me sentar em uma terceira tora de madeira que estava vaga. O sol pairava sobre nós naquele frio de julho, o que me trouxe uma sensação de calma, diante do nervosismo da primeira interação com as crianças enquanto pesquisadora. Perguntei de onde vinha a cana e eles disseram que uma moça tinha dado para eles. Um deles levava uma faca na mão e cortava a cana, dividindo com o colega. Os demais meninos estavam soltando papagaio ou as observando no céu. Próximo de nós, um outro adulto observava o movimento.

> Perguntei por que só duas crianças estavam soltando papagaio aquele dia, onde estava o papagaio dos demais meninos. Eles disseram que estavam sem papagaio e sem linha. Um deles respondeu com uma voz e um olhar de inocência que pareciam tentar me convencer a comprar um papagaio pra eles. Eu tinha um tubão de linha na minha bolsa (que, segundo eles, contém vários tubinhos, que é mais ou menos a medida que usam pra montar um papagaio), mas não disse nada ainda. Pensava que não queria construir uma relação utilitarista com eles. Por um tempo, fiquei quieta. Conversamos sobre outras coisas. Mas deu um tempo e eu falei da linha, que tinha sobrado da atividade em outra ocupação, mas que queria dividi-la entre todos e não sabia como. Eles me explicaram que naquele tubão dava pra dividir entre todos. E aos poucos eles começaram a vir com suas latas (de cerveja ou de ervilha). Avisava a cada um deles que eles seriam os responsáveis por falar “Chega”, porque eu não tinha noção da quantidade de linha. Fiquei sentada e cada hora um menino vinha até mim e pegava sua linha. Não houve nenhum conflito durante essa divisão. (Diário de Campo, julho de 2019).

Foi a partir da brincadeira que pude estabelecer um primeiro contato com as crianças sem a presença de outra figura adulta que já fizesse parte de sua rede de relações, mesmo se tratando de uma brincadeira que eu não dominava, nem tampouco estava brincando junto. Benjamin (2002) escreveu sobre como a criança usa da brincadeira para compreensão e elaboração do mundo, o que referenciou grande parte da produção das pesquisas no campo dos estudos da infância. Em termos teórico-metodológicos, elas apontam para a importância do brincar como forma de intermediar a relação entre pesquisadora e crianças (PUNCH, 2002). Outras pesquisas com crianças em ocupações também apontaram para o uso desse recurso (SANTOS, 2017; GONÇALVES, 2018), bem como pesquisas com crianças em vilas e favelas (CARVALHO, 2007b; LANSKY, 2012). Assim, não era uma surpresa que a brincadeira tivesse sido o principal mecanismo de interação entre as crianças da ocupação e eu. Mais tarde, naquele dia, nós já estaríamos brincando de "polícia e ladrão"e "mãe da rua".

IV

Naquele mesmo dia, quando Iara chegou para me apresentar às famílias, aproveitei a oportunidade para falar com as crianças sobre a pesquisa. Expliquei aos meninos que estava fazendo um trabalho para a faculdade sobre brincadeiras na Rosa Leão e que queria passar mais

tempo com elas. Eles se entreolharam, em silêncio. Entendi que precisaria de mais tempo para expressar melhor sobre a proposta. Perguntei se eles poderiam me apresentar à sua mãe ou a seu pai, para que me conhecessem também. Um dos meninos se dispôs a me ajudar a fazer um levantamento das famílias, já que muitos ali eram irmãos e primos. Foi quando os demais também me ajudaram com o mapeamento e eu senti, então, um acolhimento por parte deles.

A negociação demarcou minha relação com as crianças ao longo de toda a pesquisa e elas mostraram formas distintas de manifestar seu desejo em participar ou não das atividades. Como eu queria que minha presença no território significasse algo além da realização da pesquisa, minha convivência com as crianças se dava de maneira mais orgânica e menos direcionada em atividades voltadas para a produção de dados. Ainda assim, em alguns momentos, as crianças revelavam gostar da ideia de fazer parte de uma pesquisa.

> Disse que queria mostrar na revista virtual como ficou a entrevista que fiz com a Vitória. Ela disse sobre como estava famosa, pois agora estava na rede. Eu lembrei que seu irmão Gonçalves também era famoso, pois a mãe tinha colocado o vídeo dele no Youtube. Nós rimos. (Diário de Campo, outubro de 2019).

As investigações contemporâneas com crianças destacam a importância do momento do assentimento da criança para a participação na pesquisa (KRAMER, 2002; FERNANDES, 2016), de modo a se precaver de possíveis embaraços ou sentimentos de coerção no futuro e se comprometer com as demandas das crianças ao longo da pesquisa[16]. Na segunda etapa do trabalho de campo, durante as entrevistas com as famílias, foram solicitadas pelas crianças e por suas famílias as assinaturas dos Termos de Assentimento e Consentimento Livre e Esclarecido (TALE e TCLE), conforme aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP/UFMG). Porém, como já exposto em outras pesquisas, o assentimento não se resume à assinatura de um termo, mas se dá em um movimento de diálogo constante entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa (COLONNA, 2012).

Em poucos dias de visita, eu já teria me apresentado às famílias das crianças que participaram mais ativamente da pesquisa de campo. Com exceção de uma casa em que a criança mora com o pai, em todas as demais minha conversa de apresentação se deu com as mães. Todas as famílias acolheram a pesquisa e a minha presença na ocupação junto das crianças. Algumas apresentavam, ainda, certa expectativa sobre o que eu poderia oferecer de oportunidades de lazer para suas filhas e seus filhos.

> Chegamos até a casa da Maria, Iara chamou "Oh de casa". Ela saiu para conversar com a gente. Estava lá dentro com a Vitória e a Estephany. Apresentei-me,

[16] Ressalto os desafios na construção de um termo mais propício para o diálogo com as crianças. Marchi (2018) fala sobre o cuidado de não infantilizar as crianças ou as famílias enquanto pesquisadores, reforçando uma noção de incompetência infantil que poderia culminar em processos investigativos camuflados. Sua colocação desafia a refletir sobre outros caminhos e linguagens possíveis que permitem maior horizontalidade nesse momento tão delicado que é o assentimento da criança.

> falei da minha pesquisa e que gostaria de estar mais próxima das crianças. Ela achou bom, comentou que já tinha me visto por ali e perguntou das atividades que eu estava propondo. Expliquei que a pesquisa em si era mais um acompanhamento das crianças, mas que estava envolvida em outras propostas de atividades também, junto com outros apoiadores. Ela se lembrou da sua infância, quando fazia parte de uma igreja que oferecia aulas de dança, e que ela adorava fazer jazz e balé. Que era importante essas iniciativas. Ofereceu que nós entrássemos para um café e eu aceitei. Iara veio junto. Sentamos-nos no sofá e ficamos conversando, enquanto a noite ia caindo (Diário de Campo, julho de 2019).

Ainda que, em um primeiro momento, eu estivesse concentrada em estar com as crianças, era perceptível o carinho de várias famílias, lideranças e demais moradoras e moradores para comigo. Chamavam-me para um café, cuidavam do meu almoço quando eu ficava o dia todo na ocupação, davam-me agrados para levar pra casa, como sabão artesanal e desenhos. Isso fortalecia meu vínculo com as famílias e me deixava mais confiante com o trabalho.

Após a apresentação às famílias, dei início às visitas periódicas à Rosa Leão, em geral, aos finais de semana, por um período de 06 meses e com duração, em média, de 05 horas cada. Passei a maior parte do tempo no território com um grupo de cerca de 15 crianças, de 02 a 14 anos de idade[17]. É difícil delimitar o número exato, uma vez que as observações e as atividades eram realizadas em um local público, onde passavam outras crianças que, por vezes, se reuniam conosco. De todo modo, considerando o grupo mais frequente, um total de 09 famílias participaram da pesquisa, sendo 04 delas biparentais e 05 monoparentais (somente uma, dentre elas, chefiada por um homem). Muitas delas apresentavam laços de parentesco entre si, o que revela um pouco da dinâmica de formação da ocupação, que acaba por agregar parentes. O grupo era composto em $\frac{1}{3}$ por meninas e $\frac{2}{3}$ por meninos, reflexo da maior liberdade tradicionalmente atribuída ao gênero masculino para circular pelo espaço.

Foi preciso um tempo para que eu me sentisse à vontade para chegar sozinha à ocupação. Aprendi, pelo exemplo das militantes que acompanhei, que era preciso erguer o olhar e cumprimentar as pessoas enquanto chegava à ocupação. Havia um desconforto em mim não somente pelo estranhamento de estar em um território desconhecido e atravessado por todos os marcadores sociais, mas também pela minha personalidade, mais tímida. Estabeleci, então, uma rotina: vestir roupas leves e confortáveis, chegar a um ponto conhecido (como o Centro Cultural próximo), passar por uma vendinha para comprar água e um biscoito para ter na bolsa, e seguir caminhando até os pontos onde as crianças estavam, em geral, e torcendo para que elas estivessem, de fato, ali.

> Fiquei torcendo pra ter crianças na rua, pois era cedo e temia que elas ainda estivessem de preguiça em casa, deitadas, talvez assistindo TV ou mexendo no celular dos pais. Mas ouvia barulho de crianças brincando, embora não visse

[17] Inicialmente, o tamanho do grupo era de 25 crianças. Contudo, como duas famílias se mudaram da ocupação durante o período da pesquisa de campo, e também pelo menor envolvimento de outras crianças ao longo do tempo, esse quantitativo foi reduzido para 15.

> nenhuma. Da casa da Rosa, avistei um grupo delas reunido. Estavam Josias, Carlos, Elder e seus primos. Lembro-me de sorrir de felicidade e ir descendo a rua. Quando Josias me viu, deu um grito de felicidade e veio me cumprimentar. (Diário de Campo, agosto de 2019).
>
> Ouvi duas crianças gritarem "Professora!" e descerem correndo. Tinha até medo quando desciam assim, de me empurrarem pra trás, de tanto impulso para o abraço. Eram Josias e Carlos que vinham correndo. Abracei os dois. (Diário de Campo, setembro de 2019).

Mais do que garantir a realização da pesquisa, o encontro com as crianças no campo era, na verdade, o que me garantia segurança em estar no território. Em cada visita, o receio do desconhecido que encontraria dava lugar ao sorriso do encontro e ao abraço. Isso diz da minha construção enquanto sujeito pesquisadora, e que, mesmo diante de todos os jogos de alteridade postos, revela-se a possibilidade do outro nos reconhecer enquanto um sujeito que o escuta e o respeita, criando, assim, vínculos afetivos. Apenas algumas semanas depois que eu havia começado a pesquisa, uma criança já manifestava um carinho somado à preocupação de quando eu não estaria mais na ocupação. A manifestação de Josias, em alguma medida, me revelava que um vínculo havia sido estabelecido, bem como uma compreensão dos motivos de eu estar ali, que significavam que haveria um fim para aquele encontro específico.

> Eu e Josias ficamos conversando um pouco. Um pouco antes, enquanto corríamos atrás do Oscar, nos sentamos no entorno da árvore do barracão comunitário e ele perguntou se eu ia continuar indo lá quando meu trabalho acabasse. Eu disse que iria, mas que iria com menor frequência. Ele perguntou quando acabaria e eu disse que ainda não sabia. Ele disse que queria que eu continuasse indo lá brincar com eles, que ele gostava. Eu não sabia muito bem o que dizer, pois já sabia da minha viagem, do fim da pesquisa[18]. Enfim, ele trazia todas as questões que eu temia, também, sobre criar expectativas e quebrá-las. Eu disse que viria, mas que a vida é muita incerta e a gente não sabe o que vai acontecer. Que era pra aproveitarmos o momento. Ele me chamou, então, pra nos juntar aos outros meninos. (Diário de Campo, agosto de 2019).

No início, a recepção das crianças variava com a idade. As meninas e as crianças menores eram as mais carinhosas e entregues, desde o princípio. Às vezes, elas insistiam em me abraçar me impedindo de ir embora, ou disputavam minha companhia entre elas de modo um pouco mais grosseiro. Os pequenos deitavam-se perto de mim e pediam cafuné. Os mais velhos ficavam ressabiados quando eu me aproximava. Logo depois que passei a ir sozinha à ocupação, as crianças frequentemente perguntavam onde estavam as outras professoras, qual o motivo de eu estar ali, se eu estava ali para conversar com as coordenadoras. Levou um tempo para construir uma compreensão coletiva da pesquisa e de que eu estaria ali para estar e brincar com elas.

Era desafiador lidar com a diversidade do grupo, que reunia crianças que pertenciam a grupos de sociabilidade distintos. Como, no início, as maiores não me chamavam para participar

[18] Em referência ao período de doutorado-sanduíche que seria realizado na San Diego State University, na Califórnia, Estados Unidos, e representaria a interrupção dos encontros semanais com as crianças na ocupação.

das suas brincadeiras, fui encontrando formas de estar com elas e me mostrar útil. Para as menores, promovia alguma distração enquanto os maiores brincavam de algo que as excluía. Para os mais velhos, minha presença garantia que algumas mães e pais deixassem as crianças circular pelo território, como ir à quadra do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que era um pouco mais distante da ocupação.

> Eles começaram a anunciar que iriam pro CRAS jogar bola. Chamaram o Josias, mas o pai dele disse que não poderia. O Júlio e o Gilvander então pediram que eu fosse com eles e dissesse ao pai do Eric para levá-lo comigo. Eu fiquei um pouco reticente, pois não sabia onde era o CRAS. O Gilvander começou a descer a rua comigo pra me mostrar onde era, mas não conseguimos avistar daquele ponto. Eu perguntei ao Júlio qual era o nome mesmo do pai do Josias, ele sussurrou pra mim e eu perguntei, então, se poderia levá-los. Ele disse, olhando para o Josias, que ele poderia vir comigo, mas que voltasse quando eu voltasse. Essa hora o filho da Rosa, Elder, também estava no entorno da movimentação e foi pedir à Rosa pra ir. O primo dele foi junto e eles subiram dizendo que ela teria deixado. Ele me perguntou o que eu tenho feito tanto ali. Eu expliquei que estava fazendo uma pesquisa com as crianças e que iria ficar indo lá mais vezes. (Diário de Campo, agosto de 2019).

Depois de algumas semanas, as crianças me olhavam como um passaporte para a brincadeira. Assim que me viam, perguntavam: "Do que vamos brincar hoje, professora?". Penso que a pergunta surgia também, pois, em alguns momentos, eu ia para o território participar de reuniões com a coordenação, ocasiões em que não iríamos brincar da mesma forma. Embora ficasse aflita quando acabava meu repertório de brincadeiras, gostava de pensar que estar com elas representasse um convite ao encontro e à brincadeira coletiva, reunindo crianças que não necessariamente estariam juntas brincando se eu não estivesse ali.

V

Eu e as crianças ficávamos, em geral, no entorno do barracão comunitário, brincando em diferentes pontos no espaço. Nossa localização variava conforme a atividade que estivéssemos fazendo e com as características físicas do espaço, como: o declive do terreno, mais propício para algumas brincadeiras; a circulação dos carros, mais movimentada em alguns pontos; a localização das casas, para ficar mais próximo à moradia de alguma criança; debaixo da árvore do barracão, para fugir do sol; ou ainda, em um local mais distante, para fugir do som alto do bar.

Na ocasião da pesquisa de campo, o barracão comunitário ainda não tinha completado sua construção. A ausência de um espaço de apoio na ocupação para a realização de atividades com as crianças, com uma cobertura para proteção do sol e da chuva, e acesso à água e ao banheiro, tornava desafiadora a presença em campo. Em dias de chuva, quando as possibilidades de brincadeira eram limitadas, eu ficava na casa das famílias, o que me proporcionou experimentar mais do espaço doméstico em que viviam.

Assim, em alguns momentos dessa fase do campo, eu também frequentei as casas das famílias e pude observar cenas da vida privada dos pais: tomar cerveja com amigos, organizar o

banho das crianças, preparar a janta ou o almoço, juntar o lixo da casa para jogar fora, lavar a roupa, assistir à televisão. Para as famílias, também se tornava mais habitual a minha presença no território. Quando me viam, iam avisar seus filhos que eu tinha chegado ou me diziam que as crianças estavam em casa ou em outro compromisso fora da ocupação. Quando eu era chamada para o interior das casas, era a convite da mãe. Caso o marido estivesse em casa ou chegasse depois, me cumprimentava de modo envergonhado. Minha impressão é que eles sempre procuravam não estar em casa enquanto eu estivesse, como se dessem licença ou se esquivassem de uma situação desconfortável. De todo modo, eu era considerada uma visita e as famílias me tratavam com cuidados, oferecendo uma água, um café ou algo de comer, e se preocupando com a limpeza e a organização da casa, pedindo para que eu "não reparasse a bagunça".

No território, me dediquei a estar com as crianças, de modo que fazia os registros posteriormente, no computador, em um diário de campo, os quais aparecerão ao longo deste relato[19]. A intensidade da dinâmica no encontro com as crianças na ocupação não me permitia fazer os registros de imediato. Como destaca Sousa (2017), "o pesquisador que almeja saber sobre as crianças deve apreender delas como elas apreendem do mundo: pela experiência" (p. 46). Assim, anotava somente coisas breves e importantes que poderia me esquecer, como o nome dos sujeitos, ou alguma brincadeira ou expressão que eles usassem. O caderno de campo que carregava servia mais às crianças, em geral, às meninas, para fazer desenhos e outros registros. No início, Dandara tomou a iniciativa de anotar as brincadeiras do dia, o que parou de acontecer depois de um tempo. Em outra ocasião, Vitória trouxe um caderno de casa e uma caneta de casa dizendo que iria registrar as atividades. As marcas de barro nas laterais das páginas era mais um sinal de que as crianças compreendiam e se engajavam no processo da pesquisa.

VI

A convivência com a comunidade e a maior intimidade com as crianças e suas famílias, que passaram a ver com naturalidade minha presença no território, me trouxe confiança para estar ali e realizar a pesquisa. Mas essa presença não deixou de ser atravessada a todo momento pelos marcadores sociais de classe, gênero, raça, religião e geração.

Fazer pesquisa com crianças sendo mulher certamente facilitou minha acolhida junto a elas e às famílias, bem como minha presença em campo. O recorte de gênero também influenciava na relação com as crianças, como já descrevi anteriormente. A relação com as meninas, rápida e naturalmente, se tornava mais estreita; elas costumavam pedir pra ver o que eu levava comigo na bolsa, sempre queriam escrever algo no meu caderninho, beber um gole de água ou comer um biscoito. Creio que, assim, elas se sentiam mais próximas de mim. Já os meninos, de modo semelhante aos seus pais, mantinham uma certa distância, ainda que também demonstrassem

[19] A organização desses registros se deu em um arquivo de texto, contendo as seguintes informações: (i) data da visita de campo; (ii) horário de chegada em campo; (iii) duração total da visita; (iv) local em que a visita de campo se deu, seja no interior da Ocupação ou em outro local externo; (v) evento daquele dia, seja alguma festa ou atividade comunitária, ou uma atividade dirigida com as crianças; (vi) participantes da visita, incluindo adultos e crianças; e (vii) descrição detalhada do dia.

carinho quanto mais novos fossem.

Contudo, ser mulher e fazer pesquisa em um território marcado, em alguma medida, pela violência policial gerou mais insegurança no campo e ampliou os limites até onde eu podia ir. Após algumas semanas, me adaptei com o hábito de chegar sozinha na ocupação e circular com as crianças pela rua, mas limitava minhas atividades à presença da luz do dia. Sempre que o sol se punha, independente das famílias chamarem ou não as crianças para entrarem em suas casas, o que em geral acontecia, eu me preparava para pegar o ônibus de volta pra casa.

A convivência com as crianças e suas famílias aprofundou nossos vínculos, enquanto aprendíamos a reconhecer e lidar com nossas diferenças. Mas isso não significava não haver episódios de conflito. Um dia, com o grupo reunido, Júlio, um dos meninos mais velhos do grupo, desenhou Vitória brincando nas ferragens, dizendo que era como um macaco. Oscar, por sua vez, também do grupo dos maiores, começou a desenhar uma família de macacos, referindo-se a toda a família de Vitória, que começou a chorar. Algumas das crianças maiores, de imediato, classificaram a atitude deles como racista. Por ser a única adulta presente na ocasião, intitulada a "professora" do grupo, me senti responsável em promover um diálogo com elas sobre o assunto e demonstrar certa reprovação aos desenhos. Mas os autores dos desenhos logo se retiraram, evitando a conversa. Vitória se acalmou, as crianças menores continuaram a desenhar e, mais tarde, Antônio, irmão de Vitória, fez o desenho de um macaco brincando na árvore.

As pesquisas apontam que as crianças apresentam, desde muito cedo, uma percepção das diferenças raciais (ROCHA; ROSEMBERG, 2007; OLIVEIRA; ABRAMOWICZ, 2010), de modo que, por meio da reprodução de comportamentos adultos, podem sedimentar atitudes com sentido preconceituoso a partir do que as difere do outro. Desse modo, também nas pesquisas com crianças é preciso ressaltar como os atravessamentos raciais provocam impacto nas relações e nos vínculos que estabelecemos com os sujeitos pesquisados, e vice e versa[20] (COLONNA, 2012; PASTORE, 2020).

Fenotipicamente, pelo meu olhar, a totalidade das crianças do grupo da pesquisa eram negras. Contudo, não foi solicitada uma autodeclaração racial às crianças ou às famílias. Ainda que algumas delas revelassem participar de manifestações populares ou religiosas de matriz africana, como a capoeira ou a umbanda, não era comum que esse fosse um tópico de conversa entre nós. Por outro lado, episódios como esse revelam resquícios do racismo estrutural que nos afetava a todos, pesquisadora e sujeitos de pesquisa.

As condições de precariedade às quais as crianças e as famílias estão sujeitas no território era outro elemento que me atravessou em campo e que permeia nossa relação. Conviver com o

[20] Pastore (2020), pesquisadora brasileira branca cujo campo se deu em Moçambique, reflete como a classificação que as crianças faziam dela, segundo a cor de sua pele, se modificou ao longo do tempo em campo, passando do status de mulungu, que na língua changana tem o significado de branco ou estrangeiro, para mulata, que seria "quase não-branca" segundo as crianças. Isso diz, portanto, de uma diferença categórica que vai além do traço fenotípico ou cultural, mas atravessa a intimidade da relação que se desenvolve com o tempo.

chão de terra, com a carência de serviços de água encanada, de saneamento básico e de coleta de lixo, e com a falta de acesso à renda e a toda qualidade de vida e dignidade que dela advém despertava frequentemente revolta e desânimo diante da minha impotência. Meu ritual de retorno do campo era sempre finalizado com um banho ao chegar em casa. Era um momento de deixar o pó do chão batido se esvair e com ele um pouco do peso e da dureza da realidade injusta. O banho era um momento de alívio de tensão, mas também de cicatrização de algo que não escorre com a água. Foi assim que o pó, que marca a vida e o desenvolvimento das crianças na ocupação, marcava também as minhas roupas, as páginas do caderno de campo e algo além, que não é da ordem do tangível, mas diz da minha experiência junto delas.

VII

Dentre essas diferenças estruturais que me distanciam dos sujeitos da pesquisa, também se sobressaem as tensões sobre ser adulta e pesquisar crianças. Algumas vezes, o desejo de estabelecer laços de confiança com as crianças me deslocava do exercício do cuidado adulto, o que é comum em pesquisas com crianças (FERNANDES, 2016). Um episódio vivenciado na ocupação revela parte dessa dualidade de sentimentos como pesquisadora.

> Eles então viraram a rua à esquerda. Decidiram pedir água pela janela de uma das casas e foram atendidos por uma mulher. Para pegar a água, Milton jogou seu caminhão no canto e disse pra ninguém pegar. Deu dois tempos, Milton e Carlos subiram a laje de uma das casas. Gonçalves foi para o meio da areia, perto da árvore. Tirei algumas fotos deles lá de cima, enquanto faziam poses. Então, Josias começou a dizer pra Carlos pular do outro lado, onde ficava uma área do depósito de construção, com areia, um caminhão e uma árvore. Eu disse para Carlos não pular, que era perigoso, pois ele poderia errar o ângulo e machucar feio, cair em uma das ferragens que havia ali. Josias insistia que ele já tinha feito isso antes. Vi que Carlos estava dando impulso e calculando. Então ele pulou e três adultos que saíam da casa ao lado começaram a xingá-lo, dizendo que não poderia fazer aquilo. Fiquei envergonhada por não ter sido mais severa com Carlos, uma vez que era a adulta presente naquele momento. Carlos também ficou envergonhado com o puxão de orelha dos vizinhos, com um sorriso sem graça, e culpando Josias pela ideia. Eu disse a Carlos para não repetir aquilo e a Josias para deixar de ficar mandando os outros fazerem aquilo que ele mesmo não tinha coragem de fazer. Era a segunda vez que ele fazia isso; outro dia foi com Antônio. (Diário de Campo, setembro de 2019).

Fernandes (2016, p. 768) retoma os estudos de Alderson e Morrow (2020), que apontam que "a ética não nos faculta soluções claras e consensuais, assumindo maior utilidade enquanto método para explorar dilemas, que permitem compreender os problemas mais claramente e com maior profundidade". Tomar decisões com base na ética, na minha relação com os sujeitos da pesquisa, significava reconhecer a existência de conflitos e me comprometer com o respeito e o cuidado para lidar com eles, cultivando uma relação, como aponta a autora, que não parte de pressupostos tácitos sobre a imaturidade dos sujeitos diante do jogo de alteridades posto[21].

[21] Para Kramer (2002), ainda que os procedimentos utilizados em campo pareçam exigir uma decisão arbitrária por parte da pesquisadora, não há nada de arbitrário nessas decisões que são, na verdade, decisões políticas e éticas.

> Quando construímos com as crianças possibilidades de discutir e negociar o processo de investigação, devemos, sempre, estar preparados para as complexidades que daí advêm, pois a imaturidade da criança é algo que não pode ser assumido como tácito, tal como a imaturidade do pesquisador adulto. Elas coexistem em um tempo-espaço e exigem, principalmente do adulto, competências de enfrentamento que respeitem diferentes alteridades e imaturidades, não as subsumindo na homogeneidade que, por vezes, a ética, em sua vertente institucionalizada, quer fazer valer (FERNANDES, 2016, p. 775).

Para tanto, ressalto a importância dos processos formativos e do diálogo entre os referenciais metodológico e teórico, buscando uma coerência entre a prática e os pressupostos que a mobilizam. Soma-se a isso o compromisso ético com as crianças e suas famílias, por meio do fortalecimento dos vínculos entre pesquisadora e sujeitos de pesquisa, combinando o que Kramer (2002, p. 45) descreveu como "um cuidadoso mergulho crítico no trabalho de campo com um severo questionamento quanto ao processo de pesquisar".

A partilha do cuidado é outro aspecto que se revela na relação com as crianças enquanto adulta pesquisadora, como Gomes (2019) descreveu pelo duplo pesquisar-cuidando e cuidar-pesquisando. Dentre as ações de cuidado com as crianças durante o campo na ocupação, estavam: segurar coisas das crianças enquanto caminhávamos, partilhar da minha água e do meu lanche, acolher quando machucavam e levar para a família, ser responsável por elas quando estávamos distantes do barracão comunitário, levar para fazer xixi, fazer cafuné, abraçar, pedir para colocarem blusa de frio ou emprestar a minha quando caía a temperatura, carregar bebês no colo para poupar as mães e dar de comer aos menores, dentre muitas outras. Em uma via de mão dupla, o cuidado das crianças por mim também transparecia em vários dos seus gestos, quando: Josias me dá o ramo de mamona; Beatriz limpa meu sapato que se sujou com sua toalha; os sobrinhos de Rosa me levam até o ponto de ônibus; Isabel me dá uma flor; ou quando Gonçalves e Antônio me oferecem para tirar um cochilo em sua casa quando eu disse estar cansada.

VIII

O período de realização da pesquisa de campo se deu em um momento da minha vida em que estava imersa em uma rotina intensa de trabalho[22]. Com isso, experimentava um certo peso em conseguir cumprir com o compromisso de estar presente no território semanalmente o tempo suficiente para que houvesse qualidade, tanto nos vínculos criados quanto nos dados da pesquisa. Somava-se a isso a tensão de estar fazendo um tipo de investigação em que eu era inexperiente e que combinava a observação participante e o trabalho com as crianças. Mesmo em meio ao deslocamento físico e abstrato em que eu me encontrava, como já mencionei, na experiência do chão de terra, a tensão sempre dava lugar a sentimentos maiores.

A convivência comunitária na ocupação me fazia aprender a lidar com um ritmo diferente daquele da vida quotidiana. Os eventos planejados, como as festas, as assembleias e os mutirões,

[22]Na ocasião da realização da pesquisa de campo, estava em um trabalho cuja carga horária era de 40 horas semanais, de modo que as visitas à ocupação estavam limitadas aos finais de semana.

em geral, não aconteciam nos horários combinados e, muitas vezes, eram remarcados (ou desmarcados) sem aviso prévio, seja por conta da chuva, ou da indisponibilidade dos sujeitos. Aos poucos, fui compreendendo que o tempo da mobilização comunitária também se estendia ao longo do tempo para dar conta de abranger os limites e as possibilidades de crianças, famílias, lideranças, militantes e demais apoiadores envolvidos. Retomando Santos (2002a), a ocupação me permitia experimentar a vida na cidade no tempo lento, o tempo que cabe à materialidade ali presente.

> Tempo rápido é o tempo das firmas, dos indivíduos e das instituições hegemônicas e tempo lento é o tempo das instituições, das firmas e dos homens hegemonizados. A economia pobre trabalha nas áreas onde as velocidades são lentas. (...) Do aeroporto ao centro da cidade vai-se muito depressa, criam-se condições materiais para que o tempo gasto na viagem seja curto. Já entre os bairros vai-se mais devagar, no sentido de que não há uma materialidade que favoreça o tempo rápido. Aqui, a materialidade impõe um tempo lento. Isso quer dizer que os pobres vivem dentro da cidade sob tempos lentos. São temporalidades concomitantes e convergentes que têm como base o fato de que os objetos também têm uma temporalidade, os objetos também impõem um tempo aos homens (SANTOS, 2002a, p. 22).

Como num contratempo, estar na ocupação, sem hora pra ir embora, me trazia prazer e acolhimento, ao me expor ao inesperado e a um andamento da vida mais suave, e, talvez por isso, mais gentil. Eu observava uma menina brincando na varanda da casa logo ao despertar, logo mais sentava-me à sombra de um ipê florido para descansar da brincadeira no sol forte, e então, de repente, estava em um almoço em família ou dividindo uma caipirinha com lideranças. No entardecer, chupava cana sentada na varanda enquanto alguém cantarolava uma antiga canção (ou seria aquele o barulho da água corrente do córrego ao som das crianças caçando peixinhos na nascente?) e entrava para um café enquanto compartilhava o sofá com as crianças num domingo de tédio pra ver um filme antigo na TV. Os momentos de contentamento e serenidade vividos na ocupação, como o descrito no trecho abaixo, extraído do diário de campo, me acompanharam ao longo da pesquisa e me ajudaram a lidar com o alvoroço da rotina daquela fase da vida.

> Seguimos caminhando até a ponte onde passava o córrego. Disse pra Vitória ir até a ponte e caminhar pra Iara fazer a filmagem. Fui descendo até chegar mais próximo do córrego. Iara fez umas tomadas da Vitória e depois deixou cair algo bem próximo do córrego e Vitória foi descendo para pegar. Ela queria pôr a mão na água, dizendo que era limpa. Iara explicou que não era. Ela disse que, quando era mais nova, as crianças se banhavam ali depois da aula, quando fazia muito calor. Mas que já não era possível. Iara se sentou em uma pedra e Vitória se sentou um pouco mais acima. Podíamos ouvir o barulho da água e não havia outro som (em geral, há sempre o som de uma música alta tocando em alguma casa). Vitória comentou algo como: "Aqui é tranquilo, não é? É bom ficar só nós três aqui". Eu respondi que sim. Que era bom ouvir o barulho da água. Ficamos um tempo ali sentadas, na sombra. (Diário de Campo, julho de 2019).

IX

Em dezembro de 2019, concluída a primeira fase da pesquisa de campo na ocupação, parti para um período sanduíche na *San Diego State University*, nos Estados Unidos, sob a supervisão do professor Stuart Aitken, como parte do programa CAPES - PrInt[23]. No mesmo dia da viagem de ida, foi celebrado o Natal na Rosa Leão, e eu estive logo cedo no território para me despedir em clima de festa. Diante da importância do vínculo nas pesquisas com crianças, finalizar o campo torna-se uma tarefa árdua e que nos sensibiliza diante da incerteza de como os sujeitos vão interpretar a nossa ausência. Saí de lá alegre por abraçar cada uma das crianças, coordenadoras e militantes queridos, em um dia tão especial para a comunidade.

Diante da pandemia da Covid-19, o período sanduíche foi interrompido e retornei abruptamente para o Brasil, em março de 2020. As notícias alarmantes do número de mortos e contaminados e o desgoverno inimaginável na gestão brasileira da crise sanitária definiram as semanas seguintes. Logo que cheguei, procurei me envolver nas ações de solidariedade nas ocupações pelas Brigadas Populares. O foco era garantir a sobrevivência das populações mais vulneráveis diante da pandemia que, para além dos grupos de risco elencados pelos cientistas, recaía na população de sempre: pobre, negra e periférica.

Em maio de 2020, após algumas semanas de confinamento, estive na ocupação Vitória, próximo à Rosa Leão, acompanhando militantes na entrega de cestas básicas. Fomos interrompidos por uma demanda mais urgente de levar uma criança ferida ao Centro de Saúde mais próximo. Ela se machucou levemente na cabeça com uma pedra enquanto brincava com outras crianças e precisava de alguns pontos. Fui junto de seu irmão chamar a mãe para nos acompanhar. Ele caminhava, em silêncio, indicando o caminho, ao mesmo tempo em que chorava de medo da reação da mãe. No carro, já em direção ao posto, ela nos contou que estava morando na rua com os filhos antes de chegar à Vitória, quando foi acolhida pelas coordenadoras da ocupação. O contato com aquela família, que notadamente vivia um contexto de precariedade e desamparo ainda maior do que as que acompanhava na Rosa Leão, me fez pensar no risco de homogeneizar a experiência infantil nas ocupações e nas diversas dimensões do cuidado presentes ou ausentes na vida das crianças nas ocupações. Aquela experiência colocava em perspectiva a pandemia e a pesquisa.

Após o retorno dos Estados Unidos, passei a integrar a equipe da pesquisa *Infância em Tempos de Pandemia*, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil (NEPEI), da Faculdade de Educação da UFMG (FaE/UFMG). O objetivo era compreender como meninas e meninos que moram em Belo Horizonte e Região Metropolitana estão vivendo a situação gerada pela Covid-19[24]. Diante do desejo colocado pela pesquisa do NEPEI de analisar as experiências das crianças ao longo da pandemia em realidades socioterritoriais variadas, fui buscar em conversas com as crianças da Rosa Leão algumas informações sobre como vivenciavam aquele momento, baseada nas questões da pesquisa. Também participei do

[23] Durante a estadia no exterior, mantive contato com uma das famílias pelo *Whatsapp*, na tentativa de manter um vínculo ativo com a comunidade.

[24] Maiores informações sobre a pesquisa no site: https://www.infanciaemtemposdepandemia.com.br/.

processo de espacialização dos dados e construção de indicadores de vulnerabilidade territorial, na busca por compreender os atravessamentos sociais nas experiências e nas perspectivas infantis.

Essa experiência com a pesquisa *Infância em Tempos de Pandemia* abriu a perspectiva para se pensar formas de dar continuidade ao trabalho de campo via dispositivos digitais[25]. Diante do contexto de crise e de meu envolvimento junto ao movimento social, optei por não propor novas estratégias e me dediquei à realização de entrevistas semiestruturadas junto às crianças, adaptadas da metodologia da pesquisa do NEPEI. As entrevistas se expandiram em momentos de conversas virtuais com crianças de 06 a 14 anos, quando experimentamos brincadeiras coletivas, como jogos de adivinhação e mímica. Assim, pude manter o vínculo com as famílias e acompanhar, em alguma medida, como estavam sobrevivendo aquele momento. Como para todo mundo, a pandemia atravessava também minha vida pessoal e tive dificuldades em me envolver com a pesquisa de doutorado. Os momentos de troca com as crianças traziam mais sentido àquela experiência e permitiam uma conexão entre mim e a própria pesquisa.

A realidade da pandemia e as discussões com que estava tendo contato, também por meio da pesquisa do NEPEI, sobre as consequências dos fechamentos das escolas para a rede de proteção à infância reforçaram o desejo de entrar em contato com representantes dos equipamentos públicos instalados no entorno da ocupação Rosa Leão, os quais também foram entrevistados. Para além disso, foram realizadas entrevistas com os demais adultos que já constavam no planejamento inicial da pesquisa, incluindo mães, pais, coordenadoras locais e militantes do movimento social. Esse segundo ciclo se deu em momentos espaçados, entre os meses de novembro de 2020 e novembro de 2021.

X

Antes de encerrar os escritos sobre o fazer da pesquisa, descrevo brevemente as estratégias metodológicas utilizadas na pesquisa na ocupação Rosa Leão. Com relação à primeira etapa da pesquisa, junto às crianças, já mencionei que a observação participante se mostrou a ferramenta mais eficiente no sentido de me aproximar dos sujeitos. Porém, foram adotadas outras estratégias de pesquisa, inspiradas em trabalhos com crianças em contextos não institucionalizados, como os Gobbi (2012), Müller, Delgado e Schueler (2007) e Pires (2007), no contexto nacional, e de Toren (2020) e Christensen (2010), no contexto anglófono.

Uma estratégia importante foi o uso de fotografias para dar materialidade ao olhar das crianças sobre o espaço da ocupação, o que tem sido largamente usado em pesquisas com crianças (PUNCH, 2002; MÜLLER; DELGADO; SCHUELER, 2007; GOBBI, 2012; CHRISTENSEN, 2010). Kramer (2002, p. 52) ressalta como a fotografia permite o exercício da autoria, uma vez que as crianças captam as imagens em movimento e podem "se [re]ver, [re]ver o outro e a situação em que vivem". Portanto, foram realizadas duas oficinas de fotografias, buscando obter

[25] A pesquisa teve como estratégia metodológica a aplicação de questionários e a realização de entrevistas semiestruturadas de modo virtual, com o uso das ferramentas Formulários Google e sites e aplicativos de videoconferência, respectivamente.

imagens representativas de suas percepções afetivas da ocupação e de experiências coletivas.

A fim de desenvolver esse trabalho com fotografias, convidei Iara, uma das coordenadoras locais responsável pela comunicação audiovisual na ocupação, para dar um minicurso para as crianças sobre como manusear uma câmera e sobre a arte de fotografar. O convite era uma forma de envolver os adultos da comunidade na pesquisa e garantir que as crianças tivessem contato com sua trajetória sob outra perspectiva. Num primeiro momento, somente as crianças menores quiseram participar, mas depois que distribuímos as câmeras, as crianças maiores se interessaram. Ao todo, eram 05 câmeras para cerca de 12 crianças e, como não havia uma câmera para cada criança, elas partilhavam do material e me pediam para controlar o tempo de cada uma[26].

No primeiro dia de oficina, Iara sugeriu que elas começassem fotografando elementos da natureza, como flores e plantas. Enquanto algumas buscaram fotografar a natureza a partir de uma estética normativa, como flores coloridas e vasos de plantas, outras fotografavam a natureza no detalhe e que resiste, como o verde que brota do concreto. As mais novas optavam por fotografar de muito perto, enquanto as mais velhas fotografavam paisagens mais distantes. A atividade mobilizou um maior deslocamento das crianças pelo espaço da ocupação, o que gerou resultados interessantes e permitiu que estivéssemos juntas em locais onde normalmente não brincávamos. Elas se deslocaram pelo espaço livremente, muitas vezes adentrando suas casas, entretanto nem eu nem Iara as acompanhamos[27].

[26] As câmeras foram emprestadas por Frederico Alves Lopes, colega do Programa de Pós-Graduação da FaE/UFMG, que também as utilizou para a realização de uma pesquisa com crianças em outra ocupação urbana, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (LOPES, 2019). Fred angariou as câmeras por meio de doações de sua rede de contatos. Assim, não se tratava de câmeras novas e suas condições de uso eram variadas. Algumas possuíam arranhões na tela, outras tinham a função do zoom inoperante, outras tinham limite baixo de duração da bateria. Em um dos dias da atividade, uma delas não ligou.

[27] É preciso ressaltar a dificuldade em registrar, durante o campo, a criança responsável por tirar cada fotografia que aparece nesta pesquisa. Todas elas tiveram certa liberdade em segurar meu telefone celular em determinados momentos, com a minha permissão. Assim, optei por registrar somente quando a fotografia foi tirada por elas, enquanto um coletivo, ao invés de nomear a criança que fotografou cada uma.

Figura 1 – Crianças no primeiro de dia de Oficina de Fotografia



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

O fato de estarem fazendo a atividade coletivamente também despertou o olhar das crianças umas para as outras durante a prática. Foram várias as fotografias de crianças com as câmeras nas mãos, mostrando os diferentes modos de segurar a câmera e fotografar. A sequência realizada por uma das meninas mais novas do grupo da pesquisa, que combina fotografias e vídeos, com a câmera às vezes invertida (*selfies*) e em outras normal, na vertical e horizontal, mostra a curiosidade com o equipamento e o processo de investigação e aprendizagem sobre seu funcionamento e suas possibilidades.

Figura 2 – Menina aprendendo a manusear a câmera fotográfica



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da Ocupação.

Já no segundo dia da oficina, eu e as crianças combinamos que iríamos fotografar a ocupação para mostrar para outra criança que morava em um lugar muito longe e diferente.

Assim, as fotos revelavam lugares e elementos que elas consideram importantes ou interessantes para apresentar para um desconhecido, indicando um olhar simbólico e subjetivo que cada uma possui da ocupação[28].

Do conjunto de mais de 1.000 fotografias realizadas pelas crianças, selecionei 40 que fossem mais representativas do todo para imprimir e conversar sobre elas, a partir de um roteiro. Embora as crianças tenham manifestado interesse em ver as fotografias reveladas, essa observação se deu de forma individual e elas não se sentiram engajadas em participar da conversa coletiva proposta. A experiência mostrou a potência de autonomia das crianças ao fotografar, embora permaneça o desafio sobre como realizar um processo mais participativo de análise das fotografias. A atividade também instigou o desejo pela fotografia: uma das crianças disse, em outro dia, que já havia combinado com Iara para fazer aulas de fotografia.

Inspirada em pesquisas com crianças que faziam uso de desenhos (TOREN, 2020; PIRES, 2007; GOBBI, 2012), também busquei nos desenhos alguma materialidade para a percepção das crianças sobre a vida na ocupação. Levei comigo pranchetas, lápis preto, lápis de cor, giz de cera colorido, borracha e folhas brancas e pedi que as crianças fizessem três desenhos: o primeiro representando a sua casa; o segundo, representando a Rosa Leão; e o terceiro, representando a cidade. Embora elas tenham se empolgado com o material, algumas não demonstraram interesse em seguir com minha proposta, optando por desenhar o que era de seu agrado. Em geral, foram as crianças mais novas que se animaram a desenhar, o que entendemos que esteja relacionado com uma associação da atividade proposta às atividades escolares, conforme outras pesquisas já apontaram (PUNCH, 2002). A proposta de uma atividade dirigida pode ter resultado em um desestímulo às crianças maiores, ao se deslocar do espaço de liberdade e improviso que construímos nos encontros anteriores.

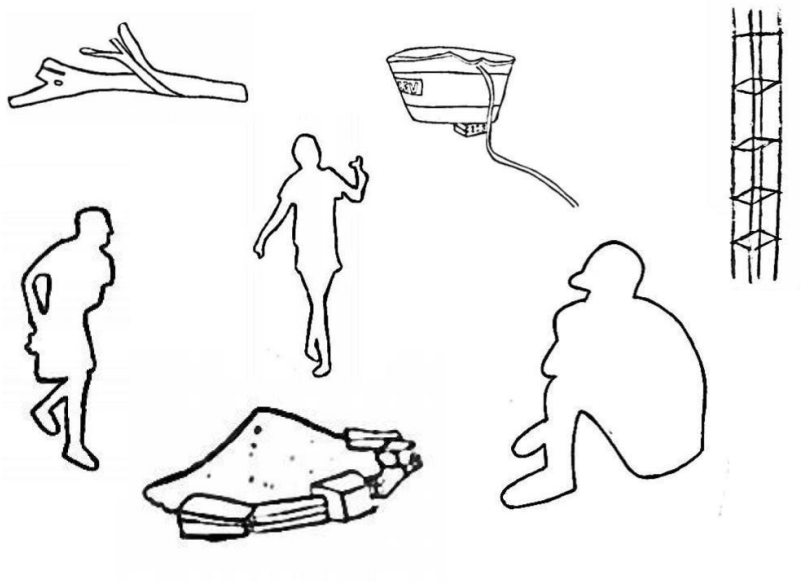
Outra estratégia adotada com os desenhos, sob inspiração no trabalho *Contrastes: Infância e Cidade - Metodologias de Escuta*, produzido pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância da PUC/Rio (CIESPI, 2019), foi distribuir entre as crianças folhas marcadas com silhuetas feitas a partir de elementos que compunham a paisagem das fotografias que elas tiraram, conforme a Figura 3[29]. O objetivo era compreender como elementos reais dispostos pela ocupação poderiam gerar outras formas de expressão das crianças através dos desenhos. Um exemplo dos desenhos produzidos encontra-se na Figura 4. Os mais velhos se interessaram mais e trouxeram novos elementos para a paisagem, enquanto que os mais novos ficavam mais focados em colorir a silhueta ou tentar reproduzi-la[30].

[28] Punch (2002) aponta que algumas crianças fotografam o que gostariam de guardar em uma fotografia. Um ano após a oficina de fotografia, uma das crianças viu a fotografia de um pássaro na gaiola que havia tirado e ficou empolgada por rever o pássaro que era de seu avô. Ela foi correndo até a casa dele, que é seu vizinho, para mostrá-lo. O avô havia soltado o pássaro alguns meses antes. A criança ficou com a fotografia depois daquele dia.

[29] Foram criados dois tipos de silhuetas: (i) sujeitos, em posições variadas (caminhando, sentada, agachada); e (ii) objetos, como arame estrutural, poste com fios de luz, tijolos e areia, caixa d'água ou tronco de árvore.

[30] Fiz anotações no verso do papel dos desenhos, como o nome da criança e comentários, mas não foi possível registrar os diálogos e as interações que aconteceram no ato de desenhar. Gobbi (2012) entende que os registros são

Figura 3 – Exemplos de imagens de silhuetas



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Figura 4 – Desenhos de silhuetas com objeto: postes com fios de luz



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Em comemoração ao Dia das Crianças, organizei um passeio com as crianças da Rosa Leão a dois museus localizados no centro da cidade de Belo Horizonte, com o apoio de Iara e um militante do movimento social[31]. Pesquisas recentes, como as de Muniz (2018) e Campos (2019), também exploraram como estratégia metodológica o deslocamento com crianças pela cidade, por meio de passeios, a fim de compreender e dar visibilidade às suas experiências na relação com o

uma tentativa de conexão da pesquisadora com o que a criança elabora, resultado de uma curiosidade investigativa que pretende trazer à tona elementos implícitos na folha de papel.

[31] Os museus escolhidos foram o Espaço do Conhecimento e o Memorial Minas Vale, localizados no Circuito Cultural da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. A escolha se deu devido à proximidade que tinha de funcionárias que trabalhavam no setor educativo de ambos. Contudo, o acesso gratuito e o acolhimento das crianças por equipes de monitores faziam parte de programas das instituições mediante solicitação, e foi, também, o caminho que percorremos para levar as crianças da ocupação.

espaço. Essa foi uma oportunidade de vivenciar o deslocamento delas em um raio mais distante da ocupação e que significou um contato com uma cidade bem distinta da qual experimentamos ao longo do campo. O passeio foi mais um momento de aprofundamento dos vínculos que eu tinha com as crianças, ao mesmo tempo que me permitiu estar com elas em outros espaços, de modo a qualificar melhor sua relação com o território da própria ocupação a partir dos diferentes modos de olhar, perceber e sentir a cidade Campos (2019). Na hora de ir embora, Beatriz, uma das crianças que estava conosco, resistia em se despedir. O desejo de permanecer revelam, dentre outras sensações, como as crianças também são afetadas pelas nossas escolhas metodológicas.

Figura 5 – Criança no museu



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Inicialmente, a entrevista não foi um método escolhido para trabalhar com as crianças nesta pesquisa. Contudo, a experiência na pesquisa "Infância em Tempos de Pandemia" mostrou o desejo das crianças em partilhar de suas experiências e sentimentos. O convite para a participação das crianças da ocupação se deu de modo virtual, por meio de mensagens no Whatsapp e ligações telefônicas. Após uma conversa com mães e pais para pedir a autorização da participação das crianças, a maior parte das entrevistas ocorreram no formato virtual, por ligações de áudio pelo celular, ou mensagens de texto e áudio e ligações de vídeo pelo Whatsapp. A estratégia dialogou com as diversas realidades das crianças da pesquisa: se ela tinha acesso ao celular na família; se

este aparelho era próprio ou dos pais; se ele era um *smartphone*; se possuía acesso à internet. Esse acesso diferenciado das crianças à tecnologia fez com que eu interagisse online mais com algumas famílias do que com outras, o que foi diferente da experiência presencial em campo, que, em geral, era mais inclusiva[32].

Moraes *et al.* (2022) buscaram compreender como a relacionalidade na pesquisa é afetada e produzida pelo uso de dispositivos digitais, partindo da análise de experiências de 18 entrevistas virtuais com crianças de 6 a 14 anos, durante o isolamento social. As autoras apontam para as dificuldades de produzir confiança, trabalhar a dimensão do afeto e reconhecer o território, em condições virtuais. Uma vez que eu já havia estabelecido vínculo com as crianças da pesquisa anteriormente, a aproximação de modo virtual durante a pandemia foi facilitada. Contudo, a virtualidade também fora permeada pelas intercorrências do dia a dia (advindas da dinâmica da vida privada da criança e da família) e as imprevisibilidades técnicas dos dispositivos digitais (como o funcionamento da internet ou a bateria de celular).

Com as crianças menores, fiz uso de estratégias lúdicas para realizar a entrevista, brincando que estávamos em um programa de rádio. Já as maiores preferiam conversar pelo chat do Whatsapp e demonstraram maior timidez em participar em outro formato síncrono. O modelo online também permitiu conhecer mais a relação das crianças da ocupação com as mídias, como os vídeos que gostavam de assistir no YouTube, o que compartilhavam via Whatsapp, ou as danças que reproduziam do TikTok.

Como também observaram Moraes *et al.* (2022), tais momentos permitiram uma revelação da minha privacidade para as crianças, por exemplo, ao mostrar minha casa para elas durante uma conversa por vídeo, ou tirar fotos de meu cachorro, das plantas e de objetos da casa durante uma brincadeira. Novamente, esse desejo de entrar em meu universo particular partia mais das meninas, que pediam para ver as coisas da casa, assim como antes mexiam na minha bolsa. As crianças também revelavam coisas da sua vida privada, embora minha presença na ocupação e em suas casas já tivesse proporcionado algumas revelações nesse sentido. Era curioso, contudo, como em alguns momentos elas buscavam privacidade durante nossas conversas, entrando no armário da casa para falar comigo ao telefone.

Entre setembro e novembro de 2020, um total de 12 crianças foram entrevistadas. Algumas das entrevistas foram feitas presencialmente, com os devidos cuidados diante da pandemia[33].

[32]Como apontou a Pesquisa TIC Kids Online Brasil 2020, a proporção de usuários de Internet de 9 a 17 anos no Brasil passou de 79%, em 2015, para 89%, em 2019, chegando a 94% dos indivíduos de 10 a 17 anos em 2020. Contudo, a mesma pesquisa revela que 3,9 milhões de crianças e adolescentes residiam, em 2020, em domicílios sem computador e sem Internet, o que ressalta a desigualdade do acesso a tecnologias e dispositivos digitais. O *Resumo Executivo da Pesquisa TIC Kids Online Brasil 2020* encontra-se disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124195342/resumo_executivo_tic_kids_online_2020.pdf/ (Acesso: 28 de dez. de 2021).

[33]Para estar presencialmente junto às crianças e às famílias durante a segunda etapa do campo, pratiquei um isolamento restrito na semana anterior e me dediquei a uma semana intensa de agendas na ocupação. Mantive sempre o uso de máscaras e álcool em gel enquanto estive no território, e priorizei os ambientes externos para a realização de entrevistas, com o limite de uma hora de realização.

Quando estive no território para entrevistá-las, a reação instintiva das crianças era correr para o abraço do reencontro, e foi difícil lidar com a decepção de não podermos estar juntas da mesma forma. Nesse clima de frustração, bem diferente daquele em que tinha me despedido delas em dezembro de 2019, elas concluíram sua participação na pesquisa[34].

Entre novembro de 2020 e novembro de 2021, para a conclusão da pesquisa de campo, foram realizadas as entrevistas com os adultos. As mães e os pais das crianças foram entrevistados presencialmente. Embora as perguntas fossem sempre direcionadas a eles, em todas as casas as crianças nos acompanharam durante as entrevistas. Mesmo diante da tensão com relação ao risco que oferecia às famílias e a mim mesma com minha presença no território, os momentos em que estive lá me trouxeram uma sensação de pertencimento que, de um modo avassalador, o isolamento social durante a pandemia nos tirara.

Sobre as entrevistas com a coordenação e o movimento social, cabe ressaltar a dificuldade maior em realizá-las. É comum que a pressão sofrida pela coordenação nas ocupações, devido às mais variadas demandas da comunidade, culmine em processos de adoecimento mental. Isso também se evidenciou nas experiências dos sujeitos desta pesquisa, em diferentes momentos. Somou-se a isso a realidade da crise social, que exigiu a auto-organização por parte das comunidades, com o suporte dos movimentos sociais e de diversas iniciativas de solidariedade da sociedade civil, a fim de garantir a sobrevivência das famílias, por meio de doações. Duas entrevistas foram realizadas, uma com Iara e outra com um militante das Brigadas Populares[35].

Por fim, foram entrevistados oito profissionais que trabalham nos equipamentos públicos localizados no entorno da ocupação Rosa Leão, sendo: quatro profissionais da Educação, dois da Assistência Social, três da Saúde e um da Cultura. Como as crianças fazem uso desses equipamentos com frequência, muitas delas gozam de certa autonomia para se deslocar até eles e usufruir de seus serviços. Desse modo, desejamos compreender melhor a relação desses espaços com as famílias da ocupação, a fim de apreender como se dá seu acesso às políticas setoriais da Administração Municipal.

XI

Após as etapas de coleta de dados, a triangulação das estratégias metodológicas (observação participante, fotografias, desenhos, passeios e entrevistas) foi a base para a realização das

[34]Cabe ressaltar que, por meio de minha participação no Coletivo Geral Infâncias, um grupo independente, criado em agosto de 2018, que reúne interessados na pauta da infância contemporânea em Belo Horizonte e região, estive no território envolvida em ações que tinham como objetivo dialogar com as crianças e propor atividades para lidar com os desafios do isolamento e do fechamento das escolas. A construção do projeto Coletivo em Diálogo se deu em conjunto com coordenadoras locais. A partir de doações, foi realizada uma montagem de kits lúdicos junto com a comunidade e a distribuição deles em uma ação brincante que envolveu um grupo menor de crianças no espaço aberto do barracão comunitário, também com os devidos cuidados sanitários. Essa experiência, ainda em andamento, embora não esteja conectada diretamente com o trabalho de campo, atravessou essa segunda fase do campo e constitui, de certa forma, uma tentativa de manter vínculos que não se encerram com a pesquisa.

[35]Ressalto que, diante da aproximação com o movimento das Brigadas Populares após o início da pandemia, diversas conversas se deram junto à militância que também interferiram na compreensão sobre os temas que perpassam esta tese, ainda que não apareçam no formato de entrevista.

análises aqui apresentadas. Os dados textuais reunidos (registros do diário de campo e transcrição de entrevistas) foram organizados no *software* NVivo10, onde foram manualmente traduzidos em categorias analíticas pela pesquisadora, gerando diagramas e nuvens de palavras que ajudaram a aprofundar o alcance da análise. Já as imagens (fotografias e desenhos) foram trabalhadas ao longo do texto da tese de modo a buscar a maior presença das crianças neste material, cuja forma tradicionalmente exigida pela academia ainda limita seu envolvimento na produção.

Outros três recursos foram utilizados para compor esta análise e, de algum modo, elucidar as territorialidades infantis na Rosa Leão e as experiências das crianças participantes da pesquisa. O primeiro foi a produção de mapas, no intuito de compor uma representação cartográfica a partir das formas como as crianças dão sentido e conformam a produção do espaço. Veremos que isso ocorre, especialmente, por meio do brincar (Figura 23) e da circulação pelo território (Figura 59).

O segundo consistiu na sistematização dessa circulação das crianças *dentro* da ocupação (Tabela 3 e Tabela 4) e *fora* (Tabela 5, Tabela 6 e Tabela 7) por meio de tabelas que relacionam as atividades que motivam seu deslocamento, bem como outras informações associadas a ele (local, frequência, companhia, gênero e modal). Trata-se de mais um esforço de caracterizar as experiências de um grupo de crianças que se dão no território da ocupação e seu entorno.

Por fim, o terceiro recurso foi a produção de quadros descritivos, com o propósito de promover uma pausa da sequência narrativa, recorrendo a uma estrutura menos acadêmica. Ali constam breves relatos de cenas variadas vividas por crianças da ocupação Rosa Leão, que incluem: um relato de violência policial, uma brincadeira de pular o barranco, o relato de uma assembleia comunitária e um emaranhado de elementos do centro da cidade de Belo Horizonte registrados por fotografias tiradas por uma menina da ocupação pela janela da van.

1. Contextualizando o território da pesquisa

O fenômeno das ocupações urbanas contemporâneas tornou-se objeto de trabalhos acadêmicos a partir da última década, com ênfase nos campos da Arquitetura, Urbanismo e Design, da Sociologia, da Antropologia e do Direito. Contudo, ainda que as crianças tenham ganhado lugar de destaque nos movimentos de resistência e luta pelo direito à moradia, poucas são as pesquisas que conferiram centralidade à infância nas ocupações urbanas (GOBBI, 2016).

Na contramão da mídia, que veicula a imagem das ocupações urbanas a invasões de propriedades privadas, a maior parte desses trabalhos acadêmicos tem por objetivo destacar o processo legítimo de resistência urbana tocado por famílias compostas por sujeitos historicamente excluídos de seus direitos na sociedade. Trata-se de um movimento, sempre em construção, de deslocamento da universidade ao encontro dos processos de mobilização social orgânicos na cidade, reforçando a importância da reflexão crítica sobre seu papel como agente de transformação social e dotado de poder na luta por direitos e redução de desigualdades.

Tanto no discurso dos movimentos sociais ligados às questões de moradia quanto nos escritos acadêmicos, converge a visão de que a luta das ocupações urbanas não se restringe à busca pelo direito à moradia digna, mas se estende ao direito à educação, à saúde, ao saneamento básico, ao trabalho, ao lazer, à segurança alimentar e à liberdade. Conforme evocado também por ambas as frentes, trata-se de uma luta pelo direito à cidade, à luz do pensamento de Henri Lefebvre, no sentido de produção e apropriação democrática do espaço (TONUCCI-FILHO, 2017). Ao trazer a questão urbana para o centro do debate, o fenômeno das ocupações ganhou visibilidade e reuniu movimentos com pautas distintas ligadas a esse contexto, constituindo, assim, uma sólida rede de apoio capaz de barrar uma série de processos de reintegração de posse, multiplicar os movimentos de ocupação nas grandes cidades e até mesmo influenciar processos eleitorais (HOLLAND, 2016).

Embora as (ausências nas) reflexões acadêmicas possam indicar que o direito das crianças encontra-se no subtexto dos demais direitos carregados na bandeira das ocupações, como já mencionado anteriormente, nos momentos mais críticos de ameaças de despejo, o discurso da vulnerabilidade da criança é acionado como estratégia de resistência e garantia de direitos. Assim, ações de reintegração de posse passam a ser barradas devido à necessidade de organismos públicos assegurarem o acesso à alimentação e à educação para as crianças, apontando para a centralidade desses sujeitos no processo de resistência das famílias (GOUVEA *et al.*, 2019; NASCIMENTO, 2019).

Contudo, para tratarmos da infância na ocupação Rosa Leão e conhecermos os sujeitos desta pesquisa, entendemos que é preciso contextualizar a realidade territorial de que estamos falando. Buscamos, assim, realizar uma pesquisa situada, sem perder de vista o contexto político

mais amplo em que se localiza.

Este capítulo tem como objetivo apresentar o território aqui em análise. Primeiramente, faremos uma discussão sobre as formas e os sentidos que envolvem o ato de ocupar, a fim de compreender melhor as múltiplas subjetividades envolvidas nesta ocupação. Em seguida, iremos situar o surgimento do fenômeno das ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), bem como apresentar as diferentes narrativas em disputa em torno da Região da Izidora, onde a ocupação Rosa Leão se insere. Iremos nos apoiar em estudos técnicos e acadêmicos, mas também buscaremos trazer os sujeitos por meio de seus depoimentos. Ao final, reduziremos a escala de investigação para apresentar elementos cartográficos sobre a ocupação Rosa Leão, apontando uma proposta de construção do olhar das crianças para o território, a partir de suas fotografias e desenhos.

1.1 Formas e sentidos de ocupar

Até aqui nos referimos ao fenômeno das ocupações de maneira generalista no contexto urbano contemporâneo de luta por moradia no Brasil. Contudo, há uma diversidade de exemplos de ocupações que trazem especificidades no que se refere à produção do espaço, às estratégias de resistência, à dinâmica comunitária e às relações da vida cotidiana. Situar o contexto de pesquisa com crianças na ocupação Rosa Leão implica compreender as formas e os sentidos de ocupar que caracterizam esse movimento.

1.1.1 Um giro pelas ocupações nos chamados Norte e Sul global

As ocupações assumem diferentes formatos, de acordo com o contexto local, sendo reconhecidas nacional e internacionalmente como estratégias para negociar algo além ou um fim em si mesmo (AGUILERA; SMART, 2016; PAOLINELLI; CANETTIERI, 2020). Sua diversidade encontra-se não só no perfil dos sujeitos que ocupam, mas também na tipologia de construção, no contexto social e político no qual emergem, nas demandas de ativistas e movimentos sociais envolvidos, bem como nas práticas e nos padrões de organização interna e de mobilização (PRUIJT, 2013). Podem se revelar em práticas baseadas na produção autônoma de moradia, em políticas radicais de produção de infraestrutura urbana ou em conjuntos de relações que produzem espaços comuns de ação política (VASUDEVAN, 2014).

Essa diversidade também está nas várias terminologias que se referem ao fenômeno. As ocupações são mencionadas em produções acadêmicas no Norte pelo uso do termo "*squatting*" ou "*squat*". Aguilera e Smart (2016) descrevem como no Sul é mais comum o uso da expressão traduzida por "*squatter settlements*", que, em geral, compreendemos como "assentamentos", agregada a variantes como "informais", "irregulares", "espontâneos" ou "autoconstruídos". Os autores apontam que, no Norte, os termos "*slum*" ou "*shanty town*" são usados para se referir à ocupação ilegal de terras sem serviços e infraestrutura urbana, enquanto "*squat*" trata-se mais de

uma ocupação ilegal de prédios vazios sem a autorização do proprietário. Embora a literatura tenha apontado para o uso do termo "*squatting*" tanto em ocupações de terras quanto de prédios vazios na Europa (PRUIJT, 2013) e nos Estados Unidos (HERBERT, 2018), Aguilera e Smart (2016) revelam como a compreensão de "*slum*" no Norte se aproxima da noção de um "*squatter settlement*" no Sul.

As múltiplas terminologias se associam, também, aos variados atores que as reivindicam, sejam ativistas, militantes de movimentos sociais, acadêmicos, ocupantes, artistas, governantes, mídia etc.. Nos países da América Latina de língua espanhola, por exemplo, observamos que termos como "*población*", "*campamento*", "*toma*", "campamentocomuna" e "*barriada*" são usados pela perspectiva da sociedade organizada (RAÚL, 2007)[1], enquanto a expressão "*asentamiento*", em geral, é adotada do ponto de vista da política pública, o que pode ser compreendido como uma busca por uma terminologia mais abrangente e formal e, talvez, menos politizada. Cada termo expressa a diversidade de tramas formadas por relações históricas, enquadramentos políticos e aspectos culturais, que aqui tratamos como "contexto" (GRAUE; WALSH, 1998) e que atravessam a trajetória de cada ocupação.

São várias as motivações para ocupar reveladas por pesquisas ao redor do mundo, segundo Herbert (2018): desenvolvimento de atividades econômicas, aspiração política, preservação histórica e moradia. O autor observa que, enquanto pesquisas no Sul têm retratado ocupações por moradia autoconstruídas nas periferias urbanas, onde prevalece a ausência de acesso ao mercado formal, pesquisas realizadas em cidades do Norte que sofreram processos intensos de gentrificação, como Londres, Amsterdam e Nova York, destacam a ocupação de prédios e casas vazios por motivações políticas.

É preciso ressaltar, contudo, o viés de representações generalizadas e pré-concebidas sobre como se dão as ocupações nos diferentes "hemisférios"[2]. Como nos advertem Aguilera e Smart (2016), em muitos estudos são comumente destacadas as dimensões da pobreza e da precariedade no Sul, enquanto há uma tendência da cobertura midiática e de parte da academia em focalizar as ocupações no Norte como ações coletivas de uma classe média artística e politicamente engajada. Há, entretanto, nesse movimento, uma invisibilização e uma criminalização de outras formas de ocupações que também resistem politicamente, como as de imigrantes e refugiados urbanos, ao passo que ocupações de artistas e centros culturais tornam-se legalizados e apropriados pelo turismo local, o que ressalta o viés étnico-racial de tais decisões (AGUILERA; SMART, 2016).

[1] Estamos tratando de expressões que se referem a formas de morar que se assemelham às ocupações urbanas. Contudo, se considerarmos a variedade de terminologias para os assentamentos informais no contexto latino-americano, há ainda múltiplas variações em nível regional, como "*tugurio*", "*villa*", "*callejone*" e "*corralone*", para dizer algumas (RAÚL, 2007), assim como no Brasil temos "vila", "favela", "grota", "mocambo", "palafita" etc.

[2] Retomamos, aqui, o estudo de Aguilera e Smart (2016), que propõe tal comparação entre as ocupações do Norte e do Sul. Contudo, cabe destacar que partimos de uma compreensão que problematiza a hegemonia de tais divisões, de modo que experiências sociais, por exemplo, as experimentadas no sul da Europa, em países como Portugal e Espanha, podem apontar para a presença de diferentes nuances "Norte" e "Sul" na análise desse fenômeno, para citar um exemplo.

Em um breve giro sobre o histórico das ocupações no contexto europeu, observa-se que, entre os anos 1960 e 1970, houve um forte movimento de ocupações de centros sociais associadas a grupos da contracultura e a pautas autonomista, anticapitalista e feminista (VASUDEVAN, 2014; MARTÍNEZ, 2019). Quando, nos anos 1980, o movimento autonomista da classe trabalhadora se enfraqueceu, as ocupações tomaram outra conotação e se conectaram mais ao movimento por um novo urbanismo alternativo e autônomo, da empiria radical do "faça você mesmo" (*Do It Yourself - DIY*) e do enfrentamento à gentrificação (PRUIJT, 2013)[3]. Emergiu, assim, um sentido de ocupação como local de encontro e busca pela redistribuição de recursos, embora convivessem diferentes sentidos e formas de ocupar (PRUIJT, 2013).

Com a crise de hipotecas de 2009[4], a demanda por moradia e políticas habitacionais se fortaleceu no continente, e as ocupações passaram a incorporar sujeitos ainda mais subalternos, como refugiados, imigrantes e pessoas em situação de rua. A radicalidade das ocupações se voltou para a luta por direitos (das mulheres, de imigrantes, do inquilino, da natureza), pautada na solidariedade e na defesa de políticas antifascistas (MARTÍNEZ, 2019). Assim, se associaram a práticas do comum urbano, mobilizando uma rede de suporte sob os princípios do cuidado, da autonomia e da liberdade (MONTAGNA; GRAZIOLI, 2019).

O olhar para as ocupações mais recentes na Europa, em especial de refugiados, também nos ajuda a pensar o fenômeno das ocupações à luz das relações étnico-raciais. Nos anos 1970, houve uma primeira onda para acolher imigrantes na Europa (PRUIJT, 2013). Um artigo de 1974 da *Race Today*, importante revista do movimento negro da época, destacava o movimento de ocupações na Grã-Bretanha, que agregava o movimento negro às ações contra a gentrificação. Na ocasião, foram criados centros sociais e espaços culturais de encontro de ativistas, símbolos de resistência ao avanço das políticas liberais do *thatcherismo* de apoio a proprietários na compra de prédios ocupados a baixos custos[5].

Por sua vez, a mais recente crise dos refugiados, em especial a partir de 2015, engendrou uma nova onda de ocupações no continente europeu em um contraponto ao movimento de jovens brancos politicamente articulados (MARTÍNEZ, 2016). Ao tratar das ocupações na Itália, que operam como alternativa ao sistema de recepção promovido pelo Estado, hermético e rígido, Montagna e Grazioli (2019) apontam para um novo sentido de ocupar, que consiste na resistência

[3]O movimento autonomista, de forte representação italiana, reivindicava a autonomia de trabalhadoras e trabalhadores perante sindicatos e partidos políticos, por meio da ocupação de fábricas em prédios abandonados e, posteriormente, de centros sociais (MARTÍNEZ, 2019).

[4]A crise das hipotecas, crise financeira ou crise do *subprime* de 2008 foi desencadeada devido à concessão em massa de créditos imobiliários por empresas estadunidenses (chamados subprime, em inglês), cujas falhas no sistema de regulação levou à insolvência de bancos. A sua repercussão na bolsa de valores e na economia mundial culminou em uma recessão econômica de nível global que surtiu diversos movimentos de resistência, como o *Occupy Wall Street*. Os movimentos contemporâneos de ocupação, de maneira geral, se inserem também nesse contexto de crítica a um modelo que gera a concentração de recursos e a desigualdade social.

[5]O thatcherismo faz referência à ideologia política do governo da primeira-ministra Margaret Thatcher, eleita pelo Partido Conservador britânico de 1979 a 1990, tendo sido uma importante referência do liberalismo econômico, em que se prioriza os interesses de ordem econômica às questões sociais. Seu governo resultou em grande elevação da taxa de pobreza e desemprego no Reino Unido.

a uma prática de fronteira que tira a liberdade de movimento e circulação. Ocupar, nesse contexto, é, portanto, uma busca pela liberdade perante um Estado controlador, em nome da "segurança" nacional e liberal, quando se trata da garantia de direitos como à moradia e ao trabalho.

Os exemplos acima apontam para um sentido de ocupação que resiste a uma política de controle ou disciplina dos corpos pelo Estado, conforme denunciado por Foucault (2014). É possível fazer um paralelo entre eles e as ocupações por moradia no Brasil contemporâneo, na medida em que elas também resistem a uma política higienista e segregacionista, que tem como representação máxima os conjuntos habitacionais isolados nas periferias urbanas.

Do ponto de vista da política habitacional, como aponta Pruijt (2013, p. 22), a história da Europa revela que "há uma opinião amplamente compartilhada sobre quem merece e quem não merece uma moradia"[6]. O autor cita exemplos, como o da Inglaterra de 1960 e 1970, quando apenas casais com filhos eram elegíveis para políticas habitacionais e os indivíduos não reconhecidos pelas autoridades com uma necessidade genuína de moradia não possuíam acesso a ela. Estavam incluídos neste grupo, segundo o autor, "pessoas cujo estilo de vida ostensivamente se desvia do convencional"[7]. Assim, historicamente, as ocupações surgem, de Sul a Norte, como uma forma de luta pela liberdade e garantia de direitos diante de uma distribuição desigual das formas precárias de existência, conforme Butler (2012):

> Quer seja declarado explicitamente ou não, todo esforço político para administrar populações envolve uma distribuição tática da precariedade, mais frequentemente do que não articulada por meio de uma distribuição desigual da precariedade, que depende de normas dominantes a respeito de qual vida é digna de luto e vale a pena proteger e qual vida não é digna de luto, ou é marginal ou episodicamente digna de luto e, portanto, nesse sentido, já perdeu em parte ou no todo e, portanto, é menos digna de proteção e sustento[8] (BUTLER, 2012, p. 148).

O sentimento do desamparo perante o abandono pelo Estado atravessa fronteiras. Enquanto a crítica direta ao Estado tende a mobilizar grupos politicamente organizados na Europa (PRUIJT, 2013) e na América Latina (TORRES-VELÁZQUEZ, 2015b), nos Estados Unidos, as ocupações, em geral, possuem um caráter voltado para suprir uma necessidade individual, o que Herbert (2018) chama "*survival squatting*", ou "ocupação por sobrevivência". Neste país, as ocupações se associam menos a movimentos sociais organizados e ocorrem de maneira mais silenciosa, ainda que a construção de laços afetivos e espaços coletivos de troca e solidariedade

[6] Traduzido do original, em inglês: "*a specific status that allows them to be seen as deserving accommodation. Generally, there is a broadly shared opinion about who does and who does not deserve to be housed*" (PRUIJT, 2013, p. 22).

[7] Traduzido do original, em inglês: "*people whose lifestyle ostensibly deviates from the mainstream*" (PRUIJT, 2013, p. 25).

[8] Traduzido do original, em inglês: "Whether explicitly stated or not, every political effort to manage populations involves a tactical distribution of precarity, more often than not articulated through an unequal distribution of precarity, one that depends on dominant norms regarding whose life is grievable and worth protecting and whose life is ungrievable, or marginally or episodically grievable and so, in that sense, already lost in part or in whole, and thus less worthy of protection and sustenance" (BUTLER, 2012, p. 148).

também aconteça, diante de uma sociedade notadamente individualista e marginalizadora. A natureza obscura de tais ocupações, contudo, faz com que sejam pouco estudadas ou sequer estimadas pelas autoridades, que julgam tratar-se de um fenômeno restrito à realidade dos países "em desenvolvimento"[9] (HERBERT, 2018).

Herbert (2018) destaca as ocupações de vazios urbanos causados por um processo de declínio das cidades norte-americanas no contexto urbano pós-industrial, como Detroit (Michigan). Mesmo diante da ineficiência por parte do Estado para coibir as ocupações nesses contextos, a autora denuncia a criminalização das ocupações por meio de leis estaduais que autorizam o uso de força policial para efetuar despejos e a prisão para ocupantes.

Do outro lado do mapa, em Oakland (Califórnia), onde as indústrias de tecnologia aprofundaram a desigualdade de renda e dificultaram o acesso à moradia[10], o coletivo *Moms for Housing*[11], ou "Mães por Moradia", ocupou casas na baía, tensionando a generalização de que as ocupações no país não se associam a movimentos sociais organizados. Sob o argumento de que há quatro vezes mais casas vazias que pessoas sem lar na cidade, mulheres da comunidade negra se reuniram para permanecer em um bairro historicamente negro, onde laços comunitários oferecem o que identificam como a "única" rede de segurança possível e necessária para suas famílias[12]. Casos como esses apontam para o quadro de criminalização e segregação espacial que também marca as experiências de ocupantes nos Estados Unidos.

De modo geral, segundo Aguilera e Smart (2016), os países do Norte global não possuem uma estrutura de governança que incorpore as ocupações como parte da economia urbana. Já no Sul global, a presença dos movimentos sociais, embora não possa ser generalizada, tem contribuído para que as ocupações sejam maiores e mais duráveis, criando mecanismos de institucionalização de políticas públicas com mais frequência. Esse sentido de ocupação no Sul global como "tática disruptiva" de entrada forçada no tecido urbano, perturbando a ordem e os canais convencionais de acesso a recursos, faz parte do reconhecimento da informalidade como prática de auto-organização solidária e estratégia de sobrevivência e luta diante da ausência ou omissão de um Estado em que não se pode confiar.

Contudo, para compreender essa "tática disruptiva" e a presença de grupos organizados nas ocupações, em especial no contexto da América Latina, de onde falamos, é imprescindível tocar na questão da propriedade privada e da concentração de terras. Aguilera e Smart (2016)

[9] O filme *Nomadland*, ganhador do Oscar de Melhor Filme em 2021, contribuiu para visibilizar os modos de existência da comunidade de nômades, em geral, pessoas mais velhas que moram em trailers e circulam pelo país em busca de empregos temporários, um dos fenômenos que resultaram da grande recessão da crise de 2008. A obra reforça o lugar da arte no rompimento com visões normativas e hegemônicas, como a crítica ao *American Dream*, ou Sonho Americano de uma vida bem sucedida na sociedade norte-americana.

[10] Após a crise financeira de 2008, tornou-se comum na região incorporadoras imobiliárias comprarem em leilão moradias a preços baixos para reformá-las e revendê-las a altos preços, prática conhecida como *flipping*, o que aqueceu o mercado imobiliário.

[11] Mais sobre o coletivo *Moms for Housing* em https://moms4housing.org/aboutm4h.

[12] Lembramos, aqui, a forte segregação racial que marca a ocupação do espaço urbano nos Estados Unidos.

defendem que o fenômeno das ocupações está intimamente conectado às relações de propriedade e de dominação que atravessam tais contextos, especialmente se observarmos as ocupações nas cidades do Sul global, marcadas pela colonização que gerou a despossessão de terra e de direitos de moradia para muitos. A forma de morar tem a ver, portanto, com a forma como a terra é alocada e alienada (AGUILERA; SMART, 2016).

Para Quijano (2005), o processo de concentração de terras no *colonialismo*[13] gerou profundas consequências para a distribuição do trabalho e das relações raciais na América Latina. A partir da perspectiva decolonial, o autor afirma que a noção de raça foi estabelecida como instrumento de classificação social da população colonizada, a fim de legitimar um processo de dominação que segue em curso. Esse controle social e cultural pelo colonialismo perpassa a dimensão da corporalidade, "concebida como o 'nível decisivo das relações de poder'" (OLIVEIRA, 2020, p. 115), e se dá por meio da repressão de crenças, ideias, imagens, símbolos, de modos de significação e produção do conhecimento, de recursos e de instrumentos de expressão intelectual e visual.

Com isso, a formação das cidades latino-americanas foi atravessada pela necessidade da terra enquanto viabilidade da reprodução da vida desses corpos racializados. O movimento de ocupação de terras que aqui analisamos assume, portanto, a forma de resistência ao modelo de normatização colonial e de capitalismo dependente, imposto pelo colonialismo (RAMA, 2015). Para além de uma reação dos excluídos diante de uma ausência do Estado, trata-se também de uma ação contra a hegemonia eurocêntrica de conceber e planejar a produção do espaço e as políticas públicas habitacionais, sustentada a todo momento pela racialização dos corpos (QUIJANO, 2005). Essa nova roupagem das ocupações no urbano contemporâneo a que nos referimos irá, portanto, ressignificar sujeitos e estratégias de uma luta histórica, em consonância com o que afirmam Costa e Guerreiro (2020):

> Considerando essa resistência e a possibilidade de outros modos de vida para além da normatização colonial, mas também a adaptação e funcionalidade desta dinâmica ao capitalismo dependente, é necessário localizar o fenômeno da ocupação de terra – urbana e rural – dentro de marcos históricos e geográficos próprios à situação latino-americana. Pois sua potência política não pode ser medida apenas com a régua do modelo hegemônico de luta operária. (...) Com esta régua única, perde-se a noção de sujeito de necessidades – materiais e imateriais, historicamente e espacialmente constituídas – e normatiza-se, autonomizando, o acesso às necessidades por meio da forma mercadoria, que compreende dentro de um mesmo conjunto as formas de vida para além do trabalho produtivo (COSTA; GUERREIRO, 2020, p. 405-407).

A prática de ocupação de terras tornadas propriedade privada a partir da colonização como movimento de resistência para garantir a reprodução da vida faz parte da história da América Latina. Quando a ampliação do sistema capitalista no continente se apoiou no processo

[13] Para Quijano (1992), o *colonialismo* se refere à relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes.

de industrialização e modernização da agricultura, o deslocamento de pessoas e famílias da área rural para as periferias das regiões centrais na busca por emprego, moradia e condições de subsistência pautou a expansão urbana das grandes metrópoles (TORRES-VELÁZQUEZ, 2015b). Essa expansão se deu, contudo, de modo segregacionista, em um processo que gerou uma classe de trabalhadores que sobreviviam a condições precárias de miséria, garantindo a acumulação de capital (COSTA, 1997).

Enquanto, mais tarde, os mecanismos de reestruturação produtiva levaram a uma redistribuição e desconcentração espacial do emprego, reduzindo a possibilidade de trabalho para as classes mais pobres nas áreas centrais, a dinâmica de valorização imobiliária das grandes cidades seguiu expulsando os mais pobres em direção à periferia (LIPIETZ, 1996). Neste cenário, emergem os movimentos organizados de luta por moradia e serviços públicos (TORRES-VELÁZQUEZ, 2015b), e os governos buscam negociar e regular tais demandas em uma política populista, a fim de garantir o ordenamento territorial e o avanço da modernização.

Contudo, como aponta Silva (2018), nesse processo de segregação socioespacial, prevalece uma condição de cidadania privilegiada pela raça, sendo que sua origem não se encontra exclusivamente na propriedade privada. Em diálogo com Foucault (2014), a autora reforça o sentido da propriedade como instrumento de tecnologia ou dispositivo de controle por parte do Estado, que deseja conduzir a sociedade. Por trás de tal condução, predomina uma ideologia hegemônica branca e eurocêntrica, em um controle que se dá na localização da moradia, na forma de morar e nas regras de convivência (SILVA, 2018).

> (...) percebe-se o lugar das pessoas negras no espaço urbano como a reificação do espaço social: mais ou menos periférico, mais ou menos incompleto, mais ou menos garantido, mais ou menos precário. Assim acontece com o lugar da moradia, com as possibilidades de trabalho, com o acesso à educação e com a condição de cidadania em geral (SILVA, 2018, p, 211).

As ocupações urbanas são um movimento de resistência da negritude que se revela em um conjunto de práticas sociais que trazem consigo a ruralidade, como o cultivo de alimentos e ervas, ressignificando os lugares negros, "pois não trata-se simplesmente de manifestações da precariedade inferiorizada, mas de ricas práticas culturais de resistência, de matriz indígena e africana em diáspora (SILVA, 2018, p. 195-196). O processo das ocupações constitui, ainda, formação para a cidadania através da luta e resistência negra, por meio do enfrentamento ao racismo, ao preconceito e à discriminação: "ocupação urbana é mulher negra, mãe e guerreira, o contraponto do homem branco dominador estabelecido pelo projeto da modernidade" (p.196). Galera (2019) também destaca a dimensão da ancestralidade nas práticas vivenciadas nas ocupações que se aproximam ao contexto rural.

Observa-se, contudo, uma divergência entre ocupações que se configuram somente enquanto estratégia de negociação ou aquelas que se pretendem um fim em si mesmas pela moradia. Por exemplo: no cenário mais recente no Brasil, as ocupações de moradia em São Paulo

promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ficaram muito conhecidas, bem como movimentos como o Ocupe Estelita, em Recife[14]. Trata-se de iniciativas em que a ocupação se apresentou enquanto estratégia de negociação da garantia de algo posterior, seja a inserção em programas de moradia, como em alguns dos casos de São Paulo, ou a interrupção de um processo gentrificador ancorado no argumento da requalificação urbana, como no caso do Ocupe Estelita. Não eliminando a sinergia da luta que tais movimentos produzem, ambos têm como objetivo o fim da ocupação.

Costa e Guerreiro (2020) apontam como essa distinção entre "ocupar para morar" e "ocupar para negociar" marcou a trajetória das ocupações urbanas no contexto de São Paulo. A ocupação de prédios vazios no centro paulista a partir dos anos 2000 se estabeleceu como principal estratégia de negociação, a fim de pressionar políticas públicas. Contudo, esse movimento tomou novos contornos após a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que reconfigurou a agenda nacional de política habitacional. Atualmente, as ocupações na área central tornaram-se um modelo de gestão de moradias e pessoas, que se efetiva no presente em um sentido de "ocupar pra morar" atravessado pela permanência provisória e pela "autogestão do cotidiano em luta por moradia digna definitiva" (COSTA; GUERREIRO, 2020).

> A magnitude quantitativa que este ciclo ganha já demonstra que estão artificialmente aglutinadas sob a mesma narrativa dinâmicas muito diversas, com enorme variação de matizes, transitando de maneira indistinta entre o direito, a organização política, a gestão e o negócio, com predominâncias variáveis (...). Essa autonomia da forma em relação ao conteúdo tem uma determinação histórica que precisa ser melhor compreendida. (COSTA; GUERREIRO, 2020, p. 416).

Ainda que o "paradigma paulista" de modelo de resistência urbana tenha inspirado outros movimentos no contexto nacional, as mais recentes ocupações urbanas em Belo Horizonte apresentam como o sentido de "ocupar para morar" tornou-se o mais adotado e também o que obteve maiores chances de sucesso (PAOLINELLI; CANETTIERI, 2020). Como veremos, a ocupação Rosa Leão se insere nesse grupo, o que trará especificidades no modo como os sujeitos se relacionam com o território na vida quotidiana e na luta por direitos.

Esse breve giro pelo universo das ocupações e da produção científica sobre elas nos chamados Norte e Sul global não esgota os diversos enquadramentos em que tais processos de resistência se dão. Sem ignorar o risco de tais generalizações contribuírem para o apagamento de processos históricos específicos, pretendemos situar, em alguma medida, a ocupação aqui estu-

[14] O movimento Ocupe Estelita surgiu em 2012, na cidade de Recife, como resistência à destruição do pátio ferroviário e armazéns do Cais José Estelita, importante referência da história da cidade. Sua destruição estava vinculada à realização de um empreendimento imobiliário no local, o Projeto Novo Recife, um movimento de "revitalização" de centros urbanos inspirado na compreensão neoliberal de planejamento urbano que se tornou recorrente no século XXI nas grandes cidades brasileiras. O movimento ganhou visibilidade em escala nacional e contribuiu para adiar a realização do empreendimento, mas não impediu sua concretização. Em março de 2019, os armazéns foram completamente destruídos e os acampamentos no local, desmontados.

dada no contexto urbano contemporâneo latino-americano[15]. A seguir, adentramos os aspectos locais que caracterizam a emergência da Rosa Leão na cidade de Belo Horizonte e sua região.

1.1.2 Contextualizando o ciclo de lutas das ocupações em Belo Horizonte

Os dados mais recentes sobre o déficit habitacional, elaborados pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2021), destacam que, em 2019, o déficit habitacional estimado para o Brasil foi de 5.876 milhões de domicílios. Os dados do mesmo ano para a RMBH informam que há um déficit de 107.044 de domicílios, o que representa 1,8% do déficit total do país. Acompanhando a realidade nacional, o principal componente do déficit habitacional na RMBH foi o ônus excessivo com o aluguel urbano: ao todo, 81.734 de domicílios, cuja renda domiciliar era inferior a três salários mínimos, utilizaram mais de 30% desta com aluguel, o que representa 76,4% do total do déficit da RMBH. Em seguida, vieram as habitações precárias[16], o que corresponde a 18,9% do déficit, e, por último, a coabitação[17], com o equivalente a 4,7% do déficit total.

Diante desse cenário de déficit, alguns dados apontam para a produção de moradia em Belo Horizonte. Segundo o Relatório sobre Direito à Moradia, elaborado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Belo Horizonte[18] (CMBH, 2020), desde 2009, foram entregues 7.928 unidades habitacionais em Belo Horizonte por programas públicos[19]. Em 2009, o PMCMV teve mais de 200 mil inscritos no município e entregou somente 4.679 unidades da faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos entre os anos de 2013 e 2017. Por outro lado, desde 2009, pelo menos 15.781 moradias foram autoproduzidas no município em cerca de 30 ocupações (PAOLINELLI; CANETTIERI, 2020)

Esse contexto informa o lugar das ocupações urbanas no cenário de luta pela moradia e na provisão habitacional em Belo Horizonte e RMBH[20]. A narrativa da gênese desse fenômeno passa pela trajetória de dois processos imbricados entre si: o da mobilização social e o das políticas estatais. A seguir, apresentamos um esforço de traçá-los[21].

[15] Mesmo no município de Belo Horizonte, há uma diversidade de formas de ocupar, para além das ocupações por moradia aqui em análise, como ocupações artísticas (Espaço Comum Luiz Estrela), anticapitalistas e autônomas (Kasa Invisível) ou ligadas à causa feminista de apoio a mulheres vítimas de violência (Casa de Referência da Mulher Tina Martins), para referenciar algumas.

[16] Inclui domicílios improvisados, conforme CADÚnico, que se trata de local construído sem fins residenciais que serve como moradia (prédios em construção, viadutos, vagões de trem, carroças, tendas, barracas, grutas etc.), e domicílios rústicos que não possuem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto e risco de contaminação por doenças (FJP, 2021).

[17] Ocorre quando mais de uma família habita o mesmo domicílio (FJP, 2021).

[18] O relatório foi elaborado com o suporte de dados fornecidos por grupos de pesquisa e movimentos sociais, e pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel).

[19] Desse total, 167 pelo Programa de Arrendamento Residencial – PAR, 1.448 pelo Orçamento Participativo da Habitação e 6.313 pelo Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

[20] As ocupações urbanas são comumente compreendidas enquanto um fenômeno de escala metropolitana, uma vez que resultam de processos de exclusão socioespacial que não encontram limite no limite municipal, mas acometem populações advindas de diversos pontos da periferia urbana.

[21] Destacamos o texto de Paolinelli e Canettieri (2020) como importante referência na construção dessa linha do tempo. De modo geral, a coletânea "Não são só quatro paredes e um teto: uma década de lutas nas ocupações urbanas

Em 1979, Bolaffi (1979) já mencionava como as políticas habitacionais adotadas pelos governos brasileiros encaravam a habitação como um "falso problema", priorizando questões de ordem econômica. Os primeiros investimentos nacionais em política habitacional eram financiados por trabalhadores, por meio dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), restringindo a política ao universo do trabalho formal (CARDOSO, 2001). A criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, em meio à ditadura militar, resultou das relações de interesses entre o Estado e o setor privado garantidor da execução das políticas habitacionais, engessou um modelo que privilegiava a classe média (CAMPOS, 2011). Em 1986, a política fracassada do BNH foi extinta e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) passou a ser disputado entre setores do governo para ser destinado a outros investimentos. A política austera dos anos 1980 e 1990, marcados pelo controle pelo capital internacional representado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, acabou por limitar as possibilidades da política habitacional em nível nacional (CARDOSO, 2001).

Enquanto isso, historicamente, a situação da política habitacional em Belo Horizonte também se viu influenciada pelo contexto econômico e pela dinâmica de ocupação espacial da população. Nos anos 1950, a chegada das grandes indústrias à RMBH iniciou uma disputa entre proprietários de terra e especuladores imobiliários no entorno das áreas industriais para retenção e parcelamento de terras (COSTA, 1994). Já nos anos 1970, a nova industrialização mineira trouxe vultosos volumes de capital industrial para os vetores Oeste e Norte Central (COSTA; MENDONÇA, 2010). Enquanto isso, a moradia ficou a cargo de setores privados e sujeita à dinâmica do capital imobiliário, o que resultou na segregação da população, intensificada por processos privados de parcelamento de terra consentidos pelo poder público.

Nos anos 1980, em meio aos processos de resistência e luta pela redemocratização, o movimento de favelas e de moradia, formado por grupos como a União dos Trabalhadores da Periferia (UTP), a Pastoral de Favelas da Igreja Católica e a Federação das Associações de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte (FAMOBH), se fortalece. Tal resistência estava em diálogo com o processo de mobilização pela reforma urbana, movimento em luta pela ampla democratização das cidades, o que incluía acesso à moradia e a serviços urbanos, em uma perspectiva de cidadania e de acesso a direitos. O resultado desse processo foi a estruturação da legislação pioneira do Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA) (SOMARRIBA, 1996).

Mais tarde, o acúmulo de lutas no âmbito municipal culminou na criação da Frente BH Popular, que levou à eleição de Patrus Ananias (Partido dos Trabalhadores), que governou entre 1993 e 1996 em uma gestão de amplo caráter democrático. Nesse momento, a política habitacional ganhou espaço no âmbito municipal, com a criação do Fundo Municipal de Habitação [1993], do Conselho Municipal de Habitação (CMH) [1993] e da Companhia Urbanizadora de Belo

da Região Metropolitana de Belo Horizonte", organizada por Canettieri *et al.* (2020), tornou-se uma importante produção para situar o debate sobre as ocupações urbanas nesse contexto metropolitano na contemporaneidade.

Horizonte (Urbel) [1994], viabilizando diversos programas (PAOLINELLI; CANETTIERI, 2020, p. 55). Houve um processo de institucionalização de sujeitos e organizações antes mobilizadas, inaugurando, também, a descentralização das políticas setoriais, e fazendo o poder público chegar às regiões mais vulneráveis da cidade.

Conforme avaliam Paolinelli e Canettieri (2020), as esferas de participação e controle social, que ainda eram frágeis no governo Patrus, se desintegraram nas gestões municipais seguintes, de caráter menos democrático e mais alinhado aos interesses do mercado. O maior destaque na política habitacional nesse período foi o programa Vila Viva [2005], que, dentro de uma lógica higienista, sustentada no argumento da salubridade do meio, promoveu uma série de remoções nas vilas e favelas, em obras de abertura de vias, por exemplo, que serviam ao circuito capitalista de produção do espaço.

Um novo ciclo de lutas se instaurou na região, com o surgimento de ocupações urbanas organizadas por movimentos, como o das Brigadas Populares, surgida em 2003, com destaque para as ocupações Caracol [2006], João de Barro I [2007], João de Barro II [2007] e João de Barro III [2008], despejadas meses depois. Antes mesmo, destaca-se a ocupação, em 1996, da Vila Corumbiara, que deu origem mais tarde ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)[22], localizada na região do Barreiro, eixo de expansão industrial da RMBH e que abriga importante histórico de ocupação na cidade[23].

Como bem avaliam Paolinelli e Canettieri (2020), as tentativas frustradas de ocupação de prédios indicaram um caminho para a ocupação de terrenos na periferia da cidade, inaugurada com a bem sucedida ocupação Camilo Torres [2008]. Quando, em 2009, o empresário Márcio Lacerda (Partido Socialista Brasileiro) foi eleito prefeito de Belo Horizonte, a forma de gestão do planejamento estratégico atingiu seu ápice no âmbito municipal, o que repercutiu na radicalização da resistência dos movimentos populares e culturais urbanos.

Entre 2009 e 2015, após Márcio Lacerda assumir a Administração Municipal, mais de vinte ocupações urbanas surgiram em Belo Horizonte e nenhuma delas foi despejada no mesmo período (PAOLINELLI; CANETTIERI, 2020). A Figura 6 apresenta sua distribuição no território. Atualmente, na RMBH, estima-se que mais de 20.000 famílias vivam nessas

[22] O MLB é um movimento de massas na luta pela Reforma Urbana que se formou oficialmente em 1999, a partir da experiência da Vila Corumbiara. Encontra-se vinculado ao Partido Comunista Revolucionário e atua em diversos estados brasileiros para além de Minas Gerais, como: Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul (LOURENÇO, 2020).

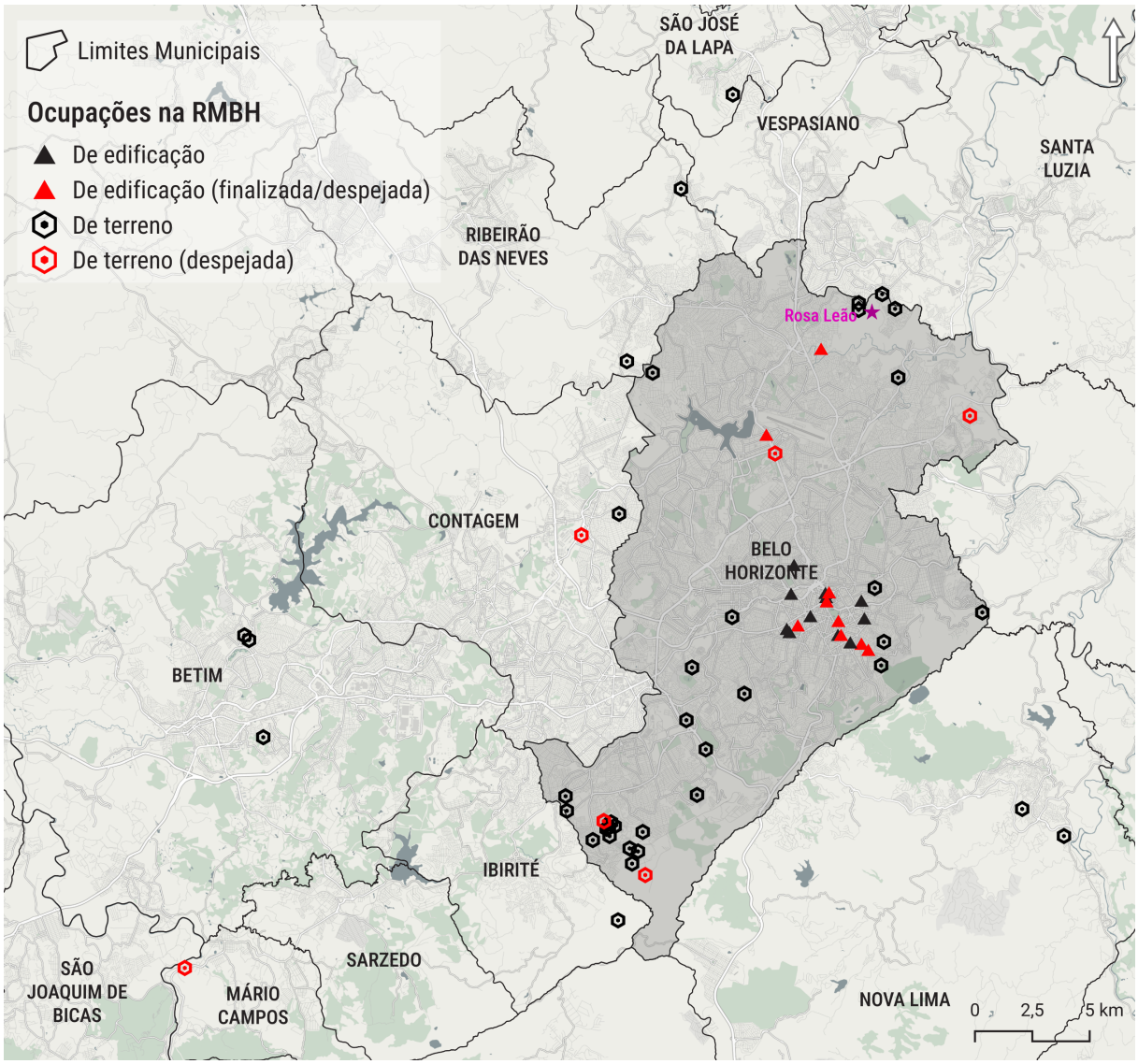
[23] Outros processos emblemáticos de ocupação por moradia ocorreram na cidade nos anos 1990, a partir da mobilização dos núcleos de moradia, como o da Vila Mariquinhas, na região Norte. Os núcleos de moradia resultaram dos Movimentos dos Sem Casa que, na gestão da Frente BH Popular, viram na ocupação de terras vazias a oportunidade de negociar a entrada de famílias na política do Orçamento Participativo de Habitação – OPH, que advinha de recursos do Fundo de Habitação. Os núcleos são, portanto, uma forma de organização popular de luta por moradia em fóruns reconhecidos institucionalmente. Como apontam Paolinelli e Canettieri (2020), essa institucionalização da mobilização contribuiu para gerar um falso antagonismo entre os núcleos de moradia e o movimento das ocupações urbanas, surgidas a partir dos anos 2000, ao ponto de integrantes dos núcleos acusarem moradores de ocupações de "furar a fila" da política habitacional.

condições (CRUZ; SILVA, 2019), o que revela a força desse movimento e sua vitória diante de tentativas frustradas do Estado de promover o despejo[24]. Como avaliam as investigações (BIZZOTTO, 2015; PAOLINELLI; CANETTIERI, 2020), tal sucesso foi possível também graças à formação de uma rede de apoiadores, composta por movimentos sociais, universitários, advogados populares, representantes do legislativo, defensores públicos, jornalistas, artistas e intelectuais, a qual contribuiu para a visibilidade do movimento e a conquista da opinião pública[25].

[24]Segundo dados da Pesquisa Panorama de Conflitos Fundiários 2019-2020, os conflitos fundiários no país atingiram mais de 62 mil famílias, ou 248 mil pessoas, sendo que mais de 59 mil famílias encontravam-se ameaçadas de despejo (CAFRONI, 2021). Com relação a Minas Gerais, foi levantado um total de 49 casos com 4.722 famílias envolvidas, sendo 75,5% dos casos registrados em Belo Horizonte. Na capital mineira, foram mapeados 37 casos, envolvendo 2.193 famílias. Para além dos conflitos, foram levantadas 2.807 famílias vivendo com insegurança da posse da moradia e 1.096 delas encontravam-se sob risco iminente de despejo, mesmo na pandemia. As pesquisadoras destacam que tais dados não refletem a realidade brasileira, diante da impessoalidade de muitos processos relacionados aos conflitos e a "pouca importância dada às condições das famílias afetadas" (CASTRO; PAOLINELLI; NEPOMUCENO, 2021, p. 21).

[25]Uma articulação ainda mais ampla dessa rede se deu com a ressurgência de movimentos urbanos após Junho de 2013, que, em Belo Horizonte, esteve na Assembleia Popular Horizontal e no movimento de resistência aos atingidos pelas reformas para a Copa do Mundo e a Copa das Confederações (COPAC - Comitê dos Atingidos pela Copa), que atuou entre 2011 e 2014 (PAOLINELLI; CANETTIERI, 2020).

Figura 6 – Mapeamento de ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)



Fonte: Elaboração própria da autora a partir de mapeamento realizado por Campos (2020).

Em Junho de 2013, as ocupações da Izidora, dentre as quais se localiza a Rosa Leão, teriam, em seu processo de resistência, a confluência de todos esses elementos apresentados. Contudo, somente em 2015, na gestão de Fernando Pimentel (Partido dos Trabalhadores) do governo estadual, quando as ocupações já eram notadamente um problema para o Estado de proporção metropolitana, foi então inaugurada a Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e outros grupos envolvidos em conflitos socioambientais e fundiários, fortalecendo o arcabouço institucional de negociação no âmbito jurídico.

Após o golpe, com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), em 2016, deu-se início a um processo de recolhimento de ações de resistência direta. Nesse contexto, conforme apontam Paolinelli e Canettieri (2020), as novas ocupações organizadas de

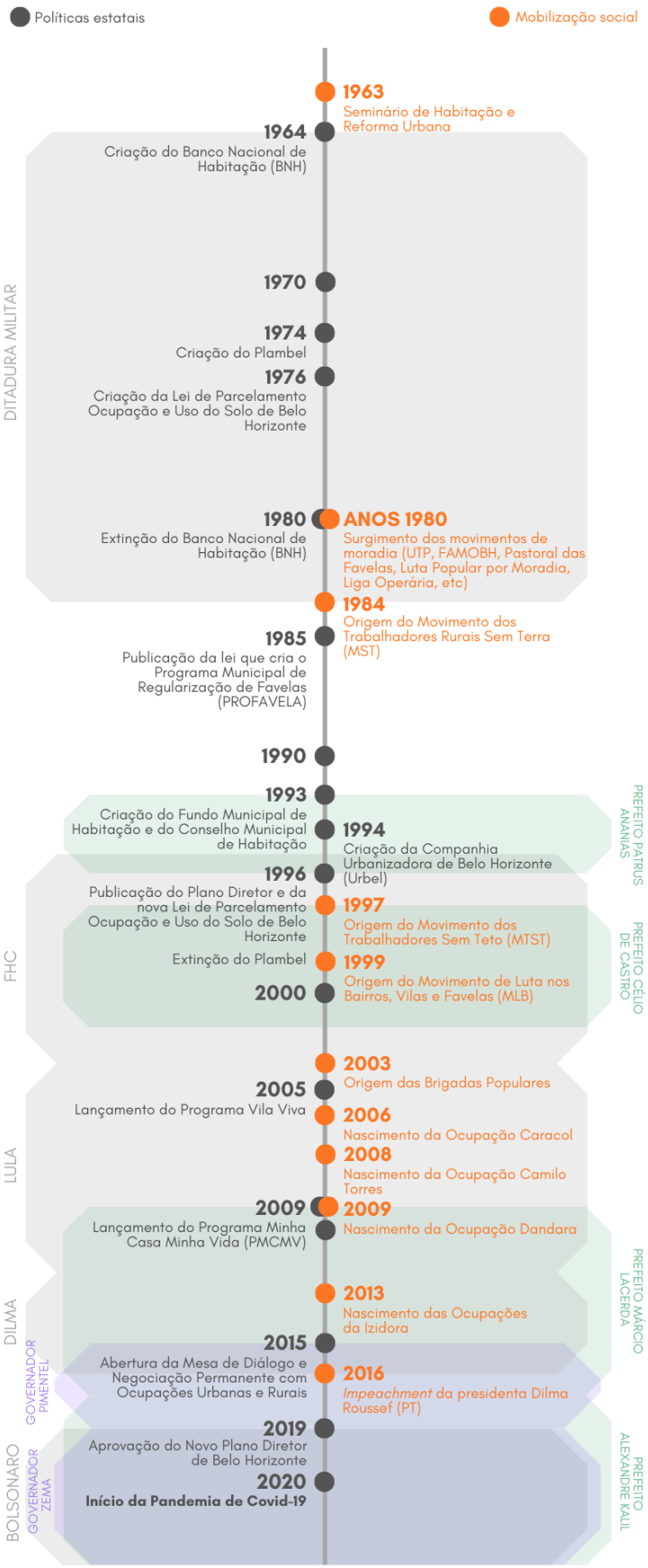
terrenos na periferia passaram a resistir menos às tentativas de despejos administrativos. Ainda que, após 2017, Belo Horizonte tenha sido cenário de ocupações de prédios vazios[26], a eleição do presidente Jair Bolsonaro (eleito pelo Partido Social Liberal, posteriormente, Sem Partido) e do governador Romeu Zema (Partido Novo), diante do fortalecimento da extrema direita desde o golpe de 2016, fortaleceu o processo já em curso de criminalização dos movimentos sociais e recrudescimento das possibilidades de enfrentamento e diálogo.

Por um lado, como estratégia de resistência nesse novo quadro, o movimento de resistência das ocupações, que inclui moradores e apoiadores, decidiu ocupar a institucionalidade[27], passando a exercer influência na política local, como quando assumiu grande peso na eleição de Alexandre Kalil à prefeitura após o então candidato revelar apoio às ocupações. Por outro, o avançar das lutas das ocupações trouxe dimensões da vida quotidiana e possibilidades de projetos comunitários, como creche, ações de agroecologia, cursinho popular, apoio ao trabalho ambulante, ampliando a luta para além da garantia de permanência. Nesse contexto, a dimensão da "ação cotidiana", como argumentam Paolinelli e Canettieri (2020), tornou-se uma grande potência de fortalecimento do movimento das ocupações, ainda que minadas com o advento da pandemia da Covid-19, que desmobilizou ao mesmo tempo em que potencializou ações de solidariedade. A seguir, apresentamos uma linha do tempo que resume o quadro apresentado acima.

[26]Destacam-se as ocupações Carolina Maria de Jesus (organizada pelo MLB), Pátria Livre (organizada pela Movimento de Trabalhadores por Direitos - MTD) e Vicentão (organizada pelas Brigadas Populares).

[27]Fazemos aqui referência ao movimento Muitas pela Cidade que Queremos, que em construção junto ao Partido Socialismo e Liberdade, elegeu Áurea Carolina (vereadora, em 2016, e deputada federal, em 2018), Andréa de Jesus (deputada estadual, em 2018), Cida Falabella (vereadora, em 2016) e Bella Gonçalves (vereadora, em 2018), formando a Gabinetona. Para mais informações: https://gabinetona.org/site/.

Figura 7 – Linha do tempo da mobilização social e da política habitacional em Belo Horizonte



Fonte: Elaboração própria da autora.

1.1.3 O movimento das ocupações urbanas

Como vimos, os movimentos sociais se apresentam como importantes aliados nas ocupações urbanas no contexto nacional. Não são raros, porém, os casos de ocupações que surgiram de forma espontânea, sem o apoio direto de movimentos sociais que, somente mais tarde, somaram-se à luta das famílias. Como veremos, a ocupação Rosa Leão, como parte das ocupações da Izidora, é um exemplo disso.

Ao refletir sobre uma reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, de 1999, sobre ocupações de edifícios na área central de São Paulo (SP), Costa e Guerreiro (2020) afirmam como ambos os repertórios de ocupação, organizados por movimentos sociais e espontâneos, sempre conviveram. Para os autores, as ocupações espontâneas poderiam ser compreendidas como uma potência, na medida em que simbolizam o transbordamento da luta política na cidade para além do movimento social organizado.

> (...) a reportagem mostra 8 ocupações "independentes", predominantemente periféricas de edifícios não entregues da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) – cuja pauta local não se articulava organicamente com as lutas da moradia mais gerais, parecendo mobilizar a "falta de opção", o que nos leva a pensar se o repertório das ocupações políticas já não estava em circulação, legitimando uma série de outras experiências para além dos marcos do modelo da União de Movimentos de Moradia (UMM). Ou, inversamente, se as ocupações espontâneas não alimentavam o repertório das articulações políticas dos movimentos populares em torno da política pública, buscando um "ordenamento democrático" da situação calamitosa da "falta de opção" (COSTA; GUERREIRO, 2020, p. 410).

Lourenço (2020) propõe pensarmos as ocupações urbanas enquanto um movimento social, sob o argumento de que "o conceito de movimento social no Brasil é elaborado a partir da experiência da ação direta, e esta característica se mantém com as reflexões que têm sido elaboradas a partir das ocupações de Belo Horizonte" (p. 102). Para o autor, seria limitado compreender somente as organizações políticas que apoiam as ocupações como agentes da ação direta e organizada. Tal ação ocorre por meio das famílias com o apoio externo de organizações militantes e de ativistas da burguesia, sendo muitos deles associados às instituições universitárias.

> A expressão movimento social é quase sempre utilizada como sinônimo para se referir a organizações políticas que se envolvem ou contribuem na promoção das ocupações, porém, quando falo de movimento social estou querendo me referir a todas as ações coletivas organizadas, não somente as organizações políticas que estão envolvidas (LOURENÇO, 2020, p. 100).

A tese de Lourenço (2020), com a qual concordamos, é que as ocupações podem ser compreendidas como esse todo orgânico que reúne sujeitos diversos. Desse modo, pensar as crianças nas ocupações urbanas é também uma busca por compreender a infância no interior de movimentos sociais (GOUVEA *et al.*, 2019).

Mas o que exatamente é um movimento social?

Alonso (2009) propõe uma revisão da produção teórica sociológica sobre os movimentos sociais que surgiram nos anos 1970. A autora aponta como as mobilizações coletivas de escala global carregadas de bandeiras identitárias, como os movimentos dos anos 1960 por direitos civis, feminismo e pacifismo, não se enquadravam na chave do marxismo e do funcionalismo, portanto, demandaram a revisão das teorias dos movimentos sociais. Dentre as vertentes explicativas de maior ressonância na América Latina, Alonso (2009) destaca a teoria dos novos movimentos sociais, que propõe uma interpretação cultural a partir de um enquadramento macro-histórico para explicar a mobilização social, embora rejeite o determinismo economicista da ação coletiva ou a ideia de um sujeito histórico universal.

Alguns teóricos clássicos dessa vertente são Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci (ALONSO, 2009). O argumento central desses autores é de que o capitalismo teria experimentado uma mudança macroestrutural no século XX, tendo deixado de ser centralizado na produção industrial e no trabalho. Assim, o que diferenciaria os "novos" movimentos é a ênfase cultural, que nos"velhos" estava na dimensão do trabalho. Segundo a autora, enquanto Touraine trouxe a noção de sociedade civil como ator coletivo de onde nascem os movimentos sociais na busca por uma ruptura de valores culturais predominantes ou regras institucionais, Habermas compreendeu que os novos movimentos sociais assumem uma forma de resistência simbólica à colonização do mundo da vida.

Já Melucci, ainda segundo a análise de Alonso (2009), teria apontou que, na sociedade da informação, o novo padrão de dominação se baseia no controle da produção de informação e na intervenção das relações sociais via ciência e tecnocracia. Assim, os movimentos sociais são uma reação aos rumos do desenvolvimento socioeconômico na busca pela reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas por meio de ações coletivas construídas por sujeitos que "se comunicam, produzem e negociam significados, avaliam e reconhecem o que têm em comum, tomam decisões" (p. 65), trazendo a emoção de volta à análise da ação coletiva como motivação para o engajamento político.

Segundo Alonso (2009), quando os movimentos sociais passaram a se burocratizar, as teorias sociológicas sofreram uma desestabilização, uma vez que o Estado deixou de se apresentar como o antagonista principal. Ao mesmo tempo, a produção e a circulação de conhecimento se tornaram a principal bandeira das ações coletivas, que passaram a se organizar em estruturas policêntricas de conexões formais e informais. Nas produções acadêmicas do campo, buscou-se repensar as teorias, trazendo a globalização e a violência como tópicos de maior relevo. Contudo, como aponta a autora, não houve um consenso sobre as mobilizações em escala global, dentre as quais podemos compreender que as ocupações se inserem.

Mezzadra e Gago (2017) também identificam que, mesmo diante de uma nova transformação da sociedade capitalista, as teorias dos novos movimentos sociais seguiram sendo as mais

recorridas para se pensar a mobilização social na atualidade. Propõem, entretanto, uma crítica a essa noção de movimentos sociais e partem de dois elementos: i) o distanciamento que as teorias deram da relação capital/trabalho, devido às mudanças radicais na forma como essa relação se deu, aproximando-se de assuntos identitários ou simbólicos; e ii) a criação de uma divisão do trabalho entre movimentos sociais e governo, como se a ação coletiva servisse à geração de demandas a serem apropriadas ou gerenciadas pelo Estado posteriormente. Para os autores, tais teorias impediriam a revelação de características importantes das ações contemporâneas, invisibilizando práticas emergentes na atual conjuntura da América Latina.

> O que temos em mente é uma política em que lutas autônomas e práticas auto-organizadas estimulam um acúmulo de forças que não está fadado a ser selado e fechado pela constituição de um partido ou pela ação de um governo. Nessa perspectiva, a produção de subjetividade e modos de vida surge como um campo potente de radicalização política[28] (MEZZADRA; GAGO, 2017, p. 477).

Para Mezzadra e Gago (2017), as raízes dos movimentos sociais encontram-se nas histórias de luta de trabalhadores desde o século XIX e, na América Latina em especial, nas revoltas populares e indígenas, ressaltando sua grande heterogeneidade colonial e pós-colonial. A partir do final dos anos 1990, a mobilização social gerou no continente uma institucionalidade para negociação de demandas via marcos legais e políticas públicas. Contudo, os autores denunciam uma limitação do olhar para a relação entre movimentos e institucionalidade somente à luz da cooptação e do conflito, em que o avanço da política pública é visto como um instrumento (cooptação) ou uma conquista (conflito).

Ainda segundo Mezzadra e Gago (2017), os ciclos de movimentos sociais com ênfase na autonomia e na barreira ao avanço da agenda neoliberal, que ocorreram mais fortemente a partir dos anos 2000, ajudaram a construir uma crítica à democracia representativa como mecanismo da participação e uma compreensão de que a concretização de direitos depende do poder popular. Tais ações coletivas teriam desafiado radicalmente as formas de consenso de classe, racista e sexista, características da ação social e política dos movimentos sociais, segundo a teoria sociológica, e apontavam para a importância de compreender como a efervescência do poder comum inclui a heterogeneidade e a multiplicidade. Como se referem os autores, não se tratava mais de "unidade" entre movimentos, mas de "ubiquidade", reforçando a dimensão territorial e da vida quotidiana.

> Precisamente por meio dessa "imersão"na vida cotidiana, a teia de lutas que nós resumimos brevemente não pode ser reduzida à formulação de um conjunto de demandas que seriam mais ou menos atendidas por políticas públicas em

[28] Traduzido do original, em inglês: "*What we have in mind is a politics in which autonomous struggles and practices of self-organization spur an accumulation of forces that is not bound to be sealed and closed off by the constitution of a party or the action of a government. In this perspective, the production of subjectivity and modes of life emerge as a potent field for political radicalization*" (MEZZADRA; GAGO, 2017, p. 477).

> um segundo momento. Certamente, essa leitura é muito difundida na América Latina e pode até encontrar - no plano descritivo - comprovação significativa nas experiências dos últimos anos. Porém, o que se perde nessa leitura é o momento de *desvio*, *transbordamento*, *ruptura* e *excesso* na ação dos movimentos - o que Luis Tapia (2008) denomina *política salvaje* ('política selvagem'). É justamente esse momento que explica a produtividade política específica que, a partir desse tecido cotidiano de práticas, tem permitido aos movimentos abrir e problematizar uma série de questões e terrenos de lutas que não se reduzem a 'demandas' específicas. Estamos falando de um tipo de empoderamento não só democrático, mas também produtivo; ou, em outras palavras, que leva a questão democrática ao próprio terreno da produção[29] (MEZZADRA; GAGO, 2017, p. 485).

Esse reencontro com o terreno da produção implica a compreensão do modo de exploração econômica na América Latina, a partir do que os autores chamam de "modelo de economia extrativista". Tal modelo se baseia na intensificação de processos extrativistas, como a mineração e o agronegócio, e na penetração da financeirização na economia popular diante do aumento do consumo de crédito. Esse contexto teria favorecido o surgimento do que chamam de "economias barrocas", uma nova forma de articulação das atividades econômicas com os recursos estatais que combina as microeconomias proletárias e a ilegalidade. As economias barrocas questionam o sentido de prosperidade e bem-estar, ao passo que recuperam memórias e produzem cidade, negócios e política. Para Mezzadra e Gago (2017), a junção do neodesenvolvimentismo com o avanço do neoliberalismo significou, no continente latino-americano, a apropriação pelo capital financeiro de formas heterogêneas de cooperação social que constituem a base de economias barrocas.

Nesse cenário, um novo tipo de insurreição e forma de organização popular emergiu na América Latina, no qual se destaca o poder de impedir o avanço de políticas neoliberais (como uma ação de despejo, se traçarmos um paralelo no caso das ocupações urbanas). Os autores defendem que essa conjuntura insere os movimentos sociais contemporâneos numa trama densa e heterogênea de práticas quotidianas, de temporalidades e espacialidades muito distintas daquela antes experimentada no chão da fábrica ou nas associações de bairro. E argumentam, portanto, que os movimentos sociais se tornaram economias populares.

> O que nos confronta é uma passagem dos movimentos sociais para a extensão e incorporação de suas premissas em certas economias populares. Isso implica o estabelecimento da materialidade de um conjunto de aparelhos de gestão

[29] Traduzido do original, em inglês: "*Precisely through this 'immersion' in daily life, the web of struggles that we briefly named cannot be reduced to the formulation of a set of demands that would be more or less satisfied by public policies in a second moment. Certainly, this reading is widespread in Latin America and can even find—on a descriptive plane—significant verification in the experiences of recent years. However, what is lost in this reading is the moment of deviation, overflowing, rupture, and excess in the action of movements—what Luis Tapia (2008) terms política salvaje ('savage politics'). This moment is precisely what explains the specific political productivity that, based on this everyday fabric of practices, has enabled movements to open up and problematize a series of issues and terrains of struggles that are not reducible to specific 'demands.' We are speaking of a type of empowerment that is not only democratic but also productive; or, in other words, that takes the democratic question to the terrain of production itself*" (MEZZADRA; GAGO, 2017, p. 485).

> urbana, a construção de autoridade sobre os territórios e a coordenação de redes transnacionais comerciais e produtivas "de baixo"[30] (MEZZADRA; GAGO, 2017, p. 488).

A tese de Mezzadra e Gago (2017) é que a economia popular joga luz em outras experiências e formas de trabalho que desafiam a relação clássica salarial. Nesse processo, mulheres, desempregados e migrantes são protagonistas e trazem consigo subjetividades e modos de vida que desafiam o imaginário e a linguagem dos movimentos sociais clássicos, ao serem atravessados por relações conflitivas que, ao mesmo tempo em que transbordam a lógica neoliberal, se alimentam das relações do neoextrativismo. Essas práticas propõem, contudo, outras formas de imaginação política, ao questionar a democratização da produção, a eficácia da cooperação social e propor uma nova definição de qualidade de vida e felicidade.

Retomando o universo das ocupações urbanas, Paolinelli e Canettieri (2020) destacam como esse movimento criou novas narrativas políticas e novos imaginários de luta no Brasil. Ressaltam, portanto, o aspecto criativo desse fenômeno, inserido numa conjuntura de ampliação das agendas dos movimentos sociais, que passaram a incorporar outros atores em sua rede de apoio e integrar a institucionalidade.

> (...) passa a haver um movimento duplo que se retroalimenta: um apoio múltiplo das esquerdas aos grupos de ocupantes, fortalecendo a legitimidade política da prática da ocupação – não apenas como estratégia para garantia da moradia, vale lembrar, transbordando também para outros usos, como os culturais e políticos – e um crescente engajamento de base popular nos movimentos sociais que, posteriormente, avança também para dentro dos partidos políticos de esquerda. As ocupações se tornam o foco e o canal direto de uma construção política de base profundamente urbana, ganhando a forma de rede e conquistando apoio de ativistas, militantes, advogados populares, acadêmicos e técnicos (PAOLINELLI; CANETTIERI, 2020, p. 17).

A presença de movimentos sociais organizados em torno da luta urbana pela moradia faz parte da história mais recente de resistência da América Latina. Paolinelli e Canettieri (2020) apontam que, quando nasceu a ocupação organizada *La Victoria*, no Chile, em 1957, importante marco da mobilização por moradia no contexto urbano do continente, surgiam no Brasil os movimentos dos favelados e associações de bairro periféricas. Os autores mostram como, nos anos 1980, já no centro da retomada democrática, muitas iniciativas de ocupação aconteceram na periferia das grandes cidades, com o suporte de movimentos que surgem neste período, tais como: a União Nacional por Moradia Popular – UNMP [1989], o Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM [1990], a Central dos Movimentos Populares – CMP [1993], e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST [1997].

[30] Traduzido do original, em inglês: "*What we are confronted with is a passage from social movements to an extension and incorporation of their premises into certain popular economies. This implies the establishment of the materiality of an ensemble of apparatuses of urban management, the construction of authority over territories, and the coordination of transnational commercial and productive networks 'from below.'*" (MEZZADRA; GAGO, 2017, p. 488)

Em uma análise dos movimentos sociais urbanos no Brasil, Araújo e Mello (2012) afirmam que, enquanto na década de 1970, durante o período ditatorial, eles eram dotados do desejo por um novo cenário político e social democrático, prezando pela autonomia e a participação anti-Estado, nos anos 1980, com a redemocratização, tais movimentos sociais viveram um período de institucionalização. Ganharam espaço as lutas pelos direitos sociais modernos que culminaram em direitos aprovados na Constituição de 1988 e que passaram a pautar o diálogo entre Estado e sociedade civil na década de 1990. Para Lourenço (2020), é nesse contexto de redemocratização do Brasil que as ocupações surgem como movimento social.

Em Belo Horizonte, a mobilização social esteve focada, até a década de 1990, nos movimentos que perpassavam a lógica do trabalho e encontraram espaço nos sindicatos, com a participação da Igreja Católica e suas associações (LE-VEN; NEVES, 1996). Os anos seguintes foram marcados por uma série de conquistas legais no que tange ao favorecimento da presença da sociedade civil em esferas participativas institucionalizadas. No entanto, essa situação viria a se desequilibrar com o avançar da globalização, que concentrou riqueza e poder nas cidades globais, gerando ainda mais segregação.

Nesse período, surge uma perspectiva empreendedora de planejar a cidade, conhecida pelos urbanistas como planejamento estratégico, um modelo clientelista de se pensar a política pública nas cidades submetido aos objetivos das classes dominantes, que toma sua forma caricata com a eleição, em 2008, do prefeito e empresário Márcio Lacerda (Partido Socialista Brasileiro) (BIZZOTTO, 2015). A resistência a uma forma privatizante de se pensar o espaço público durante sua gestão fez ressurgir uma aura de mobilização social na cidade, reunindo movimentos variados que se opunham ao modelo neoliberal e propunham alternativas mais inclusivas de construção da soberania nacional.

Esse dinamismo da mobilização social observado em Belo Horizonte reverberou um processo mais amplo vivido pelos movimentos sociais latino-americanos, de modo que as ocupações urbanas representaram uma nova insurgência nessa conjuntura. Assim, movimentos como o #RESISTEIZIDORA, na luta pelas ocupações da Izidora, surgida em 2013, se inserem em um contexto mais amplo de engajamento político e social nacional – como as Jornadas de Junho de 2013 – e global – como *Occupy Wall Street*, *YoSoy132*, 15M e a Primavera Árabe.

Aguilera e Smart (2016) apontam que muitas das práticas utilizadas nas ocupações estiveram presentes nesses grandes protestos coletivos, destacando a potência das ocupações como estratégia radical de mobilização e sobrevivência. Esse aspecto também foi levantado por Pruijt (2013), ao olhar para sujeitos organizados em uma rede informal nas ocupações no contexto europeu, que reúne a classe trabalhadora e pobre, que ocupa, e militantes de classe média, que ajudam a ocupar. Sobre essa mobilização em rede, Martínez (2019) aponta:

> A persistência dos movimentos das ocupações também indica a existência de redes que os tornam mais desafiadores ao *status quo* do que o ativismo isolado e os levantes insurrecionais. O ethos autonomista, independente de se

> expressar por meio de identidades políticas vagas e difusas, irradia dos pontos urbanos específicos das ocupações para os bairros e outras lutas urbanas a eles entrelaçadas, na medida em que coalizões são forjadas e são capazes de articular semelhanças[31] (MARTÍNEZ, 2019, p. 194).

Em junho de 2019, foi realizado na Escola de Arquitetura da UFMG o seminário intitulado *Dez Anos de Ocupações Urbanas na RMBH: história, lutas e os novos caminhos*, organizado pelo grupo Cosmópolis. O evento foi dedicado a celebrar dez anos de ocupações urbanas na RMBH, em 2019, e reuniu diversos atores integrantes dessa rede local a fim de elaborar essa experiência de luta metropolitana[32]. Em uma das mesas, estiveram presentes militantes dos movimentos sociais mais atuantes nessa realidade territorial, a saber: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as Brigadas Populares e o MLB. A seguir, trazemos algumas de suas falas a fim de dialogar com o argumento que se pretendeu traçar até o momento sobre a compreensão das ocupações urbanas como um movimento social. Destacamos, pois, três paradigmas.

O primeiro paradigma que desejamos apresentar é a compreensão da ocupação como *dispositivo de mobilização social para a luta*. Nesse sentido, a fala de abertura de Leonardo Péricles, militante do MLB, é notória:

> **Leonardo Péricles:** "Por que a gente faz ocupação urbana? Não é porque a gente gosta. A gente fez é porque é a luta que mais mobiliza a gente e que a gente mais consegue canalizar gente para a luta pela Reforma Urbana" (CANETTIERI *et al.*, 2020, p. 35).

O segundo paradigma diz do aspecto pedagógico da luta, em que a ocupação pode ser vista como *experiência formativa para a luta*. Aqui, ressaltamos a fala de Frei Gilvander, da CPT.

> **Frei Gilvander:** Nesses dez anos de luta das ocupações em Belo Horizonte (...) mais do que 25 mil moradias, nós produzimos também centenas – e talvez milhares – de militantes. (...) Então há esse processo de como a luta tem se organizado: mais do que condições materiais objetivas de casas, criam-se pessoas novas, humanas, lutadoras (CANETTIERI *et al.*, 2020, p. 28).

Contudo, na leitura de Frei Gilvander, como se revela em diversos momentos de seu discurso, os movimentos sociais organizados apresentam papel de destaque nesse aspecto formativo, no sentido de "assumirem" a articulação das faces política, jurídica e da comunicação

[31] Traduzido do original, em inglês: "*The persistence of squatters' movements also indicates the existence of networks that make them more challenging to the status quo than isolated activism and insurrectional uprisings. The autonomist ethos, regardless of being expressed through vague and diffuse political identities, radiates from the specific urban spots of the squats to the neighbourhoods and other urban struggles intertwined with them, as far as coalitions are forged and are capable of articulating commonalities*" (MARTÍNEZ, 2019, p. 194).

[32] As discussões realizadas neste seminário foram compiladas na obra de Canettieri *et al.* (2020), a qual será importante referência nesta tese por apresentar discursos dos mais diversos sujeitos envolvidos na construção da rede de apoio às ocupações urbanas no nível local.

da luta das ocupações. Embora reforce o aspecto coletivo da luta, o militante traz uma centralidade dessas organizações para impedir o despejo das famílias das ocupações da Izidora.

> **Frei Gilvander:** Recordo muito bem, que eu fiquei, grosso modo, uns quatro ou cinco meses cochichando no ouvido dos "meninos/as" das Brigadas Populares e do MLB também: "Gente, vamos assumir o acompanhamento das ocupações da Izidora!" (...) Se o MLB não tivesse entrado junto conosco, ou se as Brigadas Populares não tivessem entrado junto conosco, se fosse só a CPT, só as Brigadas ou só o MLB, penso que não teríamos conseguido garantir o êxito da luta e impedir o despejo das três Ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, que envolve mais de 8 mil famílias. A luta conjunta é imprescindível (CANETTIERI *et al.*, 2020, p. 33).

Os moradores e as moradoras da ocupação também valorizam o papel dos movimentos sociais organizados no fortalecimento da comunidade, em especial, o cuidado e o apoio com quem assume lugares de coordenação. Reconhecem a sua importância nos momentos iniciais da ocupação, no sentido de acionar equipes técnicas no apoio jurídico, no auxílio com os processos de reintegração de posse, e arquitetônico, na garantia de uma distribuição espacial organizada da comunidade. Entretanto, como destaca Iara, uma das coordenadoras da ocupação Rosa Leão, em entrevista concedida para a pesquisa "a peça principal foi a comunidade, o povo, os moradores, junto com a coordenação e com os movimentos, que fez as melhorias pra hoje a gente ser um bairro".

O terceiro paradigma diz das ocupações como uma *luta para além da institucionalidade*. Para Isabella Gonçalves, militante das Brigadas Populares e vereadora eleita pelo Partido Socialismo e Liberdade em Belo Horizonte, há três dimensões de organização comunitária presentes nas ocupações urbanas: i) contra o Estado, no sentido do enfrentamento aos despejos e à lógica de despossessão; ii) pelo Estado, no sentido da busca por acesso a direitos e políticas; e iii) para além do Estado, como se depreende do excerto abaixo:

> **Isabella Gonçalves:** As ocupações já são um processo que está acontecendo para além do Estado. (...) As ruas são para além do Estado, as casas são para além do Estado, todo o processo de construção do bairro é para além do Estado. Mas para a continuidade desse processo de organização e de luta para além do Estado (...) é preciso que você trabalhe outras dimensões. Então, vamos ficar aqui só fazendo a luta para criação de esgoto, ou a gente vai tentar construir um outro modelo de esgotamento ecológico? (...) A resistência para além do Estado é a tentativa de produzir um novo cotidiano (CANETTIERI *et al.*, 2020, p. 47).

Assim, os discursos dos militantes de organizações envolvidas nos processos de resistência que deram origem às ocupações urbanas contemporâneas na RMBH nos ajudam a qualificar esse movimento contemporâneo. Partindo da economia popular baseada na autoprodução de moradia aliada a formas alternativas de produção do espaço e de reprodução da vida, aproximando-se da noção de economia popular apresentada por Mezzadra e Gago (2017), as ocupações constroem formas outras de imaginação política, com todas as suas contradições e frustrações, como aponta Lourenço (2020).

Figura 8 – Três paradigmas sobre as ocupações, segundo os movimentos sociais organizados



Fonte: Elaboração própria da autora.

1.1.4 De “ocupação” para “bairro”

O desenho abaixo é resultado de uma construção coletiva com Dandara e Paulo, duas crianças da ocupação Rosa Leão. Em uma folha em branco, desenhei o traçado das vias com o uso do giz de cera preto, tomando por referência o asfalto, e o marrom, para demarcar o chão de terra da ocupação, divididos por um curso d’água com as cores azul e verde. Propus às crianças que, a cada vez, uma pessoa dentre nós incorporasse um novo elemento ao desenho, sem dizer nada sobre o significado do traçado ou das cores utilizadas. Enquanto Paulo se ocupou de inserir os carros, Dandara agregou novas moradias, em preto, e os sujeitos. Entendemos que a presença de prédios e a circulação de carros limitados às vias de asfalto, ambos elementos feitos exclusivamente pelas crianças, também revelam parte de suas representações sobre os limites e as diferenças entre a ocupação e os bairros do entorno.

Figura 9 – Desenho elaborado coletivamente com as crianças da ocupação Rosa Leão



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da Ocupação.

Como vimos, as ocupações em luta por moradia se distinguem entre *ocupações de terrenos*, em geral, localizadas em zonas mais periféricas das grandes cidades, nas quais prevalece o processo de autoconstrução; e *ocupações de edifícios vazios e abandonados*, em geral, localizados nos centros urbanos. Enquanto as ocupações de terrenos reproduzem um modelo de expansão da malha urbana para a periferia autoconstruída em um processo de exclusão socioespacial vinculado à valorização da terra (HOLSTON, 2013), as ocupações verticais buscam distribuir a riqueza já produzida a partir da apropriação de um espaço ocioso (COSTA; GUERREIRO, 2020).

Ainda que ambos os contextos apresentem uma série de pontos em comum relacionados à dinâmica de mobilização comunitária, há divergências tanto no nível macro, no que se refere ao contexto que as fazem surgir, quanto no nível micro, no que se refere à convivência comunitária, circulação e apropriação pelos sujeitos dos espaços.

As ocupações de terrenos, como é o caso da Rosa Leão, assumem como estratégia de luta, na maioria dos casos, o objetivo de ocupar para morar. Como consequência disso, é frequente no depoimento dos sujeitos envolvidos na luta, o que inclui as famílias, um horizonte de transformação da ocupação em um bairro. Exemplo disso, conforme já destacamos, é a fala de Iara, que afirma que a ocupação Rosa Leão “hoje, literalmente, é um bairro”.

Após alguns meses da pesquisa de campo, quando foi possível observar os efeitos do tempo e da estabilidade perante a ameaça de despejo na dinâmica da vida comunitária, começamos a nos perguntar em quais dimensões as experiências das crianças na ocupação se diferenciavam das experiências infantis em outros bairros populares ou em vilas e favelas. Quando a pergunta orientadora da tese deixou de ser sobre a participação das crianças na rede de apoio que caracteriza o movimento das ocupações, evidenciada nos processos de resistência, minha postura em campo se dirigiu para a relação delas com o espaço da ocupação, na relação com a natureza e o ambiente em construção[33]. O depoimento de Renata[34], diretora da Escola próximo à ocupação mostra que as crianças revelam, de forma sutil, como morar na ocupação implica outros sentidos e formas de viver a relação com a cidade, o que é motivo de orgulho para elas.

> **Renata:** Hoje, eu vou te falar que a gente fala assim: "Ah, esse menino é de Ocupação". Mas você sabe que a palavra ocupação aqui na escola é como se fosse um bairro? “Ah, você mora onde?”, “Eu moro na Ocupação”. Pra gente é um bairro. (...) É muito menino, muito menino de ocupação. É bastante mesmo. E hoje eles têm orgulho de falar que são da Ocupação. Antigamente eles não tinham, não, sabe? Hoje eles têm orgulho de falar. Então pra gente virou um bairro mesmo. (Entrevista concedida em 05/11/2020).

Morar na ocupação é também uma luta incessante por direitos que implicam manifestar o desejo do que está por vir. Nas entrevistas para a pesquisa de Mestrado, foi recorrente no depoimento das coordenadoras das ocupações da Izidora o desejo de que, no futuro, a ocupação seja “um bairro bom de se viver” e “bonito”, onde “tudo é organizado”, ideias fortemente associadas à presença da infraestrutura urbana e de equipamentos públicos (BIZZOTTO, 2015).

Mas o que dizem os sujeitos sobre a distinção entre ocupação e bairro? O que é necessário para que a ocupação se torne um bairro? E, ainda, o que significa desejar essa transformação, considerando o que o movimento das ocupações representa para a luta pela reforma urbana na cidade? Tornar-se um bairro resultaria perder o caráter eminentemente político construído a partir dos processos de resistência vivenciados naquele território?

Nas discussões que fizeram parte do seminário na Escola de Arquitetura em celebração aos dez anos de ocupações urbanas na RMBH, é possível analisar múltiplas compreensões sobre a noção de bairro e sua comparação com a realidade das ocupações. A seguir, apresentamos algumas delas, empreendidas nos discursos de militantes, coordenadoras e pesquisadoras e pesquisadores sobre as ocupações, que podem trazer pistas para as questões discutidas.

[33] Refiro-me aqui ao primeiro momento do campo, quando eu circulava junto às crianças pela ocupação. Mais tarde, com as entrevistas com as famílias, lideranças e profissionais de equipamentos públicos do entorno, busquei apreender também a relação das crianças com os demais sujeitos do território e como se dava o acesso a políticas públicas a partir de sua localização territorial.

[34] Para garantir o anonimato dos sujeitos participantes da pesquisa que trabalham nos equipamentos públicos do entorno da ocupação, seus nomes originais não foram revelados e constam, aqui, nomes fictícios.

De modo geral, tais compreensões podem ser divididas em duas dimensões. A primeira diz de uma noção de bairro associada à urbanização, o que acarreta a chegada da infraestrutura urbana, como água canalizada, luz e asfalto. Para além da materialidade, trata-se da chegada da dignidade ao garantir acesso a direitos, resultado de um processo de luta. Maria, moradora da Rosa Leão, destaca o orgulho de ser uma das primeiras moradoras da ocupação: "Eu vi as melhorias, eu vi tudo acontecer aqui. Não tinha rua, não tinha... Você olhava assim e não parecia que ia ser um bairro". E, como ressalta Edinho, militante do MLB, "todas as ocupações que foram construídas foram construídas como bairros e não teve um centavo de poder público lá dentro. As pessoas construíram com o suor e o trabalho delas (CANETTIERI *et al.*, 2020, p. 120).

Mesmo diante do destaque para o poder popular na autoprodução de moradia e da cidade, como nos mostra Machado, Oelze e Lopes (2020), a ocupação também se torna um bairro perante os olhos do Estado. Ou seja, uma vez que o bairro é o território reconhecido pelo Estado, somente quando há esse reconhecimento que a urbanização chega. Tornar-se um bairro é, portanto, símbolo da vitória.

> Após mais de dez anos de ocupação, Dandara é considerada um bairro, com todas as características e limitações que a cidade neoliberal produz. No entanto, a comunidade possui uma potência que a diferencia de outros bairros na sua região. Dandara é composta por uma trajetória de organização política popular, autoconstrução, luta e resistência. Todas essas características são evidenciadas à medida que a ocupação se torna uma comunidade/bairro perante os olhos do Estado. Atualmente a ocupação está em avançado processo de urbanização. A Prefeitura de Belo Horizonte iniciou em 2015/2016 a regularização do território a partir do Plano de Regulação Urbanístico (PRU), o que traz muitas implicações em relação à ocupação que gradualmente se torna um bairro. Nos últimos anos a ocupação passou a ter pavimentação da via principal, a avenida Dandara, instauração do Centro de Saúde Trevo, com capacidade para atendimento de cerca de 5 mil pessoas e a instauração dos serviços de água, luz e esgoto (MACHADO; OELZE; LOPES, 2020, p. 95).

O depoimento de Leila, que já foi coordenadora na ocupação Rosa Leão, traz essa noção de bairro conectada ao olhar do outro, mas, nesse caso, o outro não se refere ao Estado, mas à população que mora nos bairros do entorno e que também resultaram de processos comunitários de autoconstrução em décadas anteriores. Leila revela a importância da ordem na divisão do espaço da comunidade para que fosse validada pela vizinhança como um "bairro normal", em oposição ao termo "invasão" recorrentemente acionado para criminalizar o movimento das ocupações.

> **Leila:** Então, o pessoal criticava bastante. Porque no começo era muito muvucado, era um monte de madeirite, uma bagunça danada. Mas aí com o tempo o pessoal foi se aconchegando e se acostumando. O pessoal foi criando casa, separando as ruas, porque antes tinha lugar que não tinha rua. Aí foi separando tudo bonitinho e hoje eles veem como um bairro normal. Igual quando começou aqui embaixo, o Ubirajara. (...) ainda existe preconceito de muita gente,

> principalmente em falar "Ah, é uma invasão". Não é invasão, é uma ocupação. A gente ocupou um espaço que é por direito, não invadiu nada. Mesmo porque por lei é um direito, o de moradia. Ainda tem gente que critica muita gente que mora, mesmo porque teve muita gente que ocupou ali que não precisava, que ocupou só pra revender mais caro, por dinheiro mesmo. (Entrevista concedida em 26/11/2020).

Quando os sujeitos anunciam o desejo de que as ocupações se tornem um bairro não implica, necessariamente, um bairro qualquer. A fala de Isabella Gonçalves, já destacada anteriormente, aponta para uma proposta alternativa sobre como as ocupações podem se tornar um bairro, a partir de práticas coletivas comunitárias, como a experiência da agroecologia nas ocupações, que passam pela produção de um "novo cotidiano"[35].

Isso nos leva à segunda dimensão, que compreende o bairro a partir da vida cotidiana e da sensibilidade dos laços comunitários exclusivos ao contexto das ocupações. O bairro se constitui, aqui, a partir das relações estabelecidas e consolidadas no território com o passar do tempo. Como revelam Franzoni, Alves e Faria (2020), em referência às ocupações da Izidora, a experiência da vida comunitária leva à formação de uma "consciência de bairro/ocupação".

> Já há 8 anos as ocupações seguem em pé e em plena consolidação. E é no dia a dia que essa consciência de bairro/ocupação é criada: ao pé da rua, nos momentos de interação e sociabilidade, no estar frente a frente, cruzar olhares, cumprimentar-se, ir e vir do trabalho e da escola, na solidariedade em casos de extrema necessidade entre os vizinhos, no sentar em frente ao portão, nas calçadas improvisadas ao pé das casas, no ato de fazer o sacolão ou ir à mercearia e ao bar (FRANZONI; ALVES; FARIA, 2020, p. 320).

Como aponta Galera (2020) o processo de uma ocupação tornar-se um bairro é atravessado pelas temporalidades e espacialidades próprias da vida na ocupação. Sendo assim, envolve outras dimensões de apropriação da cidade e pertencimento ao território, como o brincar e a festa, "que moldam uma consciência de bairro e de classe, junto a um processo de luta pelo direito à vida urbana" (p. 323).

> É por essa combinação sensível que as ocupações vão se tornando bairros nas cidades. É refletindo dimensões primeiras da vida, como o brincar e a festa, e toda sua carga simbólica, que, na Izidora, ainda hoje, podem-se ver aspectos de uma ruralidade e uma urbanidade metropolitana. Ou seja, de práticas

[35] Destaca-se nas ocupações urbanas na RMBH, em especial aquelas localizadas em áreas de caráter rururbano, menos adensadas e mais distantes dos centros urbanos, o trabalho com a agroecologia, trazendo o debate da soberania alimentar para a pauta urbana e em diálogo com a questão da moradia. Isso se dá tanto a partir de iniciativas de quintais produtivos individuais nas casas, quanto na criação de "hortas-comunitárias-agrupadas", constituídas em espaços residuais da ocupação por grupos (muitas vezes familiares) específicos que cuidam do espaço e geram renda deste trabalho, ao mesmo tempo em que vendem os produtos mais baratos para moradoras e moradores (TOFANELLI, 2020). Ainda, como ressalta Galera (2019): "para muitos moradores, os quintais de suas casas que vêm a partir da luta por moradia representam a conquista de um pedaço de terra onde sua história pode ser reconhecida e existir na cidade" (p. 163). Na RMBH, destacam-se as iniciativas das ocupações Tomás Balduíno, em Ribeirão das Neves, e Vitória, na Região da Izidora, que contaram com apoio de movimentos como as Brigadas Populares e grupos diversos relacionados à pauta, como o coletivo Agroecologia na Periferia, dentre muitos outros.

> sociais arraigadas em saberes do campo junto a práticas sociais embebidas das periferias urbanas e, nesse sentido, é na justaposição dessas práticas cotidianas e ancestrais que são formados os sujeitos da Izidora (GALERA, 2020, p. 323).

Para concluir, é preciso ressaltar o recorte de gênero e raça incutido no desejo por tornar-se um bairro. Já apontamos para o protagonismo feminino e negro na luta das ocupações, destaque de outras pesquisas (ISAÍAS, 2017; CRUZ; SILVA, 2019). Como revela Rosa, coordenadora da Rosa Leão, em uma mesa do seminário intitulada *Ocupação é uma luta feminista*, a diferença entre um bairro regular e a ocupação passa por essa rede de apoio e noção de comunidade que se forma, especialmente, entre as mulheres.

> **Rosa:** Quando você mora num bairro regular, digamos assim, as pessoas não ligam uma pra outra, sabe? Fica aquela vida individual, a mulher fica tentando disputar uma com a outra todo o tempo. Na igreja, quem vai mais bonita, na escola, "deixa eu ver se eu sou mais inteligente que ela", no trabalho, "deixa eu ver se eu tô mais. . . ". E é assim a vida, não é? Mas quando você está dentro da ocupação, você começa a perceber que você, com uma outra mulher, você se torna mais forte, a coisa começa a mudar de figura. (...) quando as mulheres começam a entender a importância de se unir naquele processo de formação, empoderamento, na luta das comunidades, a coisa vai mudando de figura. E você vai vendo na outra um motivo a mais para você continuar lutando, é incrível (CANETTIERI *et al.*, 2020, p. 246).

Isaías (2017) destaca como a luta nas ocupações é também uma busca pela valorização do espaço privado - a moradia -, que é a base do empoderamento das mulheres das ocupações. Cruz e Silva (2019) apontam, ainda, para a potencialidade da autoconstrução como mecanismo de emancipação pela mulher pobre e negra. Nesse sentido, uma assessora técnica na plateia do seminário enfatiza: "Elas possuem um olhar diferente dos homens sobre como é o novo bairro, como é a nova moradia" (CANETTIERI *et al.*, 2020, p. 259). E assim, como aponta uma militante das Brigadas Populares, as mulheres constroem bairros na cidade, desafiando o suposto conhecimento técnico-científico de construção da cidade (CRUZ; SILVA, 2019).

> **Amanda Medeiros:** Elas querem autonomia, elas querem um lugar para terem a tranquilidade de deixar seus filhos, para sair para um trabalho, para curtir, para ter lazer, ter espaço. (...) Elas vão se reconstruindo, e construindo essa luta, essa cidade, construindo seu bairro - porque eu acho que o destino das ocupações é esse, é para isso que elas lutam, para serem bairros. Isso é uma escola, assim, para a vida, sabe? E vocês são mestras, muito mais do que um título, do que a formação acadêmica (CANETTIERI *et al.*, 2020, p. 249).

Entretanto, da autoconstrução da casa para a construção de um bairro, essas mulheres enfrentam uma longa caminhada de luta por direitos permeada pela violência. O depoimento de Luhh Dandara, coordenadora da ocupação Dandara, é arrasador nesse sentido.

> **Luhh Dandara:** Desde meus 4 anos de idade eu moro em ocupação. Eu não sei o que é uma vida de morar em um bairro legalizado, eu só sei morar em

> ocupação. E isso é uma violência muito grande [...]. Você ter que ir pra rua em manifestações para poder garantir os seus direitos é uma violência muito grande (CANETTIERI *et al.*, 2020, p. 249).

Dentre as contradições inerentes aos movimentos de resistência, como o das ocupações, vemos aqui que o desejo pelo bairro legalizado é, portanto, um desejo também por estabilidade e pelo fim de uma vida de luta constante por acesso a direitos básicos. Tornar-se um bairro é, assim, uma forma de liberdade.

Entendemos que esse desejo projetado na ideia do bairro ou a noção de ocupação como um vir a ser bairro podem ser associados à dimensão da virtualidade da cidade, retomando Lefebvre, como o faz Carlos (2017) ao descrever tal dimensão como a "constatação de que a cidade não está pronta e acabada, que é um objeto em constituição, apesar de ser também real e concreta" (p. 46), nos trazendo a necessidade de considerar um devir de possibilidades contidas na vida cotidiana. Assim, o sentido de habitar a cidade é construído entre presenças e ausências, na articulação entre o que se deseja (o passado e a memória enquanto "virtualidades realizadas") e o que se vive concretamente (no plano do real, da necessidade e do planejamento).

> (...) a relação **necessidade/desejo** tem um sentido importante para a análise da cidade, emerge nos espaços do habitar, num espaço "concreto" que é aquele dos gestos, dos percursos, do corpo, posto que o habitar envolve ou se realiza no processo de apropriação do ser humano onde, nas brechas e nos vazios, se encontram os lugares do possível. (...) O sentido da cidade é dado pelas andanças que faz parte e/ou determina a vida (CARLOS, 2017, p. 50).

Há múltiplas formas de habitar a cidade ou viver o bairro, as quais vão constituindo nossas identidades. Carlos (2017) considera o bairro um lugar privilegiado na cidade para a construção da identidade do sujeito, o que ocorre "através dos modos de habitar, nas relações de vizinhança, através do uso do espaço que marca as formas de sociabilidade, de reconhecimento, produzindo os referenciais que dão suporte à memória" (p. 243). Tais relações se dão na vida cotidiana, mas, como ressalta a autora, o cotidiano para Lefebvre não se restringe à realidade, mas remete ao vivido, onde se encontra com as subjetividades, com os afetos e com as imagens. O cotidiano é, portanto, lugar de repetição, mas também lugar do conflito e da ação, onde surgem as brechas para imaginar outras formas de habitar a cidade.

A partir de uma pesquisa que buscou compreender os impactos de uma intervenção urbanística em São Paulo, Carlos (2017) revela como o momento de transformação de um bairro pode se tornar um processo de tomada de consciência dos sujeitos daquele espaço e de sua gestão política. A autora menciona como é comum nos discursos dos sujeitos, nesse momento de transformação, apontarem para uma nostalgia relacionada à perda de um certo estilo de vida. Na ocupação Rosa Leão, após mais de seis anos de luta, também era frequente ouvir das saudades dos momentos de vigília na fogueira, da cozinha comunitária ou das marchas em direção ao centro da cidade.

> O "movimento" revela que os habitantes envolvidos no processo de transformação radical da área se deparam e tomam consciência de um estado crítico que os leva a pensar o bairro como espaço da vida, de onde surge a necessidade urgente de propor outra coisa ou de lutar pela manutenção do espaço do bairro e o bairro como ele é. A luta emerge e se refere ao nível da vida cotidiana - é neste plano que percebem, lutam e reivindicam. Desta prática, como vimos, surge a consciência de que não se trata de lutar apenas pelo seu bairro; há uma preocupação em discutir o **sentido da cidade**, em torno da transformação da vida; nesse sentido o bairro é o ponto de partida para pensar uma totalidade mais ampla (CARLOS, 2017, p. 263-264).

Como destaca Carlos (2017), tais mudanças revelam uma normatização da vida, que se associa à alienação e à fragmentação do espaço. A construção de identidades passa a se pautar em valores, no sentido do que se tem, e a principal mercadoria torna-se a própria casa, que "passa a ser produtora de uma realidade, pois transforma-se em objeto valorizado e desejado, em si mesma. A casa vira o símbolo que se isola da rua e do bairro, enquanto a metrópole se reproduz, inexoravelmente, como contrapartida do 'progresso'" (p. 214).

Um exemplo desse isolamento da casa da rua e do bairro observado na ocupação Rosa Leão e que será mais bem trabalhado em capítulo posterior é que, no processo de autoconstrução dilatado ao longo do tempo, a construção de um muro e um portão é um símbolo de que a obra desejada está adiantada e diz, também, de uma moradia onde a família possui uma condição financeira melhor, que lhe permite estabelecer fronteiras entre o espaço privado da casa e público, da rua. Essas transformações se dão de forma heterogênea no espaço, bem como são sentidas de formas diferentes pelos sujeitos.

Podemos compreender que a ocupação vai criando vida a partir das relações que ali se estabelecem e se transformam, constituindo um bairro. A luta para se tornar um bairro, pelo acesso à infraestrutura urbana e a serviços e equipamentos públicos, pela garantia de direitos, por um novo cotidiano, é também a luta por um "sentido da cidade" (CARLOS, 2017). Esse desejo por um sentido, atravessado pelas diferenças entre "ser ocupação" e "ser bairro", convive com o orgulho de "ser **de** ocupação", como revela o depoimento da diretora da Escola sobre a opinião das crianças e também se destaca nas entrevistas com as mães, que afirmam: "Eu quero construir uma vida aqui, eu gosto muito daqui", como ressalta Carolina, ou "A minha vontade é de ficar aqui até o fim da minha vida", como diz Maria.

As ocupações são, portanto, um ponto de partida para se questionar uma totalidade mais ampla. Tornar-se um bairro pode significar, por um lado, o empobrecimento das relações sociais na vida cotidiana engolidas pelo tempo e pela fragmentação das relações capitalistas. Por outro, a memória da luta (ou as "virtualidades realizadas") permanecem, evocando um passado que certamente produziu aberturas para outras possibilidades de futuro.

1.2 Cartografias afetivas da ocupação Rosa Leão

Uma cartografia afetiva tem por objetivo revelar pontos cegos na representação do espaço, como em um contradiscurso (MASSEY, 2009). Essa seção apresenta uma tentativa de compor uma representação do espaço da ocupação Rosa Leão a partir de algumas possibilidades de sua representação, combinando uma leitura subjetiva e objetiva do território (GALERA, 2019). Trata-se de uma compreensão de cartografia não como instrumento normativo, mas como produto de relações construídas a partir de experiências compartilhadas por sujeitos no território.

Partiremos de informações constantes em relatórios oficiais da Administração Municipal, produções de outras pesquisas realizadas no território, e elaborações da experiência da pesquisa de campo, dentre as quais estão incluídos fotografias e desenhos realizados pelas próprias crianças. Entendemos que tais elementos não esgotam a potência desse espaço. Contudo, se inserem aqui em uma tentativa de aproximação do território e registro da multiplicidade de discursos e narrativas possíveis que se têm sobre ele. Assim, por meio de diferentes táticas, assumimos a estratégia de dar visibilidade a outros pontos, percursos e elementos no mapa, em diálogo com o universo infantil nas ocupações. Decerto, algo ainda muito distante do âmbito do exercício da política pública.

1.2.1 Narrativas em disputa sobre a Região da Izidora

> **Moradora 40** - Tem 12 anos. Saiu correndo quando os policiais começaram a atirar. Viu uma bala pegando no pé de uma moça que parou de correr. Sentiu o pé queimando e deixou a sapatilha para trás. Saiu no meio do mato. Viu gente levando tiro. Atiraram bombas de pimenta. Os policiais estavam a poucos metros e não paravam nem quando tinha criança. Atiraram nela numa distância de cerca de dois metros. Viu um menino num carrinho, que tinha dois anos. O Policial atirou em cima do carrinho, acertando na parte superior do carrinho. A mãe pediu para parar e os policiais não pararam. Viu muitas crianças chorando, muitas crianças perderam suas sandálias. Se perdeu da sua tia, que não aguenta correr e estava asfixiada com o gás. Viu os policiais atirando na esquina e saiu correndo. Viu um menino que não achou os pais. Os olhos estavam ardendo com o gás de pimenta. Viu uma outra mulher passando mal, tremendo muito, com o filho. Viu um homem que levou um tiro na coxa, que estava muito vermelho. Ouviu da D. Judete que uma bala ia pegar nas costas dela e um homem pôs a mão para protegê-la e sua mão ficou toda destroçada. Diz que agora não vai a nenhuma manifestação mais. Depoimento de moradora da ocupação Rosa Leão. Coletivo Margarida Alves (2015, p. 09)).

O depoimento acima consta no relatório elaborado pelo Coletivo Margarida Alves de advocacia popular sobre as agressões perpetradas pela Polícia Militar de Minas Gerais durante uma manifestação de moradores as ocupações da Izidora, em junho de 2015. Sua dura leitura nos permite deduzir que o conflito na região gerou diversas marcas nas crianças e em suas famílias. As violações de direitos contra as ocupações foram julgadas no Tribunal Internacional de Despejos em Quito (Equador) e o caso foi selecionado dentre os sete conflitos fundiários mais

graves do mundo. Esses elementos dizem da vulnerabilidade a que os sujeitos que constroem as ocupações estão expostos.

A Região da Izidora, onde a ocupação Rosa Leão se localiza, é uma área de disputa. Ela se localiza no extremo da região Norte do município de Belo Horizonte, na fronteira com o município de Santa Luzia, e é reconhecida por sua grande relevância ambiental, por se tratar de área ainda predominantemente desocupada, mesmo após a chegada das ocupações. Atualmente, as ocupações Helena Greco, Rosa Leão, Esperança e Vitória ocupam 1,5km² dos 9,5km² de área total da Região da Izidora, somando milhares de famílias.

Na base de dados da Prefeitura de Belo Horizonte, a Região da Izidora integra o bairro Granja Werneck. O nome é oriundo da Fazenda Granja Werneck, que ocupava boa parte da área total e que pertenceu à família Werneck por meio de uma doação de terras pela Prefeitura de Belo Horizonte, datada de 1914. Contudo, há um imbróglio jurídico com relação à propriedade da terra que já foi objeto de estudo em outros trabalhos (BIZZOTTO, 2015; SILVA, 2018).

O aspecto da preservação ambiental da região é um argumento de peso recorrentemente utilizado pela Administração Municipal e ambientalistas contra as ocupações da Izidora. No que tange aos aspectos ambientais da região, seu terreno é marcadamente declivoso, com trechos que conformam áreas de risco geológico de escorregamento. A Bacia do Ribeirão do Isidoro como um todo possui 64 córregos e cerca de 280 nascentes, das quais 65 estão aterradas. Na Região da Izidora especificamente, segundo consta em documentos oficiais, existem 19 nascentes vistoriadas e mapeadas pelo poder público. Por ali percorre o Córrego Terra Vermelha, o Córrego dos Macacos, o Córrego do Angu e o Ribeirão da Izidora. Com relação à vegetação, situa-se em área de transição Cerrado e Mata Atlântica, com porções bem preservadas e em regeneração.

O crescimento populacional da região Norte do município de Belo Horizonte, onde se localizam as ocupações, foi marcado pelo histórico de ocupação irregular por trabalhadores que não conseguiam arcar com os preços de imóveis do centro da cidade. Trata-se de um local com a ausência quase completa de planejamento durante boa parte da história do município, conforme aponta documento produzido pelo Arquivo Público da Cidade (APCBH, 2011). Por se tratar de um espaço considerado distante do centro da capital e, ainda, com uma topografia acidentada, seus lotes eram mais baratos e atraíam uma população de baixa renda. Sem o auxílio do poder público, toda sua ocupação se deu sem planejamento.

A ocupação da região Norte é, portanto, marcada por péssimas condições de infraestrutura, constantes ameaças de despejos, dificuldade de acesso a serviços urbanos e forte mobilização comunitária na busca por direitos. Muitos dos bairros que se localizam no entorno das ocupações da Izidora surgiram a partir de vilas e conjuntos populares implementados pelo poder público para fornecer moradia para a população de baixa renda removida de outras partes da cidade, e também para os trabalhadores das indústrias que se estabeleciam nas proximidades (APCBH, 2011). Essa história nos ajuda a situar o quadro de maior vulnerabilidade que ali se confere atualmente.

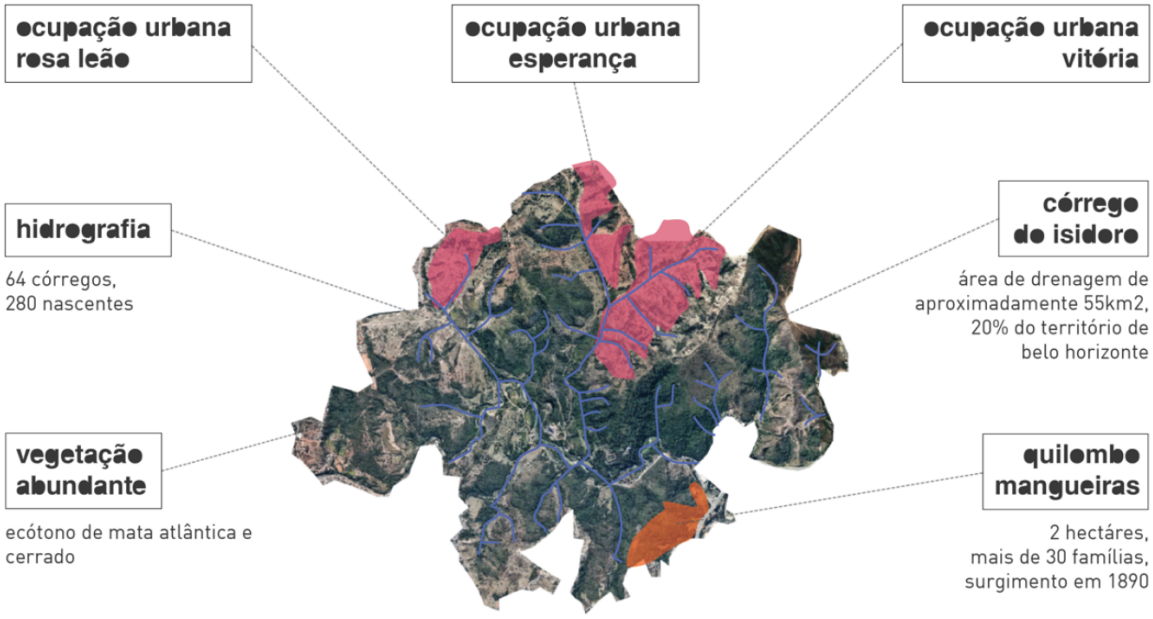
Compreendemos, assim, que a autoconstrução e autogestão do espaço é uma realidade vivida por moradoras e moradores daquela região muito antes da chegada das ocupações.

Segundo informações que constam em relatório técnico da PBH (2021), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região Norte é de 0,754, enquanto que a média para Belo Horizonte é de 0,810, conforme dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2012). Por sua vez, o documento aponta que a renda per capita média em salários mínimos (SM) é de 1,5SM, em contraposição a 6,5SM na região Centro-Sul, onde se concentra a população com maior poder aquisitivo do município. O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017), indicou, em 2017, que a região apresenta dos maiores níveis de vulnerabilidade social dentro do município: 0,320 (considerada vulnerabilidade média na escala do índice), em comparação à média do município de 0,276 (considerada vulnerabilidade baixa na escala do índice).

Ainda segundo os dados oficiais, a região Norte é uma das que apresenta maior crescimento da ocupação nos últimos anos em Belo Horizonte, posicionando-a em uma zona de forte preocupação do poder público, no que se refere às mudanças climáticas. No relatório publicado em 2016 pelo Comitê Municipal de Mudanças Climáticas e Ecoeficiência da Administração Municipal, foi indicado um potencial aumento de doenças e ondas de calor na região, com previsão de aumento da vulnerabilidade de até 10% até 2030 (PBH, 2021).

Vale destacar, ainda, que se trata da região do município de Belo Horizonte onde se concentra a maior proporção de população negra (considerando a soma da população declarada preta e parda, segundo dados do IBGE, 2010), que é 65% (PBH, 2021). Na Região da Izidora também está localizado o Quilombo de Mangueiras, um dos quatro quilombos urbanos do município reconhecidos pela Prefeitura e que ali resiste desde o século XIX, fundado pelo casal Vicência Vieira de Lima e Cassiano José de Azevedo (SILVA, 2018). Embora o local também fosse popularmente reconhecido por Região do Isidoro, englobando as demais fazendas que ali existiam, o uso do termo no feminino foi uma iniciativa do movimento de resistência das ocupações pelo fato de que documentos antigos da região apontavam para o nome do Ribeirão da Izidora no feminino, em homenagem a uma escrava que ali viveu.

Figura 10 – Diagrama representando humanos e não humanos da Região da Izidora



Fonte: Franzoni (2018).

Antes mesmo da ocupações da Izidora se estabeleceram no território, em 2013, havia um planejamento por parte da Administração Municipal de implementação de uma operação urbana consorciada no local. Trata-se de instrumento urbanístico que garante a flexibilização de parâmetros construtivos mediante contrapartida por parte do empreendedor, de modo a viabilizar intervenções urbanísticas de grande porte.

A Operação Urbana do Isidoro (OUI) resultou da confluência entre: (i) a preocupação do Estado da ocupação irregular de uma importante região de preservação ambiental; (ii) o desejo dos proprietários em promover o loteamento da área; e (iii) o interesse empresarial de investir na Região da Izidora, localizada no vetor Norte de forte expansão do mercado imobiliário na RMBH, diante de investimentos recentemente realizados pelo Poder Público, como a obra de mobilidade da Linha Verde, a implantação da Cidade Administrativa do Governo do Estado de Minas Gerais e a reforma do Aeroporto Industrial de Confins (INDISCIPLINAR, 2021).

Figura 11 – Localização da Região da Izidora no Vetor Norte da RMBH



Fonte: INDISCIPLINAR (2021).

Na primeira versão da OUI, de 2000 (Lei 8.137/2000), predominou o caráter de preservação ambiental da área, mas o projeto não se realizou por falta de interesse do setor empresarial, que dependia de mais concessões urbanísticas para se convencer a participar. Uma negociação entre o setor empresarial e o município resultou na aprovação de nova versão, em 2010 (Lei 9.959/2010), combinando um zoneamento misto, com áreas de maior preservação e áreas de ocupação adensada que abrigariam o empreendimento habitacional Granja Werneck, voltado para a classe média e alta, cuja maior interessada era a empresa Direcional. Contudo, a área permaneceu predominantemente desocupada até o surgimento das ocupações, em 2013.

No ano seguinte, em 2014, para fazer frente às ocupações, foi aprovada nova lei (Lei 10.705/2014), conhecida como Operação Urbana BH Morar/Capitão Eduardo, que previu a construção de 9.128 unidades habitacionais para famílias de 0 a 3 SM e, aproximadamente, 4.000 unidades habitacionais para as famílias de 3 a 6 SM, por meio do PMCMV. Uma vez que a nova lei retirava a exigência do pagamento de contrapartidas, conforme previsto pela legislação que estabelece o instrumento urbanístico da operação urbana, ela foi alvo de investigações e ações judiciais no Ministério Público Estadual e Federal.

A formação de uma ampla rede de apoio, a #RESISTEIZIDORA, garantiu a permanência das famílias, mesmo diante das ameaças truculentas de despejo por elas vivenciadas no ano de 2014. A violência policial, nas tentativas de reintegração de posse, vinha carregada das estratégias utilizadas para repreender os movimentos de Junho de 2013 e da Copa do Mundo

de Futebol de 2014, sediada pelo Brasil (PAOLINELLI; CANETTIERI, 2020), como o Quadro abaixo pretende revelar.

Quadro - Descrição de uma cena real de violência policial[36]

Kadu caminha pela avenida filmando os manifestantes à sua frente. Um adolescente vestindo a camisa das Brigadas Populares e uma boina vermelha posa para a câmera prestando continência e diz: "Aí ó, o fardado do Brigadas. É nóis". O som de um helicóptero sobrevoando predomina. Um grupo de cerca de dez policiais fardados começa a formar uma barreira com escudos. Alguns empunham armas em direção aos manifestantes. Jovens estão jogando futebol na avenida, como se abrissem alas para a manifestação passar. As famílias caminham, algumas levam bandeiras de movimentos sociais. Alguns gritam ao fundo: "Tem criança aqui". Olha as crianças". Kadu diz enquanto filma: "Oh meu povo, tá de boa". De repente, soam tiros de borracha, gritos e um apito estridente. Os policiais começam a empurrar manifestantes. Mulheres com crianças começam a correr em direção à vala do corredor central da avenida e se esparramam no chão. Um morador está de pé e mantém as mãos ao alto. Kadu grita "Tem criança aqui, tem criança!". No canto direito da tela, vemos fumaça e explosões de tiros de borracha. Moradores, homens e mulheres, gritam que têm crianças com eles. Dois policiais ameaçam um jovem que se mantém no mesmo lugar. Um deles dá um tiro de borracha no chão, próximo de seus pés. Segundos depois, o outro lhe dá um chute e um soco, com a arma em punho, e o jovem sai correndo. Ouvimos o som de uma criança chorando que pergunta a Kadu: "Por que a gente veio pra cá?". Um morador diz: "Tira as crianças daqui, vamos pra lá com as crianças". Mulheres e crianças caminham pelo acostamento da avenida, enquanto os carros passam. "Isso é o cúmulo do absurdo", diz uma mulher com a criança no colo. O grupo resolve voltar e se unir ao resto da manifestação que ficou para trás. Kadu aponta ao longe para uma colher de marmita no chão e nos recorda de que os manifestantes são trabalhadores. No vídeo, a colher se confunde com o asfalto cinza. No canto direito da tela, quatro policiais estão apreendendo um homem deitado no chão. "Gás, tem gás. Bora, voltar". A cena corta para Kadu, ofegante, carregando uma criança no colo que pede para ir embora. Kadu responde: "Não assusta, não, que nós já tamo indo. Eu tô com você, querida". Ela repete: "Kadu, eles tão vindo, Kadu. Eles tão vindo. Oh, Kadu, eles tão vindo. Kadu. Eles tão vindo, eles tão, eles tão, eles tão, Kadu". "Calma", ele insiste enquanto corre com ela no colo. "Eles vão me matar", ela grita com os olhos ardendo. A menina aparenta uns cinco anos e tem dificuldade de respirar devido ao gás lacrimogêneo. Ambos chegam a um campinho de várzea, onde acontece uma partida de futebol. "Cambada de covardes", grita Kadu, enquanto tosse. A menina pergunta: "Eles têm coragem de fazer isso com a gente? Com a gente que são criança?".

Fonte: Elaboração própria da autora a partir do filme "Na missão com Kadu".

Durante o ano de 2014, a disputa judicial se estendeu para o âmbito do planejamento institucional, com a forte participação dos movimentos de resistência na IV Conferência Municipal de Política Urbana. O fórum se dedicava à revisão do Plano Diretor de Belo Horizonte e era uma grande oportunidade de localizar as ocupações no mapa de áreas de habitação de interesse social,

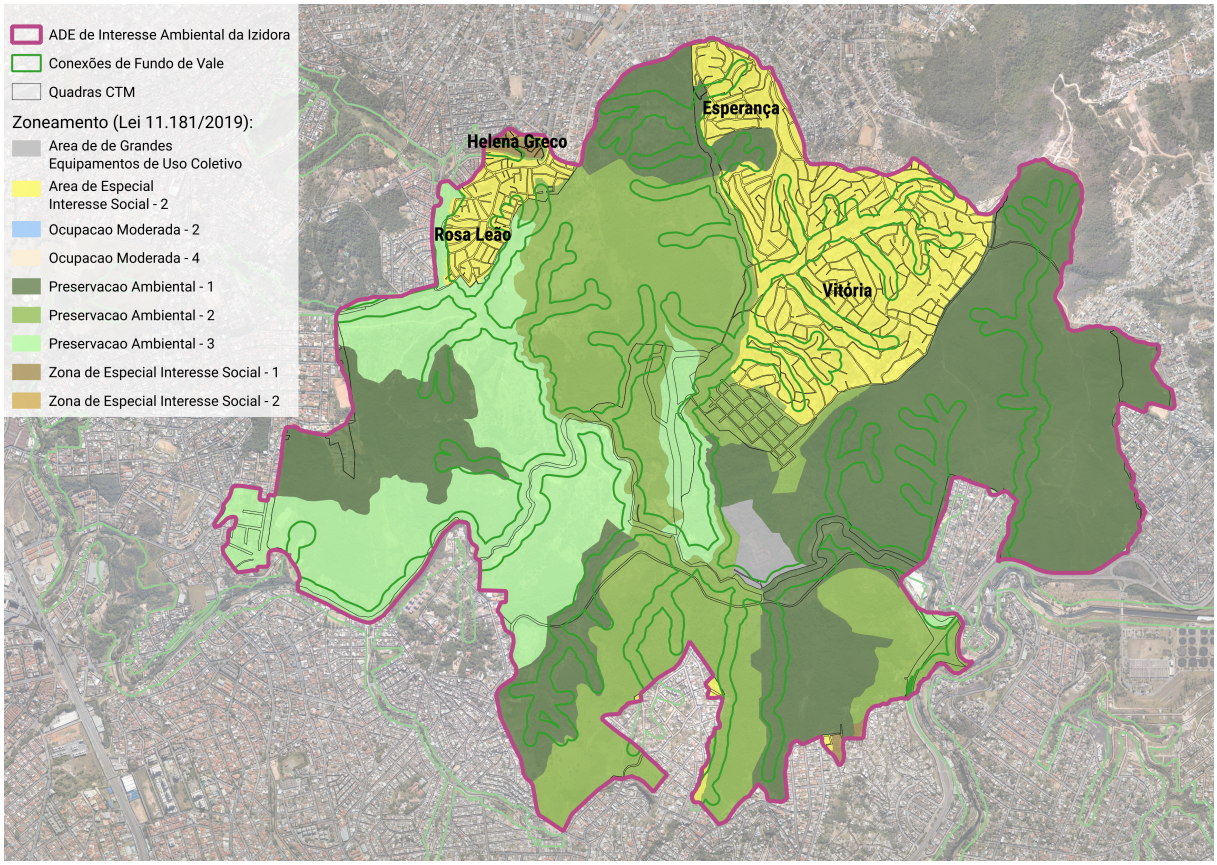
[36]Descrição pela autora de cenas do filme *Na missão com Kadu*, ocorrida em 2014. Kadu, morador da Ocupação Vitória, foi assassinado em uma emboscada, em novembro de 2015, quatro meses após as filmagens. O filme é dedicado à sua memória e encontra-se disponível em: https://vimeo.com/232282418.

garantindo legalmente salvaguarda às famílias. Contudo, a aprovação do novo Plano Diretor na Câmara Municipal de Belo Horizonte enfrentou forte resistência do setor empresarial.

Em 2018, em resposta às promessas de campanha eleitoral, o prefeito Alexandre Kalil (Partido Social Democrático) publicou um decreto que reconheceu as ocupações da Izidora como Área de Especial Interesse Social (AEIS-2), instrumento urbanístico que atribui ao terreno a condição de destinação à habitação de interesse social. Esse foi um importante passo para viabilizar a regularização fundiária das ocupações, ainda que estivessem longe de prover a urbanização.

Mais tarde, o decreto foi incorporado ao novo Plano Diretor de Belo Horizonte (PBH, 2019), aprovado após um processo extenso de luta e negociação no parlamento municipal, que contou com a rede de apoio das ocupações urbanas para sua aprovação. Devido às suas características de relevância ambiental, a mesma legislação também definiu parte da região como Área de Diretriz Especial (ADE) de Interesse Ambiental da Izidora, prevendo parâmetros urbanísticos de preservação de seus atributos ambientais. O documento do novo Plano Diretor exprime, portanto, o conflito de interesses presente no território, combinando áreas de preservação e áreas mais adensadas.

Figura 12 – Zoneamentos na ADE de Interesse Ambiental da Izidora



Fonte: Elaboração própria a partir do Plano Diretor de Belo Horizonte (PBH, 2019).

Como vimos, o argumento da ocupação sustentável da Região da Izidora foi um grande fator de fortalecimento da ideia do projeto da OUI e argumento central contra a presença das ocupações urbanas, que estariam degradando a área. Tal argumento denota um pensamento da conservação da natureza através de sua intocabilidade, ignorando possibilidades de uso sustentável dos recursos naturais em modos alternativos de reprodução, com base no saber comum. Mais que isso, diante do histórico de ocupação de outras áreas de preservação em Belo Horizonte, o caso da Izidora escancarou o recorte racial feito pelo Estado sobre quem pode conviver com a natureza ou não no meio urbano. Essa disputa de narrativas diz de uma dominação colonial do planejamento técnico-científico e das formas de conviver homem e natureza em detrimento da necessidade de milhares de famílias (CRUZ; SILVA, 2019).

Em 2021, a Prefeitura de Belo Horizonte, em parceria com agências das Nações Unidas (ONU-Habitat e Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos - UNOPS), deu início ao Plano de Urbanização Sustentável da Izidora[37], com o objetivo de promover a infraestrutura urbana na região aliada à recuperação ambiental, com princípios de sustentabilidade, como a infraestrutura verde e soluções focadas na natureza. Tratou-se de uma adoção pela Administração Municipal do discurso já em prática nas ocupações, com iniciativas voltadas para a agroecologia. Documentos oficiais elaborados a partir dos estudos do Plano apontam que a população estimada das ocupações da Região da Izidora soma 12.492 habitantes, distribuídos em 4.206 edificações. A partir de uma amostra de 264 cadastros do Cadastro Único (CadÚnico), fornecido em janeiro de 2020, chegou-se às seguintes informações sobre o perfil da população das ocupações, dispostas no quadro abaixo.

[37] Em 2021, foi avaliado um empréstimo junto ao Banco Mundial de 164 milhões de dólares, visando à contratação de projetos executivos e financiamento das obras, que incluíam a drenagem na região do Vilarinho, importante área de alagamento na cidade. Contudo, arbitragens políticas agravadas pelo contexto da pandemia da Covid-19 fizeram com que o empréstimo não fosse aprovado pelos vereadores na Câmara Municipal de Belo Horizonte. A elaboração do referido plano segue seu curso, contudo não sem tensões, como é a marca da trajetória das ocupações na cidade e na RMBH.

Tabela 1 – Perfil da população das Ocupações da Izidora, segundo amostra do CadÚnico

DADO	**PERFIL REVELADO PELA AMOSTRA**
Renda familiar per capita média	R$ 278,12
Renda familiar total média	R$ 560,47
Média de moradores por domicílio	2,85
Quantidade média de cômodos por domicílio	3,97
Forma de abastecimento de água	65% rede geral de distribuição 4% poço ou nascente 31% outra forma
Forma da coleta de lixo	45% diretamente 48% indiretamente 6% enterra ou queima na propriedade
Forma de escoamento sanitário	51% rede coletora de esgoto ou pluvial 5% fossa séptica 38% fossa rudimentar 1% direto para um rio 3% outra forma

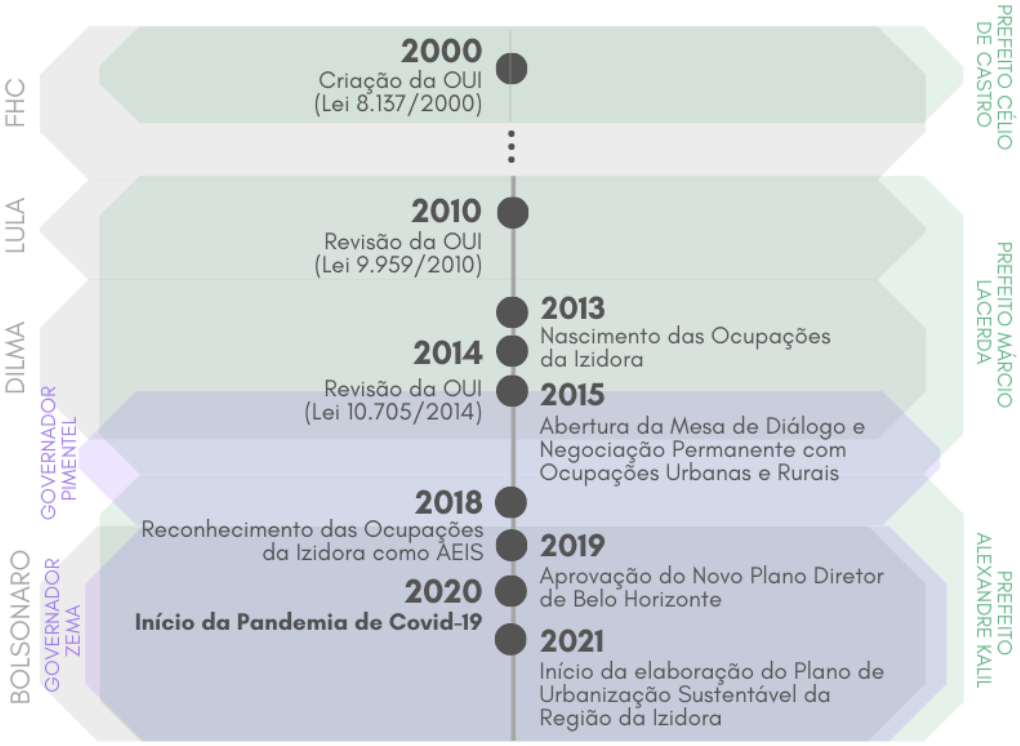
Fonte: Elaboração própria da autora, a partir de dados da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH, 2021).

As informações reunidas na Tabela 1 acima são aquelas disponíveis para acesso aberto com maior nível de detalhamento sobre a população das ocupações da Izidora, até o presente momento. Elas apontam para o perfil da vulnerabilidade social das famílias. O mesmo documento diz que "o predomínio de mulheres e crianças na organização de todas as frentes de diálogo e mobilização implementadas pelo Município no local, o que coloca a questão de gênero como um dos aspectos de extrema relevância, exigindo, também nesse campo, o exercício da inovação nas políticas públicas" (PBH, 2021, p. 42). Trata-se das poucas linhas, dentre o conjunto de documentos técnicos que compõem o chamado *Programa de Redução de Riscos de Inundações e Melhorias Urbanas na Bacia do Ribeirão Isidoro*[38], em que se faz menção às crianças ou a qualquer sujeito das ocupações, o que reforça o desequilíbrio que predomina entre o que se compreende por impacto ambiental e social do Plano na região.

A Figura 13 a seguir pretende resumir o que levantamos nesta seção com relação ao avanço do tratamento institucional dado à Região da Izidora, desde a criação da primeira proposta de operação urbana. Na seção seguinte, apresentaremos a ocupação Rosa Leão a partir de elementos da experiência do trabalho de campo com as crianças. Pretendemos, assim, iluminar os sujeitos desse contexto de disputa e resistência.

[38]Esses documentos foram elaborados conjuntamente por técnicos da Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU), Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOBI) e Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP). O fato de estarem disponibilizados no site da PBH na página da SMOBI ressalta o caráter técnico de sua abordagem. Link: https://prefeitura.pbh.gov.br/obras-e-infraestrutura/informacoes/publicacoes/programa-reducao-riscos-inundacao-melhorias-urbanas-bacia-ribeirao-isidoro. Acesso em 31 de mar. 2022.

Figura 13 – Linha do tempo da institucionalidade envolvendo a Região da Izidora



Fonte: Elaboração própria da autora.

1.2.2 O território da pesquisa pelo olhar das crianças

> Oi, gente. Hoje nós estamos aqui, mostrando a ocupação Rosa Leão pra quem não conhece. Pra quem não me conhece, meu nome é Dandara, tenho nove anos, e eu tô aqui mostrando tudo. Vamo lá, mostrar a ocupação! (Transcrição de trecho de vídeo gravado na ocupação Rosa Leão, outubro de 2019).

Figura 14 – Criança jogando bola com a câmera fotográfica na mão



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da ocupação.

Rosa Leão é um movimento de ocupação por moradia de terreno localizado nas bordas periféricas de Belo Horizonte. Seu nome foi decidido em uma assembleia para homenagear uma companheira do Movimento de Luta pela Moradia (MLPM), que nos anos 1990 atuou na conquista do Conjunto Ubirajara, vizinho à ocupação. Rosa Leão foi assassinada ao tentar impedir um homicídio. A ocupação leva em seu nome a memória de uma mulher de luta.

Rosa Leão nasceu espontânea, a partir da mobilização de moradoras e moradores inspirados por outros movimentos de ocupações que aconteciam na cidade e que vislumbraram naquele terreno vazio do bairro Granja Werneck uma possibilidade de se livrar da "cruz do aluguel" ou da angústia de morar de favor na casa de parentes. Ainda no seu despertar, essas famílias buscaram e encontraram o suporte dos movimentos sociais organizados na cidade para garantir a sua permanência e uma virada a seu favor da opinião da vizinhança, inicialmente resistente ao movimento.

Embora a sua localização se dê em área conurbada com o município de Santa Luzia, o terreno da ocupação Rosa Leão possui características de uma área periurbana, ou seja, de uma zona de transição entre o rural e a área urbana. Isso qualifica o território com outras formas

de se relacionar com a terra e com a natureza, o que também é experimentado pelas crianças, especialmente, quanto mais distante for sua casa do asfalto.

Figura 15 – Vista da ocupação com prédios da cidade ao fundo



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da ocupação.

A ocupação Rosa Leão é, portanto, território de contradição. É movimento que surge espontâneo, mas se apoia em outros movimentos sociais organizados. É terreno com traços urbano e rural. É convivência com bicho e com lixo no mesmo chão de terra. É brincadeira na nascente enquanto falta água em casa para as atividades essenciais. É zona de fronteira com o município vizinho demarcada por vários equipamentos públicos municipais no seu entorno.

A maioria das famílias que chegaram à ocupação já moravam em bairros do entorno ou municípios vizinhos da RMBH, como Santa Luzia e Ribeirão das Neves. São famílias que ficaram sabendo do movimento a partir de parentes, amigos, vizinhos ou conhecidos do trabalho. Há, portanto, uma rede de relações de amizade e laços de parentesco que conformam as famílias que moram na ocupação. Contudo, com o passar do tempo, outros grupos chegaram à comunidade adquirindo a casa ou o lote via mercado informal, o que pode ou não ser atravessado por essa mesma rede. De todo modo, é comum as crianças crescerem próximas de tias e tios, primas e primos, e avós.

Figura 16 – Moradoras se encontrando e caminhando pela ocupação



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da ocupação.

Ao chegarem à ocupação, esses sujeitos se distribuíram no território e se organizaram em quadras, as quais contavam com coordenadoras e coordenadores escolhidos pela comunidade para servirem de referência para debater questões internas. Boa parte dos processos de soerguimento das casas se deu pela autoconstrução. Nascimento (2011) elenca alguns fatores que caracterizam esse processo, dentre eles: não há um projeto da moradia *a priori* a ser seguido, de modo que o canteiro de obras é permanente; a estrutura da casa é executada de tal modo a possibilitar a eventual ampliação de um segundo pavimento, o que denota a flexibilidade da construção; e a mão de obra é familiar, na maioria das vezes, sendo contratada na medida da necessidade.

Os lotes adotavam um tamanho padronizado, baseado nos lotes da ocupação Dandara, de 8m x 16m, podendo chegar a 7m x 10m. No começo, as famílias buscaram ocupar rapidamente o terreno com o uso da lona. Com o tempo, à medida que sentiram mais segurança e estabilidade, juntaram o dinheiro economizado com o aluguel e mobilizaram doações de materiais para investir na construção da casa. As lonas plásticas deram lugar, portanto, a placas de madeira compensada (madeirite) ou edificações de alvenaria de tijolo com estrutura de concreto armado (LOURENÇO, 2014).

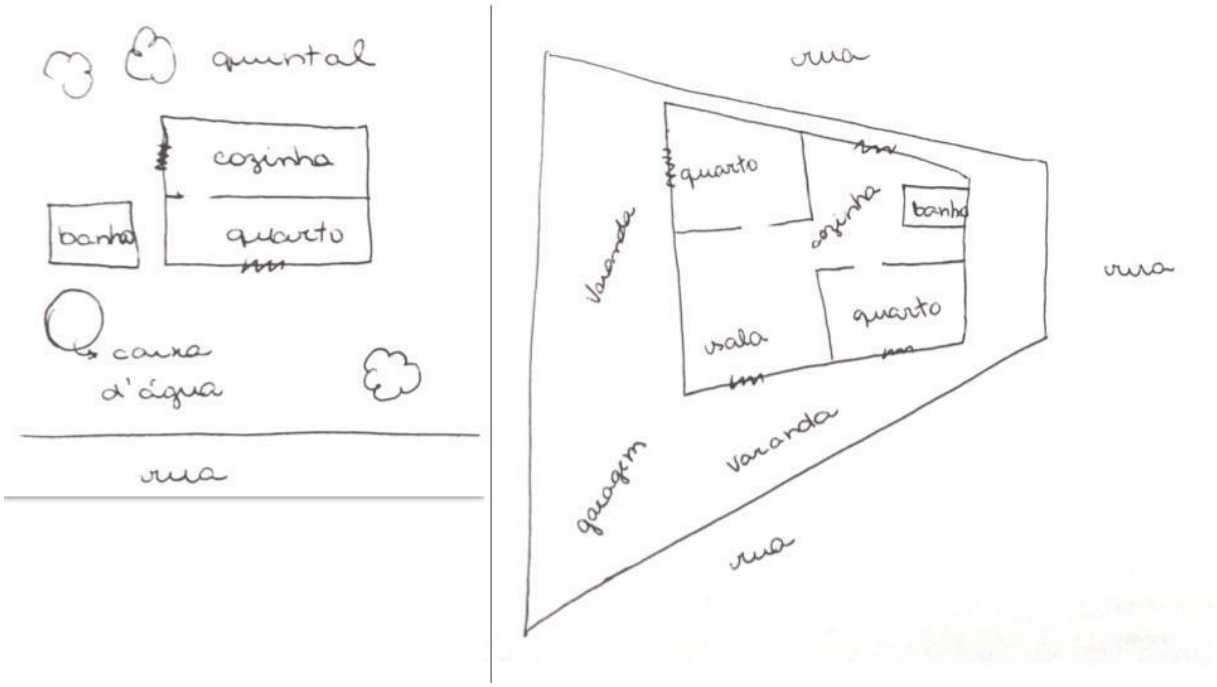
Figura 17 – Materiais de construção em frente a uma casa



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da ocupação.

Na ocupação, as crianças crescem e se desenvolvem junto com suas casas. O interior das casas varia conforme as possibilidades financeiras e necessidades das famílias. A maior parte delas começa com um primeiro e único cômodo, que serve aos dormitórios, enquanto a cozinha e o banheiro se organizam de forma provisória na parte exterior e aos poucos vão integrando a edificação, à medida que cresce a construção em alvenaria.

Figura 18 – Esboço de plantas de casas frequentadas pela pesquisadora na ocupação



Fonte: Acervo da pesquisa (2021).

A depender da localização, as famílias combinam quintais produtivos nos fundos ou nas frentes das casas, o que serve tanto à segurança alimentar, quanto à manutenção da tradição do cultivo de plantas medicinais. Além dos quintais produtivos, o ornamento das casas com vasos de plantas é recorrente, o que denota o cuidado com o lugar onde se vive e a referência ao belo, que resiste diante do provisório ou até mesmo do precário.

Figura 19 – Fotografia da casa de uma menina e seu desenho da ocupação



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da ocupação.

A localização relativamente próxima do asfalto permite que as famílias da ocupação Rosa Leão façam uso dos serviços já disponíveis nas ruas dos bairros do entorno, ou ainda, na Avenida Brasília, importante centralidade regional em Santa Luzia[39]. Contudo, alguns pontos básicos de comércio local se estabeleceram no território, como é o caso de mercearias, padarias, bares e lanchonetes. Encontramos, ainda, lojas de ferro velho e de materiais de construção, que oferecem suporte à autoconstrução local. Dentre os usos não residenciais, destaca-se também a presença de igrejas, salões de beleza e o chamado barracão comunitário.

[39]Na ocupação Rosa Leão, os pontos mais distantes do asfalto distam cerca de 600m, conforme calculado pelo aplicativo do Google Maps.

Figura 20 – Pontos comerciais na ocupação Rosa Leão



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da ocupação.

Também conhecido como "o coração da comunidade", nas palavras da coordenadora Rosa, o barracão comunitário é o local onde as famílias se reúnem para assembleias comunitárias, distribuição de doações, realização de bazares e de festas. No início da ocupação, era o local onde funcionava uma cozinha e um banheiro coletivos para servir à comunidade que resistia; hoje, é onde ocorrem assembleias e encontros com a militância e a rede de apoiadores, anunciando notícias de luta e vitórias. É, portanto, o lugar onde a comunidade tem por referência, um espaço de convívio entre gerações e de participação organizada. Foi ali, também, onde eu passei a maior parte do tempo brincando com as crianças da pesquisa.

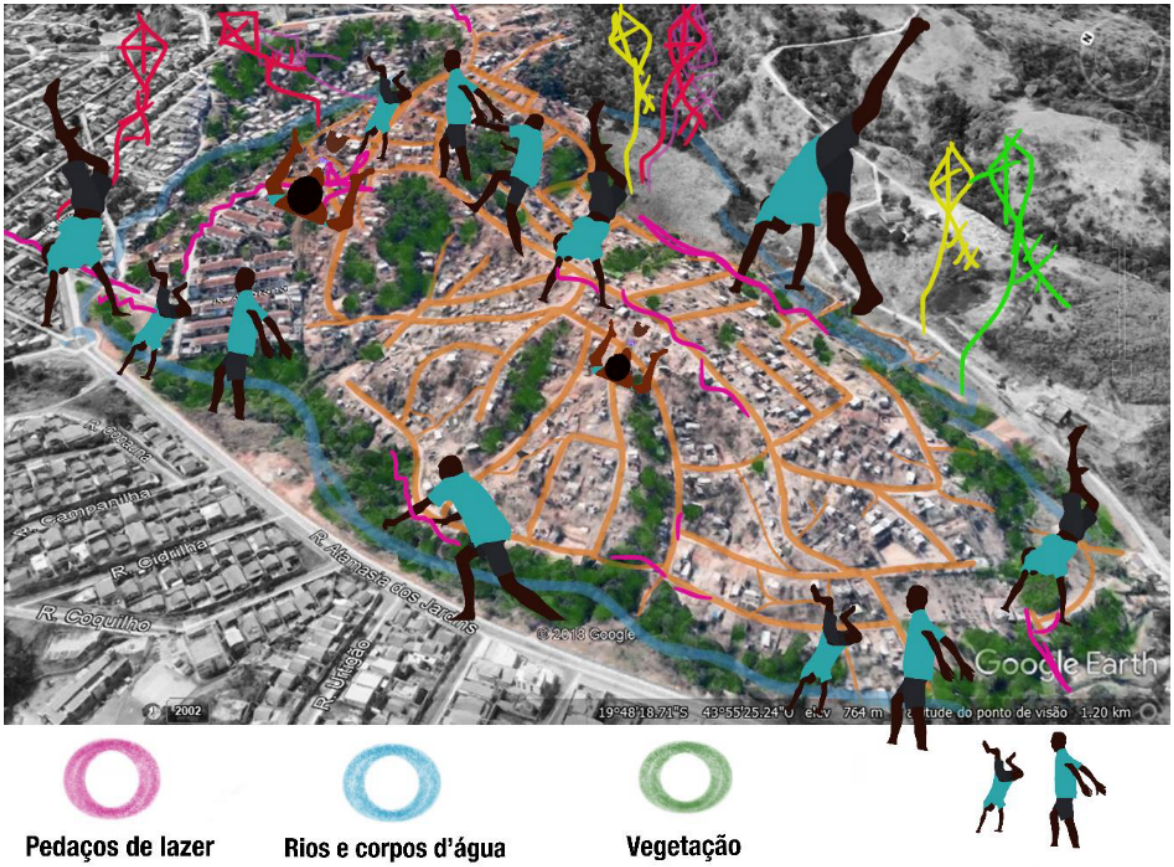
Figura 21 – Vista para o barracão comunitário



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da ocupação.

A seguir (Figura 22), encontra-se um mapeamento afetivo da ocupação Rosa Leão, produzido por Galera (2019), em pesquisa de cunho etnográfico, dedicada a estudar os espaços de lazer nas ocupações da Izidora. O mapa exibe elementos naturais da paisagem, como a presença de vegetação e cursos d'água, e os locais onde os sujeitos (adultos e crianças) usufruem para o lazer, que correspondem a áreas identificadas como potenciais em termos de seu uso coletivo na vida cotidiana para momentos de ócio, brincadeiras, encontros, conversas, dentre outros. Foram utilizadas fotos das crianças tiradas durante o campo e desenhos elaborados por elas.

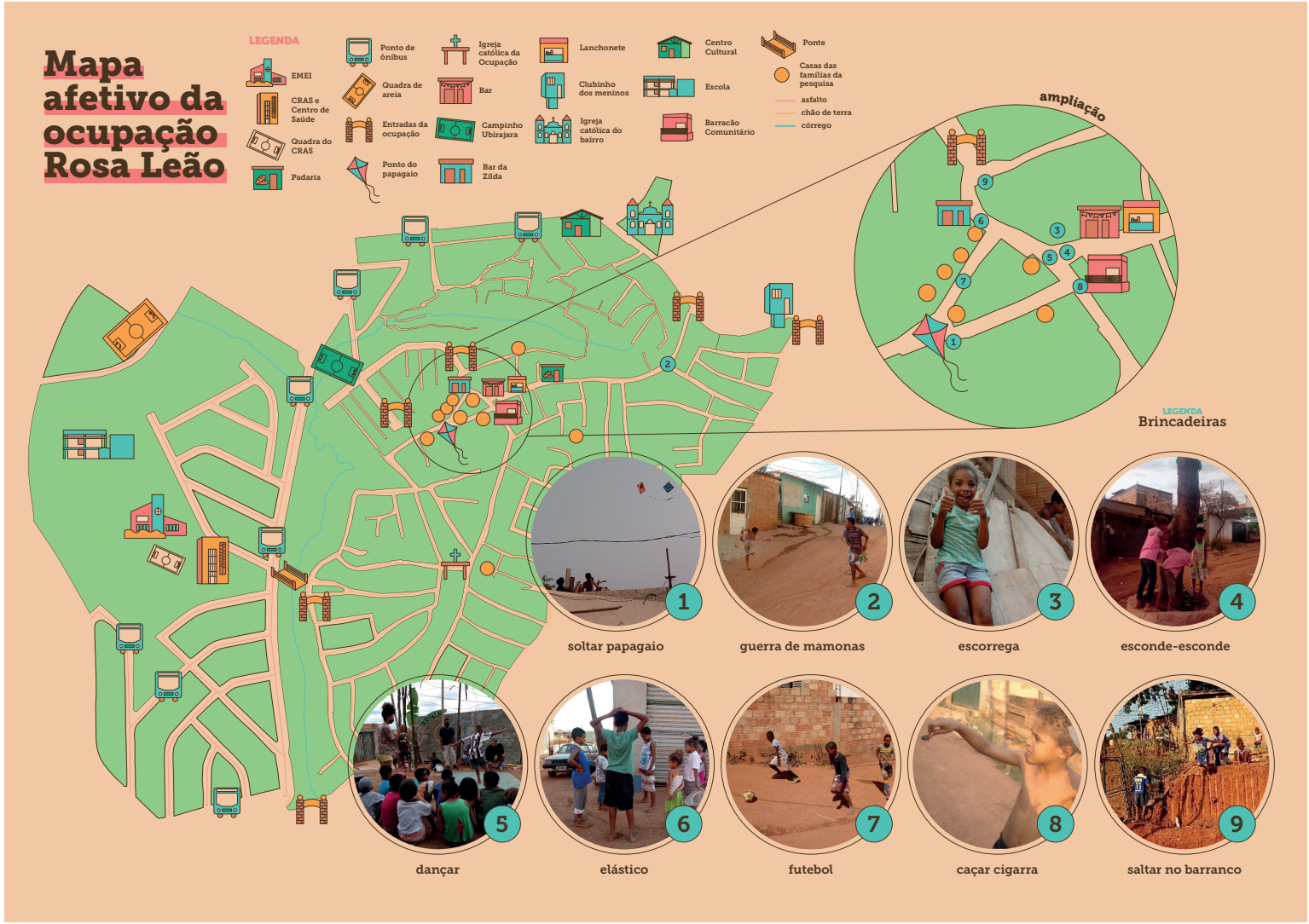
Figura 22 – Exemplo de cartografia afetiva realizada na ocupação Rosa Leão



Fonte: Galera (2019).

A seguir (Figura 23), apresentamos um mapa afetivo construído a partir da pesquisa de campo. Buscamos reunir as experiências das (e com as) crianças da Rosa Leão, observadas ao longo dos meses da observação participante. Nele, foram mapeados: as diversas entradas para a ocupação; alguns equipamentos públicos localizados no entorno e utilizados pelas crianças e suas famílias (Escola, EMEI, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Saúde, Centro Cultural e Igreja); a localização das casas das famílias participantes da pesquisa; alguns espaços demarcados por brincadeiras das crianças (como o ponto do papagaio e o clubinho dos meninos); e edificações do interior da ocupação que se destacaram na pesquisa (como o barracão comunitário e padaria, lanchonete e bares que se localizam próximos a ele, e a igreja católica da ocupação). Mapeamos, ainda, algumas das brincadeiras realizadas pelas crianças e equipamentos de lazer por elas apropriados para brincar, como o Campinho Ubirajara, a Quadra de Areia e a Quadra do CRAS. Na ampliação, é possível observar os pontos que ocupam a região do entorno do barracão comunitário, reforçando como a pesquisa se deu, na maior parte do tempo, concentrada neste local. Os pontos de ônibus, rodeando a ocupação, revelam a ausência de linhas de ônibus que entram na comunidade, resultando na falta de acesso à mobilidade urbana. O mapa mostra, ainda, os limites do chão de terra para o asfalto, bem como o curso do córrego que delimita a fronteira natural existente entre a ocupação e os bairros do entorno.

Figura 23 – Mapa afetivo da ocupação Rosa Leão



Fonte: Elaboração de Carol Azevedo a partir dos dados da pesquisa.

2. Territorialidades infantis em uma ocupação urbana

Durante a pesquisa, a seguinte pergunta nos acompanhou: “o que significa ser uma criança de ocupação?”. Esse esforço reflexivo não deve ser compreendido como uma forma de essencializar esses sujeitos, como se compartilhassem uma mesma realidade determinada pelo espaço que ocupam e a condição social que vivenciam. Pelo contrário, consiste em um compromisso ético em desvelar alguns dos elementos que marcam as múltiplas vivências que experimentam, vivências essas, muitas vezes invisibilizadas por um discurso hegemônico sobre o que é a infância, especialmente, em um território onde a vulnerabilidade social é observada como a principal marca dos sujeitos. Refletir sobre essa questão é, na verdade, uma forma de desestabilizá-la.

Este capítulo tem o objetivo de desvelar as territorialidades infantis na ocupação Rosa Leão, a partir das experiências compartilhadas junto de um grupo de crianças durante a pesquisa de campo. Como veremos, a expressão cunhada por Lopes e Vasconcellos (2006) atribui à noção de culturas infantis sua dimensão espacial. A dinâmica de resistência vivida nas ocupações atravessa de diferentes formas a vida das crianças, as quais participam desse movimento não somente nos momentos ritualizados, mas também na vida cotidiana. Assim, à medida que as crianças constituem territórios de resistência, por meio das práticas do brincar e da circulação pelo espaço junto a seus pares, elas produzem subjetividades que dão corpo ao que nos referimos como “criança de ocupação”.

Já destacamos anteriormente que são poucas as investigações com crianças ou sobre a infância nas ocupações urbanas. Destacam-se os trabalhos de Gobbi com crianças, mulheres e famílias moradoras e moradores de ocupações na cidade de São Paulo (SP) (GOBBI, 2016; GOBBI, 2019; GOBBI; ANJOS; PITO, 2020; GOBBI; PITO; MELEÁN, 2020; GOBBI; ANJOS; VICENTE, 2020; ABRÃO; GOBBI, 2021). Suas pesquisas sobre representações e criações da infância em luta por moradia influenciam fortemente este trabalho, em especial, por destacarem o protagonismo feminino para se olhar para as infâncias nesses territórios, que são espaços que evocam outros modos de viver possíveis no contexto urbano contemporâneo.

Outras pesquisas, como as de Santos (2017), Nascimento (2019) e Frossard (2019), olharam para a realidade social de crianças em ocupações nas cidades de Aracaju (SE), Manaus (AM) e Belo Horizonte (MG), respectivamente, a fim de apreender como elaboram em seu cotidiano a problemática da moradia urbana e se mobilizam para lidar com as adversidades que fazem parte da luta. Destacam-se, ainda, os trabalhos de Veloso (2018) e Galera (2019), que partem de uma perspectiva do planejamento urbano para investigar como as crianças participam da produção e podem ser ainda mais envolvidas no planejamento de espaços de mobilização

comunitária e de lazer, respectivamente, ambas trabalhando em ocupações de Belo Horizonte (MG). Por fim, ressaltamos os trabalhos de Ramalho (2019), Lopes (2019) e Fernandes (2019), que reforçam a importância de se olhar para as ocupações como territórios de aprendizagem e apontam para outras pedagogias possíveis.

Tais pesquisas se distribuem entre as áreas do conhecimento da Antropologia, Educação e Arquitetura, Urbanismo e Design, e todas partem do território como importante eixo de análise. Diante de minha trajetória acadêmica e profissional, interessada em olhar para a cidade a partir dos sujeitos e das relações sociais, a dimensão espacial também esteve presente desde o princípio da pesquisa. Buscar respostas para a questão "o que significa ser uma criança de ocupação?" implica compreender também como se dá a relação das crianças com esse território de resistência.

Em *A produção do espaço*, Lefebvre (2000), importante referência para os estudos urbanos críticos contemporâneos, apresenta uma compreensão do espaço como produto de relações sociais. Segundo Lefebvre, na economia capitalista, essa produção tem seu estágio mais amadurecido no urbano, onde se reproduzem as relações de produção e se conforma o *espaço abstrato*, ou o espaço da "modernidade", que é homogêneo, fragmentado e hierarquizado. Esse espaço apresenta, contudo, contradições inerentes a si mesmo, as quais dão origem ao seu próprio fim. A dissolução das relações que o produzem e sua substituição por novas relações, por meio de práticas espaciais de desvio, forjam o que o autor denomina por *espaço diferencial*, onde se produzem e se acentuam as diferenças.

A compreensão do processo de urbanização da economia capitalista em Lefebvre tem sido referência para muitos autores olharem para movimentos urbanos contemporâneos como os das ocupações (BASTOS *et al.*, 2017; GALERA, 2019; GOBBI; ANJOS; PITO, 2020). Conforme apontam Bastos *et al.* (2017), as ocupações podem ser compreendidas, em alguma medida, como campos de tensão situados entre o espaço abstrato e o diferencial. Encontram-se em diálogo mais amplo com demais movimentos sociais e ações coletivas que têm incorporado em suas pautas centrais a esfera da reprodução e da vida cotidiana, para além das demandas do mundo do trabalho. Tais iniciativas contam com um esforço político duplo pelo reconhecimento de quem está de fora (como tática de permanência) e pela construção de uma coesão de quem está de dentro (como estratégia diante do cotidiano privatizado), o que engendra processos construtivos de espaços coletivos, como creche, horta e cozinha comunitária, que rompem com uma visão privatista e individualista de espaço de cuidado.

> A ocupação é um ato de coragem: é uma atitude radical que nasce preocupada em resgatar a vida cotidiana da dominação do espaço abstrato e na qual se coloca em curso um processo de tomada de consciência dos entraves da produção do espaço urbano. Tal consciência – a qual arriscaríamos chamar urbana – implica iniciativa e participação, mesmo que sejam meramente tentativas ou incompletas. (BASTOS *et al.*, 2017, p. 259).

Lefebvre está presente também no discurso da rede de resistência das ocupações, tendo

em vista sua contribuição conceitual sobre o *direito à cidade*. Não raro, militantes, moradores ou pesquisadores evocaram esse termo para qualificar a luta das famílias. É sabido que, ao elaborar a noção do direito à cidade, o autor não se referia a uma listagem de direitos humanos relacionados à vida no contexto urbano, mas, sim, construía uma crítica à razão, ao Estado, ao cotidiano e à opressão na economia capitalista. Entretanto, as táticas de permanência e mobilização comunitária vivenciadas nas ocupações apontam, de diversas maneiras, para possibilidades de ação que movem o mundo em outra direção, contestando a lógica capitalista. Assim, o uso do termo pode ser compreendido enquanto tática incorporada pelo movimento.

Conforme anunciam Debortoli *et al.* (2008, p. 42), "a relação entre cidade e infância não pode ser compreendida tão-somente pelas formas em que se apresentam. É preciso ir além e alcançar o seu movimento na reprodução social". Diante disso e à luz do diálogo com o referencial lefebvriano proposto por Bastos *et al.* (2017), indagamos-nos: onde estão as crianças das ocupações urbanas nas práticas espaciais de desvio da produção do espaço abstrato?

No campo dos estudos da infância, diversas pesquisas têm sido realizadas com, para e/ou sobre crianças em interface com suas múltiplas realidades socioespaciais. Alguns trabalhos realizados ao longo do século XX foram vanguardistas nesse sentido e, ainda que contenham questões teórico-metodológicas a serem avaliadas diante dos debates contemporâneos, seguem sendo grande referência no tema.

Dentre eles, podemos citar a obra realizada na década de 1920 e publicada em 1935, *The Life Space of Urban Child*, da psicóloga alemã Martha Muchow, que investigou, junto a um grupo de estudantes, as vivências espaciais de crianças moradoras de um bairro de classe operária no distrito de Barmbek, em Hamburgo, Alemanha. Segundo Lopes e Fichtner (2017, p. 759), Muchow, cujo trabalho ainda é pouco conhecido no Brasil, "parece ser uma das primeiras pessoas que dedicaram sua vida acadêmica para pensar o binômio criança/espaço". As observações realizadas naquela época indicavam como as experiências infantis na cidade eram atravessadas por marcadores sociais, relacionados a categorias sociodemográficas como faixa etária, sexo e grau de inserção escolar (LOPES; FICHTNER, 2017). A autora propôs uma análise que compreendeu a centralidade da casa como espaço de vida das crianças que se estende em camadas a partir desse ponto. De modo geral, as metodologias utilizadas para tratar dos questionamentos levantados sobre o mundo vivido pelas crianças constituem pontos de partida e diálogo com reflexões contemporâneas que direcionam esta pesquisa.

Nove anos mais tarde, em 1944, o sociólogo brasileiro Fernandes (2004) produziu no Brasil a pesquisa *As "trocinhas" do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis*. A pesquisa consistiu na observação de grupos de crianças (as "trocinhas"), instituídos por meio de interações sociais durante sua participação (termo usado pelo autor) nos espaços do bairro Bom Retiro, em São Paulo, e os elementos folclóricos que atravessavam tais interações, que posteriormente seriam compreendidos como repertório da cultura infantil. Os elementos folclóricos mencionados pelo autor consistem em brincadeiras

e elementos lúdicos presentes nas culturas dos grupos infantis, que se agrupam segundo uma determinada função. Seu olhar sociológico e sensível promoveu um estudo pioneiro ao tratar do universo infantil em uma riqueza de detalhes que partia de um lugar social da infância ainda pouco reconhecido por seus contemporâneos (FARIA, 2005). A dimensão do espaço em sua obra, ainda que não seja central, permeia suas observações, que partem da produção de um conhecimento situado.

O trabalho do geógrafo norte americano William Bunge, realizado junto à *Expedição Geográfica de Detroit*, em 1968, em parceria com Gwendolyn Warren, foi um grande marco para o campo da Geografia da Infância, como destaca Aitken (2018). Bunge considerava as condições de vida das crianças como medidas do bem-estar de uma sociedade, de modo que a tese central proposta pelas expedições "posiciona as crianças como vítimas derradeiras das forças políticas, sociais e econômicas que forjam a geografia do ambiente construído"[1] (AITKEN, 2018, p. 9). Mesclando métodos quantitativos e qualitativos, a pesquisa de Bunge produziu uma série de mapas, como a proposta de distribuição socialmente justa de recursos educacionais ou a relação de espaços carentes de equipamentos de lazer, e dados, como sobre acidentes de tráfico envolvendo crianças. Sua trajetória se destacou pela intenção política, na defesa por uma produção de conhecimento engajada. Exemplo disso é o forte diálogo estabelecido com o debate sobre o pertencimento racial nos Estados Unidos: seus resultados sugerem o favorecimento da riqueza concentrada espacialmente nos subúrbios brancos.

Já em 1989, a arquiteta japonesa naturalizada brasileira, Mayumi Souza Lima, tornou-se importante referência no contexto nacional para se pensar a relação entre os espaços construídos e a infância, com a publicação da obra *A Cidade e a Criança*. A partir do diálogo entre os campos da Arquitetura e da Educação, a autora se tornou referência para pensar o planejamento de espaços escolares para e com crianças, partindo da importância de elementos como a curiosidade e a imaginação e da crítica à produção de espaços exclusivos para crianças movidos pelo controle adulto. Embora o tratamento das múltiplas infâncias dadas pelos marcadores sociais seja ainda incipiente, a obra da arquiteta abriu caminho no contexto nacional para se pensar questões ainda em voga no debate contemporâneo sobre a infância e a cidade, levantando críticas sobre a institucionalização de crianças e sua privação da convivência urbana nas ruas.

No final do século XX, em 1991, o sociólogo brasileiro Martins (1991) coordenou a obra *O Massacre dos Inocentes: a criança sem infância no Brasil*, composta com a colaboração de outros pesquisadores com o objetivo de jogar luz nas condições de opressão da infância e da adolescência brasileira. Tendo como base contextos de maior privação naquele cenário, como a infância indígena e camponesa e o trabalho infantil, o autor assume o compromisso de voltar-se para a infância exposta à brutalização das relações diante de um avanço da economia capitalista no Terceiro Mundo. Com uma abordagem marxista, seu argumento é de que haveria uma

[1] Traduzido do original, em inglês: "*the central thesis of the expeditions posits children as the ultimate victims of the political, social, and economic forces that contrive the geography of the built environment*". (AITKEN, 2018, p. 9).

supressão da infância como resultado do processo forçado de ampliação do exército de reserva, o que se configuraria como um problema sociológico e político. Como metodologia, o autor parte de estudos nos quais as próprias crianças falam de suas condições de vida, reconhecendo-as como portadoras da crítica social, e não instrumento desta. No texto que compõe a obra, intitulado *Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida*, Martins (1991, p. 80) ressalta ainda mais o papel da criança como testemunha que vem tornar pública uma realidade social invisibilizada e "saturada de carências" em conflitos violentos de luta pela terra no estado de Mato Grosso e na Pré-Amazônia maranhense.

Esses estudos, ainda que não dialoguem entre si, contribuíram para o debate dos estudos da infância com uma perspectiva espacial, de modo que subcampos de pesquisa foram sendo formados ao longo do tempo, nas diferentes áreas do conhecimento. Dentre eles, se destacam: a Geografia da Infância, que parte da produção de geógrafos nos mais diversos contextos; a Antropologia da Criança, que se insere no âmbito de pesquisas etnográficas realizadas por antropólogos com foco na dimensão territorial; e, ainda, os estudos sobre Infância e Cidade, que se enraízam na perspectiva sociológica e estabelecem amplo diálogo com a pedagogia e o urbanismo, por meio das concepções de cidade educadora ou cidade amiga das crianças[2]. Esta tese dialoga com alguns autores contemporâneos dessas perspectivas, tanto no âmbito nacional (PIRES, 2007; SILVA, 2011; LANSKY, 2012; SOUSA, 2017; MÜLLER, 2018; LOPES; FERNANDES, 2018), quanto internacional (KATZ, 2004; AITKEN, 2018), com destaque para a produção latino-americana, que tem se debruçado a investigar a infância no contexto de movimentos sociais (MORALES; MAGISTRIS, 2018; SHABEL, 2019; TORRES-VELÁZQUEZ, 2019).

Até aqui estivemos tratando das categorias *espaço* e *território*, sem maior rigor teórico para diferenciá-las. Para Santos (2002b, p. 151), o espaço do homem ou o espaço geográfico é um conceito de ampla abstração cuja "definição é árdua, porque a sua tendência é mudar com o processo histórico, uma vez que o espaço geográfico é também o espaço social". A categoria universal do espaço se apresenta como um conjunto de relações que testemunham "uma história escrita por processos do passado e do presente". O espaço resulta da ação ou do trabalho de um povo em um dado território, marcado pelo modo de produção dominante, pelo sistema político, e por seus impactos ao longo da história (SANTOS, 1999). Assim, para o geógrafo, o território antecede o espaço e implica o seu uso por um povo, atravessado por relações de poder, de modo que somente o *território usado* se constitui como categoria de análise.

> Essa ideia de território usado, a meu ver, pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Se o tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma-conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. (...) é o território que constitui o traço de união

[2]O movimento internacional de cidades educadoras "têm como eixo entender a cidade como lócus de educação da criança, para além da escola, através de criação de intervenções nos campos da saúde, cultura e lazer, ordenamento dos espaços urbanos tendo em conta seu potencial educativo" (CARVALHO; GOUVEA, 2019, p.152). Uma referência para tratar da dimensão educativa da cidade é o italiano Francesco Tonucci, que propõe a ideia de uma gestão urbana cujo público prioritário para se pensar política e projetos é a população infantil.

> entre o passado e o futuro imediatos (...), o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos. (SANTOS, 1999, p. 19).

Nesta tese, daremos ênfase à noção de território (em diálogo com a categoria de território proposta por Milton Santos), a fim de dar visibilidade aos sujeitos e às suas ações na produção de um espaço delimitado pela ocupação Rosa Leão. *Quais os territórios das crianças na ocupação? Como elas ressignificam esse espaço? As fronteiras definidas pelos instrumentos normativos legais da política urbana da ocupação são as mesmas fronteiras vivenciadas pelas crianças? Em que medida as crianças participam da construção comunitária desse território? Como esse processo de resistência atravessa seus corpos?* Essas são algumas perguntas que orientam este capítulo.

Compreendendo a criança como sujeito histórico, Lopes (2009) propõe situá-la espacialmente como participante da produção do espaço. Embora o adultocentrismo acabe por confinar as crianças em espaços determinados pelas representações do mundo adulto sobre a infância, as crianças subvertem e ressignificam os territórios compreendidos como infantis. Para Lopes (2009), isso passa por uma diferenciação de *infância*, como categoria estrutural, e *criança*, como sujeito situado temporal e espacialmente.

> (...) as crianças, ao negociarem suas infâncias com o mundo adulto, fazem-no de forma situada, localizada, tornando-se potenciais agentes produtores de espaços, de lugares e territórios. (...) compreender as crianças e suas interações com o espaço vai muito além dos seus atributos físicos e naturais e da sua ideia de palco para as ações. Mas deve-se envolver todas as dimensões aqui expressas, percebendo-as como autores na produção da paisagem e na constituição dos territórios. (LOPES, 2009, p. 42).

O território, para o autor, é dotado de uma teia de significados que extrapolam seus limites legais, traçada por processos identitários que demarcam sentidos de pertencimento e diferença por meio de "regras, símbolos, linguagens e visões de mundo comuns" (LOPES, 2009, p. 38). Nessa trama espacial e simbólica, as crianças tecem suas experiências sociais e constroem sua inserção na cultura.

É assim que Lopes e Vasconcellos (2006) propõem a noção de *territorialidades infantis*, em alusão ao que o campo dos estudos da infância compreende por *culturas infantis*, que se relacionam aos aspectos simbólicos e materiais transmitidos e reelaborados pelas gerações a partir de seus diferentes contextos de vida[3]. A noção de territorialidades infantis busca, portanto, incorporar a dimensão do espaço à base da produção dessa cultura que atravessa os sentidos de

[3] Ainda sobre a noção de culturas infantis, como nos aponta Gouvea (2011), ela tem sua origem na compreensão da figura da criança como produtora de cultura, na medida em que informa suas experiências e partilha de valores sociais através da apropriação da linguagem. Essa noção diz, portanto, desses "processos singulares de construção do conhecimento e de significação do mundo, que têm na infância o tempo e o espaço de produção ou a fonte de narração". (GOUVEA, 2011, p. 552).

infância. Segundo os autores, tal ancoragem territorial na produção das culturas infantis "não apenas emoldura o contexto no qual se edifica a infância, mas, para além disso, oferece o próprio substrato material à produção da existência" (p. 110). Buscamos, portanto, compreender como se configuram as territorialidades infantis na ocupação Rosa Leão.

Essa relação com o território, contudo, é perpassada pela corporalidade da criança. Como nos aponta James (2000), a capacidade de agência do corpo da criança se refere à sua contribuição coletiva e individual para a construção do mundo social, a partir de experiências que são atravessadas pelos seus corpos. A autora ressalta, portanto, a natureza corporificada da ação social na infância, uma vez que o corpo é um agente ativo que traz consigo possibilidades de ser e estar no mundo.

A seguir, apresentamos a categoria *corpo-território*, que tem sua origem vinculada à perspectiva de gênero no contexto latino-americano, mas que pretendemos, aqui, aproximá-la do campo dos estudos da infância. Trata-se, portanto, de uma tentativa de elaborar conceitualmente sobre como as crianças ocupam e significam o chão de terra da ocupação Rosa Leão, a partir do brincar e da circulação pelo espaço.

2.1 O corpo-território como categoria analítica

O território é comumente compreendido como categoria que demarca um espaço permeado por relações de poder em disputa (SANTOS, 1999; SOUZA, 2003). Haesbaert (2020) anuncia a importância do valor simbólico do território nos referenciais decoloniais, como nas ideias de Aníbal Quijano e Arturo Escobar, de modo que "na América Latina o território é lido frequentemente no diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e de transformação social" (p. 76). O autor fala de uma ontologia terrena/territorial, que se vincula à herança colonial extrativista de extermínio dos povos originários, e propõe pensar a categoria pela ótica de *territórios de resistência*.

> (...) uma das grandes contribuições do pensamento decolonial latino-americano ao debate sobre território, a da sua leitura pelo viés ontológico, da defesa do território como espaço de vida, da existência em sentido amplo, o que implica também considerar toda a experiência de extrema violência (sobretudo contra a mulher) difundida em nosso continente. Denomino esta perspectiva, que deve, obrigatoriamente, envolver a do corpo-território, "território de r-existência". (HAESBAERT, 2020, p. 82).

Haesbaert (2020, p. 76) destaca como a categoria do *corpo-território* atenta para "o poder da corporeidade ao mesmo tempo como objeto de exercício do poder e como sujeito (corporificado) de resistência". Segundo o autor, a corporeidade, em especial no que tange à história de resistência latino-americana, é atravessada pelas questões de raça e gênero, expressas na exploração do corpo de mulheres, negros e indígenas, por meio do confinamento, da interdição e da invisibilização.

Quijano (2005) expressa essa exploração com base na noção de *colonialidade do poder*, reforçando a separação entre corpo (que seria atributo do homem branco europeu) e do não-corpo (o outro) dada pela perspectiva de domínio racial, pautada na dominação da natureza pela razão. Para Quijano, levando em conta esses constructos da racionalidade moderna, o colonialismo converteu o povo dominado em explorável, o que se estendeu na relação sexual de dominação. Lugones (2014), que defende uma releitura dos estudos decoloniais a partir de uma perspectiva de gênero, é mais enfática:

> A "missão civilizatória" colonial era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático (por exemplo, alimentando cachorros com pessoas vivas e fazendo algibeiras e chapéus das vaginas de mulheres indígenas brutalmente assassinadas). (LUGONES, 2014, p. 938).

Como forma de resistir à violência do corpo em todas as suas formas, Haesbaert (2020) nos aponta que a noção de corpo-território implica ainda uma compreensão coletiva, que passa necessariamente por uma compreensão situada desse corpo. Nesse sentido, retoma Cruz-Hernández (2016), que afirma:

> Essa articulação entre corpo e território, de modo mais amplo, "coloca no centro o comunitário como forma de vida", permitindo abordar o território em múltiplas escalas, ressaltando a importância da "escala mais micro, mais íntima, que é o corpo", "primeiro território de luta". O corpo, e notadamente o corpo feminino e de outros grupos dissidentes, revela a concretude de inúmeras "outras escalas de opressões, de resistências: família, praça pública, comunidade, bairro, organização social, território indígena, etc.". (CRUZ-HERNÁNDEZ, 2016 apud HAESBAERT, 2020, p. 80).

Acreditamos que as crianças desta pesquisa se inserem em um grupo dissidente e, portanto, estabelecemos um diálogo com essa categoria. Os relatos de violência contra as famílias das ocupações da Izidora apresentados no capítulo anterior apontam para uma trajetória marcada pela subjugação de seus corpos aos interesses de uma ordem ou razão "superior". Trata-se de corpos subalternizados, à luz do que Spivak (2010, p. 14) compreende como a descrição das "camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante".

Gago (2019), que se dedica ao estudo da economia feminista em diálogo com movimentos de mulheres na América Latina, defende o uso do conceito de *corpo-território* enquanto um *conceito político*, associado à exploração de territórios com a violência do corpo coletivo por meio da espoliação. Segundo a autora, a domesticação e a colonização se deram em uma relação específica no processo colonial ao explorar mão de obra e subordinar territórios. A resistência a esses processos se dá, portanto, pela via da insubordinação dos corpos, numa tentativa de despatriarcalizar e descolonizar.

A noção de *corpo-território*, para Gago (2019), desloca a fronteira do extrativismo aos territórios urbanos e suburbanos, antes restrita à realidade camponesa e indígena, uma vez que no urbano também se experimentam os processos de espoliação. Contudo, a autora ressalta que não é possível isolar o corpo individual do território e da paisagem, em defesa de um rompimento com uma noção de posse atrelada à ideia de propriedade privada.

Entendemos que a luta das ocupações urbanas e sua história de resistência a um projeto de cidade, expresso em instrumentos de planejamento urbano (como os zoneamentos, que separam a área de ocupação da área de preservação) e políticas públicas (como o PMCMV), se apresenta como um exemplo de insubordinação coletiva dos corpos, que tem como sujeitos famílias, mulheres e crianças. Com suas contradições, o movimento das ocupações é uma tentativa de constituir um modo próprio de organização comunitária. Na busca pela demarcação de um território, se institui uma comunidade, uma identidade, uma coletividade.

A noção de corpo-território está relacionada, portanto, ao vínculo entre despossessão ou privação de posse e violência, elementos que também atravessam a vida dos sujeitos desta tese, seja pela expropriação da terra, que faz com que passem por esse processo de resistência para ter o direito à moradia digna, seja pela violência lenta que corrói seu cotidiano. No decorrer desta pesquisa, muitas crianças das ocupações da Izidora incorporaram faces brutais dessa violência. Dois meninos morreram afogados em um riacho onde foram nadar em um dia quente depois da aula. Um menino morreu atropelado por um caminhão-pipa que foi abastecer a ocupação que estava sem acesso à água. Um bebê escapou da morte que poderia acometê-lo quando forças policiais lançaram gás lacrimogêneo dentro de seu carrinho em uma manifestação pacífica. Algumas crianças se aglomeraram nas janelas da escola aflitas para vigiar se o carro da polícia tinha chegado na ocupação. Outras não conseguiam dormir à noite, com pesadelos dos helicópteros que sobrevoavam as casas jogando panfletos que anunciavam o despejo. Em um contexto de pandemia e de escolas fechadas, uma menina queimou a perna no fogão ao subir num banco para verificar a comida que cozinhava para o pai doente, enquanto a mãe estava no trabalho[4].

Ressaltamos nosso compromisso ético e político com relação ao estado de barbárie a que resistimos e que exige de nós uma posição de denúncia. Contudo, começamos este capítulo anunciando que não se trata de uma pesquisa que restringe as crianças a um contexto de privação e violência. Como afirmam Cruz e Silva (2019), as ocupações garantem a reprodução da vida em um contexto de violência e despejo, de modo que é preciso jogar luz nesse movimento político para além de uma narrativa hegemônica de subjugação e invisibilização, mas como espaços de solidariedade e produção de outras formas de ser e estar no mundo.

[4]Destacamos que nenhum desses casos foi vivenciado pelas crianças das famílias que participaram da pesquisa na ocupação Rosa Leão, mas, sim, por outras crianças também moradoras das ocupações da Izidora. Isso reforça o argumento de que o perfil das famílias com quem a pesquisa foi realizada não revela em sua totalidade a complexidade social deste território, de modo que não devemos homogeneizar as experiências infantis ali vivenciadas a partir dos dados de campo aqui apresentados.

Segundo Gago (2019, p. 123), a noção de corpo-território "tem, desde o início, a marca de sua capacidade de combate: de cuidado, cura, defesa e fortalecimento, simultaneamente". Encontramos na categoria, portanto, uma abertura para falarmos em cuidado, cura, defesa e fortalecimento. Nos territórios de resistência, isso não se realiza somente na esfera do combate direto, mas se dá especialmente nas relações que compõem a vida cotidiana.

Nosso objetivo aqui é enfatizar as formas como as crianças se engajam nesses processos na ocupação Rosa Leão, em diálogo com o que tem sido desenvolvido em outras pesquisas do campo dos estudos da infância. Aproximamos-nos de propostas como a de Arroyo e Silva (2012), que organizaram uma coletânea de trabalhos que buscou olhar para crianças invisibilizadas em contextos histórica e socialmente marcados pela desigualdade e diversidade, ou, como nomeiam, "corpos-infâncias mais resistentes porque precarizados" (p. 16). Sua abordagem compreende que corpos-infância são atravessados não somente pela linguagem do brincar e pela cultura lúdica que predominam nas imagens midiáticas, mas também por outras "experiências e contextos sociais corpóreos concretos [que] radicalizam a construção da infância como sujeitos de transformação social e de história" (p. 13), tais como a fome, a luta pela sobrevivência, a indignidade da moradia e a exploração sexual e do trabalho. Daí a necessidade de outras epistemologias e outras pedagogias para dar conta dessas outras infâncias, que articulam cultura corporal, pertencimento e luta coletiva pela vida.

2.2 Circular-brincando com crianças

Figura 24 – Caminhando com crianças pela ocupação



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da Ocupação.

Como apontou de Certeau (1996), caminhar é uma arte de elaboração das ideias que, ao colocar o corpo em movimento, também movimenta outras estruturas, como a linguística, produzindo espaço. O ato de caminhar cria, assim, espaços de enunciação; uma boa estratégia para produzir aberturas e brechas que permitam ecoar as vozes dos sujeitos da pesquisa. Caminhar pelo território da Rosa Leão foi uma escolha metodológica desta pesquisa, a qual também se revela na trama que pretendemos tecer nesta escrita.

Junto do caminhar, o brincar também é fio condutor desta narrativa. A presença no território junto das crianças e a observação de suas expressões sobre a vida nas ocupações se deram quase sempre a partir da brincadeira, algo que ocorreu naturalmente durante nosso processo de socialização e formação de vínculos. Foi através do que chamaremos *circular-brincando* por determinados espaços na ocupação Rosa Leão e no seu entorno que pude conhecer melhor os sujeitos e o território, guiada pelo movimento das crianças[5].

[5] A expressão *circular-brincando* bem poderia ser substituída por *brincar-circulando*. Não havia uma centralidade na metodologia entre circular ou brincar com as crianças. Contudo, para fins de compor a narrativa desta tese,

A prática do brincar junto com as crianças como forma de escuta sensível nas pesquisas é corriqueira e diz da centralidade dessa linguagem no universo infantil. Como nos aponta Gouvea (2011), o brincar constitui uma atividade infantil por excelência na cultura contemporânea, sendo através da brincadeira que a criança significa o mundo, recriando sua realidade à proporção que explora seus limites. Carvalho e Silva (2018) também ressaltam como as brincadeiras informam sobre os modos de vida e as formas de sociabilidade das crianças, e em que medida o território assume um importante papel na prática e na expressão do brincar e na configuração das culturas infantis. Compreender os modos de vida das crianças na ocupação esteve intrinsecamente conectado, portanto, com a prática de brincar com elas ali.

Em diálogo com a psicanálise, a análise do discurso e os estudos sobre performance, Harker (2005) busca desconstruir concepções apriorísticas sobre o brincar e propõe um olhar para o brincar não como um evento, mas, sim, uma noção mais fluida da prática, uma *ação situada*, conforme Schechner (2003). O autor sugere uma elaboração sobre o brincar não considerando uma questão ontológica ("o que é o brincar?"), mas uma interseção entre aquilo que é (*being*) e seu devir (*becoming*).

Esse deslocamento teórico incorre nos seguintes apontamentos, segundo o autor: (i) o brincar não é uma prática definida e assume forma e função variadas conforme o contexto temporal e espacial em que se realiza; (ii) o brincar enquanto devir é sempre corporificado (*embodied*), no sentido de que produz afetos e é afetado; (iii) o brincar não deve ser rapidamente compreendido a partir da autonomia e da potência no uso dos espaços, uma vez que também pode contribuir para normalizar espaços e corpos, conforme apontaram os estudos de Gagen (2000).

Para além dos caminhos já apontados pela crítica de Harker (2005), ao tratar do brincar na ocupação Rosa Leão, dois pontos chaves em seu trabalho ecoam nesta tese. O primeiro deles diz do aspecto relacional do brincar, uma vez que a maioria das brincadeiras aqui analisadas se deram sempre na minha relação com os sujeitos da pesquisa. Nós brincávamos e propúnhamos brincadeiras, de modo que o brincar das crianças no território encontrava-se imbricado com a minha presença junto delas, ainda que, em muitos momentos, eu também as observasse brincando. Retomamos, assim, a afirmação de Carvalho e Silva (2018) de que o brincar não é uma prática exclusiva dos grupos infantis. O segundo elemento diz da apreensão espacial do brincar, com influências da noção do espaço transicional em Winnicott (1971), que compreende que o brincar se dá em tempo e espaço[6].

Em etnografia com povos awué Xavantes, Nunes (2002) também ressalta o tempo e o

que pretende jogar luz à dinâmica de circulação das crianças pelo território, constituindo territorialidades infantis na ocupação, por meio também do brincar, optamos pela expressão *circular-brincando*.

[6] Winnicott (1971) diz que o lugar do brincar para os bebês encontra-se no espaço potencial entre a mãe e o bebê, que varia de acordo com as experiências de vida do bebê em relação à figura materna, mas se apresenta em contraste com seu mundo interior e a realidade externa. Harker (2005) está interessado aqui especificamente na ideia de que a criança desenvolve uma compreensão do *self* e do outro por meio do brincar.

espaço como noções que qualificam a forma como as crianças se localizam e se posicionam no mundo. Propõe o estudo da brincadeira para introduzir uma perspectiva do brincar como forma de aprendizado e transmissão de cultura.

> (...) são as brincadeiras que, no decorrer do período que corresponde à infância, oferecem às crianças alguns dos pontos de referência cruciais para a percepção das dimensões espaciais e temporais nas quais seu cotidiano acontece. Uma vez incorporados, esses pontos de referência tornam-se conhecimento, tanto de domínio individual como de domínio coletivo, conhecimento este que acompanhará o indivíduo ao longo de toda a sua vida. (NUNES, 2002, p. 69).

Organizamos nosso trajeto com as crianças pelo território, apoiando-nos em uma categoria que tem sua origem na Antropologia para nos ajudar a evocar a compreensão espacial do brincar: a *circulação*. A circulação de crianças tem sido explorada em pesquisas etnográficas tanto como método de pesquisa, quanto como categoria analítica. Nunes (2002) destacou a liberdade experimentada pelas crianças indígenas, que frequentam espaços diversos da aldeia, com a cumplicidade dos adultos. Para a autora, essa permissividade dá origem a um processo educativo que permeia a própria dinâmica da circulação.

Inspirado no trabalho de Nunes, Silva (2011) acompanhou a rotina de meninos Xakriabá e também observou as relações de aprendizagem proporcionadas pela circulação das crianças pela aldeia. O autor aponta para a possibilidade de adotar a própria circulação com as crianças enquanto método de pesquisa, o que tem sido explorado em diversos trabalhos. Em pesquisa realizada no contexto urbano, Lansky (2012) buscou compreender como as crianças circulam na cidade de Belo Horizonte, em uma investigação com crianças em uma zona de fronteira, onde as desigualdades se encontram. Campos (2019) também circulou com crianças em espaços da cidade de Belo Horizonte, como praças, mercados e museus, acompanhando, por sua vez, excursões escolares de uma turma de crianças. À luz de estudos como os de Silva (2011), Lansky (2012) e Campos (2019), a circulação assume nesta tese uma dupla estratégia: tanto no âmbito metodológico, quanto no analítico.

A seguir, acompanharemos as crianças da ocupação Rosa Leão em uma circulação por alguns pontos do território, os quais constituem territorialidades infantis. Nossa caminhada será guiada por fotografias e desenhos realizados pelas crianças nas oficinas, fotografias realizadas por mim ao longo da observação participante e registros do diário de campo. Três categorias de análise irão permear cada seção: território, sociabilidade e brincar. Começaremos da frente das casas, território primeiro de expansão do espaço privado da moradia em direção à arena pública. Em seguida, visitaremos o barracão comunitário, expressão da vida política na ocupação. E, por fim, faremos um desvio pelo esconderijo de um grupo de meninos, desvelando como as relações de gênero perpassam o universo infantil na ocupação.

2.2.1 Crescer no canteiro de obras: brincadeiras na frente das casas

Começaremos nosso percurso com o primeiro ponto de sociabilidade que se apresenta para uma pessoa que visita a ocupação: a frente das casas. Como já mencionamos, o encontro com um grupo de meninos sentados à frente de uma casa, enquanto outros soltavam papagaio, se deu como o primeiro momento de assentimento das crianças para participarem da pesquisa. Também na interação à frente das casas, fui apresentada às famílias. E quando chegava ao território, durante os primeiros meses de campo, foi ali onde as crianças que já não estavam na rua se apresentavam para se juntarem a nós nas brincadeiras. A frente das casas se tornou o lócus primeiro de criação de vínculos na pesquisa, e a presença no território revelou a importância desse espaço nas formas de socialização na ocupação.

Figura 25 – Moradores conversando à frente de uma casa, à sombra da árvore



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da Ocupação.

Ao caminhar pela ocupação, destacam-se as variadas tipologias de construção das moradias. A paisagem das construções muda com o passar do tempo e as crianças crescem e se desenvolvem em meio a essas transformações da comunidade.

Em geral, as famílias começam a edificar suas casas com o uso da lona, passando para o madeirite, enquanto aguardam maiores definições sobre a possibilidade de se manter no terreno.

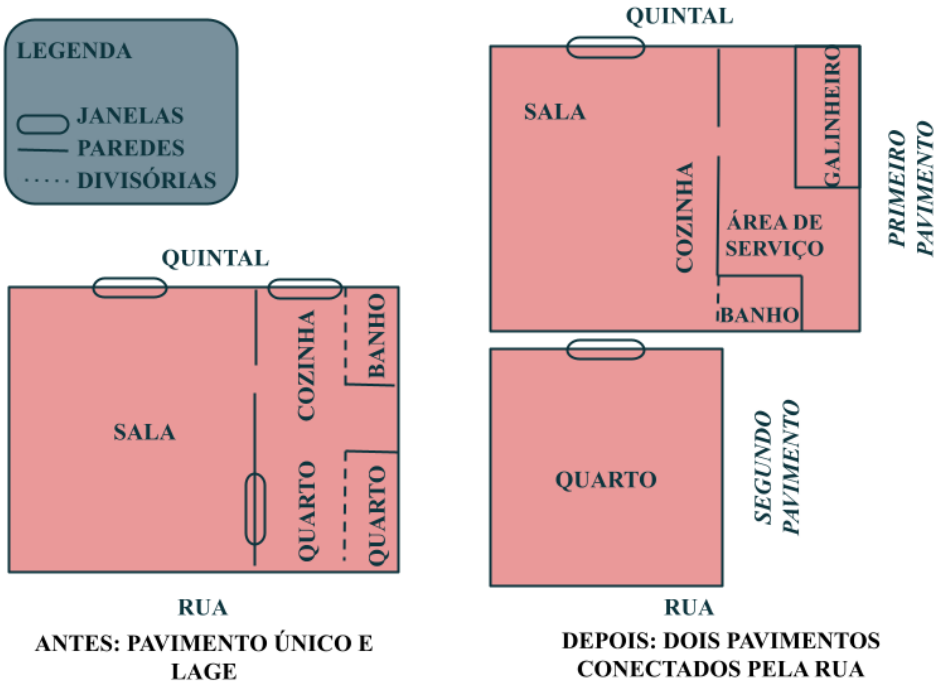
Após um período de adaptação inicial, dão início à construção em alvenaria, passo importante para a vitória da luta, uma vez que o investimento financeiro sinaliza a determinação das famílias em permanecer. Em uma ocupação de mais de seis anos, como é o caso da Rosa Leão, o uso da lona e do madeirite já não se apresentam como o material-base das moradias, e costumam fazer parte de cômodos provisórios das construções em alvenaria.

O processo de autoconstrução traz consigo o caráter de um planejamento e de um tempo de construção alargados, no qual é possível que a casa se adeque às necessidades e às possibilidades das famílias. As crianças na ocupação crescem junto com as suas casas, e se modificam junto com elas. Elas se tornam ao mesmo tempo em que suas casas estão se tornando outra coisa. Essa sinergia entre a criança, o seu corpo e a casa diz de uma experiência diferente da infância nas ocupações.

Trazemos como exemplo as mudanças experimentadas na casa de Maria, dentre as que mais frequentei durante o campo na Rosa Leão. Maria é mãe de quatro crianças: Estephany, Vitória, Antônio e Gonçalves. Vitória nasceu alguns meses antes de Maria e seu companheiro, Jair, chegarem à Rosa Leão, em meados de 2013. Já Estephany é fruto da ocupação, tendo nascido anos depois. As mudanças na casa de Maria e Jair são reflexo também de uma mudança da família, que cresce.

A primeira vez em que estive lá, um mesmo cômodo dava lugar à cozinha e ao ambiente dos quartos. Mais tarde, ele foi aberto e se tornou a área de serviço e um galinheiro. Já o cômodo antes ocupado pela sala passou a dividir o espaço com a cozinha e um pequeno banheiro. A laje, que antes abrigava os cachorros e a caixa d'água, foi fechada e se tornou o quarto principal da casa. O desejo de mudança dos ambientes provocou não somente processos construtivos, mas o deslocamento da mobília pela casa, um novo arranjo dos quartos, outro pavimento passou a ser frequentado, novos animais chegaram. E essas mudanças geraram, consigo, outras relações das crianças com aquele espaço e entre elas. O acesso ao andar de cima, atualmente, se dá por uma rampa de madeira, conectando-se com a rua, de modo que a relação entre ambos os pavimentos da casa passa, necessariamente, pela conexão com a rua. Essas mudanças se deram no período entre julho de 2019 e novembro de 2020.

Figura 26 – Desenho da planta da casa de uma família na ocupação em dois momentos



Fonte: Elaboração própria pela autora.

Como resultado dessas mudanças constantes na ocupação, observamos diferentes níveis de permeabilidade visual da fachada das casas. Já mencionamos no capítulo anterior que, de maneira geral, à medida que se ampliam as possibilidades de investimento financeiro da família na moradia, ergue-se um muro. Essa mudança diz, também, das diferentes condições materiais das famílias, mas revela outros elementos a respeito das representações em torno do muro.

Cavalcanti (2009) descreveu como nas favelas os muros e as cercas protegem a família da violência cotidiana, ao mesmo tempo em que expressam sua ascensão social. Cortado (2020), em etnografia em um bairro de loteamento periférico no Rio de Janeiro, por sua vez, defende que a construção de muros não implica a redução da sociabilidade pública, mas demarca o compromisso com o cuidado da casa, ao mesmo tempo que permite a fruição entre a liberdade e a privacidade da família. Para o autor, a etnografia dos muros descortina a dicotomia entre público e privado, revelando o olhar do outro sempre presente dentro da casa, em uma economia do olhar que entrelaça práticas e simbologias múltiplas.

Figura 27 – Frentes de casas mais permeáveis



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da ocupação.

Como observamos pela Figura 27, a permeabilidade visual das casas cujos muros na fachada não foram construídos varia de acordo com os materiais disponíveis: madeirite, chapas metálicas, tijolos, pedaços de portão, tábuas, cerca de arame, plantas, dentre outros. Quanto maior essa permeabilidade, maior a sociabilidade entre os sujeitos residentes e aqueles que circulam pelo território. Foi identificado, também, que elementos utilizados nessa permeabilização faziam parte das brincadeiras, como no caso de uma das casas que servia de cadeia para brincar de polícia e ladrão, pois sua fachada possuía algumas toras de madeira semelhantes às grades.

Brandão e Moreira (2008) discutem sobre o significado da varanda como elemento de transição entre o espaço privado (da casa) e o espaço público (da rua), separando relações pessoais e impessoais. Segundo as autoras, na "dicotomia público–privado, a varanda exprime, assim, o comportamento cultural de seu usuário, revelando as práticas sociais de quem habita a casa, assim como as etnografias urbanas" (sem número). Para os sujeitos das camadas populares, como ressaltado por trabalhos como o de Cavalcanti (2009) e Cortado (2020), esses espaços também se constituem como espaços de sociabilidade, reproduzidos pelas crianças ao se apropriarem deles por meio da brincadeira.

Figura 28 – Sujeitos nas frentes das casas



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da ocupação.

Para além das possibilidades financeiras, outros fatores também interferem na decisão pela construção do muro. Em muitas casas, conforme a localização, observam-se resquícios de uma antiga estratégia de construção na fase inicial de ocupação, quando as construções se localizavam sempre mais ao fundo do lote. Isso se dá a partir da auto-organização da própria comunidade que acredita que, no processo de urbanização, com a chegada do asfalto, poderá ser necessário parte do terreno da frente da casa ser utilizado para a implantação da via, pois há uma distância mínima necessária para tal, prevista pela normativa urbanística. Desse modo, uma distância considerável entre o portão e a porta da casa é visível em muitas construções, o que ilustra como moradoras e moradores da ocupação projetam o espaço da casa também na sua relação com o Estado.

Esse espaço presente nas moradias pode ser ocupado por várias atividades, como é o caso da horta, vista em uma das casas das imagens a seguir. Durante a pesquisa, observei usos variados para esse espaço: área com piscina inflável; área de plantio; área de armazenamento de materiais de construção que poderão ser úteis; área de armazenamento de doações de cestas básicas e roupas; área de encontros e reuniões comunitárias; área de alimentação e partilha de alimento, dentre outros.

Figura 29 – Frentes de casas menos permeáveis



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da ocupação.

Como indica a literatura (LOPES, 2009; HARKER, 2005), as crianças também ressignificam esses espaços a partir de suas brincadeiras: entre irmãos, como se dá na maioria das vezes, já que ainda se trata de um local de uso mais restrito à unidade familiar; ou entre vizinhos, quando se rompe essa barreira dos modos mais criativos, como se pode observar na imagem a seguir. Esta fotografia mostra a engenhosidade feita por duas crianças vizinhas que não costumam ter a permissão dos pais para circular sozinhas pela ocupação: com a sustentação da mesa e de um banquinho, o menino e a menina que não moram com outras crianças fazem uso do buraco entre os madeirites para poder brincar juntos, cada um dentro de sua casa. Os elementos dispostos no terreiro servem de insumo para a imaginação que conduz a brincadeira a cada dia.

Figura 30 – Estratégia de sociabilidade entre crianças vizinhas



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Do lado de fora da casa, a sociabilidade da criança extrapola o núcleo familiar. O fato de algumas crianças serem vizinhas é um elemento que aumenta as possibilidades de criação de laços de amizade e de interação. Soma-se a isso a diferença da idade: duas crianças vizinhas que possuem idades muito distantes terão menos chances de socializar com frequência do que duas que regulam na mesma idade. Ainda, a presença de laços de parentesco também é um dos fatores que aproxima crianças de núcleos familiares distintos, o que independe da proximidade das casas[7]. Nas ocupações, como ficou claro também durante as entrevistas com as famílias, é comum a presença de diversos núcleos familiares de uma mesma família, uma vez que o processo inicial de ocupar, que se dá no "boca a boca", acaba por reunir no território pessoas próximas da rede de contatos umas das outras. Isso também influencia nos laços de sociabilidade ali presentes, dos quais as crianças também participam.

O brincar na frente das casas não está restrito, contudo, ao espaço da unidade familiar ou da existência de laços de parentesco. Alguns espaços dão sinais de permissividade para as

[7] Gobbi, Anjos e Vicente (2020) também destacam a rede de parentesco que sustenta formas de sociabilidade e cuidado de crianças em uma ocupação de edifício em São Paulo.

brincadeiras e sociabilidade, seja pelas portas abertas da casa, seja pela casa sem morador ou moradora, em um ponto de grande visibilidade e circulação de pessoas. O mesmo se observa na casa de uma das coordenadoras da ocupação, onde o fluxo mais intenso de pessoas e a ocorrência de diversos eventos fazem com que as crianças se sintam autorizadas a entrar e sair. Essa liberdade se confronta com a necessidade da própria coordenadora em manter sua privacidade, de modo que, em diversos momentos, presenciei seu pedido para que as crianças se retirassem do local, o qual atendiam prontamente.

Figura 31 – Crianças nas frentes das casas alheias



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da ocupação e Galera (2019).

As condições materiais oferecidas no espaço da frente das casas definem as formas de uso e apropriação dele pelas crianças. Por meio do brincar, observamos sua interação com outras crianças, subvertendo os espaços e os materiais neles dispostos. A precariedade muitas vezes presente nesses espaços, onde se misturam restos de materiais de construção reaproveitáveis e produtos descartáveis, reafirma a possibilidade de ressignificação desses pelas crianças por meio do brincar.

A presença de elementos da autoconstrução pela ocupação demarca muitos dos usos dos espaços por crianças e adultos. Tais elementos variam entre materiais de construção (os mais presentes são tábuas de madeira compensada, areia, brita, tijolos, vigas de concreto, esquadrias de ferro e de madeira, ferragem armada, cano de PVC, caixa d'água, azulejo) e mobília para a casa (menos presentes, tais como prateleira, sofá, escada e vaso sanitário). Seja o tijolo ou o vaso sanitário usados como banco, ou o monte de areia e brita para forjar uma competição de pulos, muitas das formas de sociabilidade nas ocupações se relacionam, portanto, com a disposição

desses materiais na paisagem, os quais se localizam, na maioria das vezes, nas frentes das casas.

Figura 32 – Materiais relativos à autoconstrução dispostos na frente das casas



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da ocupação.

A principal forma de interação das crianças com tais elementos distribuídos no espaço é o brincar. Como aponta Harker (2005), os objetos exercem importante papel na performance do brincar, uma vez que o afeto que envolve os sujeitos durante a prática também flui pelos objetos. Ao tratar do brincar como uma experiência corporificada (*embodied*), o autor destaca a agência dos objetos (não-humanos) nesse processo. Desse modo, brincar com os materiais referentes à autoconstrução não diz somente de uma ressignificação desse objeto pelas crianças, mas também da produção de afetos na relação criança-objeto que acabam por produzir brincadeiras, tempos e espaços outros, constituindo também os modos de ser criança na ocupação Rosa Leão.

Katz (2011) defende o brincar como forma de reivindicar o potencial desperdiçado no processo de acumulação do capitalismo neoliberal[8]. Em pesquisa etnográfica na área rural do

[8] Katz (2011) sugere a ideia da infância como espetáculo, à luz da sociedade do espetáculo proposta por Guy Debord e o Coletivo Retort. Tal ideia diz da situação de insegurança sobre a reprodução social e o futuro infligida sobre crianças e suas famílias diante das crises do capitalismo, que se revelam na desoneração da responsabilidade do Estado e do capital pela reprodução social, nos desinvestimentos no salário, na privatização e mercantilização de bens, espaços e serviços públicos e comuns, e na financeirização da vida cotidiana e de suas práticas sociais. A

Sudão, a autora observou as crianças fazerem uso de materiais descartados, como lixo doméstico, restos da produção agrícola, sucatas e esterco, para brincadeiras e jogos de faz de conta que reproduziam e ampliavam elementos e contextos da sua realidade.

> Eles internalizaram, elaboraram e expressaram as relações econômicas que viram ao seu redor, mas com um pequeno ajuste - um gesto em direção à utopia - ninguém quebrou, todos tinham pelo menos alguns ativos, as trocas eram relativamente iguais, muitas vezes desenfreadas e sempre exuberantes.[9] (KATZ, 2011, p. 56).

A autora retoma Benjamin (1978) ao tratar do potencial criativo desse brincar com os restos, capaz de recuperar o que é desperdiçado e ter acesso ao social e histórico ao mesmo tempo. Nesse brincar revolucionário, a partir da fantasia, compreende ser possível imaginar novas formas de viver, mobilizando e ressignificando noções de desperdício e valor.

Ao brincar com os elementos da autoconstrução e demais materiais disponíveis no chão da ocupação, as crianças colocam em cena um outro olhar para tais objetos. Em diversos momentos presenciei os adultos da ocupação chamarem a atenção das crianças por estarem fazendo uso de um material que ainda seria utilizado, e que elas poderiam estragar. Revela-se aqui uma problematização ao estudo de Katz (2011), uma vez que um material compreendido como lixo ou descarte, para alguns, pode ser compreendido como algo a ser reutilizado, para outros. De todo modo, a lógica na ocupação e a lógica da autoconstrução, em si, dizem de uma forma de resistir a um modelo de consumo em massa. O brincar como um ato revolucionário, em diálogo com as ideias de Benjamin, está associado, portanto, a uma subversão da lógica hegemônica, que é também adultocêntrica. Ao brincar nesse quase permanente canteiro de obras, as crianças na ocupação estão propondo uma lógica própria de ser e estar no mundo, que percebe num pedaço de madeira encostado na parede um potencial escorregador.

A Figura 33 ilustra a brincadeira de escalar com uma corda e escorregar em uma tábua de madeira, realizada na frente de uma casa sem morador. Este era um local recorrentemente buscado pelas crianças para brincar - e também para se ter uma vista privilegiada de alguns pontos da ocupação a partir da laje da casa. A ausência de um morador certamente dava maior liberdade às crianças para brincarem com o material. Observamos aqui o uso do espaço para uma brincadeira característica de praças e parques públicos infantis, que é o escorregador, demarcando territorialidades de resistência na ocupação (HAESBAERT, 2020).

---

autora defende que a superacumulação de mais valia que se dá neste modelo não encontra fluidez em investimentos na infância (como em políticas para saúde, educação, moradia e espaço público), uma vez que o desinvestimento na reprodução social é a chave para a acumulação por despossessão. A ideia da criança como desperdício propõe pensar que "a figura da criança como estratégia de acumulação, e sua gestão por meio de relações e práticas de reprodução social possibilita, mantém e impulsiona modos particulares de acumulação de capital". (KATZ, 2011, p. 51)

[9] Traduzido do original, em inglês: "*They internalized, worked out, and expressed the economic relations they saw around them, but with a little bit of a tweak — a gesture toward utopia — no one went broke, everyone had at least some assets, the exchanges were relatively equal, often riotous and always exuberant*". (KATZ, 2011, p. 56).

Figura 33 – Crianças brincando de escalar e escorregar na tábua de madeira



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

A seguir, trataremos com mais detalhes de uma ação situada, retomando a proposta de Schechner (2003), apontada por Harker (2005), em uma brincadeira que se articulou na frente de uma das casas: pular do barranco. A casa, que na ocasião do vídeo estava em construção (hoje, a casa já foi murada), possuía uma plataforma (um barranco) que permitia às crianças pularem. A casa em questão não pertencia à família de nenhuma das crianças, mas se localizava próxima às casas de algumas delas. Não havia ninguém morando na casa e, como mostra a imagem, ela não dispunha de nenhum bloqueio à passagem das crianças, que começaram a brincar ali de pular do barranco. Decidi filmar a brincadeira, descrita a seguir.

Descrição de um grupo de crianças pulando do barranco

Emanuel pula da plataforma e cai de bunda no chão, enquanto Vitória aguarda sua vez para pular. Dandara e Antônio estão ao fundo, não consigo ouvir o que conversam. Isabel chega para a brincadeira e olha pra mim, que estou gravando. Eu digo para ela e Vitória não pularem, porque é muito alto pra elas. Isabel olha para Dandara, sua irmã, e Vitória olha para Antônio, seu irmão, como se buscassem aprovação, mas não consigo ouvir o que conversam. Ambas se agacham e olham para o monte de terra, abaixo delas. Isabel joga um pouco de terra no chão e a observa cair. Enquanto Vitória parece tomar coragem para pegar impulso e pular, Antônio a empurra e ela cai sorrindo. Antônio pula logo em seguida. Isabel se levanta e observa Carlos que chega. Dandara grita ao fundo que agora é a vez dela, mas Carlos pula na sua frente, abrindo as pernas no ar. Vitória sobe de novo à plataforma e tenta convencer Isabel a pular. Eu repito que ela não deve ir. Isabel olha pra mim e diz "Mas eu posso!" e cruza os braços olhando pra mim. Carlos retorna à plataforma e Dandara grita novamente que é a vez dela. Eu pergunto se ela vai. Emanuel, Dandara, Vitória e Carlos negociam algo entre si, mas eu não posso ouvir. Isabel segue olhando para baixo com os braços cruzados. Vitória tenta empurrar Emanuel, mas não consegue. Ele dá um tapa no braço dela e ela sorri. Ela, então, brinca que vai empurrar Isabel. Carlos pega impulso e pula. Dandara pega distância maior que os demais e finalmente dá um salto e cai timidamente no chão. Emanuel pula novamente, seguido de Vitória, que dessa vez pula sozinha. Nesse momento, Emanuel percebe uma sacola plástica no chão e a pega. Manuseia a sacola, colocando-a sobre o corpo como se fosse uma capa, em seguida, tenta vestir a sacola como se fosse uma blusa, até que desiste e a joga para o alto e sobre novamente à plataforma. Isabel segue de braços cruzados olhando para o chão. Eu insisto que ela não precisa ir. Vitória grita para ela pular e eu chamo a atenção de Vitória para que pare. Antônio tenta brincar de empurrá-la, dessa vez Dandara, irmã de Isabel, briga com ele. Então Antônio diz à Isabel para que o empurre. Ela e Vitória empurram Antônio, que cai sorrindo. Isabel descruza os braços. Dandara e Vitória combinam de pular juntas e Isabel faz como se estivesse empurrando Vitória. Ambas caem sorrindo. Então Isabel corre para descer pelo mesmo lugar que subiu, onde há alguns degraus.

Figura 34 – Crianças pulando do barranco na frente de uma casa



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Essa cena revela alguns dos sentidos que as crianças concebem a elementos da paisagem dispostos nas frentes das casas das ocupações por meio de brincadeiras. A própria mudança da fachada da casa, após a reforma, conforme se observou em uma ida posterior ao território, aponta para a fluidez do brincar, que se reconfigura junto com o espaço da casa. Ainda, o desejo de criar e incorporar novos elementos à brincadeira, como a relação de Emanuel com a sacola plástica, se enquadra como algo típico do brincar na ocupação.

Outro elemento que se destaca é a diversidade das idades das crianças que brincam e circulam pela ocupação, que acaba por gerar conflitos e apresentar desafios a serem vencidos. Isabel, a mais nova dentre as crianças presentes, é alvo e reage a uma série de interjeições: de sua irmã mais velha, que a protege; da outra criança mais nova, que a pressiona; de mim, que tento constrangê-la a não pular, na tentativa de protegê-la de um eventual machucado; e de outra criança mais velha, que tenta encorajá-la. Em alguma medida, o próprio barranco age sobre Isabel, que se sente instigada a pular ao fixar os olhos no chão, na tentativa de avaliar a possibilidade de pular ou criar coragem para tal. Ao jogar o montinho de terra do alto do barranco, Isabel experimenta seu corpo e o espaço no mundo físico.

A situação exprime como, através da brincadeira coletiva, as crianças adaptam o roteiro a sua subjetividade, produzindo performances distintas. A criança pequena participa efetivamente da brincadeira, em um processo de aprendizado coletivo e de observação do movimento das crianças maiores e mais experientes. Nunes (2002) observou entre as crianças indígenas o processo de aprendizagem advindo da desordem, do espírito lúdico e da espontaneidade das

experiências infantis, que proporcionam a transmissão de saberes de outros modos. Pular do barranco aqui se assemelha ao brincar de pular no rio que a autora descreve, na qual os mais novos admiram a audácia dos mais velhos. Como ressalta a autora: haverá sempre uma nova oportunidade para aprender.

O relato mostra, também, como, mesmo diante do controle e da proteção da adulta presente, as crianças ainda buscam suporte e autorização entre si, em especial, no irmão e na irmã mais velhos presentes. Do mesmo modo, as negociações sobre as regras e as organizações da brincadeira acontecem sem a minha interferência, que sequer podia ouvi-las no momento.

Foram apresentadas aqui duas formas de representar o brincar de pular do barranco, dados pelo texto da descrição de um vídeo (na qual está presente a minha observação do ocorrido) e pelo conjunto de imagens. Harker (2005) aponta que a materialidade de um corpo excede a representação, ou seja, uma série de elementos presentes nessa brincadeira não estão presentes nesta tese. De todo modo, em alguma medida, é possível observar elementos, como a fluidez e a porosidade desse brincar, que se dão em diferentes padrões (a distância tomada pela criança para saltar, a forma de pular e a forma de cair, seus gestos na composição dos braços e das pernas, o som que emite ao pular) e ritmos (o tempo necessário para decidir pular, o tempo de esperar o outro pular e cair, o tempo de desistir de pular, o tempo de aprender).

Observa-se, ainda, que atravessa a brincadeira a todo o momento o afeto, aquele que não pode ser atribuído a um sujeito em particular, mas se encontra no fluxo entre os corpos e escapa às estruturas existentes (HARKER, 2005): está no medo, no desejo e na coragem de pular; na resistência à imposição do adulto; na confiança nos irmãos; na ousadia em passar na frente do outro; no grito para demarcar que é a sua vez; ou no empurrão para assustar o colega, que sorri ou reage com agressividade. Isabel não sucumbiu, mas encontrou uma forma própria de entrar na brincadeira sem que precisasse pular, diante da sua compreensão do risco.

Não é somente na frente das casas que as crianças se reúnem para brincar. Um bar na esquina próxima às casas de algumas crianças também é local de aproximação entre elas. O bar, dirigido por Zilda, uma antiga coordenadora de outra ocupação na região, abriga uma mesa de sinuca e um jukebox e é geralmente frequentado por homens. Foi na frente desse bar que vi as crianças reunidas pela primeira vez na ocupação, nas visitas iniciais que fiz ao território, brincando num sofá alaranjado que, na ocasião, estava na calçada. Pensamos que o sofá poderia ser um fator aglomerador das crianças no local, mas ele não se manteve ali por muito tempo. As crianças, porém, permaneceram.

Naquela esquina, com o bar aberto ou fechado, brincamos de montar boneco com materiais dispostos na rua, brincamos com o elástico que eu trouxe de casa, brincamos de mãe da rua, fugindo dos carros. Nossa presença não se dava, contudo, sem conflito com os demais sujeitos, como quando um homem que ali bebia pediu para as crianças irem brincar em outro lugar. De todo modo, as crianças circulavam por ali mais do lado de fora do bar, o qual

adentravam, em geral, para comprar guloseimas.

Figura 35 – Sujeitos brincando na frente do bar da Zilda



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

As imagens acima retratam um dia em que o bar estava fechado e nos reunimos num banco de madeira que havia em sua frente para pensar o que poderíamos brincar. Propus, então, que construíssemos um boneco com elementos que encontrássemos pelo chão e as crianças logo se animaram, reunindo pedras, pedaços de madeira, tubos de ferro, fios, borracha e uma caixa de papelão. Observamos Emanuel, sempre explorando as potencialidades de seu corpo, interagindo com o novo amigo, enquanto sua irmã, Isabel, "faz anotações" no meu caderno de campo.

A frente das casas ou dos estabelecimentos comerciais são pontos na ocupação de ampliação do lugar aonde é permitido ir, um limiar entre o espaço da casa e o espaço coletivo. Em trabalho etnográfico na periferia de São Paulo, Magnani (2002) propôs a categoria do *pedaço*, termo cunhado por seus informantes, para descrever esse local de encontro, troca e reconhecimento dos sujeitos. Junto às crianças na Rosa Leão, não foi identificado termo ou expressão nativos que desse conta da abrangência do sentido dessa categoria, uma vez que elas se referiam ao lugar concreto – o barracão, o bar da Zilda, ou a casa de alguém. De todo modo, essas frentes se destacam como o lugar onde as crianças ressignificam os materiais dispostos para a autoconstrução das casas por meio do encontro e das brincadeiras com seus pares e demais sujeitos que por ali circulam.

2.2.2 O barracão comunitário: o espaço da festa, do poder e do excedente

É comum em ocupações a construção de espaços coletivos destinados às crianças, como creches, biblioteca ou brinquedoteca (TORRES-VELÁZQUEZ, 2019; GONÇALVES, 2018). Tais espaços, muitas vezes, são utilizados pela comunidade para a realização de reuniões. Em geral, a sua construção parte de uma concepção de infância institucionalizada, o que resulta em ambientes atravessados por elementos escolarizantes, como carteiras enfileiradas, um quadro

negro e estantes de livros e brinquedos, ainda que sejam, mais tarde, apropriados pelas crianças de diferentes modos e ritmos.

A ocupação Rosa Leão não possui um espaço construído dedicado especificamente para as crianças. Mas há um lugar na comunidade onde não somente elas, mas também gerações adultas se reúnem costumeiramente: o barracão comunitário.

Como aponta Souza (2010), o trabalho de Monte-Mór (1994) sintetiza a compreensão de Lefebvre da cidade como lócus privilegiado da tríade formada pelo excedente coletivo, o poder político e a festa, elementos que se imbricam na vida coletiva. O autor descreve:

> Nesse aspecto, é a cidade, ou melhor, seu núcleo original, que guarda as mais importantes instituições financeiras, as grandes empresas e os conglomerados econômicos. É também na cidade que as decisões são tomadas, as leis estabelecidas, que os habitantes participam da polis de forma mais ativa (ou pelo menos teoricamente teriam condições mais favoráveis para isso). E claro, é neste centro urbano, em seu núcleo, que se concentram a grande maioria dos espaços voltados para a fruição do tempo livre. (SOUZA, 2010, p. 29-30).

Com base na ideia da tríade de Lefebvre para compreender a cidade, ensaiamos pensar o barracão comunitário como um espaço privilegiado da festa, do poder e do excedente na ocupação Rosa Leão. É ali que moradoras e moradores se reúnem para assembleias comunitárias, distribuição de doações e bazares, e realização de festas, como Festa Junina, Festa da Páscoa, Dia das Crianças, Festa de Natal e Festa de Aniversário da ocupação. Foi ali também onde funcionou uma cozinha e um banheiro coletivos para servir à comunidade, que resistia no início da ocupação. E onde as assembleias e os encontros com a rede de apoiadores aconteceram, local do anúncio de notícias de luta e de vitória. É, portanto, onde a comunidade tem por referência a mobilização local. Nas palavras da coordenadora Rosa, o barracão é "o coração da comunidade". E foi ali, também, onde eu passei a maior parte do tempo com as crianças da pesquisa.

Figura 36 – O barracão comunitário pelas fotografias das crianças da ocupação



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da ocupação.

A história de construção do barracão diz de um longo processo de mobilização comunitária, que envolve moradoras e moradores, coordenadoras da ocupação e lideranças comunitárias do entorno. Como destaca Galera (2019), esse processo contou também com a participação da Universidade por meio de estudantes de Arquitetura e Urbanismo, com a realização de um curso de autoconstrução para mulheres da ocupação[10]. Segundo Cruz e Silva (2019), a construção de um centro cultural era uma necessidade da comunidade, mas os homens não conseguiam disponibilidade para torná-lo realidade e as mulheres não sabiam como construí-lo. As autoras apontam como o conhecimento da construção é usado por homens na ocupação como um dispositivo de poder e controle, de modo que a promoção de um curso como esse implicava a desestabilização do lugar do homem como o detentor do conhecimento e a legitimação do lugar da mulher[11].

[10] O *workshop* ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2017 e foi fruto de uma articulação de estudantes da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, da coordenação da ocupação Rosa Leão e de militantes das Brigadas Populares. (CRUZ; SILVA, 2019).

[11] Como também destacam Cruz e Silva (2019), o processo de ocupação da terra no movimento das ocupações, desde a divisão dos lotes e a lógica dos traçados das ruas, até o planejamento de áreas coletivas, questiona o suposto conhecimento técnico-científico de construção da cidade. As autoras retomam a crítica sobre a autoconstrução como mecanismo de redução dos salários do trabalhador, na medida em que barateia o custo de reprodução das famílias (OLIVEIRA, 2006) e de *espoliação urbana* (KOWARICK, 1980). Contudo, apesar dessa importante compreensão

Galera (2019) aponta para críticas da coordenação da ocupação com relação à ausência do Estado na promoção de espaços de lazer nas comunidades periféricas, de modo que as crianças resistem a essa ausência e constroem seus próprios espaços por meio do brincar na rua. Para a coordenação, a construção do barracão simboliza essa resistência, numa prática em que as pessoas adultas da comunidade se empenham na autoconstrução de um espaço de referência da coletividade, que integra as diferentes gerações.

Desse modo, em meio a disputas atravessadas por relações de poder e gênero, o barracão comunitário da ocupação Rosa Leão já foi construído e desconstruído algumas vezes. Durante a pesquisa de campo, ao longo de 2019, o projeto da Universidade com as mulheres já não estava mais em curso e a construção do espaço fluiu a passos lentos, diante do conflito com outras demandas emergenciais da coordenação (GALERA, 2019), por meio de mutirões e contratação de trabalho assalariado de moradores pela coordenação da ocupação. O barracão tinha suas paredes de alvenaria erguidas e um portão gradeado separava a parte interior de uma arena externa. Algumas crianças desafiavam esse bloqueio e brincavam no interior do barracão, onde ficavam materiais de construção e um latão de água, ação que era repreendida pelos moradores responsáveis pela construção. Mas, na maior parte do tempo, as brincadeiras se deram do lado de fora, na arena.

Um elemento natural essencial aqui é a árvore presente no local desde antes da chegada das famílias e que sempre demarcou o local de construção do barracão. A árvore também foi central para nossas reuniões, seja para sentarmos em seu entorno, para descansar, seja para nos abrigarmos na sombra nos dias mais quentes. Ela foi protagonista na brincadeira do esconde-esconde, talvez das mais praticadas nesse espaço.

Em estudo sobre as relações estabelecidas entre árvores e a população no contexto das cidades, Farah (2004) retoma algumas representações arquetípicas da árvore apontadas por autores como Bachelard, Lynch e Tuan, em alusão à proteção e à resistência a condições adversas, ao engrandecimento da alma e à capacidade de sonhar, à energia vital do contato físico com a natureza, ou, ainda, ao centro do universo em crenças religiosas. A autora também destaca a relação afetiva que as populações estabelecem com a árvore de modo a dotar de algo familiar o espaço em que ela se localiza, constituindo ali um ponto de referência afetiva. No barracão da ocupação Rosa Leão, a presença da árvore é, portanto, uma marca desse espaço e símbolo de resistência do território.

Além da presença da árvore, o processo perene de construção implica a presença de materiais de construção, como areia, brita e tijolos, que também atravessaram a todo momento nossa relação com aquele lugar durante a pesquisa. Como é possível observar pelas imagens a seguir, as crianças sempre brincavam de pular no montinho de brita ou de areia, de fazer

do papel da autoconstrução na opressão do homem pobre, as autoras destacam o olhar para a potência dos mutirões auto-organizados na formação política e de consciência de classe, como exposto por Ferro (2006), e jogam luz na autoconstrução como estratégia de emancipação da mulher pobre.

comidinha com os materiais ali dispostos, como copos de plástico, e com outros brinquedos que traziam de casa. Elas também levam para esse espaço brinquedos, como bola e elástico, mostrando como ele poderia ser apropriado por elas como o espaço do encontro e do brincar.

Figura 37 – Brincando no barracão comunitário



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

O uso do espaço de dentro e de fora do barracão em construção pelas crianças da ocupação destaca a prática de promover a territorialização de espaços esquecidos pelos adultos através da brincadeira. Isso também é evidenciado na apropriação de outros espaços "vazios" na ocupação, como a rua, que possui baixo movimento de carros por conter uma voçoroca e se torna o ponto onde se empina papagaio, ou o lote que não foi ocupado pelo risco de deslizamento de terra da encosta e dá lugar a partidas de futebol.

Durante a pesquisa de campo, observei as crianças brincando no barracão de dia e de noite, mesmo com uma baixa iluminação no local, fizesse chuva ou sol, mesmo sem a presença de um espaço coberto. Nas entrevistas com as mães que moravam próximo ao barracão, como é a realidade da maior parte das crianças da pesquisa, elas mencionam que as crianças frequentam esse espaço para brincar, independentemente de atividades ou eventos. Algumas mães também disseram que costumam ir até o espaço com as crianças para brincar juntas, como é o caso de Carolina, mãe de Paulo, que tem o barracão quase como espaço do quintal de casa: "Tem vez que não tem nada pra fazer, eu vou ali pro barracão, nós vamos jogar bola"[12].

[12] A participação de crianças e famílias nas atividades que acontecem no barracão comunitário é, muitas vezes, condicionada pela proximidade das casas, o que reforça a diversidade de experiências da vida na ocupação.

Em ocasiões de festa, a comunidade fecha as ruas do entorno do barracão com linhas zebradas para expandir o ponto de apoio do barracão e evitar que carros atrapalhem ou ameacem a segurança da aglomeração de pessoas. Como ressalta Galera (2019), prevalece nesses momentos a perspectiva do extracotidiano, em que regras se tornam suspensas e acordos temporários são estabelecidos. Contudo, essa expansão da fronteira do barracão também se evidencia de maneira simbólica no dia a dia, de modo que se estende para as ruas do entorno, uma vez que o local se encontra no entrecruzamento de diversas ruas que também são ocupadas por brincadeiras coletivas, como polícia e ladrão e rouba-bandeira. Essa amplitude do espaço resulta em novas oportunidades de interação das crianças com os demais sujeitos que por ali circulam. O barracão está, portanto, no caminho do mercado, do bar, da igreja e de uma das principais entradas da ocupação, na fronteira com o bairro vizinho e, portanto, com o asfalto.

Figura 38 – Sujeitos circulando no entorno do barracão comunitário



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da ocupação.

Devido à sua representação para a comunidade de território coletivo, o barracão é observado como um espaço autorizado pelas famílias, mesmo para aquelas que apresentam maior restrição à sua circulação. Como aponta Diva, mãe de Isabel, Emanuel, Dandara e Gilvander: "O permitido é ir até o barracão e voltar, mas às vezes eles enganam a gente e vai lá mais pra cima". Esmeralda, mãe de Carlos e Oscar, reforça: "Ficam [sozinhos] ali em cima no barracão comunitário. Sumir mesmo pra rua assim, eles não vão, não".

A ação do brincar, como linguagem própria da criança (GOUVEA, 2011), permeia a presença das crianças no barracão comunitário. Mas essa presença extrapola a busca por um espaço para brincar que, como já vimos, não carece de um espaço próprio, e se dá em diversos outros espaços da ocupação. Isso revela o desejo das crianças na ocupação pelo encontro e por participar da vida comunitária, uma vez que o barracão é o espaço onde as coisas acontecem.

Como as mães e os pais apontam, as crianças participam muitas vezes mais do que

eles próprios dessa dinâmica coletiva. Ao ser questionada se levava as crianças nos eventos de que participava, Diva responde: “Levava. Eles iam mais do que eu, na verdade”. Francisco, pai de Josias, também indica essa busca da criança por participar das atividades no barracão comunitário, antes mesmo de haver a estrutura atual.

> **Luciana**: E o senhor acha que o Josias é feliz aqui?
>
> **Francisco**: Nossa, e como é. Ele gosta tanto daqui que quando tem vez que... Num sei quantas vezes, não, que eu assustava. O Josias andava aqui e eu saía doido: “Onde tá esse menino, gente?”. Aí chega ali que antes não tinha aquela, aquele negócio aqui, o barracão comunitário e tal. Quando eu chegava lá, tava o pessoal do apoio, ele sentado lá no meio deles lá que eu chegava: “Olha, eu vim buscar meu filho”. “Você não vai levar ele, não”. Eu falava: “Nossa... Fazer o quê, né?”. (Entrevista concedida em 16/11/2020).

A relação entre as crianças da pesquisa e os demais sujeitos da ocupação estabelecidas no entorno do barracão comunitário também era perpassada por conflitos. A presença de um outro bar próximo ao barracão, por exemplo, onde é frequente a música em alto volume, era algo que em diversos momentos conflitava com o uso do barracão, fosse por uma atividade com as crianças ou por outro evento realizado pela comunidade.

Façamos um parênteses aqui para falar da trajetória de Iara, coordenadora local que cresceu na ocupação. Ela conheceu a ocupação Dandara, em 2009, quando tinha apenas oito anos, e seu pai começou a morar lá. Ao ver no jornal sobre a Rosa Leão, sua mãe mudou-se para lá com ela. Iara chegou à ocupação com doze anos e desde muito cedo começou a participar da coordenação. Ao olhar para algumas fotos que eu trouxe comigo para a entrevista, ela para por alguns instantes segurando uma foto em que a comunidade fazia a vigília em torno de uma fogueira, caso a polícia chegasse para cumprir a reintegração de posse.

> **Iara**: A primeira vez que eu fiquei assim na beira da fogueira eu tinha 15 anos. Os primeiros anos eu não era tão firme que nem depois que eu fiz os meus 15, que minha mãe ficou mais liberal. Mas eu sempre tava no barracão comunitário... Essa época aqui também me lembra das noites que a minha mãe tinha que ir me buscar, porque era quase meia noite e eu tava com a Rosa fazendo reunião e a gente dentro do barracão de madeirite. Aquele frio lá fora e a gente fazendo reunião pra saber como que a gente poderia resolver os problemas de reintegração de posse. Ou alguma reunião pra saber como que a gente poderia fazer assembleia na próxima semana.
>
> **Luciana**: E sua mãe participava?
>
> Iara: Não, minha mãe nunca participou. Minha mãe morou lá bastante tempo, mas nunca foi de participar de assembleia, nunca foi de tá. Ela dava desculpa que porque eu tava lá, ela falava: "Não, você tá lá, você tá me representando". Tanto que eu represento até hoje.
>
> **Luciana**: Mas ela deixava você ir.
>
> **Iara**: Deixava... Minha mãe às vezes ia me buscar - ai que saudade! - ela ia me buscar só porque tava tarde. Minha mãe nunca foi de ficar me prendendo muito, desde nova. Aí ela ia no barracão comunitário só me buscar porque como que uma criança, uma criança, 12, 13 anos, desce uma comunidade no escuro, tudo mato, sozinha. Porque na época era tudo mato.

> **Luciana**: E você lembra de ter outras crianças nesses momentos do barracão?
>
> **Iara**: Era o que mais tinha, criança e cachorro. (Entrevista concedida em 17/05/2021).

A conversa com Iara é reveladora sobre a dimensão da participação das crianças e jovens na luta das ocupações. Ainda que Iara participe da reunião sem a companhia da mãe, há uma permissão da mãe para que ela esteja ali, a mesma mãe que a busca e a leva de volta pra casa, de noite, no frio, quando está tudo escuro e só havia mato. Sua participação na reunião também se dá amparada por outros adultos, como Rosa, que conduzem um processo coletivo de debate sobre os rumos do processo de resistência.

O tema da participação de crianças ou do protagonismo infantil em movimentos sociais tem sido trabalhado por diversos autores contemporâneos[13] (LIEBEL, 2012; GEPEDISC, 2015; SHABEL, 2016; MONTOYA; CARAVEO; PATIÑO, 2018; MORALES; MAGISTRIS, 2018; FREITAS; COLARES; GOUVEA, 2021; TAFT, 2019; LOPES, 2019; GOBBI; PITO; MELEÁN, 2020; TORRES-VELÁZQUEZ, 2015a). Como destacam Gouvea *et al.* (2019), a maioria dos movimentos sociais latino-americanos são protagonizados por famílias pobres na busca por melhores condições de vida em ações coletivas por moradia e trabalho. Por essa razão, a participação das crianças nas atividades de reprodução social ganha centralidade nesses contextos, na medida em que elas circulam pelos espaços públicos e privados, realizando ações do âmbito doméstico ou promovidas pelo movimento social.

A ação política é pensada por Häkli e Kallio (2018) como a resolução de conflitos em um mundo compartilhado de pluralidade e diferenças. Com base em uma perspectiva fenomenológica, os autores compreendem que a agência política se dá em termos de subjetividade relacionada com as posições dos sujeitos no fluxo da vida cotidiana. Como Kallio (2017) aponta, é nos processos de subjetivação que a ação política ocorre, de modo que faz mais sentido falar de *political becoming* (ou "tornar-se político"), no sentido da formação e desenvolvimento políticos, do que *political being* (ou "ser político"), dado por uma agência política apriorística. Tal agência resulta dos conflitos de coexistir e se associar no mundo, de modo que passa pela experiência e pelas relações contextuais que promovem a manutenção ou a transformação política.

Häkli e Kallio (2018) buscam compreender as condições em que as subjetividades e as diferentes formas de agência política se estabelecem. Kallio (2017) destaca a performatividade associada à ação política das crianças, que se revela na forma como "aparecem" diante do outro. A autora defende, portanto, um modelo não representacional da ação política, que não se restringe a palavras e ações pré-delimitadas, destacando a dimensão do corpo nesse processo.

[13] Em trabalho anterior (GOUVEA *et al.*, 2019), destacamos que o termo "protagonismo" é pouco teorizado no campo da sociologia da infância e mais utilizado em pesquisas que remetem à experiência infantil em projetos sociopolíticos no hemisfério sul. Já o termo "participação" aparece como conceito central para estruturar o campo, junto com agência e ator social, razão pela qual iremos nos ater a ele.

Para Kallio (2017, p.92), essa "aparição" pode se dar em qualquer lugar, uma vez que "a política ocorre em relação ao lugar onde seu estado de coisas é ontologicamente estabelecido"[14]. Esse lugar, que Häkli e Kallio (2018) chamam de polis, não se refere a um espaço físico contínuo, mas constituído por relações configuradas por significados e sentidos dados por quem está envolvido.

> (...) a relevância da polis em nossa teorização da agência política infantil vai muito além da ideia de uma cena ou arena para a ação política. De fato, é somente em relação a uma polis que este ou aquele assunto ganhará significado e se tornará político para as pessoas. (...) a política não é sobre os caprichos e as arbitrariedades do indivíduo soberano liberal, antes disso, a subjetividade que empodera a agência política é condicionada pelas configurações sociais e espaciais onde as questões de importância se tornam politizadas[15]. (HÄKLI; KALLIO, 2018, p. 10).

Sugerimos pensar a ocupação como o território da polis, na medida em que promove outras sociabilidades e outras pedagogias. Olhar para a infância nesse espaço, o qual suscita a participação, se associa ao que Häkli e Kallio (2018) definem como uma análise topológica da polis, ou seja: investigar a ação política das crianças neste território, retomando suas relações com os familiares, os valores morais e culturais da comunidade, e as simbologias e materialidades da vida cotidiana.

Na memória da comunidade, a participação das crianças na luta das ocupações da Izidora é sempre retomada. Como se recorda Iara, mesmo nas longas manifestações a pé até a Cidade Administrativa ou até o centro da cidade, "vinha a mãe cheia de criança atrás"[16]. Já mencionamos, contudo, que a pesquisa na ocupação Rosa Leão não trouxe muitos elementos para dizer sobre a participação das crianças em processos de resistência como mutirões, assembleias, marchas e manifestações, uma vez que a comunidade vivia um momento de menor mobilização social. Isso ressoa na fala de Iara.

> **Luciana**: Você observa as crianças envolvidas também na luta?
>
> **Iara**: Olha, hoje em dia, não. Ah, tem alguns. Tem alguns que gostam de tá ajudando lá dentro, até mesmo na coordenação, porque a gente tem os coordenadores mirins, mas tem outros que não. Assim, a maioria não. Os que tem é os que tá mais próximo da coordenação, que acompanha a luta desde sempre, desde bem pequenininhos, ou desde quando nasceu. E são super engajados naquilo, tipo, "Ah, tem dia que a Rosa vai fazer uma festinha", eles

[14] Traduzido do original, em inglês: "politics takes place in relation to the place where its state of affairs is ontologically settled" (KALLIO, 2017, p.92).

[15] Traduzido do original, em inglês: "*(...) the relevance of polis in our theorization of children's political agency goes well beyond the idea of a scene or arena for political action. Indeed, it is only in relation to a polis that this or that matter will gain significance and become political to people. (...) politics is not about the whims and vagaries of the liberal sovereign individual but, rather, the subjectivity that empowers political agency is conditioned by the social and spatial settings where matters of importance get politicized*". (HÄKLI; KALLIO, 2018, p. 10).

[16] A Cidade Administrativa, sede do governo do Estado de Minas Gerais, localiza-se a cerca de 6 km da Rosa Leão. Já a Praça Sete, localizada no centro da capital mineira, localiza-se a cerca de 17,5 km de distância da ocupação.

> ficam engajados em ajudar a arrumar a festinha pras crianças tudo. Esses, sim. O resto da comunidade, não. Ah, se tiver uma assembleia, tem alguns que vão com a mãe e com o pai, mas não de querer saber o que é uma coordenação, querer ajudar lá dentro. (Entrevista concedida em 17/05/2021).

De certo modo, a busca pela participação das crianças exclusiva a esses eventos se relaciona ao que Oswell (2013 apud FREITAS; COLARES; GOUVEA, 2021) analisou como a racionalidade adulta, masculina e desracializada que define no que consiste a ação política. Segundo o autor, as ações políticas de grupos subordinados, como as crianças, costumam ser mensuradas segundo uma perspectiva alicerçada na experiência histórica ocidental que é tida como universal. Contudo, como observa Shabel (2019), as formas como as crianças se expressam e se engajam politicamente diferem dos adultos, envolvendo o corpo numa dinâmica híbrida entre brincar e lutar, destacada na presença do lúdico nas manifestações (MORALES; SHABEL, 2020). Ainda, segundo Torres-Velázquez (2019):

> (...) la idea de política pierde toda la formalidad y solemnidad que los adultos históricamente le han otorgado pues, hablar de política desde la perspectiva de los niños integrantes de una organización política urbana es hablar de juegos, diversión, gritos, risas, colores, dulces, inquietud, creatividad, imaginación, miedos, preguntas, muchas preguntas, franqueza, tenacidad, diálogos, aprendizajes y colectividad. La inventiva infantil no tiene límites, por lo que la política se hace y expresa de la misma manera. (TORRES-VELÁZQUEZ, 2019, p. 62).

Embora a participação predomine em nosso discurso adultocêntrico em termos da disputa pelo Estado, como nos chamam a atenção Morales e Shabel (2020), há uma dimensão da participação que se encontra na vida cotidiana, no encontro, no cuidado com o outro e nas divisões de tarefas. Durante minha presença em campo, a companhia das crianças no barracão comunitário era um exemplo de seu desejo por participar daquela iniciativa. Elas não tinham que estar ali comigo, mas decidiram fazê-lo. Em etnografia sobre a participação de crianças em um encontro nacional do movimento de trabalhadores na Argentina, Shabel (2016) destaca como a dimensão da sociabilidade tem forte peso na visão das crianças sobre as instâncias de participação. A autora destaca que, embora elas estejam em busca de lugares de encontro com o outro, em especial, seus pares, não há um desejo de excluir o adulto dessas experiências. Ali no barracão comunitário, eu ainda era vista como professora, o que ressalta que a autonomia das crianças não se dava isenta das relações de poder.

Shabel (2016) também aponta como muitas vezes esperamos das crianças em ações coletivas um desejo, uma necessidade ou até mesmo um interesse semelhante ao adulto. Entretanto, o agir da criança não tem, necessariamente, uma intencionalidade de futuro; elas estão mais conectadas em viver o momento do que produzir algo com alguma finalidade posterior. Diante da intenção do adulto em se programar e projetar o futuro, uma tensão surge em meio às relações intergeracionais. Isso foi vivenciado em campo diversas vezes, como nas oficinas de fotografia,

quando o interesse maior das crianças era viver aquela experiência, mais do que conversar sobre as fotografias reveladas, posteriormente.

Em pesquisa sobre a ocupação de um conjunto de prédios na Cidade do México, Torres-Velázquez (2019) descreve a organização das famílias em comissões para tratar de assuntos da vida comunitária. O autor destaca o avanço e o esforço da comunidade para a criação de eventos e espaços destinados a fomentar a autonomia infantil. Contudo, critica como, muitas vezes, prevalecem atitudes paternalistas e verticais por parte dos adultos, em uma visão rígida de divisão entre faixas etárias, na ideia de transferência de conhecimento dos adultos para as crianças, ou na falta de interesse na opinião da criança. Esse comportamento também foi observado na ocupação Rosa Leão em determinadas atividades. A seguir, apresentamos uma descrição de uma das poucas assembleias da comunidade que presenciei durante o campo e que ilustra essa afirmativa.

Quadro - Descrição de uma assembleia comunitária

Uma assembleia havia sido anunciada por Rosa na semana anterior, para as famílias receberem os presentes do Dia das Crianças na enorme fila que já dava a volta no barracão comunitário. O objetivo era dar informes sobre a situação da ocupação junto à Prefeitura. Quando cheguei ao barracão naquele dia, havia uma mesa com lanche, e a areia e a brita, que em geral estavam espalhadas pelo chão, haviam sido amontoadas em um canto. Algumas pessoas já aguardavam a reunião começar. Vi Gonçalves descendo a rua com Estephany nos ombros. Cumprimentei os dois com alegria. Ele disse que sua mãe não viria, mas que ele tinha que vir, já que era coordenador mirim e precisava acompanhar as coisas da comunidade. Seus irmãos, Antônio e Vitória, apareceram em seguida. Estavam descalços e Gonçalves chamava sua atenção, dizendo para colocar o chinelo e que se não obedecessem falaria com seu pai. Eles não obedeceram. A assembleia começou com uma roda de mãos dadas e uma reza do Pai Nosso, conduzida por Rosa. Durante a conversa, as crianças lanchavam. Antônio estava animado, dançando no centro da roda. Sua agitação distraía alguns do grupo, mas ninguém o repreendia. Até que uma moradora, que estava acompanhada de sua filha de uns dez anos, disse a ele, em tom amigável, que ali não era circo pra ele ser palhaço. E completou: "É brincadeira, viu?". Em seguida, entoamos o canto de resistência "Nossos direitos vêm/nossos direitos vêm/se não vêm nossos direitos/o Brasil perde também". Antônio reconhecia a melodia e cantarolava junto com o coro. Depois de um tempo de assembleia, Maria apareceu com Estephany no colo. Mais tarde, Jair, seu companheiro, surgiu irritado com Gonçalves e chamou todos para retornar à casa, que lhe obedeceram. Diva também apareceu com Isabel e Emanuel, que logo vieram ficar comigo. Diva ficou um tempo na assembleia e depois foi para a casa de uma vizinha. As crianças iam até ela, de vez em quando, levar um lanche. Em alguns momentos, Rosa pedia que falassem mais baixo pra não atrapalhar a reunião. Quem estava presente, em sua maioria, eram famílias: mulher com crianças, com e sem marido. Algumas mulheres e homens desacompanhados. Francisco e Josias também estavam presentes, Josias acompanhado de Carlos, que não estava com seus pais. Rosa lamentou a ausência de moradoras e moradores e desabafou sobre a dificuldade de mobilização da comunidade para lidar com os interesses de todos. Éramos cerca de 20 pessoas ali reunidas e muitas eram da rede de apoiadores. Então, a vereadora Bella Gonçalves trouxe repasses sobre a aprovação do novo Plano Diretor, que significava uma importante vitória da luta para que a ocupação seja reconhecida como bairro. Rosa trouxe repasses de uma reunião em que estiveram presentes diversos setores para conversar sobre a urbanização da ocupação, incluindo Saúde, Educação, CEMIG e COPASA. Representantes do movimento social reforçaram a importância de a população acompanhar de perto a chegada dos serviços na comunidade, para que se desse conforme as suas necessidades. O andamento da reunião foi interrompido em alguns momentos, como quando, por duas vezes, soltaram foguetes dentro da comunidade, ou quando o bar próximo ao barracão colocou uma música alta. As interrupções sinalizavam conflitos internos na comunidade e as diferentes formas de engajamento na luta coletiva que coexistem no território.

Chama a atenção na descrição a centralidade do barracão comunitário como espaço do encontro da comunidade. Isso significa que as crianças que moram mais próximo ao barracão acabam se envolvendo mais nas atividades da comunidade, gerando uma diferença territorial entre elas. A mobilização para a assembleia ocorreu no Dia das Crianças, uma data festiva que reúne um grande volume de moradoras e moradores no local. O público que comparece à

assembleia é formado, em sua maioria, pelas famílias, das mais variadas conjunturas. Destaca-se a participação das crianças, que se envolvem mais que os próprios pais, que, em alguns casos, colocam barreiras para esse envolvimento. E as crianças não chegam sozinhas para a assembleia, mas sempre acompanhadas por outras crianças, sejam irmãos ou vizinhos. Seu envolvimento é estimulado por elementos ritualísticos que marcam encontros como esse, como a partilha da comida, a reza e a música[17].

Figura 39 – Dia de assembleia no barracão comunitário



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Torres-Velázquez (2019) aponta, em sua pesquisa, como as crianças consideram que as assembleias não são momentos feitos para elas se envolverem e assim sentem-se envergonhadas em se manifestar ou até mesmo entediadas. A atitude da moradora, acima descrita, que "brinca" com Antônio para que ele se comportasse aponta para as dificuldades de conceber a própria presença de crianças em espaços e momentos de decisões. Gonçalves, contudo, revela um comprometimento com a vida comunitária, na medida em que incorpora o título dado pela

[17]Em pesquisa nas ocupações da Izidora, Galera (2019) ressalta como a mobilização de crianças para as atividades comunitárias ocorre de maneira mais orgânica em comparação à mobilização das pessoas adultas. A autora defende que há aspectos dos momentos de luta política e confrontação direta que evocam as dimensões da festa e do lazer, o que reforça o engajamento das crianças nesses processos.

coordenação denominado "coordenador mirim", uma espécie de formalização da participação das crianças na ocupação. A seguir, Iara nos explica do que se trata:

> **Iara**: Ajuda... Eles coordenam também. Tipo, eles monitoram a rua, não deixam o povo sujar. Os que são coordenadores mirins moram em volta do barracão comunitário, eles não deixam sujar o barracão comunitário, que é uma arena aberta. E dia de festa, eles ajudam, os maiores, precisa de carregar alguma coisa, eles ajudam a carregar. Aí quando tem umas brincadeiras pra criança, alguns se envolvem mais. Tem uns que até chegam pra Rosa e explicam tudo o que aconteceu, as brincadeiras que teve. É o envolvimento deles, cada um tem o seu estilo de envolvimento dentro da coordenação. (...) Eles envolvem as crianças lá. As que querem envolver, envolvem do jeito que elas conseguem. (Entrevista concedida em 17/05/2021).

O comportamento de Gonçalves demonstra que as crianças gostam desse título. Quando perguntei se havia algum momento que marcava a entrada da criança para a coordenação, eles disseram que não, de modo que parece ser algo mais orgânico. Quando perguntei à Maria, mãe de Gonçalves, quais as funções do cargo, ela respondeu que o filho nunca fora chamado para participar de nada e que não sabia o que significava. O filho, contudo, rebateu que Rosa havia chamado ele e outras crianças e, em seguida, pediu para que vigiasse a vizinhança para se certificar de que não havia pessoas pulando os muros. Nesse sentido, as atividades que realizam dão suporte à organização dos adultos na comunidade, de modo que o contrário não foi observado. Ainda, durante a pesquisa, somente os meninos se reconheceram nesse papel. Assim, destaca-se na figura do coordenador mirim o lugar de poder conferido pelo adulto, o qual é atravessado pela reprodução de marcadores de poder, como idade e gênero.

Em diversos momentos, observei o envolvimento das crianças da pesquisa em atividades comunitárias mais relacionadas à tarefa de circulação pelo território, como já apontado em outras pesquisas (NUNES, 2002; SILVA, 2011): seja para buscar ou levar coisas de um lugar para o outro, avisar moradoras e moradores que algo vai acontecer no barracão comunitário, ou ajudar na limpeza ou organização do espaço para receber pessoas. Torres-Velázquez (2019) também observou em sua pesquisa como o envolvimento das crianças em determinados espaços estavam relacionados à organização, limpeza e promoção da vigilância da comunidade. Ainda assim, destaca o potencial da aprendizagem comunitária que advém da simples presença das crianças nesses espaços, onde as socializações acontecem inseridas na política de forma mais explícita que em outros contextos da vida urbana, considerando a presença do movimento social. A resposta de Iara ao ser questionada se há uma formação específica para quem é coordenador mirim converge com a avaliação do autor.

> **Iara**: A vida. Elas se formaram vendo a gente, como a gente lidava com as pessoas. Algumas a participar até nesse momento quando tinha assembleia, participava de assembleia. Elas foram aprendendo vendo a gente fazendo. Tipo, até mesmo na comunicação, teve uma parte que aprendeu a fazer comunicação vendo. Mas teve curso também pra alguns, mas hoje em dia os que fizeram o curso já tão adultos. Aí as crianças tiveram uns cursinhos básicos com alguns

> dos coordenadores que foram da comunicação. E vai aprendendo com a gente. (...) Eles quiseram se educar com o que a gente faz, como a gente age com as pessoas. A vida ensina. (Entrevista concedida em 17/05/2021).

Em pesquisa realizada numa moradia coletiva de um movimento social em Buenos Aires, na Argentina, Shabel (2019) mostra como a forma de mobilização escolhida pelas crianças para reivindicar um espaço coletivo para brincar se deu por meio de uma reunião, reproduzindo o que observaram da forma dos adultos para resolução de conflitos internos. Embora a participação das crianças em tais reuniões fosse proibida pelos adultos, elas ainda assim davam sentido àquela experiência, produzindo ideias próprias sobre a ação política.

Esse exemplo mostra como a ação política da criança não se dá apartada dos adultos, e que a formação de sua subjetividade política não se limita ao que os adultos pretendem forjar (SHABEL, 2019). O título de coordenador mirim pode ser algo limitado na visão dos adultos da comunidade, como se observa nas funções atribuídas às crianças. Mas não é possível limitar o impacto que as ações de troca, encontro, cuidado e solidariedade experimentadas por elas promovem em sua formação. Isso revela a necessidade de repensar o que compreendemos por participação infantil, como aponta Torres-Velázquez (2019).

> Aprender entre pares a respetarse, compartir y cooperar, en el contexto del quehacer comunitario, tiene implicaciones políticas, pues forma parte de los principios anticapitalistas de la organización. Esto aporta a la ampliación de las posibilidades y necesidad de repensar la noción de participación infantil más allá de los discursos desde el enfoque de derechos y más cercano a las prácticas de las comunidades, pueblos y organizaciones sociales y políticas. (TORRES-VELÁZQUEZ, 2019, p. 89-90).

Para além dos debates políticos, a vida comunitária na ocupação é composta por atividades festivas que mantêm a comunidade unida e mobilizada. O que se observa é que as crianças tornam-se o público principal desses eventos. Como destacou uma mãe, em uma conversa informal: “A gente já é criado, tá pronto. Mas eles [referindo-se aos filhos] é que precisam das coisas. É por eles que a gente faz”. Rosa também, em diversas conversas, pontuou como as crianças são o futuro da comunidade e que se dedica mais em fazer atividades para elas por observar que são mais interessadas e politizadas. A seguir (Figura 40), apresentamos registros da Oficina de Percussão e da Festa de Natal, ambos no barracão.

Figura 40 – Eventos para crianças no barracão comunitário



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

A festa assumiu centralidade no século XXI como ação política que busca romper velhos estereótipos sobre a ação política, potencializando a alegria e a solidariedade coletiva dos povos organizados e que resistem às políticas neoliberais. Ao observar festas tradicionais em comunidades indígenas latino-americanas, Torres-Velázquez (2015a) identifica oportunidades para as crianças expressarem sua perspectiva dos problemas sociais. Nesses espaços de socialização, aprendizagem e constituição de subjetividades, as crianças afirmam identidades e se reconhecem junto às suas comunidades em expressões culturais criativas e festivas.

Gobbi, Anjos e Pito (2020) também ressaltam a organização de festas comunitárias em uma ocupação vertical no centro de São Paulo para dar visibilidade à ocupação como lugar de experiência coletiva, numa compreensão de ocupar na luta por direitos e desejos. Assim, almoços coletivos e festas para as crianças jogam luz às práticas invisíveis e ordinárias, ritualizadas por mulheres e crianças. Para os autores, olhar para esses eventos abre para uma chave de compreensão da ocupação como "um modelo cooperativo de reprodução e partilhado com o cuidado e a consideração do bem viver" (p. 192).

Galera (2020) também aponta para o lugar da festa como experiência extra cotidiana geradora de novas espacialidades e temporalidades capazes de rearticular a vida coletiva. Retomando as festas que ocorrem nas ocupações da Izidora, a autora destaca a Festa da Resistência como "um momento importante de construção da memória coletiva dos moradores em torno da luta por direitos fundamentais e do reconhecimento desse esforço e da formação política que o processo de resistência confere a cada sujeito" (GALERA, 2020, p. 325). Da mesma forma, observamos com maior recorrência na ocupação Rosa Leão a realização da Festa da Páscoa, o Arraial Junino, o Dia das Crianças e a Festa de Natal.

Em 2019, ano em que estive em campo na ocupação Rosa Leão, não houve a Festa da Resistência da comunidade, devido a dificuldades de articulação interna. Isso reforça o período

de desmobilização vivido naquele momento pela comunidade. Todavia, desde que eu frequento o território, as festas de Natal e o Dia das Crianças não deixaram de acontecer, promovendo longas esperas no entorno do barracão para a distribuição de brinquedos e lanche. Como destaca Galera (2020, p. 326), o dia de festa é também "um dia em que se pode comer bem, coisas especiais, que, para muitos, não é possível e viável no cotidiano".

Müller, Delgado e Schueler (2007) destacam como as festividades brasileiras comumente se associam a rituais religiosos, em especial da igreja Católica, como a Páscoa e o Natal. Na contramão desse movimento, as autoras destacam como o Dia das Crianças, oficializado no 12 de outubro, surgiu nos anos 1920 para a construção de uma identidade nacional da infância escolarizada, tendo a data sido associada a ideais de civismo e ao direito à proteção da criança e à maternidade (MÜLLER; DELGADO; SCHUELER, 2007; VEIGA; GOUVEA, 2000). Mais tarde, com o avanço da industrialização e da importação do modelo de consumo norte-americano, a celebração foi associada à indústria cultural e aos mercados de bens de consumo destinados às crianças. As autoras destacam como tornaram-se corriqueiras ações filantrópicas de distribuição de brinquedos para crianças pobres, como também observamos no registro do diário de campo a seguir.

> Na entrada da ocupação, havia uma faixa anunciando a distribuição de presentes por uma ONG. Um ônibus de viagem estava parado em frente ao barracão comunitário, com uma estrutura montada: duas mesas cercadas por cones e correntes de isolamento, onde umas cinco pessoas organizavam o fluxo de crianças. A equipe era de uma ONG, na sua maioria composta por jovens brancos, vestindo camisetas brancas e azuis com a logo da ONG. Eles marcavam com um coração a mão da criança que ganhava o presente, que variava entre bonecas, cestinhas com panelinhas, pinos de boliche, tacos de beisebol, bolas de futebol, caminhão cegonha, trator e unicórnios. Eram brinquedos novos, embalados nas caixas. Fazia um sol forte e as famílias se espremiam para ficar nas sombras que davam os muros das casas. Enquanto isso, a distribuição de presentes acontecia em um local sombreado pela árvore do barracão. (Diário de Campo, outubro de 2019).

Ainda que as crianças na ocupação estejam engajadas em processos de resistência, elas não vivem um mundo à parte da sociedade globalizada, como nos alerta Torres-Velázquez (2019), de modo que também são influenciadas em diferentes níveis por outros estereótipos da cultura ocidental, que é patriarcal e consumista, especialmente no cenário urbano. O padrão de celebração do Dia das Crianças na Rosa Leão reforça a presença das contradições que atravessam a luta e a vida cotidiana nas ocupações, diante de um território e de uma compreensão da produção da cidade e da reprodução da vida em disputa. De todo modo, tais práticas festivas "(...) podem se comportar como germe de "outros mundos possíveis" em que a infância não está e não será descartada" (GOBBI; ANJOS; PITO, 2020, p. 197).

Em meio aos processos de solidariedade realizados ao longo da pandemia da Covid-19, em 2020, a construção do barracão comunitário foi finalizada e o local recebeu o nome de *Centro de Poder Popular Marielle Franco*, em homenagem à vereadora do Rio de Janeiro assassinada

em 2018[18]. A título de ilustração, extraímos as imagens da página do Instagram da Ocupação Rosa Leão, em referência à celebração da Festa do Natal e de um festival de poesia e percussão, ambos em 2021. Observamos que alguns elementos que qualificavam a relação das crianças com o espaço foram transformados com as últimas obras. Dentre eles, destaca-se a implantação de uma grade verde no entorno da arena, que pode ser compreendida como dispositivo de controle e organização do espaço pelo adulto[19].

Figura 41 – Foto mais recente do barracão comunitário



Fonte: Conta do Instagram da Ocupação Rosa Leão (2022).

Para concluir nossa alusão à tríade de Lefebvre, o elemento do excedente se apresenta no investimento de capital no barracão enquanto uma centralidade na ocupação Rosa Leão. O barracão é o ponto que marca a chegada da água no território, dada pela instalação simbólica de uma pia pela COPASA. Nas ruas de seu entorno, foram feitas as primeiras intervenções como promessa de asfaltamento do território. Na arena do Centro de Poder Popular Marielle Franco, se apresentam apoiadores externos no território que trazem doações. E, assim, o local segue sendo uma referência para as famílias do encontro para a festa, o lúdico, a política, a solidariedade e o cuidado; o "coração da comunidade".

[18]Como descreve Galera (2019), o barracão comunitário foi batizado em determinado momento pelo nome de *ZOCA – Zona Ocupada de Cultura e Arte*, em homenagem à liderança de Zoca, Maria da Conceição, do Conjunto Zilah Spósito, vizinho à ocupação, e que foi forte referência no processo de luta da Izidora. Contudo, a liderança acabou pedindo que seu nome fosse retirado, devido a conflitos internos.

[19]Considerando o contexto da pandemia e o avançar da pesquisa, não fez parte do escopo desta tese investigar as transformações da relação das crianças com o espaço do barracão após a instalação das grades, ou ainda, os arranjos e as negociações que têm se dado no atual contexto para sua utilização junto às crianças.

2.2.3 O clubinho dos meninos e as relações de gênero no brincar

A estratégia de caminhar brincando pela ocupação com as crianças durante o campo, como mencionamos anteriormente, foi condicionada pelo grau de liberdade que elas tinham para circular pela ocupação sozinhas, acompanhadas dos irmãos ou comigo. Assim, o marcador social de gênero atravessava fortemente nossa prática, uma vez que os meninos compunham a maior parte do grupo, o que fortalecia esse grupo para conduzir, muitas vezes, as brincadeiras que faríamos e os lugares que frequentávamos. Exemplo disso são os deslocamentos feitos para além das ruas do entorno do barracão comunitário propostos pelos meninos.

A discussão sobre as diferenças de gênero no âmbito da primeira infância tem sido tema de pesquisas e documentos no Brasil desde as lutas de movimentos feministas dos anos 1960 (SILVA; SILVA; FINCO, 2020). Esse debate esteve mais vinculado ao trabalho de instituições de educação e cuidado e, como ressaltam Vianna e Finco (2010), se assentou na crítica ao caráter biologizante atribuído às diferenças entre feminino e masculino que atravessa as desigualdades nas relações de gênero. Para as autoras:

> Gênero remete, então, à dinâmica de transformação social, aos significados que vão além dos corpos e do sexo biológico e que subsidiam noções, ideias e valores nas distintas áreas da organização social: podemos encontrá-los nos símbolos culturalmente disponíveis sobre masculinidade e feminilidade, heterossexualidade e homossexualidade; na elaboração de conceitos normativos referentes ao campo científico, político e jurídico; na formulação de políticas públicas implantadas em instituições sociais; nas identidades subjetivas e coletivas. (VIANNA; FINCO, 2010, p. 269).

Os estudos destacam como o delineamento dos papéis de gênero acontece desde cedo nas construções que se dão na relação das crianças com seus pares e com adultos (SANTOS; SILVA, 2020). Esse processo, social e culturalmente definido, se revela no controle do corpo infantil, produzido, moldado e adestrado segundo o que se atribui tradicionalmente como comportamentos e habilidades de meninas e de meninos (VIANNA; FINCO, 2010). Esse controle, por sua vez, se dá de forma muitas vezes sutil e silenciosa, em práticas e gestos dos adultos no dia a dia.

Isso nos leva, pois, a questionar: quais os significados de gênero produzidos na ocupação? Como se estabelecem as concepções sobre habilidades, identidades e modos de ser menino e menina nesse território? De que maneira os corpos dessas crianças são normatizados, disciplinados, regulados e controlados?

Como ressaltam Cruz e Silva (2019), as relações de gênero estão na comunidade, de modo que não devemos chegar ao território com um conceito pré-concebido sobre esse debate. Apresentamos um pouco de seus impactos ao tratar do processo de construção do barracão comunitário. Nesta seção, queremos explorar um pouco mais dessa relação com o brincar na ocupação Rosa Leão, ancorados na observação participante[20].

[20] Galera (2019) também apontou para a divisão sexual em brincadeiras realizadas nas ocupações, destacando o

Para iniciar essa conversa, trazemos o relato do dia em que fui apresentada ao clubinho dos meninos na ocupação. Quando cheguei ao território, alguns deles estavam conversando com um jovem, no referido bar próximo ao barracão, e resolvi me sentar junto a eles. Percebia que olhavam para o jovem com certa admiração, enquanto ele partilhava histórias de sua infância, de quando jogava capoeira, e apontava que as dificuldades da vida o levaram para outros caminhos. Senti um certo incômodo com a forma como o jovem me encarava durante a conversa, e foi um alívio quando os meninos se despediram e começaram a caminhar em outra direção. Então fui com eles.

> Nesse momento, eles ficaram conversando sobre seu clubinho. Primeiro, Gonçalves e Josias disseram que tinham um clubinho de caça. Eu perguntei se eles matavam os animais, que não era legal. Eles responderam logo que não, apenas pegavam eles e cuidavam. Josias falou de um pássaro que pegou e ficou cuidando. (...) Então, de repente, eles me disseram que o jovem que estava no bar conversando com a gente mais cedo estava de olho em mim. Eu fiquei sem graça e ao mesmo tempo senti um desconforto com o comentário, comecei a me sentir mais vulnerável do que queria. Não sabia nada sobre aquele jovem. Então pedi a eles atenção para me fazerem um favor: pedi para que me protegessem se achassem que eu não estava em segurança. O Gonçalves começou a combinar, então, com eles sobre a ida na casinha da árvore, que eles se dividiriam e uns subiriam e outros ficariam embaixo comigo. Achei graça e expliquei que estava falando de modo geral, não somente para visitar o esconderijo. Eles não entendiam muito bem e eu também não sabia a melhor forma de me explicar. Então Gonçalves disse: "Ah, eu entendi agora. Você tá com medo de ser assaltada". Eu disse que não era isso e me senti boba de ter gerado o assunto. (Diário de Campo, setembro de 2019).

A busca pela proteção das crianças diz de uma inversão do que se espera de uma relação adulto-criança e reflete uma relação de confiança sendo construída durante a pesquisa. Entretanto, essa inversão coexiste com um pré-julgamento da qualidade masculina da ideia de proteção, uma vez que o pedido se direcionou ao grupo de meninos e talvez não teria se dado da mesma forma se eu estivesse junto de meninas.

A caminhada deste dia nos levou a um local que os meninos denominaram como seu "clubinho" ou "esconderijo". Iara, uma das coordenadoras locais, também nos acompanhou para fazer algumas fotografias.

> Milton e Carlos, mais novos, diziam que eram de outro clubinho. Perguntei de que era, e eles disseram que era para fazer reunião. Então, começaram a zoar que o lugar onde se reuniam era uma casa abandonada cheia de "bosta". Perguntei se era de animal ou de gente e eles disseram que era de gente. Então, entraram em um acordo sobre serem todos do mesmo clubinho. Primeiro, Milton e Carlos, e depois perguntaram a Antônio e Gonçalves, seu irmão, que respondeu: "O Antônio já é há muito tempo do clubinho". Eles disseram pra ir até o esconderijo, mas Josias disse: "A professora não vai querer ir". Eu disse que iria. (Diário de Campo, setembro de 2019).

papel das meninas mais velhas no cuidado com irmãos ou primos mais novos no brincar.

A suspeita de Josias de que eu não quisesse ir até o local é uma forma de desafiar minha posição diante deles, uma vez que eu era a única mulher presente naquele momento (Iara ainda não havia se juntado a nós naquele momento). O debate que se dá anteriormente é de uma disputa por pertencimento entre as crianças, sobre quem é do clubinho e de qual clubinho. Ao final da negociação, que é atravessada pelas relações de irmandade entre Gonçalves e Antônio, todos estão de acordo sobre pertencer ao mesmo clube e se dirigem ao local. Destaca-se, aqui, a construção coletiva de regras de pertencimento e a reprodução da prática adulta da reunião como atividade principal do clubinho[21].

Como a menção à caminhada indica, a sua localização era distante dos pontos onde, em geral, as crianças circulavam e estavam próximas às suas casas e ao barracão comunitário. A sua localização se dava em uma das entradas para a ocupação, que marca um ponto de passagem de pessoas e veículos. Embora ela não fosse das mais utilizadas pela população local, a entrada para a ocupação sempre representa um ponto onde se conecta o chão de terra com o chão do asfalto: zona de fronteira com a cidade formal, onde chegam os serviços urbanos oferecidos pelo poder público municipal, como esgoto, água tratada, energia elétrica e coleta de lixo, que ali sempre se acumula. A imagem abaixo mostra como as ruas próximas ao local eram mais desertas e, no momento, havia pouca movimentação. Esses elementos explicam, em parte, a busca pelo local por usuários de drogas e pessoas em busca de fazer suas necessidades, considerando a relativa privacidade que oferece.

Figura 42 – O clubinho dos meninos



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

[21] Podemos compreender aqui uma reprodução dos padrões de masculinidade através da imagem da "reunião", forma de ocupação do espaço público e do trabalho destinado social e culturalmente aos homens.

> O esconderijo era uma antiga guarita. Quando eu e Iara chegamos, eles todos já tinham subido o muro. Então Iara disse que era uma guarita e eles não entenderam e discordaram. Disseram que era alguém que morava, mas não estava mais morando ali, pois estava tudo quebrado e com bosta. Pedi pra eles ouvirem que a Iara ia explicar a história. Eles fizeram silêncio. Ela, então, explicou que a propriedade era particular e os homens ficavam ali naquela guarita tomando conta do terreno e da fazenda que tem ali ao lado. Então eles começaram a dizer que ali tinham vários recipientes de drogas. Eram como tampinhas de caneta. Gonçalves disse que ainda tinha até um restinho de pó e soprou. Já Carlos disse que era pra fazer macumba. Iara riu e disse pra mim: "Deixa ele pensar que é pra isso mesmo". Eles começaram uma guerrinha de tampinhas, e Iara pediu que parassem de mexer naquilo. Tiramos algumas fotos deles e eles ficaram posando pra gente. Ao lado da guarita, os meninos ficavam escalando o muro, subindo e descendo pulando. Ali também tinha um pé de mamona. Eles começaram, então, uma guerrinha de mamona, jogando em mim, Iara e Antônio, que tinha descido. (Diário de Campo, setembro de 2019).

O cenário supostamente misterioso estimulava o imaginário e a fantasia infantil, atraindo aquele grupo de meninos. Enquanto Iara, coordenadora local, compartilhava com eles a história real da guarita, resquício da ordem anterior à ocupação que prevalecia quando o terreno pertencia a uma rica família, os meninos construíam fabulações sobre a história do espaço e brincavam com isso[22]. E, por meio da brincadeira, as crianças testavam os limites da transgressão daquele esconderijo, um espaço de autonomia perante o controle adulto. A situação revela, também, a disputa geracional e social daquele espaço, marcada pelo desejo das crianças de ocupar o espaço do alto (como uma casa da árvore) e pela simbologia da guarita na luta pelo território, antes dispositivo de controle de uma única família.

A experiência no clubinho dos meninos também ajuda a refletir sobre os modos como as crianças na ocupação produzem sentidos sobre as relações de gênero. Por que um clubinho exclusivo de meninos? Por que somente os meninos frequentavam a guarita abandonada? Por que eu, uma mulher adulta, pediria a esse grupo especificamente proteção?

Cruz (2012) analisa a formação de clubinhos entre crianças durante o recreio escolar de uma instituição pública de ensino como estratégia coletiva de resolução de conflitos entre pares e busca por pertencimento. A pesquisadora identificou a divisão de grupos de mesmo sexo cujas brincadeiras correspondiam ao que se atribui à feminilidade ou masculinidade tradicional e que associa pertencimento de sexo e de gênero em menino-masculino e menina-feminina. Os *clubinhos*, como as próprias crianças denominam em sua pesquisa, são, portanto, modos de sociabilidade na cultura infantil ancorados numa regulamentação das relações de gênero, que podem ser transgredidas e ter suas fronteiras relativizadas conforme o interesse dos sujeitos.

> Ainda que os gêneros tenham sua origem concreta nas relações entre homens e mulheres e nos significados construídos historicamente, é claramente perceptível que, como dimensão simbólica, eles podem ganhar vida própria e servir de

[22] A ocupação pelo grupo de meninos do espaço da guarita, pensado originalmente pela lógica do controle e disciplinamento dos corpos (FOUCAULT, 2014) pode ser compreendida também sob a ótica da masculinidade que busca, de alguma forma, manter uma posição de dominação sobre o outro.

> referencial para práticas sociais. (...) Desse modo, relações de gênero implicam relações – entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres – mediadas pelos gêneros, mas estes são conjuntos de significados. A partir desse raciocínio, torna-se claro que não se pode utilizar gênero como sinônimo de mulheres e homens. Há sujeitos e há significados. Estes não são, entretanto, significados neutros do ponto de vista do poder, uma vez que expressam desigualdades sociais a partir do pertencimento a uma composição particular de sexo/gênero. Nessa perspectiva, pode-se dizer, então, que relações de gênero implicam poder e hierarquia em todos os níveis. (CRUZ, 2012, p. 68).

Como apontamos no caso do clubinho dos meninos na ocupação Rosa Leão, Cruz (2012) ressalta como nos clubinhos observados por ela nas escolas e nas "trocinhas", grupos de meninos analisados por Florestan Fernandes no bairro Bom Retiro, nos anos 1940, são estabelecidas regras para entrada e permanência nos coletivos. Além disso, destaca a organização espacial própria desses grupos, que tendem a promover limites e separações no território que reproduzem a divisão tradicional entre sexos, que permite aos meninos explorar o território público e confina as meninas ao ambiente doméstico. Sobre essa separação, destaca-se o depoimento de Maria sobre uma suposta divisão do território de sua rua na ocupação por iniciativa de um grupo de meninos.

> **Maria**: Aqui na comunidade tá tendo uma divisão, as crianças tão querendo dividir a comunidade. Igual, os meninos moram aqui nessa rua, só que eles não fazem isso porque eu não permito. Eu acho que nós estamos aqui desde o começo, mas o bairro é de todo mundo, não é só meu, não é só deles. A rua não é só nossa, a rua é pública. Então o mesmo direito que eles têm de brincar aqui, outras crianças também têm. Mas se eles saírem daqui e for brincar ali, os meninos põem eles pra correr de lá. Eles vão e quer brigar, caça briga e tudo. Aí põe eles pra ir embora pra casa. E eu vou e prendo eles em casa porque eu não gosto de confusão. Uma mãe já veio aqui uma vez e balangou beiço aí, que eles tão lá caçando briga com o filho dela e não sei o quê. E eu falei: “Quer saber? Vocês vão ficar brincando na porta de sua casa. Se vocês saírem daqui, vocês ficam de castigo ou então vocês apanham”. (Entrevista concedida em 17/11/2020).

Embora durante a pesquisa de campo não tenha sido observada essa relação conflituosa de controle ou domínio de determinada porção do território por um grupo, como relata Maria, as experiências das crianças nas relações de gênero na ocupação revelam diferentes formas de aproximar ou distanciar os sexos, fundamentadas em uma regulamentação própria, como identificado também por Cruz (2012). Ainda, em diálogo com o estudo de Fernandes, a autora destaca como essa dinâmica revela a internalização de normas sociais pelas crianças, por meio da reprodução de funções sociais da cultura dos adultos, vivenciadas pelas crianças em seus diversos contextos de sociabilidade.

As noções do que seria mais adequado para cada sexo são transmitidas também pelas instituições, como a família e as instituições escolares, que acabam gerando recompensas ou sanções diante do cumprimento ou não do esperado (VIANNA; FINCO, 2010). A lógica binária que é apresentada às crianças nas relações cotidianas regula a sua agência (SANTOS; SILVA,

2020). A ocupação é o espaço da transgressão, ainda que permeado por inúmeras contradições. Contudo, o fato de ser uma comunidade familiar, traz consigo também uma série de imaginários sobre o que é uma família e qual os papéis da mulher e do homem nessa família. O protagonismo da mulher na luta, por exemplo, coexiste com uma divisão do trabalho no âmbito doméstico ainda muito tradicional e conservadora, em que mulheres são responsáveis pelas tarefas de reprodução, enquanto homens circulam, seja trabalhando fora ou não. Consequentemente, meninas são mais confinadas pelas famílias que meninos. Os sujeitos da comunidade que convivem com as crianças na ocupação também participam dessas transmissões, como é o caso de Zilda, a dona do bar.

> De repente, Zilda pediu às crianças para se reunirem, porque ela precisava falar algo importante. E então começou um discurso sobre o fato de o trabalho de arear panela ser de homem, pois a mulher não tem força no braço. Dizia que estava há mais de meia hora tentando arear a panela e não conseguia. Então, que era para os meninos ficarem atentos. Quando ela voltou para dentro do bar, as meninas riram. Jonas, mais irritadiço, murmurou que ela não mandava nele. (Diário de Campo, agosto de 2019).

Nesse interdito sobre o que é "de menino" e "de menina", ou o que é "ser menino" e "ser menina", as crianças apreendem as mensagens de permissão e interdição (SANTOS; SILVA, 2020). Isso se revela nas suas ações, como observado no relato abaixo.

> Em um dia que Dandara e Estephany ouviam música pelo rádio que pegaram emprestado da mãe, Dandara e Vitória começaram a brincar de dançar funk. Eu propus, então, que fizéssemos um festival de dança. Gonçalves e um amigo ouviram a brincadeira e quiseram participar. Eles queriam cantar um rap. E começaram a escrever uma letra de música e ensaiar coreografias. As meninas pediram pra dançar dentro do espaço do barracão, onde não seriam vistas. Já os meninos pediram para filmar a apresentação ensaiada. (Diário de Campo, outubro de 2019).

Quando a pandemia da Covid-19 demandou uma articulação ainda mais forte da coordenação da Rosa Leão para realizar ações de solidariedade no território, algumas tarefas foram atribuídas às crianças. Em conversa pelo telefone com Josias, ele mencionou como participava desse movimento avisando as famílias quando chegava um carregamento de doações no barracão ou ajudando a distribuir o conteúdo. Próximo ao Natal, foi encaminhado pela coordenação, via WhatsApp e Instagram, um vídeo, no qual meninas e meninos menores apareciam sentados ao lado de Rosa, que solicitava doações aos apoiadores para possibilitar a distribuição de presentes para as crianças. Enquanto aos meninos fora solicitada uma tarefa que exigia maior agilidade, independência e força, das meninas buscou-se o lado mais sensível, da comunicação e da obediência. Isso também se reflete nos brinquedos, uma vez que, nas festas na ocupação, os brinquedos são geralmente distribuídos a partir de uma divisão normativa de gênero: os brinquedos dos meninos, como bola e carrinho, e os brinquedos das meninas, como boneca e panelinhas. Naquele mesmo vídeo, Rosa pergunta às crianças o que vão querer de presente e Dandara responde que

Emanuel, seu irmão, quer uma pista de corrida de carrinho, e que Isabel, sua irmã, quer uma boneca.

As fronteiras entre o masculino e o feminino se revelam em características físicas e comportamentos específicos. Vianna e Finco (2010) destacam como é esperado das meninas qualidades como o capricho e a docilidade, de modo que tem sua agressividade controlada; enquanto dos meninos naturaliza-se a agitação e a impaciência, ao mesmo tempo em que sua expressão de sentimentos, a sensibilidade e o carinho são inibidos. Santos e Silva (2020), em pesquisa em ambiente escolar com crianças de cinco anos, destacam como meninos se ocupavam de brinquedos mais ousados, expandindo as interações e a circulação pelo espaço; enquanto meninas brincavam mais de casinha, contidas em um mesmo lugar[23].

A minha inserção em campo e a permissão para permanecer no território brincando com as crianças também diz de um feminino que é reconhecido nesse lugar, o que se confirma em outras pesquisas que revelam os desafios de ser homem e fazer pesquisa com crianças ou trabalhar na educação infantil (SANTOS; GARCÍA, 2020). Em alguns momentos, meu comportamento de proteção diante das crianças enquanto adulta era atravessado também pelo marcador de gênero, uma vez que eu acabava por conter mais as meninas em atividades de maior risco ou quando se distanciavam muito de grupo reunido, o que não se dava do mesmo modo com os meninos.

Os meninos na ocupação eram, em geral, mais contidos na expressão corporal do afeto, especialmente quando mais velhos. Com as meninas era diferente. Era comum, durante o campo, as meninas expressarem seu carinho por mim penteando meus cabelos. Mas a relação de Vitória com seu cabelo é talvez das que mais revela como as expectativas sobre o corpo feminino também assumem contornos raciais na ocupação.

Vitória é filha de Maria, e irmã de Antônio, Gonçalves e Estephany. Constantemente, ela se queixava dos irmãos não gostarem de brincar com ela, motivo pelo qual brincava mais de cuidar da irmã, que é um bebê. Os trechos a seguir do diário de campo revelam situações em que a menina é exposta a representações sobre seu cabelo e reage a isso.

> Vitória começou a mexer no meu cabelo. Disse que faria um penteado de uma das princesas da Disney. Pegou uma escova e o penteou a seu modo. Falou de fazer cachos, mas eu disse que meu cabelo era muito liso e não ia funcionar. Ela ficou brincando com ele, e eu a deixei. Enquanto isso, Iara, que tinha os cabelos raspados, olhava fotos dela antigas no celular, quando tinha um cabelão. Eu perguntei se ela sentia falta daquele cabelo. Ela respondeu que sentia falta daquela época. (Diário de Campo, julho de 2019).
>
> Joana e Pedro, sentados na calçada, estavam implicando com Vitória, chamando seu cabelo de palha de aço. Gonçalves ficou bravo e disse para Pedro respeitar

[23] A ideia da *performatividade de gênero*, proposta por Butler (1988), defende que não existe uma realidade primeira que corresponda à ideia de gênero, mas sim atos performativos que histórica, social e culturalmente produzem significações. Desse modo, é por meio desses estilos renovados, revistos e consolidados ao longo do tempo que se fundamentam as identidades, partindo de uma compreensão de que o corpo resulta de uma maneira de fazer, dramatizar e reproduzir uma dada situação histórica. A performatividade a que se refere Butler (1988) pode ser associada aqui ao ato de brincar, que também envolve uma dinâmica de repetição, reprodução e revolução.

> ele. Ele disse que era coordenador mirim, demonstrando poder, e insistiu a Pedro para parar de mexer com sua irmã. "Eu sou coordenador mirim, vai lá perguntar pra Rosa se eu não posso falar assim?". Nunca tinha ouvido essa expressão antes ali. Gonçalves falava olhando Pedro meio de lado, que se manteve sentado na calçada. (Diário de Campo, agosto de 2019).
>
> Vitória tinha os cabelos soltos e escovados. Eu disse que ela estava bonita. Ela disse que seu pai gostava de cabelo liso. Mas depois foi em casa e voltou com a touca. (Diário de Campo, outubro de 2019).

O ideal de beleza da Disney, o cabelo alisado e longo, o *bullying* contra o cabelo crespo, que provoca a proteção do irmão mais velho, todos esses elementos citados apontam para a reprodução de uma representação racializada de uma estética capilar, no entrecruzamento raça, gênero e geração. A crítica ao cabelo de Vitória pelo próprio pai, que preferia que ela e a mãe tivessem os cabelos alisados, está contida também na referência à palha de aço, reproduzida por Pedro e Joana, uma menina que também possui o cabelo crespo. Quem cuida do cabelo das meninas são as mães, de modo que essa relação é passada de geração em geração, cuidado esse atravessado por uma compreensão do que é o papel da mulher. O cuidado com o cabelo surge, portanto, como importante mediador na socialização entre meninas, como observamos no trecho a seguir.

> Um grupo de crianças estava brincando no pula-pula. Eu comentei com Vitória que ela poderia brincar com aquelas meninas, me lembrando de outro dia em que ela disse não ter ninguém pra brincar. Ela respondeu que as meninas tinham ciúmes dela. Perguntei: "Ciúmes de quem?" Ela disse: "De mim". Eu disse: "Sim, mas de você com quem? Ou elas têm inveja então de você?". Ela disse: "Sim, por causa do meu cabelo. Só porque minha mãe fez um penteado em mim hoje. E eu não sei por quê, porque o cabelo daquela ali também está bonito. Mas daquela outra não", disse Vitória, apontando para as meninas. A que ela se referiu com o cabelo bonito tinha os cabelos cacheados presos em um coque de lado. A outra tinha o cabelo mais crespo e usava um coque com alguns fios soltos. Em seguida, uma das meninas se aproximou e disse algo no ouvido da Vitória. Fiquei em silêncio. Deu um tempo e Vitória disse para as meninas: "Gente, olha o cabelo dela?", apontando para mim. Eu estava de rabo de cavalo. Ela soltou meu cabelo e disse que era muito liso. Uma das meninas (a do penteado bonito, segundo Vitória) disse: "Olha! O meu também fica liso quando eu faço escova". Vitória depois ficou tentando fazer outro rabo em mim, mas me machucava um pouco. Então eu pedi a ela que parasse. (Diário de Campo, agosto de 2019).

Outras pesquisas sobre relações étnico-raciais tratam sobre o cabelo e a produção de afetos na infância. Oliveira e Abramowicz (2010) apontam como crianças podem cristalizar determinadas atitudes com sentido preconceituoso sobre características físicas que as diferenciam entre si. As autoras retomam Souza (2005), que afirma: "crianças negras revelaram, muitas vezes, o desejo de serem brancas, de cabelo liso, querendo se comparar com os personagens das histórias infantis, reforçando a imagem que a criança negra faz de si, evidenciando a negação de sua condição racial" (p. 212).

Gomes (2002) também revela como a prática das tranças nas sociedades ocidentais contemporâneas se dá tanto numa "tentativa de romper com os estereótipos do negro descabelado e sujo" ou como "prática cultural de cuidar do corpo". Em uma atividade elaborada por um grupo de artivistas em celebração ao Dia das Crianças, foi proposta a produção de penteados e cortes nos cabelos das crianças. Embora não fosse uma imposição, naturalmente os adultos direcionaram o corte para meninos e a trança para meninas. A resistência de Vitória no trecho a seguir confirma o exposto por Gomes (2002), de que a trança assume aqui um lugar controverso, como estratégia de resistência afirmada por um grupo de artivistas apoiadores, mas também de uma estética da ordem e contenção dos fios.

> Vitória estava com uma cara ruim. Perguntei o que era e ela disse que estava doendo as tranças. Eu perguntei se ela queria parar, e ela respondeu que sim. Eu disse, então, à trançadeira para que parasse de fazer. Ela desfez o que tinha feito e, no lugar, fez uma única trança. Mas Vitória não gostou, colocou a trança para o alto dizendo que parecia um pino de boliche. (Diário de Campo, outubro de 2019).

Em diversos momentos, observamos a menina Vitória reagir a estímulos sobre o que se espera de seu corpo. No desenho abaixo, ela disse estar me desenhando indo para um baile. Enquanto desenhava, a representação de uma princesa loura de cabelo liso e comprido, vestida com traje característico, perguntei para qual baile eu estava indo. E Vitória respondeu: "O baile funk, ué!". Vemos aqui a presença da reprodução interpretativa analisada por Corsaro (2009), na medida em que a criança se apropria de elementos culturais advindos de fontes variadas de sua sociabilidade para então fazer o desenho. Por meio do desenho, as crianças também revelam construções culturais do feminino em uma lógica estereotipada das diferenciações de gênero (SILVA; SILVA; FINCO, 2020).

Figura 43 – Desenho de menina indo ao baile funk



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da ocupação.

Esse controle do corpo feminino, bem como as construções das relações de gênero articuladas junto às crianças são também "constantemente confrontadas, interpretadas e negociadas nas relações que elas estabelecem com seus pares" (SANTOS; SILVA, 2020, p. 06). Assim, as crianças não são seres passivos desse processo. As mesmas estruturas sociais que condicionam sua ação também possibilitam mobilizar outras dimensões, e como ressaltam Santos e Silva (2020), é por meio da brincadeira que isso se torna mais evidente.

Dentre as brincadeiras classicamente atravessadas pelo marcador de gênero, encontra-se o futebol. Os meninos apareciam frequentemente na companhia de uma bola e a inclinação elevada do terreno não era impedimento para a brincadeira; em nenhum momento presenciei a participação das meninas nos jogos. O futebol também permitia aos meninos circularem por outros espaços da ocupação, como a quadra do CRAS e um campinho de futebol em propriedade particular, localizado nas ruas do entorno, onde o irmão mais velho de Oscar e Carlos oferecia aulas de futebol.

> No entorno do campo, havia um enorme descampado de terra batida, contornado por árvores altas. Era uma paisagem bonita, como se estivéssemos em uma fazenda. Só havia meninos ali. Os meninos da ocupação já chegaram pegando a bola e indo em direção à trave para jogar. (Diário de Campo, agosto de 2019).
>
> Antes de chegarmos ao ponto da igreja, os meninos se reuniriam com outros que estavam por ali e começaram a jogar bola. Vitória pegou meu celular e começou a fazer umas filmagens e fotos. Iara também fez umas filmagens com Dandara e Estephany. Ficamos só as meninas na igreja. (Diário de Campo, outubro de 2019).

Joana tem 14 anos e é uma das mais velhas do grupo da pesquisa. Ela era a única menina que empinava papagaio, uma brincadeira ditada pelos meninos na ocupação, mas ela não encontrava abertura para integrar o grupo. No trecho abaixo, vemos o papagaio ser utilizado de forma desconstruída por nós, meninas, para estabelecer outras relações no território. Percebemos aqui a reprodução de preconceitos e estereótipos, ao mesmo tempo em que há uma forma específica de territorialização do corpo infantil na ocupação.

> Comecei a fazer pulseirinhas com a rabiola de plástico que sobrava do papagaio que o Élder montava e coloquei em Vitória. Em mim, fiz uma tornozeleira. Vitória tentava fazer uma pulseira em mim de duas voltas, mas tinha dificuldades em amarrar. Ofereci à Joana que, com o semblante fechado, também aceitou. Depois, Joana fez um novo modelo de pulseira-anel, que eu e Vitória elogiamos. (Diário de Campo, agosto de 2019).

Joana sofria preconceitos pelo grupo de meninos por apresentar comportamentos que, segundo eles, eram masculinos. Recordo-me de estranhar essa afirmativa, pois considerava Joana uma menina de aspectos que reproduziam estereótipos da feminilidade, em especial, pelas vestimentas que usava. James (2000) analisa essa perspectiva naturalista do corpo infantil que atribui às meninas atividades e brincadeiras relacionadas ao cuidado, e, aos meninos, relacionadas à força e à dominação. Vemos aqui o duplo movimento identificado pela autora sobre as formas de a criança olhar para o corpo: o "parecer menino" reflete a forma que os meninos julgam o corpo de Joana de como ele "parece ser"; ao passo que o modo de Joana se apresentar para o mundo, por meio de sua vestimenta, diz de um julgamento com o olhar para o corpo dos outros, que vão traçando definições sobre o que é ser menina[24].

Na ocupação, Joana era constantemente julgada pelas crianças por seu comportamento agressivo. Durante o campo, houve um episódio em que ela roubou a bicicleta de Josias e pintou algumas partes com esmalte para disfarçar. Depois disso, os meninos se voltaram todos contra Joana e a ameaçavam, de modo que ela ficou por algum tempo sem se juntar a nós nas brincadeiras. Aos meus olhos, contudo, ela era uma adolescente descobrindo seu corpo de mulher, responsável muito cedo por cuidar de seus três irmãos diante das limitações da mãe, que possuía deficiência intelectual, e da ausência do pai. Quando conversei com Renata, a diretora da escola, sobre as crianças e as famílias da ocupação, ela também mencionou o "caso de Joana", apontando para suas dificuldades de socialização e seus ímpetos de agressividade.

O comportamento de Joana, assim como de outras meninas na ocupação, expressava agressividade, em gritos, caretas, xingamentos e brigas corporais com os meninos, e expansividade, ao pular, correr e se esconder pelo espaço. Em alguma medida, isso era visto como uma

[24]Como destaca James (2000), os julgamentos sofridos pelo corpo feminino e masculino não apresentam o mesmo peso. Contudo, o corpo de Antônio, menino que também protagoniza momentos de submissão observados em campo, é um corpo que possui uma má formação neurológica. As meninas também se viam mais à vontade diante da presença dele, em algumas atividades. Observamos, portanto, como há múltiplas camadas presentes nesse processo, para além das relações de gênero.

transgressão à delicadeza que se atribui ao estereótipo da feminilidade, embora meninas de classe média e brancas sejam mais submetidas a tal estereótipo. Contudo, Joana se destoava das demais, causando estranheza e, por isso, ganhando a atenção de crianças e adultos.

> Esse conjunto de expectativas e práticas faz com que a criança pequena que transgride as fronteiras de gênero seja acompanhada e investigada profundamente de forma individual, tornando-se um "caso". Cria-se um sistema comparativo que estabelece informações que comporão as bases para o estabelecimento das normas. Esse sistema, além de classificar os indivíduos, estabelece sua relação com o coletivo. Com isso, cada criança que transgride é abordada na forma de um caso, um problema que é construído tanto do ponto de vista da produtividade, do poder, quanto do saber. (VIANNA; FINCO, 2010, p. 276).

Em novembro de 2020, cerca de um ano depois do episódio da bicicleta, visitei Dorothy para uma entrevista. Ela me contou que sua filha Joana havia sido levada pelo Conselho Tutelar para morar em um abrigo por um tempo, pois havia sido agredida na porta de sua casa por um grupo de jovens da vizinhança. Era nítido o vazio da família diante da ausência de Joana, que, em diversos momentos, presenciei brincando e cuidando dos irmãos. Dorothy disse que, desde então, os outros três filhos só dormem com ela na cama, com medo de dormir no quarto sozinhos. Beatriz também falava da irmã a todo momento durante a conversa e que em breve iria visitá-la. Assim, o corpo de Joana, uma menina negra, era alvo de mais um episódio de violência e dor vivido por essa família.

A pesquisa de Santos e Silva (2020) apontou que, nos espaços internos da escola, a dicotomia de gênero meninos/espaços públicos/externos e meninas/espaço privado/interno era mais forte do que quando as crianças saíam para o recreio em espaços externos, onde as crianças se misturavam mais nas brincadeiras. Segundo os autores, isso pode estar relacionado à presença de brinquedos e artefatos na sala de aula que, em alguma medida, estão associados às construções simbólicas das crianças que reproduzem estereótipos de pertencimento de sexo e gênero. O estudo ressalta, portanto, como ambientes não estruturados possibilitam às crianças maior abertura para a reflexão e o questionamento sobre noções de gênero corporificadas.

Segundo Lansky (2012), Olwig e Gulløv (2003) defendem a tese de que as instituições, criadas para o confinamento de crianças, tendem a reproduzir em seus espaços a noção da criança como passiva diante da transmissão de valores socioculturais convencionais. Assim, seria nos espaços públicos urbanos onde elas experimentam maior liberdade de ação e estabelecem relações atravessadas por valores culturais múltiplos. Entretanto, como já revelado por Kramer (2002), os espaços públicos também podem ser violentos e ameaçadores, o que é escancarado aqui pela situação de agressão vivida por Joana.

Durante o campo, observei outras situações de conflito envolvendo um comportamento transgressor na expressão do gênero ou da sexualidade de crianças. Após algumas semanas no território, verifiquei que havia uma preocupação na comunidade com o adoecimento de jovens que sofriam com questões relacionadas a preconceitos à sua sexualidade, que levavam a episódios

de violência homofóbica e transfóbica por parte de familiares. Nesse período, ocorreram também casos de violência contra a mulher, e um deles culminou na saída de uma mãe com as crianças da ocupação para irem morar em outro lugar, crianças essas que estavam inicialmente envolvidas com a pesquisa.

Assim, as crianças na ocupação crescem produzindo diferenças, diante de uma maior autonomia e menor controle do corpo pelos adultos, ainda que isso seja experimentado de modo desigual entre meninos e meninas. As relações de gênero se imbricam no seu cotidiano de diversas formas, expondo-as às faces mais violentas do preconceito e da intolerância. Nesse território de resistências, porém, observamos também a relativização de um modelo normativo de pertencimento de sexo e gênero, que toma formas distintas dadas pela dimensão coletiva em que as relações intergeracionais se estabelecem, o que certamente também é atravessado pelo protagonismo das mulheres nesse movimento.

2.3 Repertório de brinquedos e brincadeiras na Rosa Leão

Figura 44 – Lúdico inesperado na ocupação



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Até aqui, buscamos delinear parte da dinâmica em que as territorialidades infantis se constituem na ocupação por meio do brincar, em um movimento que engendra encontros e processos de aprendizagem. Apontamos, ainda, como tais brincadeiras e a consequente apropriação do espaço por meio delas não se dá de modo homogêneo no território, sendo atravessada por marcadores sociais, em especial, de gênero.

Ao longo deste capítulo, também trouxemos algumas elaborações sobre o brincar. Destacamos o ato de brincar como linguagem própria da infância, pensada enquanto categoria estrutural, em seu processo de elaboração e construção de sentidos do mundo (GOUVEA, 2011). Ressaltamos como as crianças ressignificam os espaços com suas brincadeiras e como os objetos exercem influência sobre sua performance ao brincar (HARKER, 2005). Retomamos a noção de Benjamin (1978) do potencial criativo e revolucionário do brincar, prática de resistência diante de um processo de acumulação que restringe nossas formas de viver (KATZ, 2011). Vislumbramos, alicerçados em fragmentos de experiências de crianças indígenas, como elas vivenciam processos de aprendizagem ao evocar o lúdico em meio à desordem e à espontaneidade que as conecta com outros saberes (NUNES, 2002).

Nesta última seção, propomos destacar o repertório de brinquedos e brincadeiras observadas na Rosa Leão. Essa posição derradeira neste capítulo é reflexo de uma busca por associar as brincadeiras aos contextos e grupos sociais que as produziram, em diálogo com a crítica de Florestan Fernandes sobre os estudos folclóricos e o desejo de não nos distanciarmos da criança que brinca (CARVALHO; SILVA, 2018). Insistir nesta seção específica é, também, uma compreensão de que olhar para as brincadeiras, expressões da cultura infantil, é uma forma de olhar para as crianças e seus modos de vida (CARVALHO, 2007b). Além disso, como defendem Carvalho e Pontes (2003), documentar a diversidade desse repertório é uma forma de apresentar a criança como "agente ativo de transmissão, elaboração e recriação de cultura" (p. 17).

Relacionamos na Tabela 2 a seguir o repertório de brinquedos e brincadeiras que: (i) brincamos juntas; (ii) observei as crianças brincando; e (iii) surgiram em nossas conversas como prática no território. Não se trata de um levantamento exaustivo, uma vez que este não era o enfoque principal da pesquisa. Cabe notar, também, que nos restringimos aos elementos diretamente relacionados ao universo do brincar, embora reconhecemos que ele se faz presente nas diversas atividades cotidianas das crianças, que brincam para incorporar os conhecimentos do mundo, como quando brincam enquanto caminham para a escola, realizam tarefas domésticas ou conversam ao telefone. Inspirados no sistema de categorizações criado por Amado (2002), adotamos uma tipologia própria a partir da forma, da função e da materialidade do brincar.

Nossas análises se inspiram, ainda, na obra de Piorski (2016), que propõe associar a materialidade do gesto do brincar e do brinquedo aos quatro elementos da natureza: terra, fogo, ar e água[25]. Segundo o autor, tais elementos constituem uma espécie de memória inconsciente

[25] Galera (2019) também faz referência aos elementos naturais para analisar o lazer nas ocupações da Izidora, o que reforça a dimensão do contato com a natureza como parte das vivências infantis nesse contexto. A autora

no corpo que se reproduz por meio da brincadeira e da imaginação infantil em linguagens, corporeidades, materialidades e sonoridades próprias.

Tabela 2 – Repertório de brinquedos e brincadeiras na ocupação Rosa Leão

BRINQUEDOS		
Aviãozinho de papel	Carrinho de rolimã	Panelinhas
Balão	Celular	Retroescavadeira
Berimbau	Damas	Slime
Bicicleta	Elástico	Televisão
Bola	Fantasia de fadinha	Ursinho de pelúcia
Boneca	Guitarra elétrica	Vai-e-vem
Cartas (bafão)	Máquina de caça-brinquedo	Videogame
Carrinho		
BRINCADEIRAS		
BRINCADEIRAS DE LUTA E PERSEGUIÇÃO		
Briga de cavalo	Free Fire	Luta de espadas
Caçar pombo	Futebol	Pique alturinha
Capitão América	Futebol de garrafa	Polícia e ladrão
Capoeira	Gangue	Queimada
Esconde esconde	Guerra de mamona	Reunir-se no Clubinho
	Mãe da rua	Rouba bandeira
NARRATIVAS DE CUIDADO		
Brincar de casinha	Mamãe filhinho	Mestre mandou
Brincar com cachorro		
BRINCADEIRAS COM AS MÃOS		
Adoleta	Passa-manteiga	Popeye
Brincadeira do Ai		
BRINCANDO COM COISAS DO/NO CHÃO		
Bafão	Cinco pedrinhas	Montar boneco com coisas do chão
Brincar com objetos descartados	Fazer pulseira	Soltar bombinha de festa junina
Brincar com pedaços de madeira	Girar no tubo de concreto	Vareta
Cavalinho		
DESENHAR		
Adivinha-desenho	Desenhar na areia com os dedos	Pintar no papel
Desenhos com gravetos	Desenhar no papel	
Desenhos com pedrinhas no chão	Grafite	
BRINCANDO COM COISAS DO/NO AR		
Caçar-cigarras	Soltar papagaio	Pegar bambu
Jogar balão pra cima		
PULAR		
Brincar na porteira	Elástico	Salada saladinha
Cambalhota no sofá	Pular corda	Saltar no monte de areia e brita
Cobrinha	Qual é a letra do seu namorado?	Um homem bateu em minha porta
DANÇAR		
Dançar funk	Mímica	Passinho
Dançar hip-hop		
BRINCANDO NA/COM A ÁGUA		
Banho de caixa d´água	Jogar água com a bucha	Pescar na nascente

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do acervo da pesquisa (2019).

Durante a pesquisa, o uso de brinquedos pelas crianças na ocupação era menos recorrente

menciona como pessoas adultas que viviam no entorno da Região da Izidora durante a infância exploravam a natureza do lugar para brincar.

enquanto passávamos nosso tempo juntas do que quando estavam em suas casas, com exceção da bola, que se fazia quase sempre presente. Muitos dos brinquedos produzidos por elas eram constituídos a partir de descartes, como também observou Katz (2011), no contexto do Sudão.

Figura 45 – Meninos jogando bola nas ruas da ocupação



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Como retratam Carvalho e Silva (2018), a passagem do modelo artesanal para o industrial na produção de brinquedos teria esvaziado esse lugar do brinquedo enquanto um produto de restos, com múltiplas formas e materiais. Os brinquedos distribuídos nas datas festivas, como no Dia das Crianças e no Natal, já dentro da lógica da produção industrial, eram rapidamente perdidos ou danificados. Durante o trabalho de campo, foi comum as mães se queixarem da falta de cuidado das crianças com as coisas que "nunca duravam". Tanto a observação sobre a fragilidade dos brinquedos e a queixa com relação ao cuidado das crianças remetem a uma compreensão adultocêntrica sobre o brincar, dado que os brinquedos, como artefatos culturais, possuem uma dimensão metamórfica nas mãos das crianças, de modo que não necessariamente são feitos para durar e podem ser experimentados com usos diversos pelas crianças.

Figura 46 – Caminhão de brinquedo



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Carvalho (2007a) ressalta a *universalidade*, a *diversidade* e a *sazonalidade* como características que compõem os repertórios de brincadeiras infantis. Carvalho e Pontes (2003) destacam esse caráter universal em brincadeiras como "cinco pedrinhas", "soltar papagaio" e "esconde-esconde"; tanto temporalmente, por serem transmitidas entre gerações, com suas transformações e permanências, quanto espacialmente, por se realizarem em diferentes ambientes socioculturais, ainda que carregadas de suas especificidades.

A *universalidade* também foi identificada na pesquisa, ao observar que as brincadeiras de infância favoritas dos adultos entrevistados, em suas respectivas comunidades, também são atualmente praticadas pelas crianças na ocupação. Dentre as diversas brincadeiras mencionadas pelas mães e pais estão: bola, "pegador", "esconde-esconde", "rouba-bandeira", bicicleta, patins, "polícia e ladrão", "garrafinha", bolinha de gude, peteca, "guerra de mamona", "escorregar com a caixa de papelão", "construir casa na árvore".

Carvalho e Pontes (2003) também destacam a *sazonalidade* de certas brincadeiras, o que sugere uma conexão e uma sensibilidade da criança com os ciclos da natureza. Esse elemento também foi levantado por Nunes (2002) em pesquisa junto a crianças indígenas, que aponta como

a *sazonalidade* leva a relações de espaço e tempo diferentes em suas comunidades, rearranjando a vida doméstica, a produção familiar e a organização comunitária, de modo que as brincadeiras dizem, portanto, de diferentes formas de sociabilidade. Pelo repertório acima, podemos afirmar que a infância na ocupação é também fortemente atravessada pela relação com a natureza, o que se vincula ao caráter periurbano desse território.

Tiriba (2005) discute como as crianças, como modos de expressão da natureza, buscam estar perto da natureza, mas tem esse desejo reprimido por uma concepção antropocêntrica de que a natureza serve ao homem. Isso se manifesta na rejeição de todo elemento natural, tido como sujo, desorganizado, que manifesta perigo e foge à previsibilidade do cotidiano. A autora defende o respeito às crianças em sua condição biofílica, que remete à necessidade emocional de contato e conexão com a natureza. Tiriba (2005) também levará essa pauta para repensar espaços escolares e práticas educacionais. Sua proposta de *desempaderamento* das crianças defende, portanto, frequentar espaços abertos e promover o contato com a natureza como formas de permitir a elas seguir a trilha dos desejos do corpo.

> Nas escolas, as crianças são mantidas predominantemente em espaços-entre-paredes porque a proximidade da natureza ameaça uma visão de mundo que se sustenta na ideia de divórcio entre seres humanos e natureza. Assim, o que se pode concluir é que a proximidade do mundo natural ameaça, não apenas porque está associada a perigo, sujeira, doença, mas também à liberdade de corpo-mente, à criatividade, ao relaxamento (TIRIBA, 2005, p. 12).

Embora o trabalho de Tiriba (2005) faça referência ao espaço da escola, suas ideias se pautam na crítica a um pensamento hegemônico que reverbera nas demais esferas de sociabilidade infantil. Movimentos recentes do campo das ciências humanas também têm apontado para a crítica a essa separação entre natureza e sociedade, propondo um rompimento ontológico.

Destacamos o trabalho de Latour (2004), que retoma o Mito da Caverna, de Platão, fundador da ciência moderna, para explicar essa pretensa descontinuidade entre o mundo dos humanos e o acesso às verdades (ou ao conhecimento científico). A partir desse mito, o autor mostra como as figuras do filósofo-sábio, que sai da caverna, e do ignorante, que nela fica, pautaram a organização da vida pública dividida em duas câmaras: o espaço dentro da caverna, dotado de humanos (a sociedade); e o espaço externo, dotado de objetos reais (a natureza). Caberia ao filósofo-sábio o poder de dizer a verdade sobre o mundo das coisas, separando, assim, a ciência das ideias, construída por quem sai da caverna, e a política, produzida pelos que nela fica[26].

[26]Como proposta de rompimento ontológico, Latour (2004) apresenta a noção da *ecologia política*, a fim de desconstruir a ideia de natureza proposta pelo Mito da Caverna. Por sua vez, Stengers (2003), que denuncia como esse movimento a que se refere como Grande Separação serviu de dispositivo a um projeto para civilizar o outro, propõe a *cosmopolítica* como possibilidade de fuga de um pensamento previamente delineado pela ciência moderna. Nessa mesma esteira, Castro (2002) aponta para o *multinaturalismo* e o *perspectivismo ameríndio* como concepções que assumem uma nova relação entre natureza e cultura, em recusa a uma natureza única defendida pela ciência, representada também no Mito da Caverna pela realidade exterior. Seu posicionamento também defende um

O movimento das ocupações, em seu cerne, tensiona essa lógica de separação entre sociedade e natureza, ao propor luta por moradia digna em um território previsto pelo planejamento municipal como área de preservação ambiental. Queremos discutir aqui como essa resistência contra-hegemônica se revela também no brincar. Destacamos, ainda, a influência que o ambiente exerce no brincar (CARVALHO; SILVA, 2018), de modo que as brincadeiras na Rosa Leão também se diferenciam de outras ocupações, como aquelas de prédios localizados em áreas centrais, onde outros elementos são apropriados pelas crianças, como estacionamentos (SHABEL, 2019) e escadas (GOBBI; ANJOS; PITO, 2020).

A seguir, buscaremos abordar o repertório da Tabela 2 tendo em vista a categorização proposta. Reconhecemos, contudo, os limites de tal exercício, uma vez que cada brincadeira ou brinquedo pode encontrar interfaces com mais de uma categoria.

As *brincadeiras de luta e perseguição* fazem referência ao universo da sociabilidade da criança e representação da cultura em que estão imersas. Piorski (2016) também ressalta como a busca pelo enraizamento se revela em uma luta, na qual a criança, "esse laborioso ser combatente", batalha para elaborar outras imagens do mundo. Permeia, portanto, as brincadeiras de luta e perseguição que fazem alusão à figura do herói, como o Capitão América, ao conflito entre grupos, como quando se dividem em supostas gangues, ou ao jogo de poder e dominação presentes no polícia e ladrão e na mãe da rua. Essa prática não pode ser dissociada de situações de violência e conflito vivenciadas pelas crianças no cotidiano, em especial, pela presença ameaçadora que a polícia representa para os sujeitos neste território, mas também observadas na mídia. Na imagem a seguir, três meninos fazem uma guerra de mamona pelas ruas da ocupação, enquanto são observados por outra criança pela porta de casa.

rompimento com a antropologia tradicional fortemente marcada pelo etnocentrismo europeu, consequência de uma ciência construída sob a perspectiva ocidental e, portanto, dominada pelas suas cosmologias. De certo modo, esse movimento apresenta similaridades com o pensamento anticolonial, conforme já apontamos em outro momento nesta tese.

Figura 47 – Guerra de mamona



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

A narrativa de guerra também é experimentada pelas crianças para além da materialidade do espaço. O *Free Fire* é um jogo virtual de ação-aventura bastante popular entre as crianças ali, em especial, os meninos. Dentre os motivos para a sua popularidade, segundo elas, está o baixo consumo de memória do telefone pelo jogo, o que torna mais fácil seu desempenho no celular[27]. No jogo, o jogador cai de paraquedas em uma ilha em busca de armas e equipamentos a fim de matar demais jogadores, como podemos apreender de sua interface pela Figura 48 a seguir.

[27]Essa febre não se resume ao universo da infância na ocupação: segundo balanço da Garena, responsável pelo *Free Fire*, o jogo teve 150 milhões de jogadores ativos diários em 2021. Informação obtida pelo site da ESPN, acessado em 18 de janeiro de 2022.

Figura 48 – Interface do jogo Free Fire



Fonte: Extraído da página Alvanista (2019). Disponível em: https://alvanista.com/games/android/free-fire-battlegrounds/reviews/872748-tiro-livre.

Durante o jogo, os adversários podem conversar entre si, o que pude perceber como um elemento de grande valia para as crianças. Kallio (2017) ressalta como alguns jogos online que possuem aspectos de violência funcionam como um convite para estar em relação com uma comunidade. A pesquisa de Duek, Larghi e Moguillansky (2017), realizada na Argentina, também aponta para os jogos onlines como espaços de socialização para a infância e a juventude contemporânea, os quais são predominantemente masculinos, uma vez que meninos apresentam mais oportunidades de desenvolver suas habilidades tecnológicas que meninas.

> Jugar no es solamente un juego, sino una forma de vínculo con pares, con espacios y grupos para establecer formas de pertenencia. Las modas y los cambios solo pueden entenderse en tanto se analicen en profundidad las estructuras que contienen las prácticas lúdicas que sostienen niños y niñas. Jugar para pertenecer, jugar para ser: dos resultados claves de la investigación realizada. (DUEK; LARGHI; MOGUILLANSKY, 2017, p. 176).

As *brincadeiras de perseguição*, de modo geral, demandam agilidade e energia. Dentre elas, podemos destacar, contudo, sua presença nas brincadeiras de perseguição, como "pique alturinha", "queimada", "rouba-bandeira" e "esconde-esconde".

Figura 49 – Crianças correndo



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Dentre elas, o "esconde-esconde"era a favorita do grupo. Além de se tratar de um clássico no repertório de brincadeiras da cultura de pares infantil, penso que um dos principais motivos de sua repetição seja a possibilidade de envolver o maior número de crianças, em diversidade etária e de gênero. Em estudo sobre as brincadeiras na favela de palafitas Novo Alagados, em Salvador, Santos (2003) classifica o "esconde-esconde"como uma brincadeira “da noite”, por ser a favorita entre as crianças no período noturno, carregada de mistério e da possibilidade de fazer o que não é permitido. O autor a identifica, também, como um momento importante de iniciação sexual das crianças naquele contexto. Na ocupação, as crianças também associavam o “esconde-esconde” ao momento em que escurecia, embora coincidisse com minha hora de retornar do campo. Sobre a iniciação sexual, ocorreu somente um episódio em que duas crianças, uma menina e um menino, ficaram “sumidas” no momento de se esconder e um grupo de meninos sugeriu que eles estivessem namorando. Na Figura 50 a seguir, a criança menor se esconde coletivamente com a criança maior no pequeno raio ao redor da árvore que nos servia de base.

Figura 50 – Esconde-esconde



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Essa forma de afeto entre crianças maiores e menores permeava, especialmente, as brincadeiras que envolviam as *narrativas de cuidado*. Destacam-se, nesse sentido, o "brincar de casinha" e "mamãe filhinho", quando as crianças, na maioria das vezes, as meninas, assumiam papéis de cuidado associando-os com figuras maternas e com representações sobre a família e a casa, como observamos na fotografia a seguir. Isso se associa ao que Carvalho e Silva (2018) destacam sobre o ato de brincar ser atravessado pela reprodução da vida cotidiana nas experiências das crianças. Ao brincar, elas representam o entendimento dos papéis dos sujeitos, teatralizando relações de cuidado, conflito e resignação.

Ainda como parte desse arcabouço de imitação da vida cultural, estão as músicas e as cantigas que dão lugar às *brincadeiras de mão*, como "Adoleta", "Popeye", "Ai", ou o "Passa-manteiga". As canções também estão presentes na brincadeira de pular corda, como: *Um homem bateu em minha porta*, *Qual é a letra do seu namorado?* e *Salada saladinha*. Em investigação sobre a música na cultura infantil, Silva (2016) aponta como o repertório de brincadeiras tende a ser menos diverso musicalmente e original nos grandes centros urbanos, além de se fazer mais presente também no repertório feminino. A autora observou, ainda, uma queda do número de brincadeiras cantadas nas últimas gerações, em que predominam mais brincadeiras ritmadas ou silentes, e destacou a influência da cultura negra na cultura da infância brasileira, em ritmo, melodia e léxico. Carvalho e Silva (2018) também apontam para as rimas presentes nas brincadeiras como exemplos de permanências na universalidade das brincadeiras tradicionais que se repetem em diferentes culturas.

Também foram vários os momentos das crianças *brincando e desenhando com coisas do/no chão*: como desenhando no chão com os dedos, com pedrinhas ou gravetos, ou montando um boneco ou fazer pulseirinha com materiais no chão. Gonçalves, por exemplo, era uma criança que gostava muito de construir artefatos, como panelinha com latinha de cerveja, armadilha para pássaros com a caixa de sapato, ou caçar cigarras. Na imagem a seguir, ele idealiza e constrói sua mansão, segundo ele, a partir de elementos de autoconstrução dispostos no entorno do barracão comunitário, e prepara o buraco que dará lugar a uma piscina. Vimos que com os elementos de autoconstrução dispostos pelo chão, as crianças experimentam, rolam, sobem, pulam. O chão também acolhe brincadeiras, como "montar cavalinho" subindo uma na outra, "pega-vareta" ou "jogar bafão".

Figura 51 – Menino construindo casinha



Fonte: Acervo do Coletivo Geral Infâncias (2019). Autoria: Bendita – Conteúdo & Imagem.

A relação das crianças com a terra na ocupação também está impressa na materialidade da marca do chão de terra no corpo das crianças. Algumas mães trocam a roupa da filha mais de uma vez no dia, porque estava suja demais de terra. Outras não deixam a criança sair de casa para brincar depois do banho, porque vão se sujar ou sujar o chão da casa quando retornarem. O desafio de manter a casa limpa é constantemente enunciado pelas famílias na ocupação. Demarca, assim, o olhar da limpeza como um valor que se contrapõe à visão estereotipada de crianças de classes populares como sujas, denotando ausência de cuidado (GOMES, 2019). Já mencionei que meu ritual de retorno do campo também era sempre finalizado com um banho quando chegava

à minha casa e como a terra afetava minha presença em campo. A fala de Iara ilustra a forma como as crianças na ocupação também se afetam por esse chão e por tudo o que nele vive ou é descartado.

> **Iara**: Tem um menininho de 9 anos. Aí eu acordei cedo, pleno domingo. E eu falei com ele "Que estranho!". Primeira vez que eu vejo o menino limpinho. porque sempre eu olho pra ele, ele tá russo de terra, brincando. E ele fica brincando o dia todo, porque eu tenho um galo, eu tenho literalmente um galo e ele fica o dia todo brincando com o galo. Na verdade, era um casal e a galinha morreu, aí ele fica brincando. Tira o bicho do poleiro, sai correndo atrás do bicho pela rua afora. (Entrevista concedida em 17/05/2021).

Em pesquisa sobre as memórias que os sujeitos têm guardadas sobre as cidades, como retoma Lansky (2012), os autores Lukashok e Lynch (1956) destacam o piso como um dos elementos mais marcantes e importantes na infância, fortemente associado ao brincar. Pode-se dizer, portanto, que a experiência das crianças brincando no chão de terra da ocupação "transcende a ideia de espaço e recorre à porosidade dos sentidos, à impressão dos contatos para investigar a alma" (PIORSKI, 2016, p. 30).

Figura 52 – O chão de terra



Fonte: Acervo do Coletivo Geral Infâncias (2019). Autoria: Bendita – Conteúdo & Imagem.

As crianças na ocupação também brincavam com *coisas no do/no ar*. Segundo Piorski (2016), o elemento ar traz consigo a noção de suspensão. Ele está presente, portanto, na prá-

tica de “pular no montinho de brita ou areia”, “jogar o balão pra cima”, “soltar aviãozinho”, “pular elástico”. Também se revela na ampliação dos sentidos, sugerindo um deslocamento da perspectiva, como quando as crianças se entrelaçavam nas ferragens dispostas nas frentes das casas.

Figura 53 – Subindo nas ferragens



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Com relação à essa dimensão da suspensão, mencionamos anteriormente a ocupação como um lugar de suspensão do tempo, da correria do cotidiano da cidade grande. Sentada no bloco de tijolo e olhando pro céu, há sempre um papagaio “sendo prumado”. "Soltar papagaio"é uma brincadeira quase que onipresente nas ocupações. Está em quase todas as casas, em todas as ruas. É uma das poucas brincadeiras que presenciei na ocupação que reúne adultos e crianças. E é também das brincadeiras com mais atravessamentos de gênero que observei, uma vez que a grande maioria dos sujeitos envolvidos com a atividade são homens e meninos. Há um largo onde as crianças se reúnem para soltar papagaio, que é um dos pontos mais altos da ocupação, onde a inclinação da via e a presença de voçorocas impedem a passagem de muitos carros e a vista desimpedida do céu torna o local propício para a prática[28].

[28]Como não observei as crianças se referindo a este local por um nome específico, faremos referência a ele longo da tese como o "ponto do papagaio".

Figura 54 – Soltar papagaio



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Soltar papagaio é uma brincadeira de forte aspecto sazonal, uma vez que se conecta com a ocorrência de vento e ausência de chuvas. A “temporada do papagaio”, como se referem as crianças e as famílias, costuma combinar com o período das férias do mês de julho, quando se reúnem durante o dia todo pra "prumar papagaio”, o que faz a brincadeira tomar formas bastante coletivas[29].

Nunes (2002) menciona o caráter do aprendizado na repetição cíclica das brincadeiras, que permite aperfeiçoar o desempenho, ao passo que mantém o interesse e o engajamento da criança ao longo do tempo. A partir da discussão de Nunes (2002), observamos que há uma melhora na performance das diferentes gerações de meninos que soltam papagaio à medida que se tornam mais velhos, o que também interfere no que é permitido. Como ressalta Piorski (2016, p. 141): “Todas as crianças, em todas as idades, de algum modo, acompanham o brincar dos outros. Se não brincam com determinado material por terem medo, como o fogo, por exemplo,

[29] Galera (2019, p.129-130) pontua que a temporada do papagaio pode durar entre os meses de maio a setembro e ressalta a materialidade desse brincar histórico que envolve diferentes gerações: “Em todas as mercearias, vende-se a corda, e as pipas que não são compradas, são feitas com resto de sacola plástica e bambu ou algum galho cortado na faca. A rabiola também é improvisada com o material que tiver, mas é preferível o plástico, por ser mais leve”.

contemplam aquele modo de brincar". Isso se revela, por exemplo, quando Simon não pode subir na laje para brincar junto de seu irmão mais velho.

Em uma das primeiras conversas que tivemos, Maria criticou a prática de soltar papagaio: "Que brincadeira é essa que homem feito gosta de brincar?". Ressoa na sua fala uma compreensão da brincadeira como algo exclusivo de grupos infantis. Contudo, o brincar não é uma realidade apartada que pertence exclusivamente ao universo da criança. É o compartilhamento das experiências entre adultos e crianças que garante a transmissão da brincadeira entre as gerações e as diferentes culturas (CARVALHO; SILVA, 2018).

Em estudo aprofundado sobre as origens do papagaio no sudeste asiático e no subcontinente indiano, Desai (2010) desvela como a brincadeira assume na região a simbologia da liberdade e da esperança, e está presente na arte e nas crenças passadas entre gerações. Ali, o papagaio não se resume a uma brincadeira de criança, como foi sendo estabelecido no continente europeu, mas tem o propósito do combate e reúne, também, diferentes gerações[30].

Desse modo, observamos que essa brincadeira exerce importante papel na sociabilidade intergeracional na ocupação. Embora eu não saiba soltar papagaio, ainda assim a brincadeira foi um importante eixo de conexão minha com as crianças. Isso ocorre porque não é preciso ter o papagaio em mãos para participar. É possível ficar observando, dar pitaco no jogo um do outro, atentar-se para demais papagaios que podem aparecer, ajudar o outro a segurar a linha, ajudar a recuperar o brinquedo se cair no telhado ou na casa do vizinho, ou sair correndo atrás de um papagaio em queda.

Contudo, como em outras brincadeiras experimentadas no território, no soltar papagaio, conflitos e relações de poder entre as crianças se revelam nas negociações que envolvem o brincar. Isso se dá pelas desigualdades de condições materiais existentes entre eles, mas também em suas dinâmicas de organização enquanto grupo.

Outra *brincadeira com coisas do ar* que também se dá de modo sazonal na ocupação é a caça às cigarras. Ela ocorre no período das chuvas e, em geral, é praticada de forma mais individual pela criança, junto ao seu equipamento. As crianças buscam insetos nas árvores e postes espalhados pela comunidade, de modo que a prática também se apoia no elemento do ar, ao explorar os diferentes níveis e posições. Na imagem abaixo, vemos meninos com seu artefato de caçar cigarras construído com um cabo de vassoura e uma garrafa PET.

[30] Desai (2010) aponta, também, para a divisão espacial das crianças da classe média, que soltam o papagaio dos terraços, e as da classe popular, que o fazem nas ruas mais movimentadas. O autor descreve a divisão do trabalho entre crianças e mulheres na prática de passar a pasta de vidro na linha, e como os meninos usam o bambu para recuperar o papagaio de postes e linhas de energia elétrica. Todos esses elementos foram observados na ocupação, o que destaca a recorrência das brincadeiras em várias culturas (CARVALHO; SILVA, 2018).

Figura 55 – Caça-cigarras



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Retomando Carvalho e Silva (2018, p. 199), o brincar "entra em nosso corpo pela porta da fruição e nos marca, constrói nossas sensibilidades". Percebemos que essa fluidez também está no gingado do *dançar* das crianças na ocupação, que carregam no corpo, ritmos como o *hip-hop*, o funk, o passinho, a capoeira e a percussão.

Figura 56 – Dançar



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Para concluir a análise da Tabela 2, observamos a categoria do brincar na/com a água. O calor na ocupação é algo mencionado recorrentemente pelas crianças, de modo que elas se aproveitam de qualquer oportunidade para se refrescar. Na volta do caminho da escola, quando fomos levar seus irmãos mais novos, Gonçalves brinca com a água de uma nascente e captura alguns peixinhos com uma garrafa PET. O desejo de nadar no córrego que contorna a ocupação e passa pelo Campinho do Ubirajara também apareceu diversas vezes durante a pesquisa, mas era sempre repreendido por ser uma água contaminada pelo esgoto, realidade dos córregos da cidade diante da falta de acesso ao saneamento básico[31]. Quando perguntei à Vitória, em uma entrevista, o que ela achava que as crianças mais querem para a cidade onde moram, ela me deu uma resposta assertiva: "Parque aquático e escola". O desejo pela água extrapola o discurso e se revela na prática quando duas crianças, ao saírem da escola, foram nadar em um lago próximo e acabaram morrendo afogadas. Dois anos depois, quatro crianças dadas como desaparecidas, após serem encontradas, revelaram ter ido nadar no mesmo lago.

[31] Santos (2003) aponta como na favela de palafitas Novo Alagados, em Salvador, nadar na maré era uma prática recorrente entre os meninos, especialmente, que pulavam e se aproveitavam da "maré de março", quando as chuvas enchiam a maré, e eram repreendidos pelos pais, uma vez que a água era poluída com o esgoto das palafitas ali despejado.

Mesmo diante da escassez de recursos, as crianças encontram condições para “refazer elos de proximidade com o mundo natural e consideração pelos desejos do corpo” (TIRIBA, 2005, p. 17), o que se revela em seu potencial, mas também em toda sua perversidade em um universo de ausência de direitos e desamparo de políticas. Nas imagens abaixo, observamos duas duplas de irmãos brincando de se banhar em um dia quente na ocupação, na frente de suas casas. Em ambas as situações, as crianças organizaram o banho sem o auxílio de adultos, se valendo de materiais dispostos na paisagem (restos de materiais de construção, como tijolos e madeirite, e pedras e pedaços de tronco de árvore) para servir de suporte para a caixa d’água ou para a bacia. No caso do "banho de caixa d’água", foi solicitada a mangueira do vizinho emprestada. No "banho de balde", a irmã mais velha participa da brincadeira da janela, para se esquivar da água.

Figura 57 – Banho de caixa d’água e bacia



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Outra face da precariedade dessa realidade está no acesso desigual à água dentro do próprio território da ocupação. A depender da localização das casas, há famílias que não têm água encanada devido à pressão dos encanamentos clandestinos, de modo que precisam se deslocar para garantir a nutrição e a higiene das crianças: tomar banho, lavar utensílios domésticos, lavar roupa. Na cidade como um todo, quando há problemas na rede de abastecimento, é essa a primeira região a ter a distribuição a partir dos reservatórios interrompida. Leila sofreu alguns anos com dificuldades de acesso à água na Rosa Leão, até que resolveu se mudar para a Helena Grecco, ocupação vizinha. Em entrevista, ela ressalta a transformação que essa mudança gerou na vida dos três filhos.

Luciana: E você está feliz aí?

> **Leila**: Agora, sim. Porque aqui não falta água, né?. Tem luz, os meninos têm um espacinho, é pouco, mas têm um espacinho pra brincar. Aí tem luz, essas coisinhas, pode tomar banho com chuveiro quentinho, não precisa ficar esquentando água no balde. Até eles mesmo mudaram muito, sabe? Tavam mais feliz quando a gente veio morar aqui.
>
> **Luciana**: E como você percebe essa felicidade deles no dia a dia?
>
> **Leila**: Eles podem tomar banho, né? Tadinhos, antes eu tinha que esquentar água, tornar a água no balde, dividir um balde de água pros três tomar banho. Aí eu deixava de tomar banho, pra dar banho neles. Aí eles ficavam mais tempo, no chão cheio de terra. Aqui, não, tem uma torneira, eles brincam na água, tomam banho de mangueira, coisa que eles gostam de fazer. Ele com uma bacia de água, deixo eles brincando o dia inteiro. Então a gente percebe nos filhos da gente o que faz bem pra eles, né? E isso é uma coisa que mexeu muito com eles. Tinha dia que o Mendes falava: "Nossa, mãe, ter que tomar banho de balde de novo? Mas e o chuveiro?". Aí o Mendes, por ser maior, a gente percebia mais coisa nele, né? O Geraldo também falava: "Mãe, vamos tomar banho de mangueira?", “Ih Geraldo, não tem água". Ou na hora de fazer uma comida, aí eu tinha que comprar um marmitex, porque não tinha água pra fazer a comida. Aí lá eles adoeceram muito, a Jasmim ficou internada cinco dias porque a casa não tinha janela. (Entrevista concedida em 26/11/2020).

A água é, portanto, elemento de disputa, sendo na sua materialidade e na sua ausência que se forjam as experiências infantis na ocupação. Como Carvalho e Silva (2018) nos chamam a atenção ao rompimento com uma visão idílica da infância do campo, propomos ampliar essa análise para a infância urbana das ocupações. A liberdade experimentada nesses territórios, o contato com brincadeiras tradicionais, a inventividade a partir dos restos pelo caminho não estão dissociados das durezas de uma população alijada de direitos sociais básicos e que resiste na luta por dignidade.

***

Com este capítulo, buscamos explorar o processo de territorialização das crianças na ocupação na vida cotidiana, defendendo o *corpo-território* enquanto categoria de análise aos estudos da infância. Isso se deu a partir de dois caminhos: (i) pela exploração de espaços de socialização potencializados, como as frentes das casas, o barracão comunitário e o clubinho dos meninos; e (ii) pela análise do repertório de brinquedos e brincadeiras do território.

A partir da compreensão da brincadeira como forma de inserção dos sujeitos na cultura (GOUVEA, 2011), observamos como as crianças fazem do brincar uma forma também de resistência por meio da territorialização. Ao passo que as ocupações urbanas se constituem enquanto *territórios de resistência* (HAESBAERT, 2020), mobilizados por um projeto coletivo das famílias, as experiências das crianças conformam *territorialidades infantis* (LOPES; VASCONCELLOS, 2006), formadas pela natureza corporificada da ação social na infância (JAMES, 2000; PIORSKI, 2016).

Essa territorialização, contudo, não se dá de modo homogêneo no espaço e é atravessada por marcadores sociais de classe, gênero e raça, que marcam esses corpos infantis, como as

práticas dos sujeitos da pesquisa evidenciaram. O jogo de alteridades estabelecido entre as crianças e eu, que se faz presente em relatos do campo aqui reunidos, é também expressão desses atravessamentos. A escolha por revelá-los é também uma busca por "provocar nossas certezas e permitir uma desnaturalização de referenciais epistêmicos dominantes" (GOUVEA, 2011, p. 563).

Finalmente, entendemos que a categoria *corpo-território* (GAGO, 2019), aliada à perspectiva anticolonial (QUIJANO, 2005; LUGONES, 2014; HAESBAERT, 2020), se coloca como chave de leitura possível para compreender a dimensão da violência histórica infligida na subjugação desses corpos que, por sua vez, coexiste com estratégias de cuidado empreendidas pelas crianças em brincadeiras e ações que prezam pelo coletivo. E destacamos como neste território de resistência e de características periurbanas, em que o livre brincar se realiza numa relação intrínseca com a natureza, as crianças experimentam autonomia para ir atrás de seus desejos (TIRIBA, 2005).

3. Circulação de crianças em luta por direitos

Uma das observações que fiz logo nas primeiras vezes em que estive na Rosa Leão foi a presença das crianças circulando pela ocupação, sozinhas ou em grupos. Essa cena, que se reproduz no contexto da periferia brasileira, diferencia-se muito do observado em bairros de classe média e alta na cidade. Como já apontamos no capítulo anterior, o território é bastante reconhecido e apropriado pelas crianças nessa ocupação. O argumento que buscaremos construir neste capítulo é que essa realidade está relacionada ao grau de autonomia que elas possuem para circular.

Muitos dos debates contemporâneos sobre a infância na cidade partem de uma concepção de criança enquanto sujeito passivo e confinado pelo imperativo da lógica urbana adultocêntrica de espaços especializados, como a escola, a casa, a igreja, o shopping, dentre outros. Como exemplo, os termos "*free range children*" ou "*free range parenting*", que podem ser traduzidos como "crianças soltas" ou "parentalidade ao ar livre", têm sido empregados em discussões do chamado Norte global para defender uma agenda de promoção à liberdade de crianças circularem e explorarem espaços públicos e coletivos sozinhas[1]. Dois estereótipos são construídos em torno das representações sobre a liberdade de circulação das crianças: o da criança de camadas populares, que, ao caminhar sozinha pela comunidade, é considerada um problema social relacionado à negligência ou ao abandono; e o da criança de classe média ou moradora de países do chamado Norte global, que, ao circular livremente pela cidade, é vista como autônoma. Reconhecemos um viés de classe e raça que atravessa a narrativa da infância protegida, uma vez que, ao observar crianças em realidades periféricas, somos levados a conclusões mais complexas sobre as experiências infantis no contexto urbano.

A partir da categoria corpo-território, trabalhada no capítulo anterior, pretendemos jogar luz à centralidade do território na formação de subjetividades das crianças na ocupação. Dando continuidade a essa ideia, entendemos que a circulação é um dos elementos que dá suporte a esse processo. As territorialidades infantis se constituem em uma dinâmica baseada nas práticas de circular e ocupar espaços, o que se faz através de um deslocamento permeado pelo brincar. A partir de um movimento que é próprio da infância, as crianças em ocupações urbanas desafiam a observância do tecido urbano como fragmentado e resistem a usar a cidade como espaço de passagem (SHABEL, 2019; GOBBI; ANJOS; PITO, 2020).

No capítulo anterior, ressaltamos a circulação com crianças enquanto metodologia, à luz de trabalhos como o de Silva (2011), Lansky (2012) e Campos (2019). Aqui retomamos seu

[1] A primeira vez que tive contato com os termos "*free range children*" ou "*free range parenting*" se deu em uma crítica apresentada durante o simpósio virtual intitulado *Intervenções em pequena escala para promoção do bem-estar infantil: um passo em direção às cidades inclusivas*, organizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), University of Sheffield (UoS), University College London (UCL) e Cardiff University.

lugar como categoria analítica, em especial a partir do trabalho de Nunes (2002), que ressalta o processo educativo e de aprendizagem comunitária que resulta do ato de circular pelo território, o qual se constitui ainda uma forma de engajamento na vida política comunitária, conforme ressaltado por Torres-Velázquez (2019).

Na Rosa Leão, a motivação para a circulação das crianças está na busca pelo encontro e pelo lazer. Nas próximas seções, pretendemos argumentar que essa busca incorre também em um movimento de acesso a direitos neste contexto de privações. Com isso, queremos reforçar a noção de crianças como sujeitos que agem na busca por seus direitos e seus desejos, partindo da experiência de uma infância situada na realidade de luta por moradia.

Assim, também fará parte do nosso percurso investigar a circulação e a permanência das crianças moradoras da Rosa Leão pelos equipamentos públicos localizados no entorno da ocupação, compreendendo os espaços pedagógicos formais (como escolas e creches) e informais da cidade (que variam do centro cultural à rua). Por meio da análise de entrevistas com representantes das políticas oferecidas nesses espaços, pretendemos jogar luz no papel da intersetorialidade como forma de garantia dos direitos das crianças, destacando a ação mediadora da Escola nesse processo, que, em especial, a partir de iniciativas como a Escola Integrada, dialoga diretamente com a implementação da proposta das cidades educadoras na agenda das políticas públicas locais[2].

3.1 Circular *dentro* e *fora* da ocupação

Diversos estudos apontaram para uma tradição de maior liberdade de deslocamento e fruição de espaços públicos por crianças em situação de vulnerabilidade social no Brasil (LIMA, 1979; GOUVEA, 1990; CARVALHO, 2007b; LANSKY, 2012). Em investigação sobre brincadeiras de rua em bairros populares de Salvador (Bahia), por exemplo, Pimentel (2015) destaca como as crianças significam a rua como um espaço de liberdade. Ao observar movimentos juvenis do chamado Sul global, Aitken (2019) também ressalta a importância da "liberdade para" circular como forma de "praticar a ética do cuidado" e "viver a vida plenamente"[3] (p. 216). Ainda, como aponta Parga (2004), "la imagen de la calle peligrosa es una concepcíon

[2] A perspectiva da escola de tempo integral já estava prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. Contudo, foi a partir da instituição do Programa Mais Educação (PME), criado em 2007, que se instituiu um projeto de caráter nacional indutor de políticas para a Educação Integral. Desde então, uma série de ações no sentido de mobilizar conceitos, recursos orçamentários e políticas pedagógicas têm sido empreendidas em um grande esforço para operacionalizar a proposta da Educação Integral (MOLL, 2009). Pioneira nesse processso, também em 2007, Belo Horizonte implementou o Programa Escola Integrada (PEI), a fim de abranger toda a Rede Municipal, iniciativa que compôs as referências para a criação do PME. Segundo informações do site da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, em 2019, o PEI atendia a 177 escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal, contemplando um público de 54.743 estudantes.

[3] Aitken (2019) diferencia as duas formas de conjugar a liberdade, as quais se revelam importantes para se pensar a autonomia dos jovens no mundo contemporâneo: "uma 'liberdade para' (circular, trabalhar, participar, demonstrar) bergsoniana/deleuziana, além da mais antiga 'liberdade de' (abuso, patriarcado, imperialismo, os excessos o capitalismo) feminista"' (p. 216).

de origen nord europeo, que no es compartida por los grupos sociales desfavorecidos de los países sudoamericanos (p. 146). Circular é, portanto, uma forma tradicional de sociabilidade das camadas populares nos países latino americanos, que está associada à apropriação do espaço da rua como continuidade do espaço da casa, como já apontamos também no capítulo anterior.

De modo geral, podemos destacar alguns elementos comuns em territórios urbanos ocupados por camadas populares que dão suporte à tal tradição, como: (i) a dimensão comunitária e os laços de confiança estabelecidos entre a vizinhança que exerce um cuidado coletivo; (ii) a companhia de outras crianças de idades variadas, muitas vezes irmãos ou irmãs, e com a presença de crianças maiores, que juntas formam grupos e se encorajam a circular; (iii) a menor circulação e velocidade de veículos, dada pelas condições socioeconômicas da população, pelo chão de terra e pela precariedade das vias da ocupação, ainda não urbanizadas; e (iv) a existência de espaços livres e de convívio com a natureza para onde elas se dirigem, como lotes vagos, ruas fechadas ou sem saída e quintais sem cercas ou muros.

A autonomia para circular, contudo, também é heterogênea entre as famílias nesses territórios e atravessada por questões sociais, de gênero e de pertencimento racial, que marcam também a desigualdade entre as crianças que moram na ocupação. Já mencionei que, pelo meu olhar, a maior parte das crianças que circulavam e brincavam conosco era fenotipicamente negra. Vimos também que meninos circulam mais que meninas, o que implica diferentes tipos de brincadeiras de que ambos participam e de espaços que frequentam.

Por outro lado, observamos que tal liberdade está relacionada também a arranjos e dinâmicas familiares. Nas famílias em que mães, pais ou avós se faziam mais presentes no cotidiano, nota-se maior possibilidade de controle da circulação das crianças. A preocupação é geral nos depoimentos de adultas e adultos, que enfatizam as principais fontes de perigo: a presença do carro e o encontro com sujeitos "estranhos" ou que são "má influência" (adultos ou crianças).

Para a maioria das mães e dos pais entrevistados, o limite de até onde as crianças poderiam ir sozinhas se dá, em geral, no raio do entorno do barracão comunitário, que, como vimos, se localiza próximo a muitas das casas e é um local movimentado por atividades comunitárias, portanto, em alguma medida, monitorado pela vizinhança. Cabe ressaltar, contudo, que, como apontamos, o limite expresso pelas pessoas adultas não coincide com os limites evidenciados na convivência com as crianças, que subvertem recorrentemente a ordem adulta.

> **Luciana**: E pra andar aqui, eles podem andar sozinhos?
>
> **Esmeralda**: Quando eles vão mais é no campo. Ficam ali em cima no barracão comunitário. Sumir mesmo pra rua assim, eles não vão, não.
>
> **Luciana**: E eles sabem até onde eles podem ir?
>
> **Esmeralda**: Sabem. (Entrevista concedida em 17/11/2020).

*

> **Luciana**: Qual o tanto que o senhor deixa ele andar sozinho na ocupação?
>
> **Francisco**: Eu não deixo ele ficar muito assim, não, sabe. Porque, não é desfazendo das outras crianças, mas não é todas as crianças que pensam igual, sabe? Então eu tenho medo de vir uma má ideia. Entendeu? Uma má influência. E aí eu tenho medo. É claro que a gente tem que confiar em Deus. Mas Deus disse: Faça a sua parte que da minha, eu ajudarei. (Entrevista concedida em 16/11/2020).
>
> *
>
> **Luciana**: O que é permitido a eles para irem sozinhos? Diva: O permitido é ir até o barracão e voltar. Às vezes eles enganam a gente e vai lá mais pra cima, às vezes vai lá no Zezinho comprar alguma coisa, uma mercearia zinha que tem ali, e volta. Mas eu não gosto muito deles ficarem andando por aí, não.
>
> **Luciana**: Você tem medo de quê?
>
> **Diva**: Ah, eu tenho medo de tudo. E falar a verdade, eu acho que aqui tem muita gente estranha, assim. Sei lá. (Entrevista concedida em 22/11/2020).

As falas mostram como nem sempre há confiança nas relações de vizinhança, o que vai depender também do grau de convivência entre as famílias. Francisco, por exemplo, entende que o próprio encontro com outras crianças pode resultar em uma "má influência" para seu filho. Diva, que trabalha em um restaurante durante a semana e aproveita os finais de semana para descansar em casa, também revela uma desconfiança generalizada da comunidade. Por outro lado, Carolina, mãe de Paulo, é enfática: "Aqui é uma família, porque é todo mundo unido". Isso denota a diversidade de discursos e vivências da vida comunitária na ocupação pelas famílias.

Em entrevista, Dorothy demonstra preocupação com a circulação das filhas e dos filhos como consequência da própria experiência vivida enquanto criança. Sua fala revela, ainda, uma idealização da própria infância com relação não só à liberdade, bem como ao universo das brincadeiras e experiências que, como o campo permitiu observar, também fazem parte da vida das crianças na ocupação.

> **Luciana**: A senhora acha que é diferente a infância das crianças da sua infância?
>
> **Dorothy**: É diferente. É diferente porque eu tinha mais liberdade, eles não têm liberdade. Luciana: Por quê?
>
> **Dorothy**: Porque se eles ficarem na rua brincando, igual eu ficava brincando com os meninos, na idade deles mesmo, 8, 9 anos, se eles ficarem na rua brincando, acontece alguma coisa.
>
> **Luciana**: A senhora não deixa eles ficarem ou eles têm medo?
>
> **Dorothy**: Eu não deixo por causa das coisas que me aconteceram. A diferença da minha infância com a dos meninos é assim, porque nós brincava, nós brincava de pega-pega, nós brincava de casinha, eu ia pra casa da minha madrinha brincar com a filha dela.
>
> **Luciana**: Mas a senhora não acha que eles fazem isso hoje?
>
> **Dorothy**: Eles fazem, mas só que tem que ficar de olho neles, não pode tirar o olho deles. E eu ainda não tenho condições de ir pra rua e ficar sentada lá pra ficar olhando eles brincar. Então eu prefiro levar eles na pracinha. Eu prefiro na pracinha, do que eles ficarem na rua brincando, porque tem carro, pode acertar

> no carro, se for brincar de bola, pode acertar no carro dos outros. É melhor na pracinha. Na pracinha, nós também, um dia saiu eu, a Joana, a Beatriz, o Fábio e o Nelson, nós fomos, de manhã até meio dia. Brincando lá no CRAS de bola. Nós ficamos até suados [sorri]. As meninas se divertiram. (Entrevista concedida em 19/11/2020)

A preferência de Dorothy pela pracinha nos períodos de lazer com as crianças diz de uma necessidade de circunscrever o movimento da criança a um espaço de controle, o que possibilita o cuidado e a brincadeira familiar da mãe solo com as quatro crianças. A escolha da pracinha, tão ausente nas realidades das periferias, denota a ideia de um espaço mais adequado para as crianças. Desse modo, ainda que sejam consideradas "ilhas" no arquipélago urbano, as praças também são espaços fundamentais de lazer e interação para as crianças e suas famílias. Exemplo disso é que Dorothy não se coloca numa posição passiva e observadora, mas participa da brincadeira, o que possibilita a relação intergeracional fundada no compartilhamento de um repertório da cultura infantil.

Dorothy menciona, ainda, o perigo do carro. Embora a rua em frente à sua casa não seja acessível à passagem de carros, devido à declividade do terreno e aos buracos de erosão do solo, sua preocupação remete ao conflito de mão dupla diversas vezes manifestado pelas pessoas adultas da comunidade da ocupação, que envolve a coexistência na rua de crianças e do carro. Na ocupação, convive a preocupação pela integridade física do carro estacionado, que pode ser atingido por uma bola ou uma pedra, por exemplo, e a da criança, que pode ser atropelada ao brincar "no meio da rua".

A frase "Eu não deixo por causa das coisas que me aconteceram" exprime uma experiência vivenciada por Dorothy que corrobora com o sentimento de medo e proteção com relação aos filhos. Sua preocupação nos coloca no lugar de problematizar a liberdade de circulação das crianças, no sentido de não atribuir como autonomia situações que eventualmente possam se conformar como negligência, dados os perigos reais a que podem ser expostas. Contudo, é preciso também estarmos atentas às concepções hegemônicas sobre a circulação de crianças, característica das camadas médias que estão por trás dos anseios e representações sobre o espaço da rua. O depoimento de Marluce, diretora do equipamento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado próximo à ocupação, traduz essa concepção.

> **Marluce**: A gente sabe que as crianças menores têm uma vivência mais próxima, claro, dos pais. Mas as maiores, elas circulam bastante, assim, no território. Mesmo a gente dizendo da situação de perigo, hoje elas caminham normalmente sozinhas no território. Então, elas se sentem reconhecidas. No território, não tem medo. É bastante, assim, assustador em algum momento. Porque a gente tem filho, a gente não deixa nem ir ali na esquina. Então, e aí a gente vê o quanto isso é tranquilo, assim, mais ou menos. Do território. (Entrevista concedida em 15/04/2021).

Marluce reconhece que a liberdade das crianças em caminhar é um movimento que contribui para o sentimento de pertencimento ao território, descrevendo aqui uma experiência de

territorialização da infância na ocupação. Seu depoimento revela o atravessamento de classe a que nos referimos, quando esse movimento de circulação das crianças se torna "tranquilo" para uns, enquanto para outros é "assustador".

Do mesmo modo, o depoimento de Edna, que supervisiona um projeto com crianças também no equipamento do CRAS, revela uma concepção da relação adulto-criança que se vincula à perspectiva da classe média. Segundo ela, ao construir as regras de convivência com o grupo do projeto, as crianças teriam se aproveitado do momento para reivindicar seu desejo por limites. Pode-se inferir que a referência de Edna à ausência de limites remeta-se a imagem imagem recorrente no discurso sobre a infância pobre, que compreende que há, de algum modo, um "pedido de socorro" na relação estabelecida com o adulto naquela situação.

> **Edna**: Isso me chamou muito a atenção, porque eu senti que no íntimo deles, eles estavam pedindo socorro, uma ajuda. Apesar de tudo o que eles vivem lá, são crianças conscientes. (...) E aí, cada regra que eles colocavam, a gente ia discutir elas. Individualmente. E eles falaram tudo o que eles pensavam. E falaram sobre a questão do limite. Eu perguntava porque eles estavam querendo esse limite. São anseios. Eles estavam querendo a palavra limite, mas não tinha isso. (Entrevista concedida em 20/04/2021).

As Tabelas 3 e 4 a seguir reúnem algumas das ações observadas nas quais as crianças se deslocam *dentro* da ocupação. O limite entre *dentro* e *fora* da ocupação é demarcado pela transição do chão de terra para o asfalto, como os próprios sujeitos costumam se referir. Trata-se de uma tentativa de registrar alguns dos comportamentos das crianças e famílias observados ao longo da pesquisa a fim de ilustrar, em alguma medida, os deslocamentos por elas realizados na vida cotidiana[4]. As ações foram distribuídas em cinco categorias: brincar, sociabilidade, trabalho[5], consumo e vida política da ocupação.

Grande parte dos deslocamentos das crianças na ocupação está circunscrita ao raio do entorno de suas casas, sendo ampliado quando estão acompanhadas de grupos maiores, que pode incluir crianças maiores ou familiares. Muitos dos deslocamentos observados foram realizados exclusivamente por meninos, corroborando com o debate anterior sobre os atravessamentos de gênero nas experiências infantis na ocupação. Por se tratar de deslocamentos internos à ocupação, a maior parte deles é feita a pé e, muito raramente, de carro, visto que a propriedade de um veículo não é algo comum entre as famílias, pelo alto custo de aquisição e manutenção[6]. A bicicleta também é utilizada por algumas crianças, embora mais como brinquedo do que

[4]Cabe ressaltar que a coluna "frequência" surge como tentativa de revelar aproximadamente a regularidade ou a repetição das ações na dinâmica cotidiana das crianças da pesquisa e suas famílias, de modo que não expressam um quantitativo real dessas ações experimentado pelos sujeitos.

[5]A escolha pela categoria *trabalho* faz referência a atividades remuneradas realizadas pelas crianças que se revelam nos laços de sociabilidade estabelecidos na vida cotidiana. Cabe ressaltar que, durante o campo, não foi observado ou denunciado por moradoras e moradores nenhuma forma de exploração do trabalho infantil na comunidade. Em conversa com Marluce, diretora do CRAS, ela ressaltou que, na ocasião, havia somente um caso identificado no território atendido pela unidade mais próxima à Rosa Leão.

[6]A extensão da ocupação calculada pela Administração Municipal é de pouco mais de $200.000m^2$ (PBH, 2021)

Tabela 3 – Circulação de crianças *dentro* da ocupação (1)

BRINCADEIRAS					
AÇÃO	**LOCAL**	**FREQUÊNCIA**	**COMPANHIA**	**GÊNERO**	**MODAL**
Esconder-se (brincadeira do esconde-esconde)	Ruas do entorno do barracão comunitário	Alta	Com outras crianças, em grupos menores ou maiores	Meninas e meninos	A pé
Caçar passarinhos com a caixa de sapato	Ruas da ocupação	Média	Sozinha ou com outras crianças, em grupos menores	Meninos	A pé
Correr atrás do papagaio (soltar papagaio)	Ruas da ocupação	Alta	Sozinha ou com outras crianças, em grupos menores ou maiores	Meninos	A pé
Chamar crianças para brincar	Ruas do entorno do barracão comunitário	Alta	Sozinha ou com outras crianças, em grupos menores	Meninas e meninos	A pé
Jogar bola	Ruas da ocupação	Alta	Com outras crianças, em grupos menores ou maiores	Meninos	A pé
SOCIABILIDADE					
AÇÃO	**LOCAL**	**FREQUÊNCIA**	**COMPANHIA**	**GÊNERO**	**MODAL**
Jogar ovo no aniversariante	Ruas da ocupação	Baixa	Com outras crianças, em grupos menores	Meninos	A pé
Visitar amigos e parentes	Ruas da ocupação	Média	Sozinha ou com outras crianças ou na companhia de adultos, em grupos menores	Meninas e meninos	A pé
Ir à igreja	Ruas da ocupação	Alta ou média	Sozinha ou com outras crianças ou na companhia de adultos, em grupos menores	Meninas e meninos	A pé
Participar de atividades de apoiadores	Ruas do entorno do barracão comunitário	Média	Sozinha ou com outras crianças ou na companhia de adultos, em grupos menores	Meninas e meninos	A pé

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do acervo da pesquisa (2019).

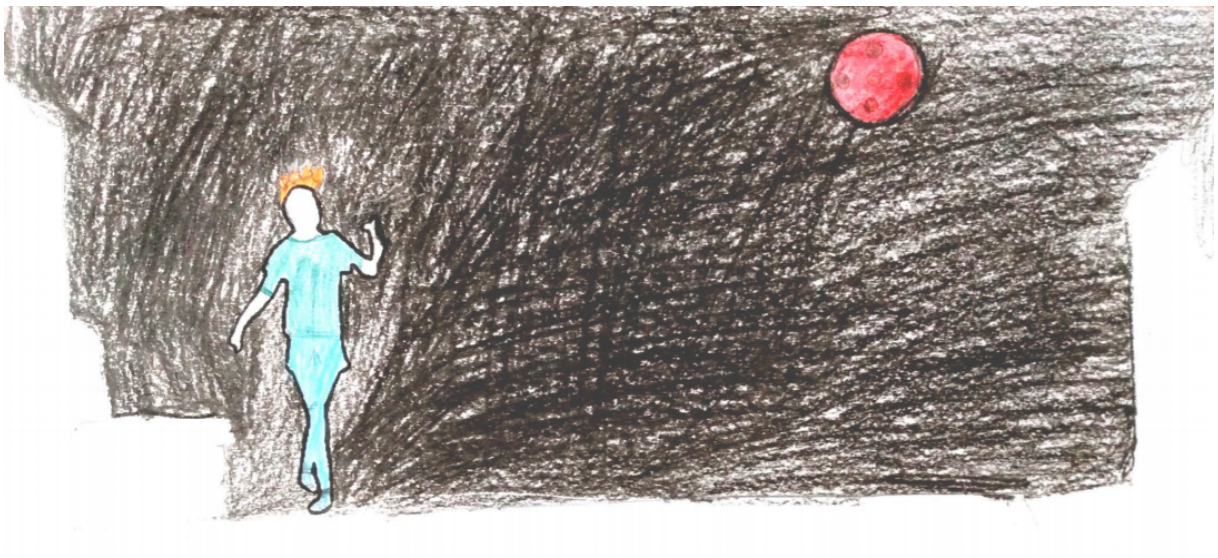
Tabela 4 – Circulação de crianças *dentro* da ocupação (2)

TRABALHO					
AÇÃO	**LOCAL**	**FREQUÊNCIA**	**COMPANHIA**	**GÊNERO**	**MODAL**
Ajudar no carregamento de tijolos	Ruas da ocupação	Média	Na companhia de adultos	Meninos	A pé
Ajudar na organização do ferro velho	Ruas da ocupação	Média	Na companhia de adultos	Meninos	A pé
CONSUMO					
AÇÃO	**LOCAL**	**FREQUÊNCIA**	**COMPANHIA**	**GÊNERO**	**MODAL**
Ir ao mercado	Ruas da ocupação	Alta	Sozinha ou com outras crianças ou na companhia de adultos, em grupos menores	Meninas e meninos	A pé
Chupar cana, colher cana e outros alimentos da natureza local	Ruas da ocupação	Alta	Sozinha ou com outras crianças, em grupos menores	Meninas e meninos	A pé ou de bicicleta
VIDA POLÍTICA DA OCUPAÇÃO					
AÇÃO	**LOCAL**	**FREQUÊNCIA**	**COMPANHIA**	**GÊNERO**	**MODAL**
Participar de assembleias comunitárias	Ruas da ocupação	Alta ou média	Com outras crianças ou na companhia de adultos, em grupos menores	Meninas e meninos	A pé ou de carro
Comunicar moradoras e moradores da comunidade sobre avisos da coordenação (chamar para a assembleia ou para a reunião que começou, avisar que chegou carregamento de doações, chamar para atividade ou festa que vai acontecer)	Ruas do entorno do barracão comunitário	Alta ou média	Sozinha ou com outras crianças, em grupos menores	Meninas e meninos	A pé ou de bicicleta
Ajudar com o deslocamento de materiais (para a realização das assembleias ou o carregamento ou distribuição de doações)	Ruas do entorno do barracão comunitário	Alta ou média	Sozinha ou com outras crianças ou na companhia de adultos, em grupos menores	Meninas e meninos	A pé

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do acervo da pesquisa (2019).

como modal de transporte. No desenho da Figura 58, a partir da metodologia das silhuetas, o menino Gonçalves retrata uma criança caminhando pela rua à noite enquanto brinca com sua bola vermelha.

Figura 58 – Desenho de criança caminhando pela rua jogando bola



Fonte: Acervo da pesquisa (2019). Créditos: Crianças da ocupação.

Nas entrevistas, alguns adultos mencionaram fazer "passeios em família" em locais como praças ou lagos próximos à ocupação, destacando o desejo de promover um maior contato com a natureza. Ao questionar sobre lugares da cidade que frequentam, muitos mencionaram visitar parentes e amigos em bairros próximos à ocupação ou em roças localizadas mais distantes. Os familiares destacam a alegria e a empolgação das crianças quando viajam para a roça da avó, vão a um sítio com os amigos ou passam uns dias na casa de parentes. Francisco, por exemplo, brinca com o desejo do filho em não retornar para casa nesses passeios. O pai ressalta, ainda, a preocupação com o ambiente frequentado pelo filho ser "bem habitado".

Luciana: O Josias vai pra casa de parentes?

Francisco: Vai, porque ele tem uma outra irmã. Não sei se ele comentou com você. Então de vez em quando eu deixo ele ir lá. Mas eu falei com ele que eu vou deixar ele de castigo agora, porque quando ele vai pra lá ele não quer voltar.

Luciana: Tem outras pessoas lá pra ele brincar?

Francisco: Tem as crianças lá perto, mas é criança menor que ele. Luciana: E onde é mesmo?

Francisco: Cristina B.

Luciana: Onde o senhor morava antes?

Francisco: Onde eu morava antes. Mas só que essa menina, minha filha, ela casou, e o marido dela tem um apartamento lá no Cristina B. Então eles não moram em cima, lá onde eu morava, não. O lugar que eles moram lá é um lugar assim, é bem habitado. Bem habitado que eu quero dizer é assim, não tem aquele negócio de droga, essas coisas de bagunça e tudo. Mas diferente disso,

> eu aqui deixo de vez em quando, de vez em quando. Pra não ficar acostumando muito, senão depois vai dizer: "Você deixava, porque que agora não deixa mais?". (Entrevista concedida em 16/11/2020).

Como revela Leila, ex-moradora da Rosa Leão e monitora da Escola Integrada na Escola próxima à ocupação, a preocupação com relação à segurança dos filhos é um impedimento para muitas famílias permitirem sua participação em passeios organizados pela instituição[7]. Ela lamenta o posicionamento das famílias, que, segundo ela, acaba por limitar as experiências das crianças.

> **Leila**: Tem família que não autoriza a criança a passear. Tem criança que nunca foi no cinema, nunca foi no clube. A gente fez um passeio pro circo, a gente pensou que a maioria ia deixar, algumas não deixaram sair com criança da escola. A gente tem todo um cuidado, todo um processo, separa monitor pra levar, monitor pra cuidar, monitor pra olhar, essas coisas tudo, mas mesmo assim tem família que não autoriza. (Entrevista concedida em 26/11/2020).

Quando se trata de crianças negras da periferia, a preocupação com relação à segurança das crianças no território se justifica, também, pelas possibilidades de confronto ou constrangimentos causados pela presença da Polícia Militar. Em atividade realizada em visita à ocupação Vitória, que na ocasião estava sendo intimidada pela presença massiva de carros policiais, um grupo de meninos estava aflito por caminhar com papagaios com linha chilena. Trata-se de uma linha fabricada com o uso de substâncias cortantes, que é utilizada no papagaio para cortar a linha alheia. Como o uso de substâncias do tipo é considerado crime, é comum que policiais passem pelas comunidades "apreendendo" papagaios.

> Avistamos um carro da polícia de longe e dissemos para eles guardarem seus papagaios, que tinham linha chilena. Até que passou um carro policial que passou devagar e entregou aos meninos um papagaio novo com linha chilena. Eu e Iara advertimos que agora eles entregavam o papagaio que tinham apreendido

[7] O Programa Mais Educação (PME) leva em consideração a dimensão pedagógica do espaço na cidade, de modo que incorpora na construção da agenda escolar iniciativas que promovam a circulação das crianças por espaços pedagógicos não formais na cidade, promovendo maior integração da escola com a comunidade, o bairro e a cidade. Em Belo Horizonte, essa proposta se consolidou em arranjos institucionais como o Programa BH para Crianças, criado em 2011, e o Projeto Educando a Cidade para Educar, criado em 2012, ambos com o objetivo de promover a inserção de estudantes e docentes da Rede Municipal de Educação em espaços culturais na cidade, considerando o processo de formação e aprendizado para além do espaço da escola. Tais programas coadunavam com a participação de Belo Horizonte no Programa de Cidades Educadoras, uma rede internacional que congrega cidades que desenvolvem politicas de criação de espaços culturais e de promoção da circulação de crianças nos espaços urbanos (vide: https://www.edcities.org/pt/). As atividades do PME são coordenadas por um(a) "professor(a) comunitário(a)", que no caso da Escola em questão assume o termo "coordenador(a) da escola integrada". Sandra, ex-coordenadora da Escola Integrada, destacou que, em tempos de maior orçamento municipal, o programa realizava visitas com as crianças para museus da cidade e clubes recreativos. Edna também pontuou que o projeto de convivência familiar do CRAS proporcionava passeios para teatros, cinemas e outros espaços junto às crianças e suas famílias. Ressaltamos que as mudanças identificadas por Sandra e Edna não dizem respeito somente ao período do isolamento social dado pela pandemia, mas a um projeto de desmonte do PME de modo geral experimentado nos últimos anos nas diferentes esferas governamentais, como aponta Campos (2019) no contexto específico de Belo Horizonte.

> de alguma criança em outro lugar. Eles ficaram eufóricos com o "presente" e achavam graça. Quando nossa colega passou de carro, advertimos eles que deixassem os papagaios dentro do carro, para não correrem risco de apreensão. Quando passamos por um policial, que conversava com um morador, ele não falou nada. (Diário de Campo, junho de 2019.)

O relato aponta para uma das faces da relação da Polícia com as crianças (e, no limite, com as comunidades periféricas), que impõe o temor ao mesmo tempo em que estabelece uma falsa relação paternalista, ao presentear a criança com o papagaio. Outra face dessa relação é evidenciada na ocasião em que, no aniversário do Oscar, os meninos corriam atrás dele para jogar ovos em sua cabeça, uma tradição entre eles para com aniversariantes da comunidade. Um carro da Polícia apareceu e Elder, filho de Rosa, uma das coordenadoras locais, demonstrou traquejo em lidar com a situação, o que revelou seus conhecimentos sobre o jogo de poder ali estabelecido.

> Fomos descendo a ladeira, em direção ao campinho Ubirajara. Estava mais atrás e vi o camburão da Polícia Militar subindo. Elder perguntou aos policiais se tinham visto um menino de blusa vermelha descendo a rua e explicou que queria tacar ovo nele. Não consegui ver direito, mas os policiais parecem ter sido simpáticos e seguiram subindo a rua. Elder fez como quem jogou o jogo, sorrindo e dizendo que tem que ser simpático. E, de fato, foi muito educado com os policiais, tendo tomado a iniciativa de conversar com eles. (Diário de Campo, agosto de 2019.)

A presença da Polícia dentro da Rosa Leão não foi corriqueira durante meu período em campo. Contudo, o fato de a ocupação estar localizada em uma região periférica resulta em uma maior presença de policiais neste território e no seu entorno do que em outros bairros da cidade. Quando ia de ônibus fazer a pesquisa de campo, era frequente ouvir entre os passageiros sobre policiais realizando batidas nos veículos para verificar se as pessoas estavam pagando a passagem[8]. Cenas desse tipo revelam o estigma de perseguição policial ao qual estão expostas essas populações.

Durante nossas conversas, alguns meninos mencionaram ter medo da Polícia. Maria, mãe de Antônio, compartilhou que o filho teria ficado traumatizado pelo que experimentou nos momentos de ameaça de despejo na ocupação e sentia muito medo ao ver um policial fardado. Já Gilvander, em uma roda de conversa, mencionou que alguns guardas eram "gente boa", como o que trabalhava no CRAS: "Ele deixa a gente jogar bola lá no final de semana, porque a gente é educado e agradece. Daí ele ajuda nós.", disse Gilvander, revelando certo desconhecimento também sobre as diferenças entre o trabalho do policial e do vigia do CRAS.

Importante destacar como essa relação paradoxal e estigmatizada com relação à Polícia contrasta com o debate sobre o direito à segurança pública, muitas vezes reduzido ao combate ao

[8]Em linhas de ônibus que percorrem trechos mais periféricos da cidade, onde, em geral, a população possui menos recursos financeiros para arcar com o valor da passagem, é comum os passageiros "darem pulão", expressão para nos referirmos à ação de alguém que pula a catraca para não pagar a tarifa, o que pode se dar com ou sem o consentimento dos condutores.

crime sob estruturas e práticas de caráter autoritário e punitivo. De todo modo, os dados apontam como circular pelo território propicia às crianças da ocupação, especialmente os meninos, aprender a lidar com as tensões na relação com a Polícia, o que também atravessa sua ação social no espaço público.

Passemos, então, a avaliar algumas ações observadas nas quais as crianças se deslocam para fora da ocupação, relacionadas nas Tabelas 5, 6 e 7 a seguir. Essas ações foram distribuídas em seis categorias: espaços de lazer, sociabilidade, assistência e outros direitos básicos, trabalho, consumo e vida política da ocupação. A opção pela mudança da categoria "brincar" para "espaços de lazer" se deu devido ao fato de o deslocamento ser motivado pela presença dos equipamentos, como praças e quadras.

Os deslocamentos das crianças para fora da ocupação se diferenciam entre: (i) aqueles que ocorrem nas ruas e nos equipamentos públicos dos bairros do entorno, muitas vezes realizados a pé, na companhia da família ou de grupos de crianças, onde as crianças se reúnem com crianças dos bairros do entorno; e (ii) aqueles que ocorrem em um raio maior de distância, motivados pela visita a parentes ou atividades promovidas por políticas públicas (como a Escola Integrada) ou por apoiadores que atuam na comunidade, onde as crianças interagem com crianças de outras realidades sociais.

Há um limite da circulação das famílias da ocupação dado pelas condições de deslocamento na cidade. Já mencionamos que são poucas famílias da ocupação que possuem acesso a um carro. Por se tratar de famílias numerosas, o deslocamento por transporte coletivo também é limitado, considerando as tarifas elevadas e os constrangimentos em situações em que as crianças precisam passar por debaixo das catracas para não pagar[9].

Vale ressaltar, ainda, que a região é atendida por somente uma linha de transporte coletivo alimentadora, com destino à Estação Vilarinho, onde é possível ter acesso a outras linhas de ônibus e ao metrô. O ônibus não entra no território da ocupação, de modo que os pontos mais próximos se localizam cerca de 10 minutos de caminhada. A viagem de ônibus do barracão comunitário até a Praça da Estação conta com somente uma baldeação e é realizada em um tempo médio de uma hora e meia. É necessário, contudo, acompanhar o quadro de horários, uma vez que a linha alimentadora passa a cada 20 minutos em dias úteis, chegando a 35 minutos no domingo, e encerra suas atividades aproximadamente às 20:00 horas, segundo informações oficiais disponibilizadas pelo site da BHTRANS. O quadro de horários segue, portanto, a lógica

[9]Em Belo Horizonte, durante o segundo semestre de 2019, a tarifa básica do transporte coletivo era, em média, R$4,50 o trecho. Segundo a legislação municipal, crianças de até cinco anos possuem gratuidade no transporte coletivo urbano. Considerando o atual modelo de transporte público do município, uma família com dois filhos acima da idade limite da gratuidade pode gastar cerca de R$36,00 com o deslocamento de ida e volta. Este valor corresponde a 3,27% de um salário mínimo no Brasil, considerando o valor vigente de R$1.100,00. Em dezembro de 2021 foi sancionada a Lei Municipal Nº 11.332, que determinou a gratuidade na utilização do transporte coletivo urbano para crianças de cinco anos de idade. Em Plenário de aprovação do Projeto de Lei de autoria da Gabinetona (Partido Socialismo e Liberdade), vereadoras e vereadores celebraram o fim do constrangimento e da violência de crianças terem de passar por debaixo ou por cima da roleta.

Tabela 5 – Circulação de crianças *fora* da ocupação (1)

ESPAÇOS DE LAZER					
AÇÃO	**LOCAL**	**FREQUÊNCIA**	**COMPANHIA**	**GÊNERO**	**MODAL**
Ir jogar bola	Bairro do entorno da ocupação (quadra do CRAS, quadra de terra ou Campinho do Ubirajara)	Alta	Com outras crianças, em grupos menores ou maiores	Meninos	A pé
Participar de atividades culturais da ocupação (festas, festival de papagaio, rodas de conversa, sarau, etc.)	Ruas e bairro do entorno da ocupação (Centro Cultural ou Campinho do Ubirajara)	Média ou baixa	Com outras crianças ou na companhia de adultos, em grupos menores ou maiores	Meninas e meninos	A pé ou de carro
Ir à praça do bairro	Bairros do entorno da ocupação	Média ou baixa	Sozinha ou com outras crianças ou na companhia de adultos	Meninas e meninos	A pé
Ir ao shopping	Belo Horizonte (Shopping Estação)	Baixa	Sozinha ou com outras crianças, na companhia de adultos	Meninas e meninos	De ônibus ou de carro
Ir ao clube (atividade promovida pela Escola ou CRAS)	Belo Horizonte	Baixa	Com outras crianças, em grupos maiores, na companhia de adultos	Meninas e meninos	De ônibus de excursão
Ir ao cinema (atividade promovida por coordenação, educadores do movimento social e pesquisadora)	Centro da Cidade (Museu de Imagem e Som - MIS Cine Santa Tereza)	Baixa	Com outras crianças, em grupos maiores, na companhia de adultos	Meninas e meninos	De Van de excursão
Ir ao museu (atividade promovida por coordenação, educadores do movimento social e pesquisadora)	Centro da Cidade (Espaço do Conhecimento da UFMG ou Memorial Minas Vale)	Baixa	Com outras crianças, em grupos maiores, na companhia de adultos	Meninas e meninos	De Van de excursão
SOCIABILIDADE					
AÇÃO	**LOCAL**	**FREQUÊNCIA**	**COMPANHIA**	**GÊNERO**	**MODAL**
Visitar amigos e parentes	Bairros do entorno da ocupação, em Belo Horizonte ou em Santa Luzia, ou na roça	Média ou baixa	Sozinha ou com outras crianças ou na companhia de adultos, em grupos menores	Meninas e meninos	A pé, ou de ônibus, ou de carro, ou de carro de aplicativo
Ir à igreja	Ruas e bairros do entorno da ocupação	Alta ou média	Sozinha ou com outras crianças ou na companhia de adultos, em grupos menores	Meninas e meninos	A pé ou de ônibus

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do acervo da pesquisa (2019).

Tabela 6 – Circulação de crianças *fora* da ocupação (2)

ASSISTÊNCIA E OUTROS DIREITOS BÁSICOS					
AÇÃO	**LOCAL**	**FREQUÊNCIA**	**COMPANHIA**	**GÊNERO**	**MODAL**
Ir à escola	Ruas e bairros do entorno da ocupação	Alta	Sozinha ou com outras crianças ou na companhia de adultos, em grupos menores	Meninas e meninos	A pé
Ir ao centro da cidade resolver problemas	Centro da Cidade	Baixa	Na companhia de adultos	Meninas e meninos	De ônibus
Ir aos equipamentos da Administração Municipal	Ruas do entorno da ocupação (CRAS, Centro Cultural e Centro de Saúde)	Média ou baixa	Sozinha ou com outras crianças ou na companhia de adultos, em grupos menores	Meninas e meninos	A pé
Buscar doações (roupas ou alimentos)	Bairros do entorno da ocupação	Média ou baixa	Sozinha ou com outras crianças, em grupos menores, na companhia de adultos	Meninas e meninos	A pé
TRABALHO					
AÇÃO	**LOCAL**	**FREQUÊNCIA**	**COMPANHIA**	**GÊNERO**	**MODAL**
Acompanhar os pais no trabalho	Belo Horizonte	Média	Sozinha ou com outras crianças, em grupos menores, na companhia de adultos	Meninas e meninos	De ônibus

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do acervo da pesquisa (2019).

Tabela 7 – Circulação de crianças *fora* da ocupação (3)

CONSUMO					
AÇÃO	**LOCAL**	**FREQUÊNCIA**	**COMPANHIA**	**GÊNERO**	**MODAL**
Ir ao mercado	Ruas do entorno da ocupação	Alta	Sozinha ou com outras crianças ou na companhia de adultos, em grupos menores	Meninas e meninos	A pé
VIDA POLÍTICA DA OCUPAÇÃO					
AÇÃO	**LOCAL**	**FREQUÊNCIA**	**COMPANHIA**	**GÊNERO**	**MODAL**
Ir a eventos em outra ocupação urbana	Demais Ocupações da Izidora	Baixa	Com outras crianças, em grupos menores ou maiores, na companhia de adultos	Meninas e meninos	De carro
Acompanhar eventos do movimento social	Demais Ocupações da Izidora ou espaços do movimento social	Baixa	Com outras crianças, em grupos menores ou maiores, na companhia de adultos	Meninas e meninos	De ônibus de excursão
Participar de eventos de mobilização da ocupação	Ruas e bairros do entorno da ocupação (Centro Cultural ou Campinho do Ubirajara)	Média	Com outras crianças, em grupos menores ou maiores, na companhia de adultos	Meninas e meninos	A pé

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do acervo da pesquisa (2019).

do trabalho e dificilmente contempla demandas por lazer da infância, da juventude ou das famílias da comunidade.

As moradoras e os moradores da ocupação também são usuários de aplicativos de transporte particular em ocasiões especiais. Contudo, ainda que essa situação tenha se tornado menos comum com o tempo, há relatos de denúncia do cancelamento de viagens ou da negação por parte de motoristas de entrar no território, muitas vezes devido às condições das vias. Essa situação torna-se mais provável quanto maior a distância entre a casa e o asfalto.

Em alguns depoimentos, as mães manifestaram cansaço em acompanhar filhas e filhos em passeios, seja por uma indisponibilidade por questões de saúde ou pelo cansaço e esgotamento da rotina de trabalho ao longo da semana. Assim, além da desigualdade do acesso à renda e à mobilidade urbana, esses fatos também influenciam nas possibilidades de circulação das crianças em raios cada vez mais distantes da ocupação. Considerando que muitas famílias são numerosas e algumas mulheres criam suas filhas e seus filhos sozinhas, esse deslocamento se torna ainda mais difícil e cansativo para elas.

Por essa razão, grande parte dos deslocamentos das crianças para espaços de lazer mais distantes, como clubes, museus e cinema, são ofertados pelo suporte de apoiadores, educadores do movimento social, pela coordenação da ocupação e, também, pela própria rede de políticas públicas da Administração Municipal, como a Escola e o CRAS, como parte integrante do projeto da Escola Integrada. Isso revela como as decisões de investimento público para tais atividades impactam fortemente nas possibilidades de experimentação e exploração da cidade pelas crianças das classes populares.

Quando se trata do deslocamento sem a companhia de uma pessoa adulta, as crianças em geral circulam a pé ou de bicicleta. Algumas crianças, por sua vez, não deixam de fazer uso do transporte coletivo para se deslocar em busca de seus interesses, como se revelou quando me surpreendi ao encontrar três crianças no ônibus em que voltava pra casa.

> Cheguei entrando no ônibus, Pedro, que me acompanhara até o ponto, me gritava para correr, senão iria perder. Quando entro, vejo Carlos, Júlia e sua irmã. Júlia aponta pra mim sorrindo e Carlos me cumprimenta com um beijo no rosto. Passei da roleta e me sentei no banco do cobrador pra ficar mais perto deles. Júlia disse que eles iriam à igreja ver um filme e comer pipoca. Depois passaram por cima da roleta e se sentaram em outro banco. Me sentei atrás e eles ficaram em pé, virados pra mim, pra conversarmos. Carlos se mexia o tempo todo com o balançar do ônibus e observava lá fora pela janela. Estava todo arrumadinho, de tênis. Júlia disse que a mãe não iria, pois estava cuidando do bebê de alguém. Estavam só eles e achei curioso, considerando os problemas de segurança e policiamento que estavam tendo nos ônibus do bairro. Perguntei à Júlia o que ela fazia aos finais de semana e ela explicou que costumava ir à casa de sua avó e quando ficava na ocupação, ficava no celular, também jogando *Free Fire*. Ela e a irmã raramente ficam na rua com a gente. Perguntei se ela estava atenta ao momento de descer e ela disse que sim. Depois de um tempo, ela pediu à irmã para que ficasse atenta. De repente, disse que já era o ponto e desceram. Vi a igreja logo na esquina. Enquanto desciam, perguntei como eles iriam embora. “De ônibus”, ela respondeu sorrindo, com cara de quem diz uma

> resposta óbvia. Algumas paradas depois, uma menina teve o celular roubado na parte da frente do ônibus. O motorista interrompeu a viagem e correu para tentar pegar o ladrão, mas não conseguiu (Diário de Campo, setembro de 2019.)

Júlia, que tinha cerca de 12 anos, levava a irmã e seu primo Carlos para uma atividade na igreja. Eram em torno de seis da tarde, portanto já estava de noite. Os três iam para uma atividade na igreja sozinhos, porque a mãe de Júlia estava cuidando do bebê de outra mulher da comunidade. No caso, tratava-se de uma igreja neopentecostal que marca fortemente as experiências de crianças e famílias na periferia do Brasil contemporâneo, em especial, na oferta por lazer, socialização e acolhimento[10]. Esse encontro revela algumas estratégias que elas constroem para buscar outros espaços de lazer e de socialização.

Ainda sobre as condições de mobilidade das crianças, cabe retomar o depoimento de Renata, diretora da Escola mais próxima: "Dia que chove, não tem como os meninos chegarem aqui. O rio ali enche, cobre a ponte, vira barro. Não tem como os meninos descerem. Então o dia que chove muito, essa Escola aqui esvazia 50%". Isso diz, portanto, das condições de acesso de crianças e famílias não somente ao lazer, mas também aos serviços básicos, como a educação, ainda que se localizem nas proximidades do território, a uma distância a pé.

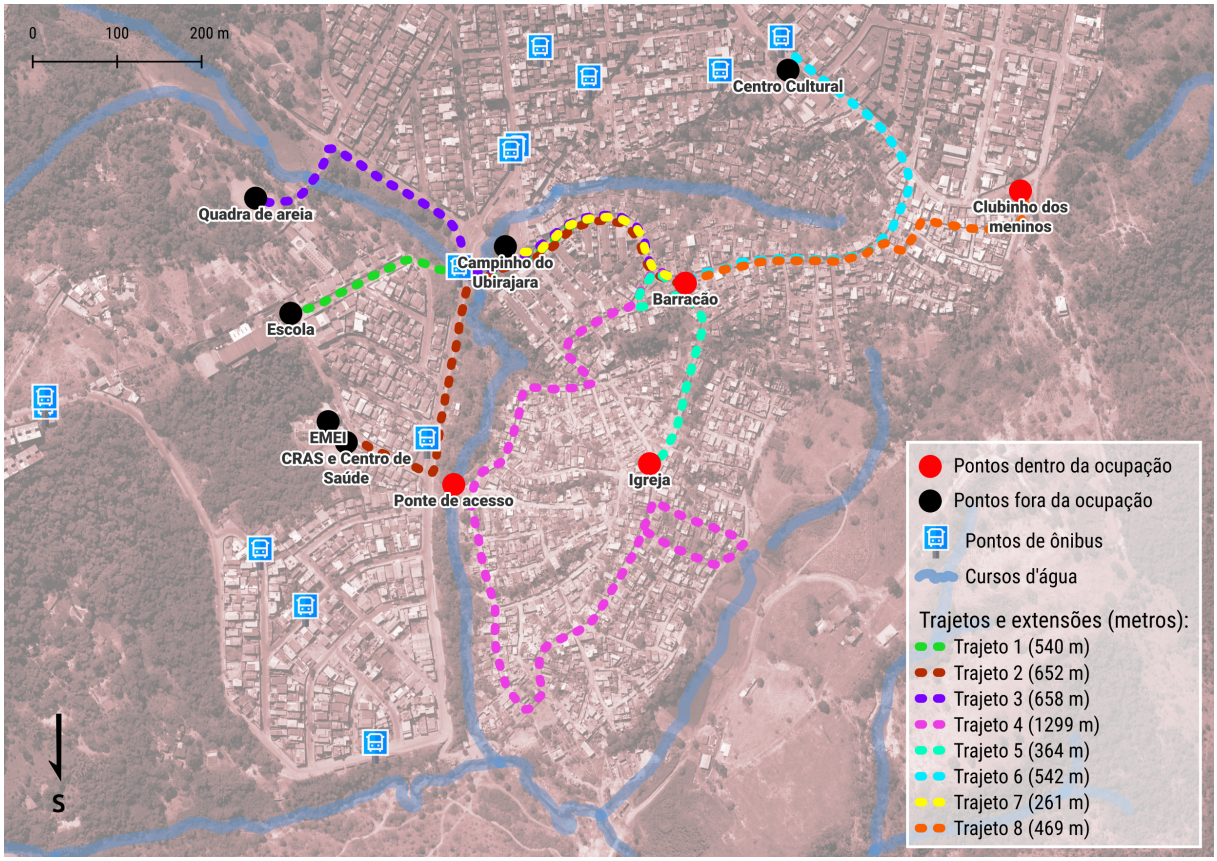
O deslocamento a pé (também referido como circulação pedonal) é o principal modal de transporte utilizado pelas crianças na ocupação. O Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP Brasil) produziu uma metodologia de cálculo a que chamam Índice de Caminhabilidade (iCam), a partir de algumas categorias que incorporam as múltiplas dimensões da experiência do caminhar (ITDP Brasil, 2019). Dentre elas, encontram-se: qualidade das calçadas; disponibilidade e qualidade do acesso ao transporte público; uso do solo que potencialize a atração de pedestres; segurança de pedestres em relação ao tráfego de veículos motorizados; segurança pública; e aspectos ambientais, relacionados ao conforto (sombra e abrigo) e às condições ambientais (poluição sonora e limpeza urbana). A comparação entre tais categorias e os elementos que trouxemos sobre os deslocamentos das crianças na ocupação revelam como a concepção de cidade por trás do planejamento de políticas encontra-se, ainda, muito distante das experiências dos sujeitos. Em seus diversos contextos, as crianças, por sua vez, desafiam qualquer noção normativa da cidade e circulam em busca de seus desejos, mesmo diante de adversidades e ausências do poder público.

A Figura 59 a seguir é uma tentativa de esboçar alguns dos deslocamentos a pé realizados com as crianças na ocupação e em seu entorno, trabalhados ao longo da tese. Optamos por representar a partida sempre do barracão comunitário. São eles: (i) Trajeto 1: ida à Escola com os filhos de Maria; (ii) Trajeto 2: ida à quadra do CRAS com um grupo de meninos; (iii) Trajeto 3: ida ao campo de futebol com Vitória e um grupo de meninos; (iv) Trajeto 4: volta

[10]Dentre as famílias mais envolvidas com a pesquisa de campo, nenhuma delas frequentava assiduamente a igreja neopetencostal, podendo participar de eventos esporádicos na busca por encontros e momentos de lazer, ou, até mesmo, doações.

pela ocupação com Vitória e Iara; (v) Trajeto 5: deslocamento durante as oficinas de fotografias; (vi) Trajeto 6: caminhada até o ponto de ônibus com Pedro; (vii) Trajeto 7: caminhada até o Campinho do Ubirajara para o Festival de Papagaio com um grupo de crianças; e (viii) Trajeto 8: caminhada até o clubinho dos meninos. Como ressalta Sarmento (2018), o roteiro das crianças pela cidade compõe um mapa de afetos e desafetos, cartografado a partir do valor simbólico que elas atribuem aos espaços, evocados em memórias e sentimentos. O Mapa constitui, assim, uma tentativa de representação dessa cartografia coletiva.

Figura 59 – Trajetos percorridos com crianças na ocupação e em seu entorno



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2019).

3.2 Circulação como estratégia de mobilização por direitos

A ocupação Rosa Leão é localizada próxima a alguns equipamentos públicos importantes na garantia de direitos das famílias: Escola, Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), Centro de Saúde, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centro Cultural. Ao circularem e usufruírem desses equipamentos e seus serviços, as crianças se inserem nas políticas públicas oferecidas pelo Estado e desafiam sua estrutura ao absorver as demandas de seus contextos.

O argumento que pretendemos desenvolver nesta seção é de que a circulação das crianças

pelos equipamentos, motivada especialmente pelo acesso à escola e ao lazer, é também uma forma de mobilização política por direitos. Estamos de acordo com Sarmento (2018), que vincula a restrição da cidadania da infância a uma limitação de sua experimentação da cidade. O autor retoma como a participação das crianças na vida política e sua proposta de cidade estão enraizadas na experiência corpórea do lugar, o que é alheio aos sentidos e às concepções dos adultos. Sarmento (2018) propõe que a noção do direito à cidade encontra-se vinculada às políticas públicas voltadas para a experimentação da vida nas cidades pela infância. Pretendemos aproximar a prática de circulação das crianças pelos equipamentos públicos no entorno da ocupação como uma estratégia de mobilização pelo direito à cidade. Para ilustrar esse argumento, trazemos o caso de um equipamento em específico: a quadra do CRAS.

Um dia, no campo, as crianças me chamaram para ir até a quadra do CRAS onde iriam jogar bola. O grupo era somente de meninos e os maiores caminhavam na frente enquanto eu acompanhava os menores. Para alguns, foi preciso que eu pedisse a autorização dos pais para ir até lá, como é o caso de Francisco, pai de Josias: "Eu sou um pai coruja, vou dizer assim. É porque eu tenho medo lá naquela quadra, aquele cimento e tal. Sem querer, um daqueles meninos dá nele um trombo, uma coisa assim, e ele bater a cabeça assim e machucar".

Ao chegar ao local, outras crianças dos bairros do entorno já jogavam uma partida de futebol. Entendi que eles frequentemente pediam ao guarda que monitora o espaço aos finais de semana para usar a quadra, e ele liberava. As crianças maiores se organizaram em times para ficar "de fora" e serem os próximos a entrar no jogo. No lote ao lado da quadra, encontra-se a EMEI, e, quando a bola do jogo caía lá, os meninos pulavam o muro para pegá-la de volta.

Um grupo de crianças menores, ou que não se identificavam com o esporte, me levou até o gramado localizado atrás da quadra, para brincarmos de queimada. Outras crianças menores brincavam de soltar papagaio no estacionamento do CRAS, que estava vazio. O desenho abaixo mostra a diversidade de usos do espaço pelas crianças naquela tarde de sábado. Como ressaltam Farias e Müller (2017), ao mesmo tempo em que as crianças se relacionam com espaços especializados da forma elaborada pelos adultos (como a quadra), elas criam vínculos com espaços informais e despercebidos pelo seu olhar (como o gramado, o estacionamento, o muro que divide o CRAS e a EMEI).

Figura 60 – Uso da quadra do CRAS por meninos da ocupação



Fonte: Elaboração própria a partir de informações do acervo da pesquisa (2019), com ícones extraídos do site Noun Project, produzidos por Manuela Buccé (2022).

A quadra do CRAS era um importante dispositivo de agregação das crianças que moram na ocupação, bem como integração com crianças de outros bairros. Naquele mesmo dia, fomos embora com os meninos discutindo com outras crianças "do Ubirajara", como chamavam. Ainda, em conversa com Célia, diretora da EMEI, ela afirma que a instituição fazia uso da quadra frequentemente para realizar festas e eventos, o que reforça a importância do equipamento para o lazer também das famílias da comunidade[11].

Como revela o depoimento de Marluce, diretora do CRAS, a quadra também se conformou enquanto um dispositivo para as crianças se inserirem nas políticas públicas. Segundo ela, o CRAS oferecia um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes e idosos. Contudo, a presença de crianças no projeto era pouco expressiva. Foi quando Edna, funcionária terceirizada responsável por conduzir as atividades, se aproximou das crianças que usavam o espaço da quadra após a saída da Escola e fez o convite para que

[11] Essa lógica se faz presente em ações que integram o Programa Escola Aberta, que propõe a abertura das escolas em horários alternativos, como aos fins de semana e à noite, para ocupar o espaço da Escola com atividades educativas, culturais, esportivas ou de geração de renda.

participassem do projeto. O serviço que antes atendia seis crianças passou a integrar 32, ou seja, quatro vezes mais crianças cujo limite se deu, inclusive, por uma questão orçamentária. O uso da quadra pelas crianças foi, portanto, a porta de entrada para que elas frequentassem os serviços do equipamento[12].

Outro exemplo nesse sentido é o de duas irmãs que não tinham filtro em casa e iam ao prédio do CRAS para encher garrafas de água no bebedouro. Marluce conta que, ao se aproximar das meninas, a equipe passou a conhecer a situação de vulnerabilidade da família: "E a gente reuniu elas no serviço, se aproximou dos pais, fizemos cadastro no CAD Único", diz. Isso revela, novamente, que a busca por direitos (no caso, do acesso à água filtrada) realizada pelo movimento das crianças até o CRAS foi o que conectou aquela família à política pública, o que se deve à autonomia das crianças e na sua participação em uma demanda básica de segurança alimentar.

Marluce descreve que as crianças têm uma relação muito tranquila com o CRAS: "Elas entram, saem, elas circulam, vão, sobem e descem de elevador. Então elas se sentem acolhidas ali". O espaço onde acontecem as atividades do serviço de convivência conta com livros, brinquedos e um computador, que as crianças podem usar na companhia de outros funcionários. No prédio do equipamento, que existe desde 2010, há também um espaço para aulas de esportes, como judô e muay thai, em parceria com o projeto Esporte Esperança da Prefeitura de Belo Horizonte[13]. O equipamento reúne, portanto, projetos de diferentes secretarias da Administração Municipal, potencializando a intersetorialidade das políticas, de acordo com pesquisas que têm demonstrado que essa proximidade pode qualificar o atendimento (VEIGA; GOUVEA, 2000; ROCHA; NOGUEIRA, 2020).

Segundo Marluce, quando ela passou a trabalhar no CRAS, em 2016, o local ainda era pouco acessado pelas famílias das ocupações, pois elas tinham receio do olhar e do controle do poder público. Essa resistência também se dava por parte das lideranças, atentas às delicadezas das relações institucionais naquele contexto de iminência de um despejo. Contudo, muitas famílias já tinham acesso aos serviços do CRAS, considerando que a maioria recebia o Bolsa Família e se organizava para fazer a transição do cadastro de outros locais para a unidade. Já a busca ativa, que depende da presença de agentes no território para acessar quem não se encontra inserido no sistema, levou mais tempo para acontecer, pois dependia da confiança da comunidade. Essa relação tensa com o poder público era consequência da ameaça que ele representava naquele

[12]Nos encontros semanais do serviço de convivência, segundo Edna, elas "conversam sobre pipa, sobre alguma coisa que aconteceu na comunidade. Tudo eles levam pra lá. Tudo o que faz, se teve visita do prefeito, os casos extremos que acontecem lá no Rosa Leão eles levam pra gente". Destaca-se que somente Camilo, o mestre de capoeira, apontou que a filha frequentava o serviço de convivência. Não foi observado ou mencionado pelas crianças que participaram da pesquisa de campo um envolvimento com esse projeto.

[13]O equipamento também conta com uma rede *WiFi* de internet, embora Marluce tenha ressaltado que não estava sendo usada devido ao contexto da pandemia, que levou ao fechamento do prédio como medida de isolamento social. Na ocasião da entrevista, o CRAS contava em sua estrutura física de atendimento com um técnico no território, um administrativo, um estagiário, uma pessoa da limpeza e o porteiro. Esse ponto merece ser destacado, uma vez que, como aponta Renata, diretora da escola, o acesso à internet é baixo em toda a região do entorno da ocupação, devido à indisponibilidade de antenas de transmissão.

momento com relação à possibilidade do despejo da comunidade, algo que era reforçado no discurso do movimento de resistência. Ao ser questionada sobre as impressões que teve quando passou a trabalhar no equipamento, a diretora destaca a politização das famílias, que requereu um atendimento especializado.

> **Marluce**: É um território marcado por lutas de movimentos sociais e que tem uma compreensão muito profunda das questões políticas. Eles são politizados, eles conhecem seus direitos. Eles chegam no CRAS, eles sabem o que eles querem. Eles sabem que aquilo ali é um direito. Então assim, isso exige da gente um comportamento pra que a gente atenda esse tipo de demanda com conhecimento. Então a gente tem que ser mais profundo, ser mais explicativo, mais resolutivo. A equipe precisa estar fazendo estudos constantemente pra tentar alcançar essas famílias no formato que elas usam, que nos apresentam. Porque eles são pessoas bastante politizadas, eles conhecem seus direitos. (Entrevista concedida em 15/04/2021).

Em conversa com Iara, ela se recorda de quando dormiu no CRAS com outras famílias da ocupação para exigir o atendimento das famílias. Isso contradiz o discurso de Marluce, ao apontar que houve resistência também por parte do poder público para atender as famílias. Mas, como destaca Iara: "Com muita luta, com muita persistência, a gente conseguiu que, aos pouquinhos, todos os equipamentos ajudassem de alguma forma a comunidade"[14].

Em 2020, o espaço da quadra deu lugar ao prédio do Centro de Saúde, que desde 2017 ocupava parte do equipamento do CRAS. Em entrevista, Mônica, supervisora do Centro de Saúde, conta que a ampliação do espaço também significou a ampliação da equipe, que passou de duas equipes para quatro, cuja metade se dedica exclusivamente ao atendimento às ocupações da Izidora[15]. Embora alguns cadastros estejam sendo feitos, Mônica afirma que mais de 50% dos usuários do equipamento são de famílias das ocupações, revelando como este movimento mobiliza transformações na política pública[16].

Mônica aponta que, mesmo antes da chegada das ocupações na Izidora, a região do entorno já era marcada pela presença de famílias em situação de vulnerabilidade social, e isso demandava um trabalho com a saúde fortemente vinculado à questão social. A chegada das ocupações, contudo, gerou quadros específicos de atendimento, especialmente relacionados à questão ambiental. Como exemplo, cita-se a frequência de demandas associadas a doenças respiratórias em crianças, devido à ventilação insuficiente nas moradias e ao excesso de poeira do chão de terra. Essa situação se torna ainda mais recorrente no frio, quando é comum crianças apresentarem esse quadro. Além disso, as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), Gerusa e

[14] Nas entrevistas, as famílias destacaram usar o serviço do CRAS para emitir documentos. Poucas famílias vincularam o equipamento ao programa Bolsa Família, o que reforça o argumento de Marluce de que a maioria já tinha acesso ao programa antes de se mudar para a ocupação.

[15] Segundo Mônica, o novo espaço permitirá a ampliação da política de atendimento com foco na prevenção, incluindo a higiene, a vacinação e a odontologia, uma importante porta de entrada para identificar outras necessidades das crianças e das famílias.

[16] Assim como Marluce, Lídia ressalta que houve uma desconfiança inicial por parte das famílias da Rosa Leão para receber as ACS.

Lídia, mencionaram ser frequentes casos de bicho de pé e diarreia, relacionados à dificuldade de higienização pela falta de acesso à água tratada.

A substituição da quadra do CRAS pelo equipamento do Centro de Saúde é um símbolo da priorização dos serviços de saúde, em termos de orçamento público, em detrimento de políticas voltadas ao lazer e à qualificação do espaço urbano. Essa experiência se associa, ainda, ao que Tiriba (2005) se referiu como "ideologia do espaço construído", para destacar o furor em ocupar espaços vazios com edificações, um movimento comum, segundo a autora, em instituições de educação infantil na busca por ampliação da cobertura do atendimento, ainda que prejudicando a qualidade do serviço. Em seu depoimento, Edna lamenta o fim da quadra.

> **Edna**: É complicado. Pra gente já é meio assim. Imagina pras crianças ali que tava acostumada a ficar, vai pra escola, já tem toda aquela rotina. Porque a vidinha deles ali é essa: vai na escola, ou vai na escola aberta ou vai no CRAS, ia na quadra, e casa. Essa é a rotina deles. De repente, não tem escola, não tem o CRAS, não tem quadra mais. Não sei se você acompanhou, recentemente, aquelas duas crianças que morreram afogadas. A gente fica imaginando que eles devem sair ali praqueles mato. Eu fico muito imaginando agora se elas não saem praqueles matos, ficam se aventurando lá nas proximidades. Eu tenho essa preocupação. (Entrevista concedida em 20/04/2021).

O equipamento da quadra, na visão de Edna, simbolizava um dispositivo de garantir divertimento para crianças em um ambiente seguro, monitorado e cuidado pelo olhar adulto. Ao relembrar a tragédia de duas crianças da ocupação que morreram afogadas em um lago próximo, quando foram se banhar após saírem da escola, observa-se uma preocupação com relação à desproteção das crianças ao circularem pelo bairro na busca de aventuras. Ainda, considerando o universo de atividades realizadas e espaços circulados pelas crianças na ocupação, pode-se dizer que a leitura de Edna sobre a vida das crianças na ocupação é enviesada por determinada concepção de infância. Contudo, estamos de acordo sobre o papel central que a Escola assume em sua rotina e sua rede de proteção.

A centralidade da Escola se revela em diferentes momentos na conversa com Renata, diretora da Escola. Segundo ela, em 2013, a Escola tinha cerca de 600 alunos distribuídos em 24 turmas de 35 alunos. Já em 2020, comportava 1.000 alunos em 34 turmas de 45 alunos, sendo 70% moradores de ocupação. Sandra, ex-coordenadora da Escola Integrada da instituição, também conta que o programa que antes tinha 250 alunos atualmente conta com 400, sendo 90% moradores de ocupação[17].

Renata relata a surpresa que foi para a equipe escolar, que saiu de recesso em julho de 2013, quando retornou em agosto de 2013 e encontrou a situação das ocupações. Ela conta como esse movimento mobilizou uma reestruturação física da escola: foi preciso abrir mão de espaços, como sala de multimeios e laboratório de ciências; a área de estacionamento foi reduzida, e a

[17] Célia, coordenadora na EMEI, conta que não houve ampliação do espaço ou do atendimento oferecido pela creche, que seguiu com 440 vagas, número bastante inferior à demanda do território, segundo ela.

Prefeitura construiu três salas de aula rapidamente, diante da urgência da época. Anos mais tarde, foram construídos quatro quiosques para atender às atividades da Escola Integrada, localizados na mata ao lado da escola, em área cedida também pela Prefeitura[18].

Figura 61 – Quiosque da Escola Integrada



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

As possibilidades de adaptação da Escola perante as demandas advindas da chegeda das crianças da ocupação, apontadas nas conversas com as educadoras, revelam a atitude acolhedora por parte da equipe escolar, destacando o caráter subjetivo que integra esses processos. Contudo, tal capacidade de adaptação é, também, um reflexo da história de transformações que compõem a proposta da Escola Integrada, experimentada pelas instituições municipais de ensino público nos anos anteriores. Exemplo disso é que a ampliação da jornada escolar, na perspectiva da Educação Integral (MOLL, 2009), prevê a modificação da rotina da escola, o que inclui um redimensionamento dos tempos e espaços da formação, articulando agentes diversos em prol de uma formação humana.

O perfil dos alunos que frequentavam a Escola também foi alterado. Como destaca Sandra: "Aquele público que era, vamos supor, filho de comerciante, filho dos próprios professores mesmo,

[18] Renata reconhece que houve apoio da Secretaria Municipal de Educação na promoção da infraestrutura da Escola, ainda que não de forma imediata.

foi mudando, e aqueles alunos foram meio que saindo". Em termos concretos, o novo público implicava lidar com o pé sujo de barro dos alunos, que demandava fazer limpezas mais frequentes da sala, oferecer banho para as crianças que não tinham acesso à água e tirar bicho de pé, que era comum nas famílias, devido ao chão de terra da ocupação.

> **Renata**: Uniforme? Não vinham de uniforme de jeito nenhum. E aí, por que não vinha de uniforme? Aí nós descobrimos. Ele achava tão lindo ele tá de uniforme, que ele ia embora pra casa de uniforme e ficava com ele. Aí passava o final de semana com ele. Quando chegava segunda feira, na hora de vir pra escola de novo, o uniforme estava imundo. Aí eles não vinham de uniforme. Então nós tivemos que dar mais blusa de uniforme para os meninos. Olha pra você ver, pequenas coisas que a gente foi descobrindo, foi difícil. (Entrevista concedida em 05/11/2020).

Para Sandra, a chegada da ocupação fez com que as preocupações com relação aos alunos mudasse, de modo que o foco da Escola deixou de estar tanto no conteúdo, mas, sim, em garantir direitos básicos, como o banho e o alimento. Com relação à Escola Integrada, isso significou privilegiar o cuidar em detrimento do ensinar: "Às vezes sentava numa oficina e o que você menos ia fazer era dar oficina. Mas aí você ia ouvir um aluno, você conseguia às vezes entrar com outra coisa. Então a própria demanda foi outra, tanto do que receber quanto do que dar". Percebemos, assim, como a Escola se abriu para as demandas do cuidado, categoria que também é contemplada na discussão e nas práticas da Escolas Integrada. O depoimento de Renata também ilustra essa posição: "Vamos entender que eles já estão privados de muita coisa lá. Então não vamos privar eles aqui também não, pelo contrário. Aqui é o lugar onde eles vão entender que eles têm direito, que eles podem buscar os direitos deles".

A mudança pedagógica necessária também estava relacionada à diversidade dos níveis de escolaridade das crianças[19]. Uma mesma turma acolhia crianças de idades muito distantes, o que foi um choque e fonte de conflito entre elas. Para Renata, atualmente, sete anos depois, a Escola vive uma estabilização nesse sentido. Contudo, a flutuação das matrículas predomina ao longo do ano letivo, considerando as realidades das famílias que acabam se mudando com maior frequência, condição à qual a Escola também precisa se adaptar.

Renata também destaca que foi preciso conduzir um trabalho de pertencimento com a comunidade escolar, a fim de promover uma cultura de cuidado com o espaço e desconstruir os preconceitos que famílias da vizinhança e professores tinham sobre a ocupação. "Não foi fácil, não foi de uma hora pra outra, mas conseguiu romper isso pras famílias entenderem que a gente estava fazendo o que era possível fazer, que a gente tinha que fazer", diz. Como Sarmento (2018), Tavares (2020) defende a necessidade de atrelar a concepção do direito à cidade a uma cultura de políticas públicas para sua efetivação e destaca o lugar da Escola como porta de entrada da

[19]Destaca-se que a organização da escola a partir dos tempos da vida faz parte da história política educacional da Prefeitura de Belo Horizonte desde a Escola Plural, projeto implementado a partir de 1995 e que pensou a vida escolar em ciclos de formação conforme grupos etários, a saber: de 6 a 8 anos, 9 a 11, e 12 a 14 anos.

criança à esfera pública[20]. O trabalho de pertencimento que menciona Renata se aproxima do argumento da autora, que defende a importância de pensar a educação das infâncias sob uma concepção de criança como "capaz e comprometida em assumir a responsabilidade por esse espaço, mesmo com todos os problemas que o mundo possa ter. Implica tomá-lo como seu e lutar por ele, lutar pela vida" (TAVARES, 2020, p. 171).

Apesar desse trabalho de adaptação da escola, muitas mães da ocupação criticam o ensino ofertado. Carolina diz ter a sensação de que as crianças não aprendem nada: "Lá é mais é brincadeira. Os meninos saem de lá sem saber ler, sem saber escrever". Já Maria se ressente de que houve pouca abertura para o envolvimento da família e, em tom mais conservador, ressalta um desgosto pelas músicas que tocam no recreio e as roupas que as alunas vestem. Francisco também pondera as limitações do ensino, a partir das dificuldades de Josias, mas ressalta as qualidades do espaço escolar e da vivência cultural que o filho possui no local, demonstrando uma visão mais plural sobre as dimensões da educação.

> **Francisco**: Não sei se ele te contou, porque ele não vai contar, não, vai ficar acanhado. Mas é ruim de matemática, nossa. Letra cursiva então, nossa. Entendeu, quer dizer, eles não tão cobrando dele, né? E é um direito dele, deles ensinarem pra ele melhor. Então eu já, só a única parte que eu já cobrei foi isso aí. Mas outra coisa que eu posso dizer pra você é que a Escola é maravilhosa. Tem os quiosque lá. De vez em quando, agora por causa desse negócio aí ele não tá indo na escola, mas ele saía, andava lá naqueles mato, aquela coisa, tudo. Tudo é cultura. Então, eu achava, ele chegava aqui comentando pra mim, e aí, tá bom. Tá certo, é cultura, sim. E é muito importante você conhecer a cultura. Mas o que eu queria que você aprendesse mais além dessa cultura é a leitura, que é isso daí que vai fazer falta pra ele no futuro. (Entrevista concedida em 16/11/2020).

Diva, por sua vez, diz gostar muito da escola, já que é perto de casa e muita gente que trabalha lá é da comunidade. Camilo e Leila, que foram acolhidos pela instituição e trabalham como monitores da Escola Integrada, também ressaltam o carinho e a admiração pela equipe. Leila conta que, logo que começou seu treinamento, descobriu que estava grávida e a direção da Escola optou por contratá-la para garantir que ela e a criança tivessem acesso a direitos. Hoje, entende a Escola como sua família. Camilo também destaca a sensibilidade da equipe com a situação de vulnerabilidade das famílias: "O abraço que eles dão é muito, muito gostoso, é muito legal, muito bonito de se ver. São extremamente dentro da necessidade, o que pode fazer, individual ou em grupo", diz.

[20]Essa discussão contribui, ainda, para complexificar o debate em torno de conceitos como "efeito território" ou "efeito vizinhança", que muitas vezes atribuem à escola e aos sujeitos a centralidade na reprodução de desigualdades. Como criticam Girotto e Oliveira (2021), os estudos que se apoiam nesses conceitos apresentam dificuldades de articular as categorias "escola", "desigualdade" e "território" na dinâmica capitalista, de modo que, ao esvaziarem a profundidade epistemológica em torno da noção de território, acabam por ignorar a desigualdade socioespacial como meio, condição e produto desse sistema, contribuindo para um processo de estigmatização de territórios de vulnerabilidade. Os autores se posicionam no sentido de destacar a "escola como território onde se reinventa a política e o mundo", ao passo que reiteram sua importância e insuficiência para lidar com o combate à desigualdade.

Entendemos que essa relação positiva das famílias com a Escola também está relacionada com a presença da Escola Integrada, que valoriza o estreitamento dos laços da comunidade escolar com o seu entorno. O contexto da chegada das ocupações permitiu à Escola se ressignificar, atrelada a uma concepção que já era parte deste programa. Os depoimentos também ressaltam o papel da gestão nesse processo, em especial representado pela diretora. Em conversa com Antônio, durante a pandemia, ao falarmos sobre a ausência do ensino presencial, ele menciona as saudades que sentia de Renata.

Mesmo diante dos desafios da adaptação, a Escola se mostrou uma importante apoiadora das famílias das ocupações. Inicialmente, quando havia dificuldade de realizar a matrícula porque não tinham endereço, foi autorizada a realização de matrículas de mais de 100 crianças em um endereço único de uma liderança comunitária do bairro do entorno que trabalhava na escola[21]. Como ressalta Iara, esse feito foi muito importante para garantir que a comunidade não sofresse o despejo, vitória essa protagonizada pelas crianças: "Várias vezes as crianças que salvou a comunidade, porque a gente conseguiu provar que a maioria das crianças da comunidade tavam matriculadas nas escolas", enfatiza.

A Escola também cuida para que a ausência das crianças, recorrente em dias em que a chuva torna o trajeto até a instituição impossível, ou em que as crianças estão acompanhando as famílias nas manifestações por seus direitos, não gere faltas que possam ser encaminhadas ao Conselho Tutelar. Silva e Vieira (2020) já apontaram que a infrequência escolar é maior entre crianças que vivem em ocupações urbanas. As autoras ressaltam a compreensão da equipe escolar diante das condições sociais distintas que influenciam a organização da rotina diária das crianças e de suas famílias, ainda que permaneçam discursos que conectem as faltas a uma desvalorização do ambiente escolar pelas famílias. Dentre os motivos de faltas das crianças nas EMEIs, destacam-se as dificuldades de acessibilidade, o que ressalta que o desafio para o acesso à educação infantil não está somente na matrícula, mas na permanência das crianças nas instituições.

A infraestrutura da Escola também é disponibilizada para a realização de reuniões de trabalho do movimento de resistência. Além disso, a comunidade escolar já se envolveu em passeatas de conscientização junto à ocupação quando houve um surto de dengue na região. Elementos como esses reforçam a atuação da Escola na articulação territorial para a garantia de direitos das crianças da ocupação para além do direito à educação, como explicita a fala de Renata.

[21] Os trabalhos indicam que as dificuldades de acesso à matrícula na educação formal por crianças que moram em ocupações se dão por fatores diversos, tais como: a distância da ocupação até uma escola pública, somada à dificuldade de mobilidade urbana (NASCIMENTO, 2019); a dificuldade de obter os documentos necessários, como comprovante de moradia ou documentação da criança (CRUZ; SILVA, 2019); ou ainda, o preconceito da comunidade escolar com as famílias (RAMALHO, 2019). Os estudos revelam que a construção de uma creche comunitária surge, muitas vezes, como estratégia de fortalecimento do movimento das ocupações urbanas e da luta por direitos. Talvez devido à proximidade da ocupação Rosa Leão com instituições de educação, este movimento não ocorreu, embora haja um terreno vazio na comunidade destinado à implantação de uma creche comunitária.

> **Renata**: A gente sabia que aquele momento pra eles ali era um momento de desespero. A gente tinha criança que chegava e ficava o tempo todo olhando na janela pra ver se ia chegar um carro de polícia, pra ver se ia chegar um blindado, E isso acontecia de vez em quando. De vez em quando aparecia aquela quantidade de carros de polícia de tudo quanto é lugar e aí os meninos ficavam aqui numa tensão. Esses dias, a gente não dava aula não. Era tentando acalmar os meninos, era tirando eles da sala pra não ver e ir levando pra quadra, pra brincar, pra jogar bola. 2014 passou essa tensão toda. É um pessoal de garra, de força, de ir em busca dos direitos. Então eles viviam em sentinela constante. Pra onde que os meninos poderiam correr se acontecesse alguma coisa? Era a escola. Então, o pai, todos os dias, bateu o sinal 7:00 horas da manhã e ele pôr a criança aqui dentro da escola, ele (respira) respirava aliviado, "Ele está seguro". Quando ele pegava os meninos, a gente sentia que às vezes eles falavam: "Torce pra dar certo!". (Entrevista concedida em 05/11/2020).

Figura 62 – Vista da ocupação da janela do refeitório da Escola



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Renata conta como deu início à formação de uma rede local, juntamente com representantes do CRAS, do Centro de Saúde, da EMEI e do Centro Cultural, com o intuito de debater e propor ações para o atendimento às crianças e suas famílias[22]. Em 2016, em reunião institucional

[22]Cabe destacar, a partir das observações realizadas, que a prática da intersetorialidade é ainda incipiente, de modo que se realiza a partir dos sujeitos, como se destaca aqui na centralidade da figura da diretora, e não necessariamente das políticas.

organizada pela Administração Municipal, Renata e Mônica perceberam as convergências de desafios vividos pelas instituições da Escola e do Centro de Saúde e passaram a se reunir mensalmente para debater o que chamam "estudos de caso"e pensar na melhoria do atendimento. Isso revela como a chegada das ocupações mobilizou o aparato da política pública para refletir sobre as políticas e os direitos de forma mais integrada e intersetorial, como exemplifica Renata: "Você tem que ver quantas vezes o posto de saúde manda pra mim um bilhetinho pra colar no caderno do menino sobre o médico".

Essa centralidade da Escola na rede local foi escancarada no período da pandemia da Covid-19[23]. O trabalho da rede local se intensificou, primeiramente, para cadastrar as famílias na lista da Prefeitura de Belo Horizonte para distribuição de cestas básicas. A preocupação com a alimentação das crianças sempre atravessou a relação dos equipamentos com as famílias. Como ressalta Renata, embora hoje as famílias conseguiram se organizar melhor, nos momentos iniciais, o acesso ao alimento era uma necessidade básica: "Não era um nem dois dias que a gente teve situação de criança aqui com dor de cabeça, passando mal, por causa dessa questão da alimentação não estar adequada". De 6 cantineiras, a cozinha da Escola chegou a ter 12 profissionais após a chegada das ocupações. Edna e Célia também destacam situações em que as crianças colocavam comida no bolso durante os lanches nas instituições. Na pandemia, essa preocupação com a segurança alimentar das crianças diante da impossibilidade de se alimentarem na Escola foi, portanto, o maior foco da rede local, como ressalta Renata.

Ainda sobre o contexto da pandemia, o fechamento das escolas, em especial considerando a situação de vulnerabilidade de muitas famílias, também gerou consequências na qualidade de vida e segurança física e emocional das crianças (SILVA; LUZ; CARVALHO, 2021). Nesse sentido, Mônica ressalta o aumento da demanda por atendimentos psicológicos nesse período, inclusive de crianças, diante das dificuldades da ausência da Escola e do desafio da aprendizagem no ambiente doméstico. Os desafios para lidar com o formato virtual, devido às desigualdades de acesso à internet e a aparelhos como computador e celular, também foram evidenciados. Nesse sentido, Gerusa e Lídia revelam como o trabalho da equipe de ACS junto às famílias da ocupação, além de esclarecer os benefícios sociais que poderiam acessar oferecidos pela Prefeitura, passou a envolver tarefas como imprimir atividades escolares encaminhadas de maneira virtual às crianças e emprestar o celular durante as visitas para assistirem à aula online ou se informarem sobre atividades da escola[24].

[23]Cabe ressaltar que nosso olhar sobre o papel da escola nas políticas para as crianças assume, nesta tese, uma perspectiva de quem se situa de fora da política e do espaço escolar. Desse modo, ao tratar aqui da centralidade da Escola na garantia do acesso a direitos das crianças moradoras da ocupação Rosa Leão, não tive como objetivo olhar para as práticas pedagógicas vivenciadas no âmbito da instituição, mas, sim, na sua relação intersetorial com outros equipamentos que integram a política pública local e com as famílias e a comunidade, de modo geral.

[24]Marluce destaca o agravo do fenômeno da violência na região durante a pandemia da Covid-19, dado pela maior convivência em casa de crianças sem aulas presenciais e pais sem emprego: "A gente tem recebido cinquenta requisições do conselho por mês, isso é um montante que não existia antes", diz. Edna conta que o atendimento do serviço de acolhimento também foi ampliado nesse período, que passou a se realizar via ligações telefônicas e entrega de kits com jogos e brincadeiras.

A proximidade física dos equipamentos públicos, que se localizam na mesma rua, também contribuiu para essa confluência entre a rede local. Adriano, que por muitos anos foi supervisor do Centro Cultural, compreende que essa articulação é dada pela circulação das crianças, que saem da escola, frequentam as atividades do projeto do CRAS e então se direcionam para o Centro Cultural em busca de lazer, tudo a pé. Ainda que a política seja idealizada dessa forma, a convivência com as crianças da ocupação mostra que isso não acontece, uma vez que são poucas as que frequentam o CRAS ou o Centro Cultural, de modo que a Escola ainda é o equipamento de maior acesso às crianças e às famílias.

O espaço do Centro Cultural oferta diversas atividades, como oficinas brincantes e cursos, destinadas às crianças e famílias, além de contar com uma biblioteca comunitária. Adriano conta que, em seu primeiro dia de trabalho, em 2016, ao conversar com duas crianças que entraram na biblioteca, soube delas que não poderiam pegar livros, pois moravam na ocupação e não tinham comprovante de endereço. Havia um discurso de que o equipamento não estava preparado para receber as famílias da ocupação, que eram frequentemente encaminhadas para outros equipamentos, como o CRAS ou o Centro de Saúde. Na ocasião, ele pediu a autorização da gerente para que as crianças tivessem acesso a tudo no espaço. Diante da experiência bem sucedida com a população em situação de rua na Biblioteca Municipal Infantojuvenil, recém transferida para um equipamento localizado no centro da cidade de Belo Horizonte, Adriano teve um retorno positivo. Deu-se início, então, a um trabalho de formação da equipe do Centro Cultural, a fim de cultivar uma postura acolhedora às famílias da ocupação e o reconhecimento dos seus direitos[25].

O Centro Cultural também se encontra engajado nas ações da rede local, participando de eventos e ajudando a promover ações intersetoriais. No apoio às ocupações, Adriano relembra a realização de reuniões junto à Urbel, CEMIG, Secretarias da Administração Municipal, além do acolhimento das atividades do coletivo Pé de Rosa[26], que desenvolve um trabalho de brincadeiras e assistência com crianças da Rosa Leão. Contudo, conforme expõe Galera (2019), lideranças da ocupação destacam que empecilhos burocráticos muitas vezes restringem o uso do equipamento e a autonomia dos moradores para neste propor atividades.

Segundo Adriano, o público infantil que frequenta o Centro Cultural é variado: há crianças cuidando de crianças, buscando um espaço para dormir durante o dia, ou passeando na companhia de adultos, na maioria das vezes, mulheres. Adriano destaca que, a partir dos 12 anos, elas tendem a se identificar menos com o espaço: "O Centro Cultural, por ser muito pequeno, ele

[25]Segundo Adriano, o espaço do Centro Cultural também sofreu adaptações após a chegada das ocupações, quando, em 2014, parte do espaço da creche conveniada, localizada no terreno vizinho, foi cedido para sua ampliação. Um outro projeto de ampliação, que envolvia a construção de novos pavimentos, foi desenhado com o apoio do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) Santa Luzia, localizado também próximo ao Centro Cultural. Entretanto, este foi interrompido no contexto da pandemia.

[26]O coletivo Pé de Rosa é composto por um conjunto de voluntários, muitos deles vinculados a uma igreja protestante de cunho progressista, mas não exclusivamente. Inicialmente, suas atividades aconteciam no barracão comunitário, mas a ausência de infraestrutura no espaço (em especial, banheiro, água e sombra) levou ao deslocamento das atividades desse grupo para o Centro Cultural.

não dá conta de acolher a criança. Então tem todo esse exercício aí de ressignificação. Às vezes, o Centro Cultural se mostra como esse lugar que acolhe a criança, e o adolescente não quer ser acolhido pelo mesmo lugar". Além disso, observei uma resistência dos moradores em frequentar as atividades no Centro Cultural dada sua distância até as casas[27], o que demarcaria uma fronteira territorial, como ressalta Francisco: "Eu posso dizer pra você, que lá é mais praquele pessoal que mora mais pra cima, entendeu? E nós moramos mais pra baixo, então nosso relacionamento de convivência, sobre cultura, enfim, é aqui pra baixo".

A caminho da escola, encontra-se o campinho do Ubirajara, como os sujeitos nomeiam o espaço. Localizado a alguns metros de uma das entradas principais da ocupação, o local faz referência ao Conjunto Ubirajara, vizinho à Rosa Leão, embora seu nome oficial seja Praça Roman Laranja. Já havia o costume de a vizinhança se reunir ali aos finais de semana para lazer, onde há um bar na esquina e uma grande área gramada, cujo único equipamento disponível por um bom tempo foram resquícios de uma trave de futebol. O campinho é lugar de passagem para a maioria das crianças da pesquisa irem à Escola e a outros equipamentos, sendo também frequentado pelos meninos para jogar futebol. Isso não se dá, contudo, sem conflito com outros grupos da vizinhança, segundo eles, o que acaba por restringir sua apropriação pelas crianças da ocupação[28]. O amplo espaço do equipamento e sua localização na passagem para os bairros do entorno fazem dele um lugar de reunião para outros eventos realizados pela ocupação e sua rede de apoio, como foi o caso do Festival de Papagaio e do evento A Juventude oKupa a Cidade, promovido pelo Fórum das Juventudes da Grande BH[29], ambos articulados pela coordenação da Rosa Leão e pelas Brigadas Populares. Embora o público a quem se destinava um dos eventos fosse a juventude, destacou-se a presença maciça das crianças da ocupação, que ocuparam, inclusive, o palco e protagonizaram a atividade, como revela a Figura a seguir.

[27] Segundo informações do Google Maps, a distância do Centro Cultural ao barracão comunitário é de 550m.

[28] No ano de 2022, foi concluída pela Prefeitura de Belo Horizonte a obra de urbanização da Praça de Esporte do Conjunto Ubirajara, com a instalação de quadra de vôlei, campo de futebol, área com equipamento de ginástica e brinquedos e áreas de convivência com bancos e mesas, além de obras de paisagismo, totalizando um investimento de R$ 505 mil. Segundo reportagem da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP, 2022), também foi instalada uma cerca para a "proteção do córrego", o que novamente reforça a distância entre o pensamento do planejamento da cidade e sua apropriação real pelos sujeitos.

[29] O Fórum das Juventudes foi criado em 2004, por iniciativa de grupos como o Observatório da Juventude da UFMG e a rede de jovens ativistas D.vErCidaDe Cultural. O coletivo tem como objetivo promover a discussão e a implementação de políticas públicas voltadas para a juventude. Já o evento A Juventude oKupa a Cidade é uma das ações prioritárias do Fórum, que articula debates ligados aos direitos da juventude e visibiliza grupos artístico-culturais juvenis da periferia da cidade.

Figura 63 – Ações de apoiadores no entorno da ocupação



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Tavares (2020) destaca a cidade como um espaço de leitura e experimentação ética, política e estética, de modo que sugere uma experiência alfabetizadora que se propõe também a ler a cidade. Nossa análise ressalta como as crianças da ocupação experimentam formas de ler a cidade sob lentes específicas, crescendo em um território em disputa, construído por uma comunidade em uma trajetória de luta e resistência. A circulação pelos equipamentos públicos, seja nos eventos de mobilização ou na vida quotidiana, proporciona a formação de sujeitos produtores de cultura e participantes da vida política de suas comunidades.

Entendemos que essas experiências podem ser compreendidas como uma mobilização pelo direito à cidade. Cordeiro, Aitken e Mello (2019) tecem uma crítica à ideia do direito à cidade como um fim em si mesmo, que ignora desigualdades estruturais e formas de dominação. Os autores retomam que a forma elaborada por Lefebvre não contempla uma alternativa fechada e predefinida, uma vez que a cidade resultante de uma nova política urbana é contingente a ela.

Partindo dessa compreensão aberta, que envolve as dimensões de habitar, festejar, produzir e viver a vida urbana, Cordeiro, Aitken e Mello (2019) propõem uma abertura para se pensar os direitos das crianças. Para os autores, o debate instaurado pela Convenção sobre os Direitos

da Criança (CDC) mobilizou políticas e legislações voltadas para a infância[30]. Contudo, criticam que tais iniciativas tendem a apresentar pouca relação intrínseca com a justiça distributiva e os marcadores sociais que atravessam experiências de crianças e adultos na cidade, aproximando-se, muitas vezes, de uma concepção de criança como sujeito neoliberal.

Entendemos que a crítica de Cordeiro, Aitken e Mello (2019) à noção dos direitos das crianças resultante do movimento da CDC se associa ao que Pires (2016) compreende como uma concepção de direitos humanos ocidental, que parte de um modelo de sujeito específico e que impõe sua visão, anulando outras formas de vida e tendo a colonização como mecanismo de perpetração de estruturas de poder e dominação. Inspirada nas discussões de Joaquín Herrera Flores e Costas Douzinas, a autora propõe pensar os direitos humanos como força libertadora e contra-hegemônica, em uma tentativa de negar o universal como a-histórico, mas, sim, fruto do conflito, do diálogo e do confronto. Trata-se, portanto, de pensar os direitos a partir dos sujeitos concretos e devolver-lhes a tradição da resistência e da luta para "reinserir os seres humanos no circuito de reprodução e manutenção da vida" (PIRES, 2016).

Balagopalan (2019) também analisa os direitos da criança a partir do reconhecimento do projeto de violência e conquista imposto pela Modernidade. A autora propõe o conceito de governança para destacar o papel do Estado nesse jogo de poder. Voltando-se para a disputa pelo direito à educação na Índia, mostra como os direitos das crianças são acionados pelo Estado para garantir o controle social e a marcha da economia capitalista, mantendo famílias marginalizadas em situação de subemprego e pobreza.

> Ao assumir direitos subjetivos como universais, a governança dos direitos da criança no mundo majoritário corre o risco de ignorar, e assim, reproduzir, a diferença fundamental nas maneiras pelas quais as comunidades de elite e marginais produziram seus direitos subjetivos como cidadãos das democracias liberais moldadas pelo desenvolvimento pós-colonial[31]. (BALAGOPALAN, 2019, p. 317).

Contrapondo-se a uma concepção de direitos e de infância que não reconhece as crianças como sujeitos de ação, mas receptores de provisão de um Estado reformista, que aciona o discurso dos direitos das crianças para manipular famílias marginalizadas das políticas públicas (BALAGOPALAN, 2019), nos aproximamos aqui das ideias de Pires (2016). A autora propõe pensar os direitos humanos como "luta contínua pelo desejo singular do Outro e seu concreto re-

[30] Na experiência brasileira, após a criação do ECA, em 1991, podemos destacar: a criação da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), a proposta de elaboração dos Planos Municipais da Primeira Infância (PMPI), a experiência do Projeto Cidade das Crianças em Boa Vista (RR) e Jundiaí (SP), a Rede de Cidades Educadoras, e o Programa Cidades Amigas Crianças, de iniciativa da Unicef (ONU). Muitas dessas iniciativas têm contado com o apoio de instituições da sociedade civil de cunho privado, como a Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, o Instituto Alana e a Fundação Bernard Van Leer.

[31] Tradução do original, em inglês: "By assuming rights-subjectivities as universal, child rights governance in the majority world risks ignoring, and thereby reproducing, the fundamental difference in the ways in which elite and marginal communities have engaged their rights-subjectivities as citizens of liberal democracies and been worked upon by postcolonial development" (BALAGOPALAN, 2019, p. 317).

conhecimento", em que o enfrentamento constante produz universos simbólicos plurais, práticas sociais antagônicas e políticas públicas democráticas. A situação de precariedade experimentada por crianças e famílias na Rosa Leão, diante da negação de direitos, indica a urgência de políticas situadas em suas experiências e que considerem o contexto das relações estruturais de poder. Daí, depreende-se que "a vida dos direitos está na experiência" (PIRES, 2016, p. 306).

Como os dados revelam, as experiências das crianças da Rosa Leão anunciam pistas para os questionamentos de Cordeiro, Aitken e Mello (2019) sobre que tipo de direito à cidade crianças e jovens podem usufruir em termos de participação (poder de decisão sobre transformações) e apropriação (acesso, uso e ocupação) dos espaços e que cidade desejamos. As crianças da ocupação, ao experimentarem liberdade para perseguir seus desejos, também experimentam a possibilidade de participar da produção do espaço e das políticas públicas, mesmo diante da precariedade de recursos (públicos e privados) na realidade em que vivem.

3.3 Um passeio por espaços culturais: relato de experiência

Pesquisas recentes, como as de Muniz (2018) e Campos (2019), exploraram o deslocamento com crianças pela cidade por meio de passeios, a fim de compreender e dar visibilidades às suas experiências na relação com o espaço. Campos (2019) aponta para a importância de tais momentos no compartilhamento com memórias coletivas que possibilitam diferentes modos de olhar, perceber e sentir a cidade. Por sua vez, Muniz (2018) destaca como tal estratégia metodológica permite revelar a cidade em tensão, entre medos e desejos de fruição, atravessados por marcadores de diferença social e geracional, diante de uma cidade desigual.

Inspirada em pesquisas como essas, em comemoração ao Dia das Crianças, organizei um dia de passeio com as crianças da pesquisa aos museus Espaço do Conhecimento da UFMG e Memorial Minas Vale, como parte do trabalho de campo. O objetivo era ampliar a visão sobre a forma como elas interagiam em outros espaços na cidade, bem como proporcionar a elas um momento de experimentação da cidade. Partimos, então, de uma compreensão de passeio como colocado por Muniz (2018): não como uma prática elitista, mas como a busca por sair de si e de seu universo particular.

Ambos os museus visitados estão localizados no entorno da Praça da Liberdade, na região central de Belo Horizonte. Trata-se de uma área nobre na cidade, planejada para abrigar a sede do poder mineiro[32]. Em 2010, ocorreu a mudança da sede para a Cidade Administrativa, construída no Vetor Norte da cidade, próximo à Região da Izidora, como parte de uma série de investimentos via parceria público-privada. Essa mesma dinâmica transformou o local do entorno da praça em um conjunto integrado de espaços culturais, formando o chamado Circuito

[32]O local, que hoje consiste em um conjunto arquitetônico e paisagístico tombado, é contornado por prédios que por muitos anos abrigaram os órgãos de planejamento e gestão do Governo do Estado de Minas Gerais. A presença de dois edifícios projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer reforça a opulência da imagem do cartão postal.

Cultural da Praça da Liberdade (CCPL)[33]. Ao todo, éramos 14 crianças e quatro adultas, sendo uma delas a mãe de quatro das crianças presentes. Somente a família de Maria não participou da atividade, pois sua mãe se encontrava indisposta e não queria que as crianças fossem sem a sua supervisão. Iara e um companheiro militante das Brigadas Populares dividiram comigo a responsabilidade de organizar o passeio.

O deslocamento da ocupação até os museus, de cerca de 20km, foi realizado por uma Van contratada. Durante o trajeto, as crianças se organizaram na ocupação da Van, distribuindo-se de acordo com a idade e o gênero: os meninos maiores ficaram ao fundo da Van, jogando no celular; as meninas ocuparam as poltronas do meio e ficaram brincando de cuidar de Fábio, a única criança pequena entre nós; e os meninos menores se sentaram na fileira da frente. Assim, elas reproduziam ali as mesmas divisões de gênero que observei na ocupação: meninas desenvolviam atividades de cuidado enquanto meninos experimentavam maior liberdade para o brincar, separados por uma lógica etária.

Figura 64 – Crianças na Van



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

No início, prevaleceu o silêncio, enquanto os meninos jogavam seu jogo favorito, o *Free*

[33] Como analisam Veloso e Andrade (2015), o objetivo da criação do CCPL foi ampliar a capacidade turística de Belo Horizonte, tornando-a mais competitiva no mercado com relação à oferta de consumo cultural e de lazer, ao combinar patrimônio, cultura e turismo. Contudo, sua localização em região nobre contribuiu para reforçar a visão de cultura como pertencente às elites, intensificando desigualdades. Além disso, as empresas como financiadoras dos espaços museológicos contribuíram para fortalecer o sentido comercial do projeto. Consequentemente, crianças e jovens de classes populares, mesmo diante de apostas dos museus por uma estética e uma educação museológica mais popular, se apropriam menos desses espaços, com exceção de visitas escolares (MACHADO; PAGLIOTO; CUNHA, 2016).

Fire, e as meninas apreciavam a paisagem da janela. Chegando ao centro da cidade, os meninos foram deixando os celulares de lado e começaram a interagir mais com o ambiente externo, brincando com vendedores ambulantes, pedestres e motoristas. A energia e o dinamismo do centro contagiavam as crianças, que traziam essa energia para dentro da Van.

A janela se torna, portanto, um lugar que oferece uma fuga sem precisar sair e, dali mesmo, as crianças começaram a significar e se apropriar dos espaços do lado de fora (MUNIZ, 2018). Em sua pesquisa, Campos (2019) também destaca a janela do ônibus como dispositivo de formação estética do olhar, engendrando um processo de peregrinação e exploração das histórias na cidade. Para o autor, a disputa por quem "vai na janela", fato que também ocorreu entre os meninos da ocupação, revela que, na perspectiva das crianças, a janela se apresenta como possibilidade de maior acesso à cidade. Abaixo encontra-se uma descrição, feita por mim, dos elementos de destaque presentes em uma sequência de registros fotográficos da paisagem feitos por Dandara na janela da Van. Observamos, aqui, como os elementos representativos de uma cidade grande brasileira são capturados pelo olhar da criança.

Descrição de fotos do centro da cidade

Viaduto, estacionamento de shopping popular, ônibus. Baixio de viaduto, caminhonete, placa de obras da prefeitura. Ônibus, carros, viadutos, prédios, postes de luz. Pessoas dentro do ônibus, sentadas e em pé, mexendo no celular e olhando a paisagem da janela. Pesquisadora. Menino da ocupação. Prédio espelhado, semáforo, passarela, placa de proibido estacionar, calçada. Estacionamento de carros, pedestre de bermuda, menino da ocupação observando a paisagem da janela. Prédio em obras, andaime, pedreiro, loja de R$1,99. Árvore carregada de ipês rosa ao longe, semáforo, pixo na empena cega, faixa de pedestre, pedestre falando no celular. Mais carros. Homem de boné vermelho encostado no poste, loja fechada. Motocicletas estacionadas lado a lado. Galpão fechado com pixo na parte mais alta do muro. Grafite rosa na parte mais baixa do muro. Fachada com placa indicando tombamento pela Administração Municipal, portão gradeado com lote sem uso dentro, grafite com letras azuis celeste ao lado do portão. Muro com pixo. Escombros de um prédio antigo de estilo neoclássico, barracão de lona preta e transparente. Lanchonete fechada com madeirite na porta, estacionamento aberto com azulejos amarelos na fachada e banner que diz R$7,00 a hora. Kombi branca. Loja com malas coloridas e chapéus de praia distribuídos na entrada, guarda-chuva coloridos abertos e pregados no teto. Motoqueiro de capacete, homem na porta da loja ouvindo um áudio pelo celular. Manequins vestidos de camisetas de times de futebol dispostos na calçada, loja fechada. Ótica com totem de papelão na porta convidando para entrar, pedestres, tronco de árvore.

No passeio, destacou-se a liberdade que as crianças tiveram de percorrer por ambos os museus, interagindo com as mediadoras e os mediadores, ora mais jovens, ora mais velhos, que as conduziam pelos ambientes com narrativas lúdicas, como o teatro, a música e a brincadeira. As pesquisas apontam para a construção de ações em espaços museais de escuta de crianças para preparar a mediação e o acolhimento desse público, a fim de incorporar práticas educativas em diálogo com as linguagem das crianças, fundadas em experiências sensoriais e lúdicas

(CAMPOS; CARVALHO; BAPTISTA, 2021; FLORES *et al.*, 2007; FOERSTE; FERREIRA; ULIANA, 2018; CARVALHO; LOPES, 2016).

Esse movimento recente compreende as crianças como produtoras de cultura e reconhece a importância de sua participação para propor mudanças de regras e rotinas que se adaptem ao público infantil, rompendo com a lógica adultocêntrica e disciplinar que muitas vezes predomina nesses espaços (PORTO; MORAIS; CARVALHO, 2021). As imagens a seguir das crianças deitadas no chão dos museus é um exemplo disso. Em ambos os espaços, nosso grupo foi recebido com acolhimento, de forma lúdica e despojada, de modo que as crianças se sentiam, realmente, à vontade e com o desejo de estar ali.

Figura 65 – Recepção das crianças no Espaço do Conhecimento da UFMG e no Memorial Minas Vale



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

No Espaço do Conhecimento da UFMG, onde o deslocamento pelos andares se deu de modo mais livre, as crianças puderam caminhar conforme sua curiosidade, desfrutando de tempo para apreciar e fruir o espaço, como defendem Carvalho e Lopes (2016). Como resultado, um grupo de meninos maiores improvisou uma brincadeira de esconde-esconde, estimulada pela presença de tecidos que pendiam do teto. Elas também experimentaram tocar em objetos que faziam parte da exposição, desejo constantemente manifestado por crianças em visitas a museus, como ressaltam as pesquisas (FLORES *et al.*, 2007; PORTO; MORAIS; CARVALHO, 2021). Destaca-se, assim, a dimensão do corpo das crianças nos museus, no sentido de sua agência e do reconhecimento enquanto sujeitos nesses espaços, ao experimentá-los de forma sensorial, para além dos textos e das interpretações focadas na aprendizagem (CAMPOS; CARVALHO; BAPTISTA, 2021).

Por coincidência, a exposição daquela temporada, intitulada *Caminhos do Movimento: fluxo*, trazia um *banner* com a foto de uma criança na ocupação Rosa Leão em cima de um carro, formando uma barricada de resistência na ocupação, representando os movimentos sociais urbanos contemporâneos. Os meninos reconheceram a criança da foto, dizendo que hoje ele já

era um adolescente. Embora a presença do *banner* me soasse uma oportunidade de dialogar com elas sobre o processo de resistência das ocupações, elas não se interessaram tanto pelo debate quanto pela brincadeira de esconde-esconde, que se dava naquele mesmo espaço. Na fotografia da Figura 66, Josias conta até vinte sobre um mural que informa os fluxos migratórios internos brasileiros, enquanto os demais meninos se escondem, corporificando essa apropriação inventiva que as crianças fazem dos elementos dispostos nos espaços museais (PORTO; MORAIS; CARVALHO, 2021).

Figura 66 – Brincando de esconde-esconde no Espaço do Conhecimento da UFMG



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Entre uma visita e outra, fizemos um lanche na Praça da Liberdade, onde as crianças também puderam circular e brincar, conforme ilustram as fotografias da Figura 67. As crianças experimentaram uma grande liberdade para explorar o espaço na praça. Após um lanche coletivo, elas se reuniram em grupos etários e começaram a sair brincando: enquanto uma dupla de meninas posava para um *book* de fotos, a pedido de Iara, as crianças maiores exploravam mais os equipamentos da praça, refrescando-se na fonte e brincando de pega-pega no coreto.

Figura 67 – Crianças na Praça da Liberdade



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

As imagens das crianças se banhando na fonte, de Oscar deitado no banco da praça e do coreto sendo explorado em toda sua estrutura para brincar revelam como as crianças apresentam uma forma própria de interagir com os elementos espaciais da Praça da Liberdade que se distancia da normativa. A praça é um espaço formal, reconhecido como um dos cartões postais de Belo Horizonte, historicamente regulado e constrangido pelo Estado, além de ser compreendido socialmente como um lugar da elite. As imagens mostram, contudo, como as crianças não se intimidam com essa mensagem, pelo contrário: no limiar entre o conforto e o confronto, elas assumiram a posição de ocupá-lo também, compondo a paisagem e se relacionando com os elementos nela dispostos a seu modo. Tal subversão foi observada especialmente pela parte dos meninos; já as meninas, ao posarem para a foto a pedido de Iara, que estava encantada com o paisagismo da praça, indicam uma reprodução do comportamento esperado no cartão postal. Novamente, verificamos os atravessamentos de gênero presentes quando se trata de romper com limites impostos.

Na contramão da liberdade experimentada pelas crianças, da minha parte havia uma tensão diante de minhas atribuições enquanto adulta. A autonomia das crianças predominante em nossa relação na ocupação estava condicionada durante o passeio, uma vez que eu entendia que a presença delas ali era minha responsabilidade e elas não estavam no território que experimentamos nos últimos meses. O episódio abaixo demonstra uma tentativa de disciplinamento, para que se cumprisse o esperado como um "bom comportamento" naquele lugar (CAMPOS; CARVALHO; BAPTISTA, 2021).

> Os meninos estavam brincando de se molhar na fonte de água para beber e eu fiquei observando, achando legal, ao mesmo tempo em que me preocupava de

> molharem as roupas e não terem como entrar no museu que íamos visitar mais tarde. Quando percebi, um dos meninos maiores estava abrindo a cerquinha para entrar em um chafariz, dos poucos que estava ligado na Praça. Logo que vi, gritei de longe para avisar que ele não podia entrar ali. Eu disse que também acharia legal se eles pudessem se banhar no chafariz, mas que as pessoas que cuidavam da Praça não queriam e por isso tinham colocado a cerca. Ao mesmo tempo que achava interessante eles desafiarem os limites daquele espaço, não queria ser cúmplice de uma situação que talvez seus pais criticariam. (Diário de Campo, outubro de 2019.)

Muniz (2018) propõe uma importante pergunta: "Como passear com crianças filhas da classe trabalhadora que ainda sustenta a *flânerie* de nossas elites?" (p. 33). Ao ocupar o espaço da Praça da Liberdade, as crianças entravam em uma paisagem que não lhes era própria na cidade. Essa perspectiva parte, entretanto, do meu próprio imaginário sobre aquele lugar, construído a partir das referências modernas que ele evoca e da minha trajetória pessoal, desde quando frequentava a praça com minha tia quando pequena, passando por festas e passeios natalinos com a família e os amigos, encontros amorosos na juventude, até chegar aos atos e manifestações em contextos de golpe. Eu sempre estive com as crianças na ocupação e estar junto delas em um lugar onde habitavam memórias às quais elas não pertenciam me era estranho. Porém elas se sentiam nitidamente à vontade ali.

Esse depoimento reforça como é preciso estar na cidade para ser da cidade (MUNIZ, 2018): as crianças estavam ali, brincando, compondo memórias, experiências, exercendo sua cidadania e seu direito de estar ali. Ao se apropriarem do espaço da praça e dos museus, elas transformam também as relações que temos com esses espaços, bem como desafiam, com seus corpos, a segregação sociorracial e espacial.

Como também identificado por Flores *et al.* (2007), podemos dizer que as crianças consideraram os museus como espaço de lazer, pois não apresentaram resistência em interromper o momento de brincadeira e fruição que experimentavam na praça para realizarmos a segunda parte da visita. De todo modo, elas chegaram ao espaço do Memorial Minas Vale muito mais agitadas, o que se contrastou também com uma abordagem que apresentou mais regras e menor liberdade para a circulação, elementos que podem provocar reações negativas ou perda de interesse, como sugerem Carvalho e Lopes (2016).

Quando chegou a hora de ir embora, uma das crianças não queria se despedir. Beatriz começou a correr por todo o espaço do Memorial e fugir de nós. Durante o passeio nesse museu, eu a acompanhara de perto, pois ela insistia em não seguir o ritmo do grupo e a condução dos mediadores. A mãe de Beatriz, Dorothy, estava conosco e tinha Fábio nos braços nesse momento. Para conseguirmos ir embora, foi preciso que os meninos maiores me ajudassem a pegá-la no colo. Flores *et al.* (2007) e Ganzer (2007) destacam o descontentamento manifestado em museus por crianças que desejam se apropriar desses espaços para além do que lhes é oferecido. A reação de Beatriz, que foi uma surpresa para mim, revela, portanto, esse desejo de conexão da criança com outros espaços e experiências, sensação alimentada a partir da vivência daquele passeio.

Figura 68 – Crianças no Espaço do Conhecimento da UFMG e no Memorial Minas Vale



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

A ida com as crianças aos museus foi a única oportunidade, ao longo da pesquisa, de circular com elas por outros espaços da cidade que se deslocam física e simbolicamente do contexto da ocupação. A mudança do modal de transporte da caminhada para a Van; a responsabilidade ampliada devido ao distanciamento físico que estávamos de suas famílias; o cuidado necessário com alimentação e banheiro; a intermediação de outras pessoas adultas conosco, dada a presença de mediadores; o impacto da nova paisagem, dado pelo tamanho e pela arquitetura dos prédios dos museus e da praça; esses são alguns dos elementos que qualificaram outras relações entre as crianças e o espaço, conforme observado ao longo da pesquisa. O passeio ressaltou, ainda, a importância de momentos e espaços que alargam as experiências das crianças e garantem a "construção de significados sobre si, sobre os outros e sobre o mundo social e natural" (CAMPOS; CARVALHO; BAPTISTA, 2021, p. 372). Além disso, reforçou o argumento que pretendemos traçar até aqui de que a circulação das crianças *dentro* e *fora* da ocupação permite transpor as fronteiras estabelecidas em um contexto urbano desigual, na busca pelo direito à cidade.

4. Famílias em luta: o protagonismo feminino e negro no movimento das ocupações

Figura 69 – Fotografia do mural “Deus é mãe”, no Centro de Belo Horizonte (MG)



Fonte: Página do Instagram do Circuito Urbano de Arte (CURA). Artista: Robinho Santana, com a colaboração de BH Poter, Lmb, Bani, Tek e Zoto.

Como discutido ao longo da tese, o ato de ocupar é compreendido como uma subversão ao modo como o problema habitacional é tratado historicamente pelo Estado[1]. As políticas públicas

[1]O mural “Deus é mãe”, de 1.882 m^2, ocupa a fachada cega do Edifício Itamaraty, localizado no centro da capital mineira, e é o maior mural realizado em uma empena no Brasil. Ela compôs uma das edições do festival

se concentram na produção de unidades habitacionais destinadas a quem consegue se inserir em um mercado formal de trabalho, por meio de processos de financeirização e endividamento familiar. Partindo do mote da luta pela moradia e contando com o suporte de movimentos sociais urbanos que carregam essa bandeira, as ocupações travam uma batalha na luta por direitos de milhares de famílias que extrapola a luta pelo direito à habitação, expressos na dimensão concreta da casa ou do teto. Essa luta contempla, em toda a sua complexidade, o desejo de pertencimento (quando se clama pela terra), reconhecimento (quando se anuncia os sujeitos de direitos básicos) e autonomia (quando esses sujeitos exigem participação nas esferas de decisão).

Não se trata somente da provisão de moradia, mas de viver em um território onde se possui laços, redes de relação e vínculos afetivos. Não se trata somente do direito de posse, mas de ser reconhecido enquanto quem possui o direito de gozar nesse território de elementos básicos, como o acesso à água, ao saneamento e à segurança alimentar. E, ainda, não se trata somente da garantia de direitos, mas de elaborar, debater e deliberar sobre a vida, a casa, a comunidade e a cidade. Todas essas são dimensões que se conjugam no debate sobre a moradia, mas que não encontram nas políticas públicas e, menos ainda, na dinâmica de funcionamento do mercado imobiliário espaço de reconhecimento. Em nossa perspectiva, a razão deste silenciamento encontra-se exatamente na subjetividade que tais dimensões anunciam.

Não é uma coincidência que os sujeitos que protagonizam essa ação são famílias que circulam pelas esferas invisibilizadas da produção e da reprodução da vida. Trata-se, em sua maioria, de mulheres com crianças que assumem a linha de frente dos processos de resistência, em marchas e manifestações pela cidade, assembleias, mutirões de autoconstrução, cozinhas comunitárias, hortas urbanas, festas, dentre outros eventos e espaços. Mulheres, em sua grande maioria, negras que estendem o trabalho de cuidado do espaço da casa e da família para toda a comunidade, contribuindo para movimentos de solidariedade que culminam, muitas vezes, no seu próprio adoecimento ao se sentirem sobrecarregadas e impotentes.

Essas mulheres que lideram os processos de mobilização, em geral, não caminham sozinhas, mas acompanhadas de seus filhos e suas filhas. Seja pelo fato de não terem com quem deixar as crianças, seja por compreenderem a importância de sua presença nos momentos de luta, a participação das crianças em atividades de mobilização comunitária é destacada em diversos trabalhos (NASCIMENTO, 2019; RAMALHO, 2019; GOBBI; ANJOS; PITO, 2020). As crianças produzem nas famílias o impulso visceral e ético pela garantia de um mínimo para a reprodução da vida, ao mesmo tempo em que trazem consigo desejos e modos outros de viver o

Circuito Urbano de Arte (CURA), que desde 2017 presenteia a cidade com circuitos de pintura em empenas. A obra, realizada em 2020 pelo artista paulista Robinho Santana, retrata uma típica família brasileira: uma mãe negra e seus 2 filhos. Nesta tese, ela homenageia as mulheres e as crianças que protagonizam a luta da ocupação Rosa Leão. O mural representa, ainda, uma manifestação da luta antirracista: embora o festival seja patrocinado por leis de incentivo à cultura e sua execução aconteça com licenças, contratos e autorizações exigidas pela legislação, em 2021, em uma tentativa de criminalização das manifestações culturais periféricas, foi instaurado um inquérito na Polícia Civil para investigar um suposto crime contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural, devido às intervenções que pichadores, a convite do autor do mural, fizeram na moldura da obra.

espaço ocupado. Já ressaltamos a centralidade do discurso dos direitos da criança como estratégia para a permanência das famílias no território, diante de ameaças de despejo. Entendemos que, se as crianças assumem um protagonismo nesse processo, como defendemos aqui, isso acontece mediante o protagonismo feminino, que, ainda que relacionado à maternidade, não se limita a ela.

Desse modo, em diálogo com produções recentes que olham para as ocupações sob uma perspectiva feminista (ISAÍAS, 2017; CRUZ; SILVA, 2019; FRANZONI; ALVES; FARIA, 2020), este capítulo propõe uma discussão acerca dos sujeitos que constroem o movimento das ocupações urbanas, trazendo elementos das trajetórias de vida das famílias de crianças da ocupação Rosa Leão. Essa proposta parte do argumento de que a criança não é um sujeito isolado na análise do social (SPYROU, 2018) e de que a infância, enquanto categoria estrutural, deve ser compreendida dentro das relações intergeracionais (ALANEN, 2009), em uma abordagem relacional.

Antes de prosseguirmos, é preciso destacar os limites do alcance de meu entendimento sobre a condição social dos sujeitos que moram nas ocupações, em especial, as mulheres negras e as crianças[2]. Reconheço que, enquanto mulher branca e que pertence à classe média, não sou a melhor porta-voz para falar sobre a infância nas ocupações, temática central desta tese. Contudo, com a devida vênia, me atrevo a ocupar esse lugar, assumindo também essa responsabilidade compartilhada de formação de uma teoria e *práxis* feminista libertadora, como ressalta hooks (2015).

4.1 A questão da moradia em uma perspectiva de gênero e raça

A proposta do feminismo comunitário apresentada por Carvajal (2020, p. 197), que emerge da experiência de povos tradicionais bolivianos, compreende a "comunidade como princípio inclusivo que cuida da vida" e destaca a simbologia da "mulher como princípio de alteridade". Em uma proposta alternativa à sociedade individualista, considerando homens e mulheres sujeitos complementares, ela anuncia o "tempo das mulheres", referindo-se à centralidade desses sujeitos na busca por equilíbrio e harmonia, diante da história de opressão e subordinação que viveram. Entendemos, portanto, que o protagonismo feminino nas ocupações é, também, uma forma de anunciar esse outro tempo.

De modo geral, os estudos realizados sobre a infância nas ocupações urbanas têm ressaltado a preponderância da figura feminina nos papéis de liderança e mobilização comunitária, bem como a sua presença maciça na composição das ocupações. O protagonismo da mulher negra no processo de resistência e na vida quotidiana das ocupações está relacionado a diversos fatores,

[2] A escolha da conjugação verbal no singular aqui se justifica por se tratar de um posicionamento com relação ao meu lugar de fala.

tais como: (i) a histórica subalternização da mulher negra no país, que não acessa moradia, infraestrutura urbana, equipamentos ou serviços públicos, e se vê submetida a episódios cíclicos de violência; (ii) a sobrecarga da mulher na realização das tarefas relativas ao cuidado, consequência de concepções patriarcais socialmente construídas que não podem ser compreendidas à parte dos atravessamentos étnico-raciais; e (iii) a habilidade da mulher em transitar entre o espaço privado da casa e o espaço público e comunitário nas ocupações[3] (GOBBI; ANJOS; PITO, 2020; FRANZONI; ALVES; FARIA, 2020; CRUZ; SILVA, 2019; ISAÍAS, 2017; AQUINO, 2015; SILVA, 2018).

A necessidade de as mulheres gestarem o cotidiano faz com que se envolvam mais na luta no movimento das ocupações do que os homens (GALERA, 2019). Para Rosa, coordenadora da Rosa Leão, não é à toa que a maioria das coordenações das ocupações da Izidora são protagonizadas por mulheres.

> **Rosa**: Em todas as ocupações, as principais lideranças são mulheres. Se fosse homem, já teria caído na porrada e não tinha nem liderança. Somos representantes do povo. Não precisa armar ninguém aqui. As lideranças respeitam. Os homens não têm sensibilidade para analisar que existe uma estrutura de cuidado por trás. Por ser mulher que ainda tá de pé. Porque se não fosse, meu irmão... Rosa Leão, Vitória, Esperança e Elena Grecco não tava em pé mais não. Pode ter certeza disso. (Entrevista disponível no canal de YouTube UNSCORRE TV, realizada em março de 2021).

A empiria também tem nos mostrado que esse protagonismo feminino se dá acompanhado pela presença das crianças. O envolvimento delas nas atividades comunitárias nas ocupações inclui processos de resistência ativa (como assembleias, manifestações, marchas e ocupações de prédios públicos) e outro relacionados à vida cotidiana (como mutirões para a autoconstrução de espaços coletivos ou privados, cursos de formação, visitas de apoiadores externos e festas). Destaca-se, ainda, a recorrência de programações voltadas especificamente para o público infantil nesses territórios, a saber: festival de papagaios, celebrações do Dia das Crianças, Páscoa e Natal, almoços comunitários, cursos e apresentações/exibições de fotografia, cinema, teatro, dança ou música, dentre outras atividades brincantes (GALERA, 2020; GOBBI; ANJOS; PITO, 2020).

O engajamento das mulheres nas ocupações é perpassado por uma ação "político-afetiva" (TONUCCI-FILHO, 2017), que mobiliza as categorias do afeto e do cuidado em processos de resistência na vida quotidiana. Suas ações permitem jogar luz no território das ocupações para além de uma narrativa hegemônica de subjugação e invisibilização, mas como espaços de solidariedade e novas formas de produção e reprodução (CRUZ; SILVA, 2019; GOBBI; ANJOS; PITO, 2020).

À luz de uma perspectiva feminista, algumas chaves de leitura nos ajudam a compreender esse caminho que leva ao protagonismo das mulheres no movimento das ocupações. Para orientar

[3] Dos trabalhos aqui mapeados sobre as ocupações urbanas, a maioria é de autoria feminina, o que diz muito sobre o papel da mulher nessa luta também no âmbito acadêmico.

nossa análise e diálogo com outras produções, partiremos da tese que origina o próprio fenômeno das ocupações urbanas e que diz respeito à dinâmica do acesso à terra.

Discutimos no Capítulo 1 sobre como o colonialismo gerou uma concentração de terras na América Latina. A formação das cidades no continente é atravessada por práticas contra hegemônicas de produção do espaço, por meio da luta pela terra para viabilizar a reprodução de corpos racializados (QUIJANO, 2005; RAMA, 2015). Considerando as implicações do colonialismo para a condição da mulher negra na sociedade contemporânea, propomos uma análise pautada nesse duplo movimento, que aborda: (i) a expansão do sistema capitalista; e (ii) a dominação dos corpos por meio de um processo de racialização. Para não perder de vista a experiência dos sujeitos, trazemos trechos dos discursos de algumas lideranças de ocupações urbanas no município de Belo Horizonte, realizados no âmbito do *Seminário Dez Anos de Ocupações Urbanas na RMBH: história, lutas e os novos caminhos*, que ocorreu em junho de 2019, na Escola de Arquitetura da UFMG (CANETTIERI *et al.*, 2020).

Começaremos com um diálogo com a perspectiva marxista de Federici (2019) e Gago (2019), tratando o colonialismo como movimento inerente ao avanço do capitalismo. Pode-se apreender que o protagonismo feminino nas ocupações se associa a uma dependência histórica das mulheres do acesso a recursos comunitários, uma vez que assumem os trabalhos de reprodução e se veem excluídas da esfera de produção[4] (FRANZONI; ALVES; FARIA, 2020). Para Franzoni, Alves e Faria (2020), olhar para o conflito nas ocupações sob uma perspectiva feminista é uma tentativa de aproximar a acumulação primitiva e a formação moderna do patriarcado para compreender a presença do sexismo nos processos de despossessão. Em diálogo com a perspectiva de Federici (2019), as autoras defendem que o disciplinamento do corpo feminino gera a exclusão do acesso à terra, o que explica em parte a preponderância da presença de mulheres nas ocupações urbanas. O depoimento de uma liderança da ocupação Eliana Silva, localizada na região do Barreiro, em Belo Horizonte, aponta para a convergência entre a elaboração das produções feministas contemporâneas e as práticas experimentadas pelos sujeitos em luta.

> Há mais de 500 anos atrás, quando a gente viveu o processo de divisão, de parcelamento das terras, da propriedade privada aqui no Brasil, os cercamentos, as mulheres não tiveram acesso a essas terras. Assim, como os negros, na época escra vizados, também não tiveram acesso a essas terras e hoje estão nas ocupações urba nas. Então, é um processo histórico que traz a gente pra esse lugar hoje. Não é por um acaso, não é porque as mulheres gostam de ir para uma ocupação. É que não foi dado para elas esse direito à propriedade, à casa como um todo. (CANETTIERI *et al.*, 2020, p. 242).

Federici (2019) traz o debate da reprodução para a ordem da luta anticapitalista e reflete sobre o papel da mulher na resistência à violência e aos processos de expropriação preponderantemente promovidos pelo avanço do capitalismo. Ao analisar a militância de mulheres em

[4] Federici (2019) aponta como a intensificação das relações capitalistas contribuiu para invisibilizar o trabalho na esfera da reprodução, confinando-o ao espaço doméstico. Assim, não se trata de compreendê-lo como uma vocação feminina, mas como resultado histórico de um sistema capitalista patriarcal.

movimento de resistência ao redor do mundo, associa-se a luta pela terra à busca por modos alternativos de produção e reprodução da vida[5]. Ainda, para a autora, essa busca por conexão com a terra é um reflexo da maternidade. Em conversa com mulheres de um movimento em Kawaala, na Uganda, a autora destaca como elas se conectam com a condição de mãe e com seu papel na busca por assegurar direitos às crianças nos processos de resistência.

Em análise de movimentos organizados por mulheres na América Latina com o objetivo de se protegerem da pobreza, da violência de Estado e da violência, Federici (2019) chama a atenção para a centralidade dos meios materiais de reprodução. Dos movimentos de resistência, surgem estratégias pela comunalização/coletivização do trabalho doméstico, pela responsabilidade compartilhada e pelo trabalho cooperativo, o que tem sido compreendido como a *economia do cuidado*. Segundo a autora, essa virada de chave representa, também, uma retomada da casa como centro de vida coletiva, onde se compartilham e circulam recursos e se oferece a base para formas coletivas de reprodução. Por essa razão, tais movimentos se apresentam como faróis de uma outra forma de viver.

> Defender que as mulheres devem assumir a liderança na coletivização do trabalho reprodutivo e da moradia não é naturalizar o trabalho doméstico como uma vocação feminina: é recusar-se a apagar as experiências coletivas, o conhecimento e as lutas que as mulheres acumularam no que se refere ao trabalho reprodutivo, cuja história tem sido uma parte essencial da nossa resistência ao capitalismo. Reconectar-se com essa história é hoje um passo crucial, para homens e mulheres, tanto para desfazer a arquitetura de gênero de nossas vidas quanto para reconstruir nossas casas e nossas vidas como comuns. (FEDERICI, 2019, p. 323).

Mas o que significa associar as ocupações a experiências capazes de escancarar a dimensão da reprodução enquanto movimento de resistência urbano, propondo assim modos alternativos de vida?

Em diálogo com Federici (2019), Gago (2019) oferece pistas para, a partir da economia feminista, responder essa questão. Segundo a autora, as experiências comunitárias apontam para formas de reprodução social em termos não extrativistas ou exploradores que merecem destaque enquanto modelo de resistência ao avanço do sistema capitalista. Apoiando-se em categorias como corpo-território e economias barrocas, defende a centralidade da dimensão da reprodução na economia política[6]. O protagonismo da mulher associado à reivindicação da reprodução como

[5] Federici (2019) destaca a imbricação entre a distribuição de terras e a divisão sexual do trabalho no processo de colonização no continente africano: "Eles invariavelmente privilegiaram os homens na atribuição de terras, mesmo quando estavam ausentes da casa. Assim, além de erodir os direitos 'tradicionais' das mulheres como participantes de sistemas de terras comunais e como cultivadoras independentes, tanto colonizadores quanto produtores agrícolas introduziram novas divisões entre mulheres e homens - e impuseram uma nova divisão sexual do trabalho, baseada na subordinação das mulheres aos homens, o que, de acordo com os esquemas colonialistas, incluía uma cooperação não remunerada com o marido na lavoura de cultivos comerciais" (p. 282).

[6] Ao trazer o cenário das lutas das mulheres no contexto latino-americano para a construção de seu argumento, Gago (2019) converge para a análise situada no contexto do debate colonial que estivemos em diálogo, ainda que não assuma essa abordagem explicitamente.

dimensão central faz parte do discurso de uma liderança da ocupação Dandara, da região da Pampulha.

> É justamente por a gente acreditar que são as mulheres, que, para além de produzir a cidade, estão construindo as próprias casas, como uma forma de ter um espaço para poder cuidar da sua família. Mas, frequentemente, elas não participam dessa construção ativamente, das decisões, elas participam financeiramente, mas não têm poder de fala, de decidir onde vai ficar a cozinha, onde, na cozinha, vai ficar a pia. E, nós sabemos que, infelizmente, o cuidado da casa recai, em vários casos, sobre as mulheres. Então essa é a importância de ter esse olhar feminista, dentro do trabalho, levando em conta as condições dessas mulheres. (CANETTIERI *et al.*, 2020, p. 238).

Gago (2019) ressalta que a domesticação e a colonização que atravessam a reprodução dos corpos femininos no contexto latino-americano se deram em uma relação específica no processo colonial, que explora mão de obra e subordina territórios. A resistência a esses processos se dá pela via da insubordinação, em uma tentativa de despatriarcalizar e descolonizar. Para dar suporte a essas ideias, propõe o conceito político de *corpo-território*, já trabalhado no Capítulo 2, e que se associa à resistência à exploração de territórios por meio da violência do corpo coletivo em processos de espoliação[7].

Ainda, segundo Gago (2019), por meio das *economias barrocas*, conceito que revisitamos no Capítulo 1, as mulheres se engajam na tarefa de organizar a vida cotidiana, "inscrita como dimensão produtiva, assumindo uma indistinção prática entre as categorias da rua e do lar para pensar o trabalho" (p. 157). Para a autora, isso se contrapõe ao confinamento familiarista, trazendo luz a uma nova espacialidade do que se compreende como público e privado[8].

> Essa inversão espacial marca uma nova cartografia política. E desarma a oposição entre a casa como espaço fechado e o público como seu contrário: se constroem outras arquiteturas, porque são casas abertas à rua, ao bairro, às redes comunitárias, e seus tetos e paredes oferecem refúgio e abrigo sem encerrar nem clausurar. (GAGO, 2019, p. 128).

Nas ocupações, vimos que essa nova espacialidade assume forma no espaço autoconstruído, aberto à comunhão e às trocas. É na vida quotidiana que as economias barrocas produzem serviços básicos, como habitação, educação, segurança alimentar e urbanização, desafiando as dimensões de público e privado estabelecidas pela lógica hegemônica patriarcal do modelo capitalista. Isso se anuncia nos mutirões para autoconstrução, na auto-organização de creches

[7] A noção de *corpo-território* desloca a fronteira do extrativismo aos territórios urbanos e suburbanos, antes restrita à realidade camponesa e indígena, englobando todos os casos em que as mulheres se constituem como alvo principal da agressão. Ao evocar a noção de um corpo coletivo, Gago (2019) compreende que não é possível isolar o corpo individual, ou seja, isolar o corpo humano do território e da paisagem, rompendo com uma compressão de posse atrelada à ideia de propriedade, partindo do dispositivo de "ser parte" que reconhece uma interdependência entre o espaço e a vida. Aqui, "vida tem um significado vital: envolve a defesa e o cuidado com o comum, e produção e ampliação de riqueza compartilhada" (p. 109).

[8] Tal perspectiva critica em relação à oposição entre as esferas pública e privada da vida social se fazem presentes na historiografia das mulheres. Vide, dentre outros, o estudo de Perrot (1998).

comunitárias, na criação de hortas urbanas e em estratégias coletivas empreendidas para garantir o acesso à água e energia elétrica, "colocando a reprodução da vida no centro da análise". (FRANZONI; ALVES; FARIA, 2020, p. 287).

Em estudo de caso sobre festas comunitárias numa ocupação de prédios no centro de São Paulo (SP), Gobbi, Anjos e Pito (2020) ressaltam o modelo cooperativo de reprodução das ocupações, em uma busca por direitos e desejos que evoca as categorias do cuidado e do bem viver. Ao tratarem da dimensão da cozinha, problematizam esse espaço tido historicamente como a representação do lugar privado restrito à mulher, e anunciam seu potencial na experiência coletiva nas ocupações que reúne mulheres e crianças. Tais experiências permitem conceber a cozinha e a casa para além do espaço da reprodução do trabalho feminino de cuidado, mas também como espaço de resistência e experiência coletiva, "comportando-se, talvez, como alavancas para outras formações sociais, e mais, como maneira de educação para novas práticas" (p.196).

Contudo, a questão de gênero nas ocupações não pode ser analisada sem considerarmos seu recorte racial. Isaías (2017) destaca os questionamentos das mulheres da ocupação quanto ao feminismo branco e elitizado, que ignora a diversidade da pauta feminista e, por vezes, não dialoga com a resistência da mulher negra. O próprio surgimento de espaços coletivos nas ocupações destinados às crianças, como creches, biblioteca ou brinquedoteca, é um reflexo da organização da luta em torno da lógica da reprodução da família chefiada pela mulher negra[9]. Isso nos traz ao segundo ponto de análise, sobre os efeitos do processo de racialização dos corpos produzidos pelo sistema colonial para a condição contemporânea da mulher negra moradora da periferia urbana.

Silva (2018) traça a dimensão do racismo e da etnicidade na questão habitacional. A autora conecta a propriedade ao exercício de governamentalidade por parte do Estado, que faz uso da combinação de dispositivos como legislações, normas urbanísticas e aparato policial, para controlar o acesso à terra e disciplinar corpos e territórios. Daí, depreende a noção de que "mais que distribuir terras, é preciso enfrentar o racismo estrutural da sociedade, que, por meio de ideologias legitimadoras da desumanização, opera na produção e na reprodução da desigualdade socioeconômica e da segregação da moradia na cidade" (p. 217).

O trabalho de Silva (2018) revela como a segregação na distribuição social no espaço

[9]Já mencionamos que é comum nas ocupações a construção de espaços coletivos destinados às crianças, como creches, biblioteca ou brinquedoteca, cuja mobilização é protagonizada por mulheres e mães (RAMALHO, 2019). A mobilização comunitária de mulheres em bairros populares na luta por creche também foi observada, no Brasil, na segunda metade da década de 1970, como pauta dos movimentos feministas de trabalhadoras (TELES, 2015). Embora em um primeiro momento estivesse vinculada aos direitos das mulheres, no decorrer da luta, afirmou-se o direito da criança pequena à educação, e a creche passou a fazer parte das políticas de governo. Assim, a luta por creche proporcionou à criança, pela primeira vez, aparecer na legislação brasileira como sujeito de direitos. Em Belo Horizonte, o Movimento de Luta Pró-Creche (MLPC), com o apoio de associações de bairros e movimentos por moradia que compreendiam a luta pela educação como etapa importante na consolidação de um núcleo habitacional, garantiu a construção de vários equipamentos educacionais na rede pública (VIEIRA; MELO, 1987). Portanto, observamos nas ocupações urbanas uma atualização desse processo.

urbano evidencia que a mulher negra e mãe solteira com filhos encontra-se em situação de maior precariedade, o que corrobora com seu protagonismo em movimentos de luta por moradia e nas iniciativas de mutirão habitacional. Assim, compreende a favela e as ocupações como quilombos urbanos, espaços que revelam a resistência histórica pela permanência na cidade de uma população pobre, negra e indesejada. O argumento do autor é construído a partir da análise da distribuição espacial da população na cidade de Belo Horizonte, segundo dados de autodeclaração racial e renda média do *Censo Demográfico* de 2010 (IBGE, 2012). Silva (2018) denuncia que, nas áreas onde predomina a forma de habitação de interesse social, como vilas e favelas, observa-se maior concentração da população negra (que corresponde à soma de pretos e pardos, segundo as categorias adotadas pelo IBGE)[10]. Tais áreas correspondem, também, às áreas onde as pessoas possuem menor renda, confirmando que a desigualdade socioeconômica caminha junto com a questão racial e revelando o predomínio da produção de espaços "socioeconomicamente e racialmente hierarquizados"[11].

Nos anos 1980, González (2020) já apontava para a centralidade da questão racial no sistema de opressão, considerando a realidade a que se refere como "amefricana", em referência à conexão que propõe entre as experiências de resistência dos povos originários da América Latina e da diáspora africana no continente. Assim, criticava a falta de reconhecimento da questão racial no feminismo, o que teria raízes no pensamento hegemônico eurocêntrico, que ignorava que o sistema ideológico de dominação patriarcal-racista impôs às mulheres negras um lugar inferior em sua hierarquia, negando-lhes o direito de ser sujeito do próprio discurso e da própria história.

> (...) para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região - assim, como para as ameríndias -, a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. A experiência histórica da escravização negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, fossem crianças, adultos ou velhos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação. A mesma reflexão é válida para as comunidades indígenas (GONZÁLEZ, 2020, p. 52)).

González (2020) chama a atenção para o lugar de subalternidade atribuído às amefricanas e ameríndias, as mais oprimidas e exploradas no sistema capitalista patriarcal-racista dependente. Segundo a autora, não é à toa que esse grupo representa o proletariado afro-latino-americano e que, mobilizado pelo "problema da sobrevivência familiar", assumiu a "participação ativa" e o "protagonismo" em movimentos por reconhecimento.

[10] Segundo Silva (2018) "enquanto mais da metade da população da cidade de BH é negra, aproximadamente três quartos dos moradores de áreas declaradas pelo poder público como de interesse social são negros, o que evidencia uma concentração de população preta e parda nessas áreas" (p. 191).

[11] No caso da regional Norte, onde se localiza a ocupação Rosa Leão, os dados da pesquisa de Silva (2018) apontam para uma distribuição de mais da metade da população como negra (pretos e pardos) e o segundo menor valor de renda média por pessoa com mais de 10 anos de idade, chegando a 0,87 SM nas áreas de habitação de interesse social e 1,39 SM na regional como um todo.

Lugones (2014) nomeia a opressão de gênero racializada capitalista de "colonialidade do gênero", para o qual propõe enquanto possibilidade de superação o "feminismo descolonial". Ao trabalhar com tais conceitos, a autora busca se diferenciar das análises feministas à luz da interseccionalidade[12]. Reivindica, assim, que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero deve ir além das categorias da Modernidade, propondo um rompimento com uma lógica dicotômica, binária e hierárquica do pensamento colonial-eurocêntrico-homogêneo[13]:

> (...) a colonialidade do gênero constitui-se pela colonialidade de poder, saber, ser, natureza e linguagem, sendo também constitutiva dessas. Elas são crucialmente inseparáveis. Uma maneira de expressar isso é que a colonialidade do saber, por exemplo, é gendrada e que sem entender seu caráter gendrado não se entende a colonialidade do saber. Mas quero aqui me adiantar dizendo que não existe descolonialidade sem descolonialidade de gênero. (LUGONES, 2014, p. 940).

Segundo Lugones (2014), enquanto o negro e o indígena eram considerados animais no processo de colonização, portanto, não humanos, a fêmea era tida como uma deformação do animal-macho. Assim, restou à mulher negra e à mulher indígena um lugar subalterno, que se deu na prática por meio de sua hipersexualização, demarcando a inseparabilidade de sexo e gênero que predomina no pensamento colonial. A missão civilizatória envolve, então, uma submissão que é também corporal e sexual, portanto, violenta. Cruz e Silva (2019) ressaltam o ato político de resistência das mulheres nas ocupações ao garantir a reprodução da vida em um contexto de violência e despejo. Tal violência estrutural e histórica no corpo das mulheres também se revela no depoimento de uma liderança da ocupação Dandara:

> Desde meus 4 anos de idade eu moro em ocupação. Eu não sei o que é uma vida de morar em um bairro legalizado, eu só sei morar em ocupação. E isso é uma violência muito grande [...]. Você ter que ir pra rua em manifestações para poder garantir os seus direitos é uma violência muito grande. E aí você está lutando para garantir o direito à moradia e depois você sabe que vai ter que lutar pra poder ter acesso à saúde, à educação, à cidade. (CANETTIERI *et al.*, 2020, p. 261).

[12] A interseccionalidade é uma abordagem que tem sua origem no movimento feminista negro norte-americano dos anos 1970 e 1980, e que compreende a interdependência das relações sociais de gênero, raça e classe enquanto relações de poder. O debate sobre a interseccionalidade tem sido construído com a contribuição de autoras, como Patrícia Hill Collins, Audre Lorde, Angela Davis, bell hooks, Combahee River Collective e Kimberlé Crenshaw, dentre outras.

[13] Lugones (2014) justifica tal posicionamento da seguinte forma: "a relação entre pureza categorial e dicotomias hierárquicas funciona assim: cada categoria homogênea, separável, atomizada caracteriza-se em referência ao membro superior da dicotomia. Assim, 'mulheres' refere-se a mulheres brancas. 'Negro' refere-se a homens negros. Quando se tenta entender as mulheres na intersecção entre raça, classe e gênero, mulheres não brancas, negras, *mestizas*, indígenas ou asiáticas são seres impossíveis. São impossíveis porque não são nem mulheres burguesas europeias, nem machos indígenas. A interseccionalidade é importante quando mostra a falha das instituições em incluir discriminação ou opressão contra mulheres de cor. Mas aqui quero ser capaz de pensar na sua presença como seres tanto oprimidos como resistentes. Então me voltei para a colonialidade do gênero na diferença colonial e, a partir dela, para poder perceber e compreender o lócus fraturado das mulheres colonizadas e dos/as agentes fluentes em culturas nativas"(LUGONES, 2014, p. 942).

Esse sentimento encontra eco nas palavras de Federici (2022), ao analisar a trajetória de mulheres em processos de resistência; "todos os momentos da vida cotidiana se tornaram instâncias de escolha política, pois nada lhes é devido nem assegurado: tudo chega por meio de negociação e luta, tudo precisa ser continuamente defendido". Assim, as mulheres das ocupações apropriam-se do espaço público para reivindicar, pois o acesso aos direitos preconizados em lei é aplicável a um grupo específico do qual não fazem parte. Como ressaltam Franzoni, Alves e Faria (2020), restou à mulher negra e pobre na colônia o lugar da subalternidade, por meio da exploração econômica e subjetiva calcada, também, na despossessão.

Alguns elementos têm sido levantados para explicar o fenômeno da feminização da pobreza na contemporaneidade[14]. Segundo Folbre (2006), as pesquisas demonstram que a necessidade de escolha da alocação de tempo e dinheiro por parte das mulheres, diante das desigualdades no mercado de trabalho e do fato de assumirem a maior parte das tarefas de cuidado no ambiente doméstico, afeta sua habilidade de desenvolver suas capacidades profissionais, o que também interfere nas possibilidades de suas crianças desenvolverem tais capacidades. Essas escolhas atingem os padrões de vida das mulheres e de suas crianças, gerando um círculo vicioso que contribui para o fenômeno da feminização da pobreza e da pauperização da maternidade, o que tem sido evidenciado na literatura com pesquisas que mostram que mulheres com filhos únicos e viúvas ganham mais que mães de crianças pequenas (FOLBRE, 2006).

Dados apontam para o fenômeno da feminização da pobreza no acesso à moradia. O relatório mais recente produzido pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2021) analisou a trajetória do déficit habitacional no Brasil entre 2016 e 2019 e acusou uma "feminização do déficit" diante da sobrerrepresentação de mulheres. Os dados revelam um aumento da proporção de domicílios inseridos no déficit em que a mulher é a responsável, tendo passado de 54,9%, em 2016, para 58,7%, em 2019. Revelam, ainda, uma tendência de agravo desse fenômeno, especialmente, nos componentes de ônus excessivo com aluguel e coabitação[15]. Embora o mesmo relatório não traga informações de raça, a pesquisa de Silva (2018) já nos indica o pertencimento racial dessas mulheres.

Em estudo sobre a pobreza feminina nos Estados Unidos, Saegert e Clark (2006) obser-

[14] Yannoulas (2012) apresenta uma diferenciação entre os termos *feminilização*, que remete a um significado quantitativo, referindo-se ao aumento do peso relativo do sexo feminino em dada categoria de análise, e *feminização*, que remete ao significado qualitativo, em alusão às "transformações de significados e valor social" em torno de uma categoria, a partir de uma dada concepção de gênero. A autora aponta, ainda, para o termo *feminização da pobreza* para se referir a este fenômeno. Segundo relatório da CEPAL (2004), o debate sobre a feminização da pobreza surgiu como pauta do movimento feminista, nos anos 1980, que defendia uma análise do fenômeno da pobreza em uma perspectiva de gênero. Buscou-se, assim, analisar socialmente o diagnóstico de que haveria uma maior proporção de mulheres em situação de pobreza, o que estaria relacionado a elementos, por exemplo, como a divisão do trabalho por sexo e a desigualdade de gênero no acesso a recursos materiais e à educação formal. O documento aponta, ainda, a importância de compreender este fenômeno como um processo e não um sintoma, destacando que os dados representam apenas uma fotografia de uma situação que se explica sócio-historicamente, em abordagens micro e macroestruturais.

[15] Estudos dos anos 1990, como aponta a pesquisa de Sarti (1994), já revelavam como famílias chefiadas por homens são mais sensíveis a momentos de crise e recessão econômica, enquanto famílias chefiadas por mulheres vivem condições de maior precariedade.

vam que o acesso à propriedade privada não é sinônimo de garantia de bem-estar e renda, uma vez que mulheres solteiras que são proprietárias de sua moradia possuem mais chances de viver na pobreza do que casais ou homens solteiros que moram de aluguel[16]. O aumento do número de moradias chefiadas por mulheres ocorre ao mesmo tempo em que elas representam uma maior proporção vivendo na pobreza. As autoras acrescentam que a associação do casamento e da raça com a propriedade contribui para um *gap* intergeracional que favorece brancos no contexto dos Estados Unidos[17]. Embora o direito à moradia promova segurança e instabilidade para mulheres em situação de pobreza, as autoras reforçam que a garantia da habitação não é suficiente para lidar com o fenômeno da feminização da pobreza, uma vez que as mulheres seguem assumindo as responsabilidades de donas de casa e trabalhadoras.

Dados mais recentes sobre a situação no Brasil levam a conclusões semelhantes. Segundo Nassif-Pires, Cardoso e Oliveira (2021), antes da pandemia, a pobreza no Brasil atingia 33% das mulheres negras, 32% dos homens negros e 15% das mulheres brancas e dos homens brancos. Ainda, um estudo elaborado por Vieceli (2020), com dados disponibilizados pelo IBGE, revelaram que, em 2018, 7,4% da população brasileira viviam em arranjos familiares formados por um responsável, sem cônjuge e com filhos até 14 anos, e, desse total, 90,3% eram domicílios cuja responsável era mulher (67,5% delas, mulheres pretas ou pardas). Em 2018, mulheres chefes de família, com filhos e sem cônjuges, concentravam 54% do total de domicílios pobres no país, sendo 63% chefiados por mulheres pretas e pardas. Vieceli (2020) revela, ainda, que, em 2019, 53,4% das famílias chefiadas por mulheres viviam com até 1 salário mínimo (SM) por mês; 11,28% recebiam renda per capita mensal de até $\frac{1}{4}$ de SM e 14,54% entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ SM (tais porcentagens para famílias chefiadas por homens são de 9,5% e 11,55%, respectivamente)[18].

Apontamos, assim, alguns elementos da trajetória macroestrutural que torna a família chefiada pela mulher negra e pobre os sujeitos protagonistas do fenômeno contemporâneo das ocupações urbanas. Esse protagonismo repete experiências vividas historicamente pelas mulheres de ocupação dos espaços públicos para lutar por direitos no âmbito da reprodução familiar. Ao

[16] As autoras ressaltam, ainda, como é comum o sonho de encontrar o homem que vai prover a casa. Quando a realidade mostra que isso não acontece, devido às dificuldades de acesso ao mercado formal pelo homem, a mulher casada resolve construir a própria casa para ter uma moradia segura que não seja viver com a sogra. De todo modo, essa moradia ainda é desvalorizada e permanece uma visão de que não é uma "casa de verdade". (SAEGERT; CLARK, 2006).

[17] Ao observar a população feminina em situação de rua nos Estados Unidos, Saegert e Clark (2006) apontam a gravidez precoce e o abuso doméstico como elementos comuns que levam as mulheres às ruas, o que mostra como a questão do acesso à moradia está intrinsecamente conectada com os laços domésticos. Nesse sentido, também ressaltam o acesso à moradia como estratégia de combate a situações de abuso e violência doméstica. Embora esse fator não tenha sido anunciado por nenhuma família participante da pesquisa, estudos apontam que livrar-se de relacionamentos abusivos também configura como uma das principais motivações das mulheres em ocupar (ISAÍAS, 2017; SILVA, 2018; CARVALHO-SILVA, 2018). Exemplo disso está em iniciativas como o Coletivo Aura da Luta, na ocupação Dandara, em Belo Horizonte, grupo de mulheres que conformam uma rede de apoio para mulheres em situação de violência, ou no surgimento de comunidades feministas, como a Casa Tina Martins, também em Belo Horizonte, e a Menino Chorão, em Campinas, para citar alguns exemplos.

[18] Vieceli (2020) aponta para os dados sobre a ocupação das mulheres no mercado de trabalho: em 2019, a maior parte de 36% das mulheres chefes de família atuam no "setor privado"; 25,2% se declararam por "conta própria"; 17,2% atuam como "trabalhadoras domésticas"; e 16,5%, no "setor público", segundo categorias do IBGE.

mesmo tempo, a experiência de mulheres no movimento das ocupações anuncia um rompimento com um padrão de desenvolvimento e progresso conduzido pelo sistema patriarcal-hegemônico.

4.2 Memórias de resistência e caminhos que levam as famílias a ocupar

Pesquisar a infância nas ocupações urbanas é uma forma de apreender outros tempos e espaços que se configuram em modos alternativos de organização comunitária. Contar as histórias das famílias é uma forma de dar visibilidade a práticas e experiências vividas no urbano e historicamente silenciadas.

No Capítulo 1, argumentamos que as ocupações urbanas constituem um movimento social contemporâneo no qual a família é o sujeito coletivo de luta. Nesta seção, em diálogo com as pessoas adultas que formam essas famílias, em sua maioria mulheres negras, buscamos realizar um trabalho de memória da luta pelo território, numa tentativa de nos contrapor ao estereótipo de fragilidade e desinteresse atribuído aos sujeitos das camadas populares. Assumimos, ao mesmo tempo, o compromisso de não idealizar os sujeitos de luta, admitindo a complexidade da condição humana. Nesse exercício, surge a oportunidade de olharmos para os sujeitos que raramente são os porta-vozes da vida nas ocupações, como mulheres, crianças e suas famílias; em geral, se restringe às lideranças e aos integrantes dos movimentos sociais ou da rede de apoio.

Como já mencionamos, a maior parte da pesquisa de campo se deu junto às crianças no contexto dos espaços coletivos na ocupação. Salvo raras exceções, minha convivência com as famílias no ambiente doméstico foi limitada. Assim, a maior parte dos dados aqui reunidos fazem referência às entrevistas realizadas com mães, pais e lideranças, que tiveram como objetivo conhecer um pouco de sua história de vida.

Afirmar que as ocupações são um movimento protagonizado por famílias não resolve, contudo, a questão em torno da concepção de família. Em pesquisa sobre a infância no contexto de uma favela em Belo Horizonte no final dos anos 1980, Gouvea (1990) observa que, nas camadas populares, a família é onde se constrói um projeto de vida, oferecendo certa estabilidade diante de relações autoritárias e anônimas, perante o Estado e o mercado de trabalho. A família se constitui, nesses contextos, centro de referência, ou "polo organizador e aglutinador da vivência dos sujeitos das camadas populares" (p. 123), onde se compartilham experiências e esperanças, ao mesmo tempo em que se travam conflitos e disputas.

Já a partir de experiências etnográficas com famílias moradoras de bairros da periferia de São Paulo, Sarti (1994) destaca que faz parte do imaginário social a ideia do projeto do casamento e criação de filhos, sendo a casa o lugar onde os sujeitos realizam esse projeto de família. A noção de família ultrapassa, para esses sujeitos, os limites da casa, englobando uma rede de parentesco mais ampla que pode estar associada à prática da coabitação, diante das dificuldades de conseguir

uma casa. A sociabilidade familiar também incorpora relações de vizinhança e proporciona a coletivização do trabalho de cuidado e responsabilidade pelas crianças, possibilitando uma "experiência particular de fronteiras entre o mundo da casa e da rua, tornando mais flexíveis os limites e aproximando estes universos" (SARTI, 1995, p. 49).

Em pesquisa mais recente com sujeitos de movimentos de moradia da periferia de São Paulo, Aquino (2015) também ressalta a multiplicidade de sentidos de família e de casa que permeiam os discursos dos sujeitos, predominando uma não linearidade na sociedade contemporânea entre o casamento e a configuração do grupo doméstico. Sua tese é de que a participação das famílias neste movimento é impactada por relações de parentesco que são dinâmicas e também impactadas pelo próprio movimento, resultando em constantes redefinições do que é família.

Aquino (2015) defende que os movimentos sociais de luta por moradia também exercem um controle sobre a concepção de família, a partir da organização e da mobilização dos sujeitos: "quando uma pessoa se cadastra no movimento, ela passa a ser imediatamente identificada como uma família" (p. 252). Lideranças e coordenações também produzem no cotidiano atributos e moralidades valorizados na luta e que tornam os sujeitos merecedores da conquista da casa. O movimento, por sua vez, também é produzido pelas famílias.

> Para todas as suas ações, são necessárias as famílias. (...) Outras atividades do campo da política também precisam ter apoio, ter base, pessoas na rua, como processos eleitorais, reivindicações por programas habitacionais etc. As famílias dos movimentos são assim parte fundante da força política dos movimentos. (AQUINO, 2015, p. 253).

O autor mostra como o Estado, via política habitacional, por exemplo, também produz uma concepção de família ao correlacioná-la à produção de unidades habitacionais. Embora tal concepção se defina, muitas vezes, legalmente, é historicamente revista e ressignificada. Aqui, os movimentos sociais exercem papel central, tensionando a ampliação do atendimento da política e sua adequação às realidades sociais das camadas populares.

De todo modo, tais concepções não convergem para a realidade das famílias, que é diversa. Para os sujeitos, muitas vezes, a família extrapola os laços consanguíneos e envolve afetos, como o sofrimento e a solidariedade. Segundo Aquino (2015), as famílias empreendem "socialidades que orientam o movimento" ao mesmo tempo em que suas experiências concretas redefinem a ação do Estado e as políticas públicas. Compreendemos que é um exemplo disso a mulher conquistar a titularidade de escrituras de moradias produzidas via políticas públicas, ou a titularidade de créditos e auxílios governamentais, um padrão observado internacionalmente, como revela cartilha produzida pela *Relatoria da ONU para o Direito à Moradia Adequada* (ROLNIK *et al.*, 2011).

Ainda que o sonho e a necessidade da moradia levem os sujeitos a se engajar na luta,

não são suficientes para fazê-los permanecer nela, uma das razões pela qual os movimentos sociais enfrentam constante dinamismo. A participação dos sujeitos no movimento é influenciada pelos arranjos familiares, ao mesmo tempo em que o tempo dedicado a essa participação pode promover conflitos e comprometer a unidade familiar. Desse modo, como defende Aquino (2015), "se essa família pode se engajar no movimento por anos a fio, isso não quer dizer que a família a ser composta é a mesma da prevista inicialmente" (p.251).

A noção de casa também é produzida e ressignificada pelos sujeitos (AQUINO, 2015). Ela pode ser um espaço provisório ou a realização de um sonho, anunciando o que apresentamos anteriormente como a dicotomia entre "ocupar para negociar" ou "ocupar para morar", ou, como Rosa definiu: "lutar pelo território" ou "lutar pela moradia". Assim, Aquino (2015) defende uma associação da ideia de vida à família e à casa, de modo que a participação no movimento se revela parte importante da vida dos sujeitos, na alegria e na tristeza.

A seguir, veremos como algumas famílias da ocupação Rosa Leão trabalham com tais categorias. A entrevista se mostrou um momento de os sujeitos revelarem seu desejo em participar da pesquisa. Isso se revela em falas como a de Camilo: "Sou um verdadeiro contador de história. Agradecer a sua pessoa também, por estar esse momento agradável, traz a gente assim umas lembranças que se deixar eu falo o dia todo, a noite toda". Ou a de Maria: "Ah, boba, eu acho que você não tem o tempo que eu preciso pra falar, eu falo demais". E também a de Francisco: "É gostoso falar, porque nós tem que ir a fundo, eu prefiro assim. Eu acho que falei foi demais".

Na Tabela 8[19] a seguir, apresentamos um breve perfil das famílias cujas crianças participaram da pesquisa de campo. Além dessas famílias, foram entrevistados Iara (20), uma coordenadora local, e Camilo (35), morador da Rosa Leão e funcionário da Escola.

Todas essas famílias estão na Rosa Leão desde o início da ocupação, com exceção de Leila, que se mudou somente em 2017. Em sua maioria, elas vieram de localidades do entorno da Região da Izidora, como os bairros Cristina B, São Benedito, Palmital e São Cosme do Sul, do município fronteiriço de Santa Luzia (MG), ou bairros como Serra Verde e Céu Azul, de Belo Horizonte, ou outros do município de Ribeirão das Neves (MG). O conhecimento sobre a ocupação se deu por meio das relações interpessoais, como o patrão do marido, a amiga, a cunhada, a tia das crianças, o pai dos filhos, o conhecido no Centro Espírita, ou até mesmo, durante um ato de mobilização na ocupação Dandara.

Ainda que dados sobre a realidade social brasileira revelem a matrifocalidade[20] como

[19] As informações sobre a idade, o número de pessoas que moram na casa e a quantidade de cômodos que a casa possui foram fornecidas ou observadas no momento de realização das entrevistas, que aconteceram nas casas dos sujeitos. Ressaltamos, ainda, que as crianças relacionadas no quadro correspondem àquelas que participaram da pesquisa, de modo que algumas pessoas adultas possuem outros filhos e filhas não relacionados aqui.

[20] Como bem diferencia Carvalho-Silva (2018), enquanto a monoparentalidade feminina se refere às "famílias em que na sua definição estrutural há ausência da figura paterna e a mãe ou responsável pelo lar assume sozinha o cuidado por toda a família", as famílias chefiadas por mulheres "se referem a uma dimensão econômica da estrutura familiar na qual as mulheres seriam responsáveis pela principal fonte de renda" (p.42).

Tabela 8 – Informações das famílias participantes da pesquisa

INFORMAÇÕES DOS ADULTOS					INFORMAÇÕES DAS CRIANÇAS			INFORMAÇÕES DA MORADIA		INFORMAÇÕES DA CASA	
Nome	**Gênero**	**Idade**	**Profissão**	**Data da entrevista**	**Nome**	**Gênero**	**Idade**	**Endereço anterior**	**Situação da moradia anterior**	**N° de habitantes**	**Nº de cômodos**
Carolina	Feminino	25	Manicure e faxineira	19/11/2020	Paulo	Masculino	8	Cristina B (Santa Luzia)	Coabitação	3	3
Leila	Feminino	20	Funcionária da Prefeitura (Escola)	26/11/2020	Jasmim Geraldo Mendes	Feminino Masculino Masculino	1 2 5	Caiçara	Aluguel	5	4
Esmeralda	Feminino	41	Funcionária da Prefeitura (Unidade de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes)	17/11/2020	Helena Carlos Oscar	Feminino Masculino Masculino	3 9 14	Ribeirão das Neves	Aluguel	7	4
Diva	Feminino	27	Funcionária de restaurante	22/11/2020	Isabel Emanuel Dandara Gilvander	Feminino Masculino Feminino Masculino	4 7 9 12	Serra Verde (Belo Horizonte)	Aluguel	5	4
Maria	Feminino	38	Dona de casa	17/11/2020	Estephany Vitória Antônio Gonçalves	Feminino Feminino Masculino Masculino	2 8 11 13	São Cosme do Sul (Santa Luzia)	Coabitação	6	3
Francisco	Masculino	53	Catador de material reciclável	16/11/2020	Josias	Masculino	11	Cristina B (Santa Luzia)	Aluguel	2	2
Dorothy	Feminino	45	Aposentada	19/11/2020	Fábio Beatriz Nelson Joana	Masculino Feminino Masculino Feminino	3 8 9 15	Palmital (Santa Luzia)	Aluguel	5	4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

realidade crescente nos domicílios com menor renda e as pesquisas em ocupações urbanas a apontem como perfil predominante do movimento, boa parte das famílias da Rosa Leão que participaram da pesquisa eram biparentais[21]. E embora as pesquisas também apontem para o suporte familiar dos avós na criação dos filhos, a mudança para a ocupação, que em alguns casos significou sair da condição de "morar de favor" na casa de parentes, provocou certo distanciamento desses vínculos, como foi o caso de Carolina, que antes morava com a mãe. O total de pessoas que moram nas casas varia de dois chegando a sete, em casas que possuem de dois a quatro cômodos. Assim, embora a coabitação seja uma realidade das moradias em regiões periféricas, em nenhuma das casas da pesquisa avós moravam junto das famílias. A seguir, as famílias nos recebem em suas casas e nos contam suas histórias.

4.2.1 Trajetórias de luta *antes* da ocupação

No Capítulo 2, ao discutir a participação das crianças no movimento das ocupações, apontamos que a ação política se dá em processos de subjetivação e formação de um sujeito político, estabelecidos em formas e condições específicas (KALLIO, 2017; HÄKLI; KALLIO, 2018). Vimos também como a ação política das crianças não ocorre de maneira isolada, mas na companhia dos adultos, de modo que geram movimentos de desobediência ou transgressão de uma subjetividade política projetada pelos adultos (SHABEL, 2019). Ainda, compreendemos que o engajamento das famílias no movimento das ocupações faz parte de uma trajetória de luta que não se inicia no ato de ocupar, mas é anterior. Assim, buscamos nesta seção, a partir dos depoimentos desses sujeitos, trazer pistas sobre as formas e as condições em que tais subjetividades foram forjadas.

Uma das questões centrais que conduziu as entrevistas com as pessoas adultas que moram na ocupação era sobre quais os caminhos que as trouxeram à Rosa Leão. Ao relembrar o tempo quando eram crianças, há os sujeitos que, de imediato, ressaltam as memórias de uma infância "muito boa" e manifestam as saudades dos lugares, das pessoas e das brincadeiras. Por outro lado, há aqueles que enfatizam o lado "sofrido" desta fase e trazem à tona o sentimento de abandono diante da ausência de pai ou mãe, ou dos desafios da fome e da pobreza.

Essa dimensão do abandono se destaca nos depoimentos de Leila, Esmeralda e Maria. Leila (20) é mãe de Jasmin (2), Geraldo (3), e Mendes (6). Ela cresceu no bairro Caiçara, em Belo Horizonte, onde recorda que a vida não foi fácil, uma vez que o alcoolismo da mãe atravessou violentamente a infância compartilhada com o irmão gêmeo. Leila se recorda das brincadeiras de descer ladeira no papelão, construir casinha na árvore e andar de bicicleta sem freio, bem como as estratégias de luta pela sobrevivência, comendo comida da macumba na encruzilhada próxima

[21] Gouvea (1990) destacou a matrifocalidade, evidenciando a mulher como a referência principal no estabelecimento das redes de relação e transmissão de valores e moral. Desse modo, é revelado um contraste entre a idealização da família e sua forma empírica, na medida em que formas alternativas de constituição do núcleo familiar vão se formando. A autora aponta como o discurso dos sujeitos na favela legitima a configuração doméstica existente.

à sua casa e pedindo dinheiro na rua para se alimentar. Com sete anos, ela e o irmão passaram a viver com a mãe adotiva, a quem se refere como comadre, iniciando-se uma experiência de uma vida mais aprisionada, o que teria gerado mudanças no comportamento do irmão, que "começou a mexer com coisa errada" e se distanciou. A morte do irmão em um confronto no bairro onde moravam foi um grande divisor de águas na vida de Leila, fonte de uma melancolia que carrega até hoje. De todo modo, ela ainda considera que a mudança para a casa de sua comadre salvou sua vida.

Esmeralda (40) é mãe de Carlos (13), Oscar (8) e Helena (2). Possui, ainda, dois filhos maiores; a filha mais velha também mora na ocupação e é mãe de uma bebê. Esmeralda perdeu sua mãe com sete anos e, uma vez que o pai sofria problemas de alcoolismo e não cuidava dos filhos, tendo ela ido viver na rua, junto com os irmãos. Depois de um tempo, seus irmãos maiores se separaram e ela ficou cuidando dos três irmãos menores, indo posteriormente morar em um abrigo. Um deles faleceu quando ainda era adolescente, já no abrigo. Aos 18 anos, Esmeralda se casou e se mudou, mas seu vínculo com o lugar permanece até hoje, sendo o local onde ela trabalha.

As dificuldades de uma criação sem a mãe também são ressaltadas por Maria (38), mãe de Gonçalves (13), Antônio (11), Vitória (8) e Estephany (2). Sua mãe foi embora com outro homem quando ela tinha apenas sete meses, e ela cresceu com o pai, a avó e as tias: "Esse negócio de não ter mãe já é uma coisa triste. Eu apanhei muito, porque pai não sabe criar uma filha sozinha de jeito nenhum", diz[22].

Por sua vez, Rosa (39), uma das primeiras e principais coordenadoras da Rosa Leão, se apresenta como filha de mulher negra e indígena, mãe de nove mulheres. Rosa ressalta sua ancestralidade para falar de seu lugar de liderança hoje e recorda que cresceu com sua mãe colhendo raiz no terreno da Izidora, para vender no Mercado Central e sustentar a família. O pai se separou, deixando as crianças com a mãe ainda pequenas, quando Rosa tinha somente 2 anos. Mas a família foi criada pelo padrasto, com quem Rosa tinha forte vínculo.

Ela se recorda de quando, ainda pequena, morou em barraco de lona, pois a mãe participou de uma ocupação na região quando Rosa ainda era pequena. As famílias resistiram e, atualmente, a mãe paga o IPTU, embora, mesmo décadas depois, sua casa ainda não tenha sido regularizada. Sua narrativa reforça o argumento que vínhamos trazendo de que as ocupações é um fenômeno que se repete ao longo de ciclos da história da cidade.

Rosa menciona, ainda, que, aos seis anos de idade, sofreu um episódio de abuso sexual quando ia para a escola sozinha. Desde então, cresceu uma adolescente retraída, que frequentava a igreja católica cantando no coral e aprendeu a tocar o tabaco e o afoxé, "instrumentos ancestrais de seu povo negro", como diz. Diante da escassez de recursos e alimento para apoiar o sustento

[22] A preferência da mulher por viver uma nova relação conjugal em detrimento do vínculo com a filha ou o filho foi apontada por Sarti (1994) como uma busca por soluções, muitas vezes, temporárias diante das dificuldades de mulher pobre em criar seus filhos, o que leva à "circulação de crianças" por diferentes núcleos familiares.

da família, Rosa começou a trabalhar cedo: com 6 anos, já fazia "bicos" lavando vasilhas; aos 13, trabalhou cuidando de crianças, além de catar lata de óleo para vender, descascar alho para revender no mercado, ou colher verduras na roça para vender; aos 16, trabalhou em restaurante e com faxina; e aos 17 anos, começou a dormir em casas de família e revela: "Hoje eu sei que isso era escravidão!". A necessidade constante de trabalhar fez com que Rosa saísse da escola por vezes, tendo conseguido concluir o ensino médio mais adiante. E ressalta: das nove filhas, somente ela e sua irmã se formaram.

As memórias da infância também funcionam como uma abertura para os sujeitos falarem sobre as comunidades onde cresceram. Camilo (35) é pai de três crianças, duas adolescentes e um menino de três anos, os quais não fizeram parte da pesquisa de campo. Um brincante nato, ele é também mestre de capoeira e monitor da Escola Integrada da Escola próxima à ocupação. Camilo ressalta que teve uma infância de muita carência junto à família em uma casa de barro com muitos irmãos, em uma comunidade que vivia seus primeiros dias na região de Venda Nova, em Belo Horizonte. Segundo ele, sofria preconceito por viver em condições precárias e, diante do "sentimento de inferioridade", se recorda de se isolar das outras crianças no ambiente escolar ou em sua comunidade, quando desenvolveu a habilidade de brincar sozinho. A brincadeira foi, portanto, um refúgio da sua precariedade social, brincando com tijolos e no mato, mesmo diante da necessidade de começar a trabalhar cedo.

A alguns quilômetros de Venda Nova, no bairro Heliópolis, Maria aponta que viveu a maior parte de sua infância: "Era uma favela muito mal falada, diziam que tinha muita gente desonesta lá. Mas eu não conheci lugar melhor do que ali. Acho que é porque eu conhecia todo mundo também". Ela destaca que ali tinha "amigos de verdade" e que conhecia a história dos vizinhos, que ajudavam seu pai a cuidar dela: "Eu tinha muita mãe lá". E enumera as atividades culturais organizadas a partir da mobilização de representantes, enaltecendo: "Teve muita gente que lutou pela gente lá".

Na adolescência, Maria se mudou com o pai para a cidade natal de sua avó, Cabrália, na Bahia, onde ela tinha o sonho de construir uma casa. Ali ela começou a trabalhar em plantações, colhendo café, mamão ou cacau, a depender das épocas de colheita. Ela também vendia verduras na feira ou trabalhava em casas de família. Em um desses trabalhos na roça, conheceu seu companheiro, passando a morar juntos poucos meses depois. Ela então começou um trabalho no aterro sanitário durante cinco anos, interrompido por um acidente de trabalho em que feriu gravemente seu pé. Desde então, a renda da família passou a ser responsabilidade de seu companheiro, que a substituiu no aterro sanitário por um tempo. Passaram a circular por algumas cidades, onde ele realizava bicos furando fossa, limpando lote, furando tubulão. A ausência de oportunidades de emprego na região fez com que o companheiro se mudasse para Belo Horizonte, para trabalhar com o sogro, pai de Maria, também fazendo bicos na construção civil. Maria permaneceu na Bahia por um tempo, residindo com a avó e as crianças, e trabalhando em uma casa de família, o que a ajudou a conquistar o respeito da própria família. Meses depois,

mudou-se com os filhos para Belo Horizonte.

A história de Maria descreve como a realidade de exclusão vivenciada pelas camadas populares resulta em dificuldades do acesso ao mercado de trabalho formal. Isso compromete a renda familiar e as possibilidades de autonomia dos sujeitos, o que vai se agregar à experiência da maternidade, na maioria dos casos das mulheres[23]. Nos depoimentos, os sujeitos relatam como a chegada das crianças em sua vida marcou uma virada na própria trajetória[24].

Leila engravidou de Mendes na adolescência, quando tinha apenas 13 anos. Embora não fosse o planejado, tendo experimentado um período de depressão pós-parto, conta que a maternidade teve um papel estruturante em sua vida após o rompimento com o pai do primeiro filho, apontando nos filhos a fonte de força para se aprimorar e realizar-se: "Tem vez que eu quero ficar deitada o dia inteiro. Mas aí vem a Jasmim e me dá um beijo, vem o Geraldo e fala que me ama, vem o Mendes e pergunta se eu quero uma água, se eu quero tomar um banho". Atualmente, Leila é monitora da Escola Integrada, ofício que aprendeu com sua comadre, que também era educadora na região do entorno da ocupação. Ela mora com o companheiro, pai de Geraldo e Jasmim, que trabalha fazendo bicos na construção civil, tendo recentemente aberto uma loja de celular com o irmão.

Diva (27) também compartilha as dificuldades que enfrentou quando engravidou pela primeira vez de Gilvander (12), com 15 anos: "Não queria muito, não. Mas depois acostumei". Segundo seu relato, contou com a ajuda especialmente da mãe e do sogro, avô das crianças, já que, naquele período, o pai das crianças havia sido preso. Contudo, foi perdendo o apoio da mãe quando resolveu permanecer com o companheiro e engravidou novamente. Atualmente, ela vive com Gilvander, Dandara (9), Emanuel (7) e Isabel (5), e é vizinha do avô das crianças, o qual segue ajudando a cuidar delas, em um princípio de complementação do papel do filho, como colocado por Sarti (1994). Ela trabalha em um restaurante há três anos. Seu companheiro, pai das crianças, esteve preso durante boa parte do período da pesquisa e, quando foi solto, voltou a viver com eles, tendo começado a trabalhar em uma pizzaria.

Desde os treze anos, Dorothy (45) já sonhava em se casar, ter filhos e formar uma família. Ela cresceu com os pais e os irmãos. Ao nascer, foi diagnosticada com uma deficiência intelectual, que ela denomina como "um problema que atinge a mente fraca", motivo pelo qual recebe uma aposentadoria por invalidez: "Eu trabalhava com as famílias. Mas aí eu aposentei por causa dos problemas da doença que eu tive". Dorothy diz que, segundo sua mãe, o motivo da doença era porque ela havia molhado a barriga, ao lavar roupa, em uma casa de família, o que teria feito

[23] Sarti (1994) aponta para a importância do trabalho na vida de mães solteiras nas camadas populares para consolidar o respeito da vizinhança e o apoio familiar. Embora a maior parte das mães participantes da pesquisa vivem junto com o companheiro, já destacamos que o grupo de mães solteiras é significativo no universo das ocupações. Isso reforça, portanto, mais um atravessamento, para além do acesso à renda, que as dificuldades de inserção no mercado de trabalho exercem sobre a vida desses sujeitos.

[24] Sarti (1994) também revela como a maternidade pode ser considerada um estatuto de maioridade nas camadas populares, marcando o período de desvinculação com a família de origem.

com que sua filha nascesse com pneumonia. Segundo seu médico, Dorothy ficou com uma lesão, pois o tratamento não havia sido concluído. Hoje, os ACS vão até sua casa aplicar uma injeção.

O primeiro filho de Dorothy veio quando tinha 17 anos, mas faleceu ainda bebê. Três anos depois, ela teve sua filha mais velha, que hoje tem 23 anos. Ainda na adolescência, a filha decidiu sair de casa para morar com um homem com quem, segundo Dorothy, vivia um relacionamento abusivo. Atualmente, a filha vive sozinha, mas segue em um relacionamento intranquilo com Dorothy, que lamenta muito a sua ausência, especialmente, no suporte para cuidar de outros quatro filhos: Joana (15), Nelson (9), Beatriz (8) e Fábio (3). Dorothy é a única mulher dentre as famílias da pesquisa que não vive com o pai dos filhos, embora ele também seja morador da ocupação e tenha ajudado em sua mudança.

Já Carolina (25) revela que a gravidez de Paulo (8) foi muito tranquila, planejada e desejada por ela e seu companheiro. Contudo, antes de se conhecerem, ainda adolescente, cuidou por 8 anos de uma criança cujo pai era um conhecido que havia sido preso. Hoje, Paulo reconhece o menino como um irmão mais velho e eles se dão muito bem, embora não morem juntos[25]. Carolina atua como dona de casa, cuidando do filho e faz "bicos" como manicure ou faxineira, esporadicamente. Ela também vive com o pai de Paulo, que esteve desempregado por dois anos, tendo retomado, recentemente, seu trabalho como posseiro.

Embora também tenha cuidado dos irmãos desde cedo, Esmeralda ressalta que sua experiência inicial como mãe foi difícil: "No início, a gente já passava mais aperto, porque eu não trabalhava nem nada, dependia do pai deles. Aí era muito sofrimento. E depois que foi melhorando, que eu comecei a trabalhar". Somente depois de conseguir trabalho e adquirir uma liberdade financeira, vieram os filhos mais novos, em um contexto de maior tranquilidade para Esmeralda. Hoje, mora com seu companheiro, que trabalha como vigia, e com os filhos e o irmão mais novo.

Maria não queria casar nem ter filhos. Isso só mudou depois que conheceu seu esposo, quando então começou a ter dificuldades para engravidar: "Muita gente falava comigo: 'Ah, boba, isso é porque seu sangue não se deu com o sangue do seu marido, então vai demorar pra vocês terem filho'". Foi somente após quatro anos, com muita oração, que engravidou de Gonçalves: "Nunca acreditei nessas coisas, mas eu fiz uma vez uma simpatia. Aquela de você encher um sapatinho de bala no dia de São Cosme e Damião e colocar na praça". Nascido dias antes de seu aniversário, ela reconhece o filho como um presente. E se recorda da dificuldade de deixá-lo na creche quando ainda tinha sete meses para ir trabalhar. Com a chegada de Antônio, que nasceu com uma deficiência intelectual[26], o que se somou às dificuldades de locomoção

[25] Sarti (1994) observa que a confiança para o amparo financeiro e o cuidado de crianças em camadas populares extrapola a rede consanguínea, podendo envolver outros grupos de referência dos pais.

[26] A deficiência de Antônio atravessou o campo em diversos momentos. Ele era uma criança muito solícita com todos os sujeitos, pessoas adultas e demais crianças, e sempre estava disposto a participar das atividades da comunidade. Às vezes, percebia Antônio ser assujeitado pelos demais meninos, o que penso que seja devido à diferença de idade, mas também à deficiência. Maria conta o caso de quando Antônio ainda era bebê e tomou um

após o acidente sofrido no trabalho, Maria passou a se dedicar integralmente aos cuidados das crianças. A experiência da maternidade acabou aproximando Maria de Deus e da igreja.

> **Maria**: A maternidade muda a gente demais. Eu fui voltando, porque um filho, ele te dá essa dimensão do amor de Deus. Você tem coragem de fazer qualquer coisa pelo seu filho. Se você tá passando fome, você tem coragem de lutar pra ter um alimento pra dar a ele. Se você tá passando frio, você corre atrás de um cobertor, nem que seja pra tampar ele. Mas que você faz, você faz. Então é isso que Deus faz pela gente, né? Ele te dá aquilo que às vezes ele nem tem, mas ele te dá. (Entrevista concedida em 17/11/2020).

No caso de Rosa, diferentemente de suas irmãs que se tornaram mães cedo, ela ganhou seu primeiro e único filho aos 27 anos[27]. Após a gravidez, Rosa passou a morar com a sogra por dois anos, mas, após a separação do pai de seu filho, quando ele tinha 2 anos, retornou para a casa de sua mãe: "Mas quando você volta pra casa de mãe com filho, não é a mesma coisa". Enquanto Rosa começava a buscar alternativas de moradia, nascia a ocupação Rosa Leão.

Em contraste com as trajetórias das mulheres, as entrevistas apontam como os homens experimentaram responsabilidades de cuidado em uma fase posterior da vida. Diversas pesquisas já demonstraram essa desigualdade entre homens e mulheres no que se refere ao tempo de dedicação no cuidado de crianças (FOLBRE, 2006; FAUR, 2012). Olhando para a experiência argentina, Faur (2012) denuncia como a possibilidade de conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo é fortemente atravessada por um viés de classe e destaca a criação de redes de solidariedade como estratégia de resistência adotada por mulheres[28].

Acolhemos a crítica de hooks (2015) aos estudos feministas que, ao compreenderem as mulheres enquanto um coletivo único, negligenciam as relações de opressão e dominação entre mulheres. É preciso reconhecer que o viés de raça também marca as desigualdades de gênero no que se refere à distribuição dos trabalhos de cuidado que, especialmente na realidade brasileira, recaem historicamente sobre a mulher negra[29]. A experiência das mães na ocupação converge para tais análises, considerando que muitas vezes elas se retiram do mercado de trabalho para cuidar dos filhos, como é o caso de Maria, ou se apoiam em uma rede para poder trabalhar, como é o caso de Diva, que conta com a ajuda do sogro. Somam-se a isso depoimentos durante a

choque, de algum modo, associando o episódio e o mau atendimento recebido pela equipe médica na ocasião às dificuldades de aprendizagem de Antônio. Ela também apontou, durante a entrevista, as dificuldades da Escola em lidar com situações em que o filho sofria preconceitos ou maus tratos. Seu discurso revelou, em diferentes momentos, o sentimento de falta de acolhimento como mãe de um filho que possui deficiência intelectual.

[27] Elder (12), filho de Rosa, participou de momentos pontuais da pesquisa, razão pela qual não se encontra no Quadro anterior.

[28] Faur (2012) introduz o conceito de "*desfamiliarização*"para enfatizar a ideia de externalizar a dimensão da reprodução cotidiana, representada no trabalho doméstico e de cuidado, ao ambiente familiar, a fim de não reforçar a discriminação de gênero.

[29] Em 2019, as mulheres não ocupadas dedicaram, em média, 24 horas semanais a afazeres e/ou cuidados, praticamente o dobro dedicado por homem não ocupados no mesmo período (ONU, 2020). O relatório da pesquisa de Bianconi *et al.* (2020) aponta que 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém após o início da pandemia e ressalta como a organização do cuidado se ancora especialmente na exploração do trabalho de mulheres negras e no trabalho não remunerado, o que ampliou as desigualdades na pandemia.

pesquisa de campo que revelavam que as mães, muitas vezes, levavam as crianças para o trabalho, como é o caso de Leila e Esmeralda[30].

Mesmo diante das desigualdades de gênero, a busca por um emprego compatível com o cuidado dos filhos também se revela na experiência dos pais. Camilo, que já trabalhou como metalúrgico e vendedor de temperos e produtos cosméticos, sempre teve a capoeira com ele, trabalhando em academias e outros espaços. Atualmente, atua como mestre e educador, sendo monitor na Escola Integrada da Escola, assim como Leila. Ele conta que conseguiu a vaga conversando com a diretora no momento em que transferia sua filha para a Escola, após se mudar para a ocupação.

> **Camilo**: Tive que abdicar do trabalho, tinha que arrumar trabalho próximo. E não podia distanciar porque eu não conhecia ninguém, como largar a filha sozinha? E aí fui matricular minha filha, eu conheci a Renata, brinquei com ela assim de forma bem extrovertida, com aquele papo que ela deu muita atenção em si, me ensinando o que fazer. E naquele momento eu peguei uma oportunidade "Poxa, eu tô precisando trabalhar. O que que você tem aqui?". E ela "Ah, mas você faz o quê?". "Eu faço de tudo, faço isso, faço limpeza, faço jardim", fui brincando assim. E por fim eu perguntei: "Poxa, aqui tem atividade, o quê que acontece?". (Entrevista concedida em 20/11/2020).

A busca por um emprego que permitisse criar o filho também foi uma realidade para Francisco (53), pai de Josias (11), com quem mantém uma relação de muito afeto. Ele começou a trabalhar desde cedo para ajudar a compor a renda de sua família, no ramo da construção civil. Mais tarde, quando se separou da mãe do menino, que tinha "vício de beber", passou a cuidar sozinho do filho. Começou, então, a trabalhar com ferro velho e reciclagem, além de fazer "bicos" diversos na região que permitissem cuidar dele. Ele nos relata um caso em que revela a criança como prioridade em sua vida.

> **Francisco**: Eu tava trabalhando lá [no mercado], mas eu tinha que vir aqui pra almoçar. Tinha vez que eu fazia comida à noite, e aí eu chegava e o almoço já tava pronto, era só esquentar e comer. Mas tinha vez que eu não fazia, daí eu tinha que fazer comida, que eu não vou deixar meu filho com fome. Foi umas três vezes que eu fiz isso e ele me dispensou, falou: "Você não serve pra mim, não". Eu não reclamo do trabalho, não reclamo. Eu não tinha folga nenhuma: era sábado, domingo, segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado, domingo, e aí ia. Mas ele falava umas coisas que eu não achava bom, como que meu filho já era homem. Eu falei: "Oh, entre esse trabalho e meu filho, eu prefiro o meu filho". (Entrevista concedida em 16/11/2020).

O universo circunscrito das famílias da pesquisa revela a dificuldade do acesso à renda e ao emprego formal. Verificamos que a maior parte delas possui acesso ao programa Bolsa Família

[30] Saegert e Clark (2006) apontam como uma das dificuldades de mulheres se inserirem no mercado de trabalho a falta de acesso a transporte público de qualidade, impedindo que acessem empregos em regiões centrais da cidade, por exemplo. A opção por empregos com tempos de deslocamento curto e a necessidade de assumir as responsabilidades domésticas fazem com que as opções de emprego para as mulheres sejam restritas espacial e temporalmente, além de mal remuneradas. Na Rosa Leão, observamos que as mulheres trabalham, em geral, em locais próximos à ocupação.

(PBF) ou a algum outro auxílio governamental, como aposentadoria por invalidez, como é o caso de Dorothy, ou Benefício de Prestação Continuada (BPC), como é o caso de Maria, devido à deficiência intelectual de Antônio. Na ocasião da pandemia, em que as entrevistas aconteceram, as famílias habilitadas passaram a receber o Auxílio Emergencial[31], além de contar com cestas básicas distribuídas pela Administração Municipal ou doações gerenciadas pela coordenação da ocupação. Esse lugar de dependência da solidariedade alheia se revela no depoimento de Francisco, quando se refere a si mesmo como "fraco".

> **Francisco**: Em São Benedito, a gente tava morando de aluguel, aluguel, aluguel, aluguel, e, até que chegou o ponto de minha mãe, meus pais falecerem. Aí eu tive que assumir a vida mesmo de com força, mais com força ainda. Hoje, graças a Deus, está aqui, de tijolo, desse jeito. Mas é tudo ganhado também. Tenho vergonha de dizer, não. Porque, sou fraco, né.
>
> **Luciana**: O que o senhor quer dizer quando diz que é fraco?
>
> **Francisco**: Eu quero dizer que eu não tava trabalhando, não podia trabalhar. Eu saía pra catar reciclagem, mexia com ferro velho. E eu tinha que levar ele comigo. Então, se eu fosse pra rua pra trabalhar, com quem eu ia deixar ele? Então eu fui mexer com ferro velho e reciclagem. E com a reciclagem eu fui conversando, conhecendo alguém. Aí às vezes eles tinham curiosidade de saber como era meu modo de vida, de eu estar andando com meu filho. Aí eu explicava. Aí eu fui ganhando os tijolos, areia, cimento, telha. E assim foi. (Entrevista concedida em 16/11/2020).

Podemos relacionar a avaliação de Francisco sobre si mesmo como reflexo da representação da figura masculina na sociedade contemporânea, atravessada pelos desequilíbrios nas relações de gênero. Em termos estruturais, Gago (2019) se referiu a isso como o "declive da figura do provedor" ou a "desestruturação da autoridade masculina decorrente da perda do salário como 'medida objetiva' do poder do homem dentro e fora do lar"[32] (p. 155).

Contudo, essa sensação de impotência também permeia os discursos de outros sujeitos entrevistados, evidenciando uma sensação de desamparo sofrido pelas famílias perante o Estado e a sociedade, de modo geral. De certa maneira, isso pressupõe a ausência de uma estrutura ou uma autoridade promotora do bem-estar social. Isso nos inspira a propor uma outra perspectiva,

[31] O auxílio emergencial foi uma política de proteção social do Governo Federal implementada em abril de 2020, que transferiu uma quantia financeira a trabalhadores autônomos, desempregados e microempreendedores individuais no contexto de enfrentamento da crise da pandemia da Covid-19. Estudos apontaram para sua importância para conter o aumento da pobreza e da extrema pobreza no país neste período, em especial, de grupos mais vulneráveis, como o de mulheres negras (OLIVEIRA, 2021), bem como diminuir a desigualdade de renda entre homens e mulheres (FARES *et al.*, 2021)). Pesquisas também denunciaram que a redução ou a retirada do auxílio teria como consequência o retorno de famílias às situações de pobreza e extrema pobreza (NASSIF-PIRES; CARDOSO; OLIVEIRA, 2021). Entre os meses de janeiro a março de 2021, a transferência do recurso foi interrompida, até que um novo auxílio residual, de valor muito inferior, foi distribuído até o mês de outubro de 2021.

[32] Cabe retomar o depoimento de uma coordenadora da ocupação Dandara, localizada na região da Pampulha, em Belo Horizonte: "Eu posso te apresentar, dentro do feminismo, coisas que vão te aliviar e inclusive te livrar de um suicídio, que é o que a gente tem tentado falar com os caras, sabe? Tem muito homem morrendo aí, por quê? Tem uma crise no país, ele não consegue sustentar a casa, e, na verdade, o homem nunca conseguiu sustentar a casa, a verdade é essa. Mas agora está ficando tão terrível, que ele não tá conseguindo fazer nem pra ele, e aí as pessoas suicidam, porque 'o homem tem que dar conta'". (CANETTIERI *et al.*, 2020, p. 250).

a fim de refletir sobre a formação política dos sujeitos, considerando sua dimensão coletiva, mas também individual.

Em diálogo com a psicanálise, portanto, em uma análise da condição humana, Safatle (2016) defende a tese de que "o afeto que nos abre para os vínculos sociais é o desamparo" (p. 54). Para o autor, o desamparo das relações encontra-se na capacidade e na coragem de se abrir ao encontro com o outro, encontro este que produz algo de que não temos controle: é ali que nos despossuímos de nós mesmos e adquirimos a capacidade de confrontar acontecimentos que desorientam a lógica temporal e espacial[33]. Desse encontro, é produzido um corpo político.

> Um corpo político produzido pelo desamparo é um corpo em contínua despossessão e desidentificação de suas determinações. Corpo sem eu comum e unicidade, atravessado por antagonismos e marcado por contingências que desorganizam normatividades, impulsionando as formas em direção a situações impredicadas. (...) esse corpo em errância constrói, ele integra o que parecia definitivamente perdido através da produção de uma simultaneidade estranha à noção tradicional de presença. (SAFATLE, 2016, p. 26).

Safatle (2016) ressalta que é no enfrentamento de situações que fogem aos nossos possíveis que somos levados à paralisia ou ao engajamento. O autor retoma como o medo tem sido utilizado historicamente como estratégia de garantir a adesão social a normas e defende que o desamparo, essa "condição sem ajuda possível" (p. 69), é também um afeto que mobiliza a construção de relações sociais, podendo constituir uma experiência política e renovar formas como concebemos o político: "toda ação política é inicialmente uma ação de desabamento e só pessoas desamparadas são capazes de agir politicamente" (p. 67).

Compreendemos que há uma dimensão do desamparo que também atravessa esses sujeitos estruturalmente. A brecha gerada por uma dada convergência de fatores históricos e conjunturais permite que um movimento como o das ocupações mobilize "sujeitos desamparados" para agirem politicamente na construção de uma comunidade, evocando formas de conceber a moradia e a produção do espaço urbano que fogem à norma. A trajetória das famílias da Rosa Leão revela como a semente dessa ação não brota somente no ato de ocupar, mas ao longo da trajetória de vida desses sujeitos.

Federici (2022) aponta como nos momentos de crise as mulheres empreendem um esforço coletivo para romper com a barreira do medo e criar alternativas de organização comunitária para promover a reprodução social. De seu depoimento, depreendemos que, no enfrentamento do medo, perante a violência e a brutalidade do capitalismo, habita a origem de outras possibilidades de pensar caminhos que levam a "uma vida digna de ser vivida". Lembremos que a dignidade também é palavra de destaque no contexto das ocupações: a luta é pelo direito à moradia digna. Ainda, como ressalta Federici (2022), quando "todos os momentos da vida cotidiana se tornaram

[33] A ideia de despossessão em Safatle (2016) tem influência do trabalho de Judith Butler e se apoia no reconhecimento de que, neste encontro com o outro, expomos nossas vulnerabilidades e nos tornamos despossuídos de nós mesmos.

instâncias de escolha política, pois nada lhes é devido nem assegurado", essas mulheres se mobilizam para garantir o acesso a recursos e "não esperam nem efetivamente permitem que o Estado organize sua vida". Assim, o que sustenta as atividades comunitárias de resistência e luta por direitos é a cooperação e a confraternização.

hooks (2015) denuncia estereótipos racistas que reforçam a imagem da "supermulher negra", segundo ela, uma forma de mistificar as relações de poder, permitindo "ignorar até que ponto as mulheres negras têm probabilidades de ser vitimizadas nesta sociedade, e o papel que as brancas podem cumprir na manutenção e perpetuação dessa vitimização" (p. 206). Nesse sentido, a autora destaca a distinção da condição da mulher negra na sociedade, cuja "condição social geral é inferior à de qualquer outro grupo", mas que, ao mesmo tempo, constitui o "grupo que não foi socializado para assumir o papel de explorador/opressor"(p. 206).

> Nós, mulheres negras sem qualquer "outro" institucionalizado que possamos discriminar, explorar ou oprimir, muitas vezes temos uma experiência de vida que desafia diretamente a estrutura social sexista, classista e racista vigente, e a ideologia concomitante a ela. Essa experiência pode moldar nossa consciência de tal maneira que nossa visão de mundo seja diferente da de quem tem um grau de privilégio (mesmo que relativo, dentro do sistema existente). (hooks, 2015, p. 208).

Com isso, não pretendemos mistificar as mulheres ou as famílias das ocupações enquanto super heroínas ou heróis, no sentido de salientar uma qualidade de resiliência, que prescinde do desejo por uma figura de autoridade que acolhe e provê. Pelo contrário, nosso objetivo é desvelar como guerreiras e guerreiros, com coragem e em toda sua humanidade, lidam com o desamparo e se permitem mobilizar na construção coletiva de algo novo, marchando com as crianças, filhos e filhas, que também conformaram escolhas e justificaram processos de resistência. Enquanto sujeitos políticos em formação, todas e todos podemos aprender com essa experiência.

4.2.2 Trajetórias de luta *depois* da ocupação

Por que as famílias ocupam? Quais os motivos que levaram esses sujeitos a constituir a comunidade Rosa Leão?

Em sua obra intitulada *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*, Boulos (2018) propôs este exercício reflexivo[34]. O autor situa as ocupações como resposta a uma lógica excludente e desigual, que promove dificuldades do acesso à moradia, às famílias das camadas populares. O déficit habitacional não resulta de um déficit de casas, considerando as inúmeras moradias ociosas existentes nos grandes centros urbanos, mas de uma história de políticas que

[34] As elaborações de Guilherme Boulos sobre as ocupações são baseadas, além de seus estudos acadêmicos, em sua trajetória militante junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), atuando em inúmeras ocupações em São Paulo. A defesa pela moradia digna é uma das principais pautas que garantiram sua projeção política e, junto ao Partido Socialismo e Liberdade, ele se candidatou à presidência da República, em 2018, e à Prefeitura de São Paulo, em 2020.

obedecem a uma lógica de mercado e um planejamento excludente e segregacionista. Soma-se a isso a abordagem da mídia, que adota o discurso da ilegalidade, tratando a questão da moradia como um problema individual. Boulos (2018) vai defender a legitimidade das ocupações na defesa da função social da propriedade, ao realizarem uma ação coletiva para lidar com um problema que é social.

Em diálogo com Boulos (2018), retomamos dados mais recentes sobre o perfil do déficit habitacional no Brasil. O relatório da FJP (2021) traz informações sobre a renda das famílias inseridas no déficit e revela a participação das faixas de renda nos componentes do déficit em 2019. O resultado aponta que os componentes de habitação precária e ônus excessivo em aluguel são compostos pelas famílias mais pobres: no total de domicílios que compõem o déficit por se tratar de habitação precária, cerca de 76% dos domicílios possuem renda domiciliar de até um salário mínimo, enquanto que em 84% dos municípios do componente de ônus excessivo com o aluguel urbano predomina renda domiciliar até dois salários mínimos. Esses dados revelam como a questão da moradia está fortemente vinculada ao acesso à renda, no contexto brasileiro[35].

Há um extenso debate em torno das metodologias utilizadas para produção e análise dos dados relacionados ao déficit habitacional, em especial, diante de mudanças da situação econômica do país, quando novos elementos ganham importância na análise do fenômeno da questão da moradia. Parte dessa discussão complexifica a noção da coabitação no contexto nacional, diante de uma cultura que não abriga somente a família nuclear. Há um argumento de que o ônus excessivo em aluguel pode não ser tratado como déficit habitacional, por ser um problema relacionado ao acesso à renda, como apontamos. De todo modo, conversas com as famílias da ocupação comprovam que "morar de favor" e "se livrar da cruz do aluguel" são os principais motivos que as levam a ocupar, como destaca Maria.

> **Maria**: Não tem coisa pior do que você morar no que é dos outros. Sendo morando de aluguel ou sendo morando na casa dum pai, ou de um sogro, ou de um amigo, ou de um primo, sei lá. É horrível. Não é oportunismo. A gente sabe que vai pagar água, pagar luz, IPTU. Mas a gente não tinha condições de ter um lugar, um pedacinho de chão. Porque a gente não tem dinheiro pra comprar e não tem condições de comprar. (Entrevista concedida em 17/11/2020).

Elementos nas narrativas dos sujeitos nos ajudam a compreender o que motiva a participação das famílias na luta das ocupações. Antes de vir para a Rosa Leão, Carolina estava morando com o companheiro e o filho há dois anos na casa da mãe por não conseguir pagar aluguel. Ela frequentou palestras na Igreja que tratavam de filas para conseguir moradia. Os três se mudaram para a ocupação desde o começo, quando souberam do movimento pelo patrão do marido de Carolina, que lhes ofereceu um lote. Rapidamente, seu marido levantou dois cômodos

[35] Cabe ressaltar que os componentes que definem o déficit habitacional não correspondem às necessidades reais por habitação, que são mais complexas que o termo técnico compreende. Contudo, esse dado tornou-se argumento estratégico na luta pela moradia por se tratar de uma forma de monitoramento dos efeitos da ausência de uma política habitacional destinada às camadas populares

e um banheiro de madeirite, com a ajuda de um colega: "Nós lutou, e nós estamos lutando até hoje pra ter o nosso cantinho, pra gente ter a nossa casa. Porque o sonho de todas as mães aí é ter uma casa dela própria", diz Carolina.

Já Leila acompanhou o início da ocupação de fora, por meio de sua comadre que morava e trabalhava numa creche na região do Zilah Spósito e lhe contava os desafios vividos pelas famílias da ocupação para matricular as crianças. Quando se mudou para a ocupação, em 2017, morou um ano e meio de aluguel, numa casa com um quintal. Até que, com a ajuda da comadre, comprou uma casa, o que hoje entende como um mau negócio, diante do alto valor para condições de moradia ruins. Ali, Leila sofreu com a falta de água constante e a falta de ventilação: o ambiente, dividido em quatro cômodos, não possuía janelas, somente uma porta, e Leila não conseguia quebrar o muro, pois prejudicaria a construção do vizinho. Como consequência, Jasmim, sua filha mais nova, estava desenvolvendo problemas respiratórios graves. Após meses de tentativas frustradas de resolver os problemas, Leila repassou a dívida desta casa para outra mulher e se mudou para a casa de sua comadre, na Helena Greco, ocupação vizinha: "Eu, como mãe, prefiro manter meus filhos bem de saúde mental do que eu. Adulto, a gente se vira, faz um tratamento, surta, chora, grita. Mas criança, não".

Canettieri (2014) destaca como as ocupações urbanas contribuem para a recomposição do salário, o que possibilita alocar a renda familiar para suprir outras necessidades básicas para a família: "o indivíduo se isenta de uma série de custos, como custo de luz, água, impostos e aluguéis, o que acaba proporcionando a oportunidade de aproveitar o dinheiro do salário escasso em outras áreas, como a alimentação" (p. 26). Ademais, diversas pesquisas apontam que mulheres tendem a otimizar os gastos domésticos de maneira mais eficiente que os homens, priorizando os mais vulneráveis quando os recursos são escassos e investindo mais em saúde e educação para as crianças[36] (PIRES; JARDIM, 2014; FOLBRE, 2006). Desse modo, observamos que o ingresso para as ocupações, em especial para as mães, colabora com a qualidade de vida e bem-estar de seus filhos e filhas.

Como aponta Galera (2019), essa dimensão do cuidado feminino vai além do laço maternal biológico, de modo que configura um desejo de melhora individual e coletivo que leva às mulheres a protagonizar o movimento. Como revela Leila: "A gente, mulher, a gente quer mudar, a gente quer ver coisas melhorar. Homem eu acho que eles se acomodam muito. Mulher, não, mulher quer mudança, mulher quer mostrar que as coisas podem melhorar". Essa divisão de atributos entre quem é mais aguerrido ou de luta e quem é mais acomodado ou preguiçoso é comum entre sujeitos de movimentos de luta por moradia, como ressalta Aquino (2015).

Histórias como as de Francisco e Camilo revelam que a busca por um futuro melhor

[36] Pires e Jardim (2014) avaliaram os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) na cidade de Catingueira, no sertão da Paraíba, e mostraram a influência nos gastos alimentares efetuados pelas mães e destinados às crianças, em especial, leite em pó destinados à primeira infância, apontando para um consumo altamente seletivo realizado por famílias extremamente pobres.

para a família também se verifica no discurso dos homens. Para Francisco, a mudança para a ocupação também foi motivada pela busca por um lugar melhor para Josias crescer: “Eu não podia ficar lá com ele. Porque eu sendo pai, eu tendo a responsabilidade por ele, eu não podia ver ele ver tanta coisa que acontecia lá, como ainda acontece. Que é aquela vagabundagem, aquela drogaiada, tiro, enfim”.

Camilo, por sua vez, recorda que participou de uma missa que acontecia na Dandara com convidados da ocupação Rosa Leão, quando a coordenadora Rosa falou algumas “palavras bonitas” sobre a luta daquela comunidade que nascia e então ele pensou: "Aí, eu quero fazer parte dessa luta, eu quero ir pra esse lugar. Eu preciso da minha moradia, eu quero conhecer lá". Sua experiência converge para o que é apontado sobre a dimensão coletiva da luta das ocupações que integra diferentes territórios no contexto metropolitano, fortalecendo o movimento de resistência (TONUCCI-FILHO, 2017).

Na maioria dos casos, são pessoas de confiança que anunciam o surgimento da ocupação para as famílias, apontando um caminho alternativo rumo a uma vida mais digna. Entendemos que esse reconhecimento no coletivo é um fator importante para a decisão de ocupar. Sem essa relação de confiança, no seu momento inicial, a ocupação não acontece. Contudo, a decisão de ocupar não ocorre sem inseguranças. Para contornar o medo, Maria, que cresceu em uma comunidade onde já havia vivenciado uma organização comunitária forte, destaca como a confiança em se estabelecer na Rosa Leão adveio da firmeza de lideranças, como a de Rosa, e da fé em Deus.

> **Maria**: Lá na Bahia, teve uma revolução uma vez. Uma empresa que tem lá, chama Veracel, ela é dona de muitos terrenos, mexe com plantação de eucalipto, então é muito rica. Teve gente lá que se juntou e invadiu um lote da Veracel. Pense num tanto de gente que morreu por causa disso. Eu tinha medo de ir em negócio de ocupação, de invasão, eu tinha horror. Eu preferia mil vezes pagar aluguel que entrar em uma ocupação. Mas quando meu esposo falou que a gente vinha pra cá eu não tive um pingo de receio. A única coisa que eu virei pra ele e falei foi "Deus proverá, se for pra gente ter um lote, a gente vai ter. Se for da vontade de Deus". (Entrevista concedida em 17/11/2020).

O receio de ocupar, muitas vezes, se relaciona também à críticas por parte da vizinhança. Como demonstra Leila, moradoras e moradores da região do entorno, que também foi historicamente ocupada há algumas décadas por sujeitos com perfil semelhante, se mostraram resistentes à chegada das famílias na Rosa Leão. "O pessoal criticava bastante, porque no começo era muito muvucado, era um monte de madeirite, uma bagunça danada. Mas aí, com o tempo, o pessoal foi se aconchegando e se acostumando", diz Leila.

Diante do medo de seguir na ocupação, os primeiros meses são marcados por uma grande rotatividade de famílias nas divisões dos lotes, como revela Esmeralda. Antes de se mudar para a ocupação com a família, ela morava de aluguel e “passava o maior aperto”. Eles souberam da ocupação pela irmã de seu companheiro, que veio desde o início. A princípio, Oscar veio em

definitivo com o pai, e Esmeralda passava somente os finais de semana, pois trabalhava durante a semana. Um ano depois, Esmeralda se mudou de vez para a casa: "A Rosa falou 'Quem quiser, fica. Agora quem não quiser, não precisa, não for enfrentar polícia, não'. Nós tava ficando no barraco de lona, aí eles tinham desocupado aqui. Nós conversou com os vizinhos aqui que era parente dele, e veio pra cá", conta Esmeralda.

Dentre os grandes enfrentamentos para permanecer sob condições adversas, assim como Leila apontou em sua experiência, muitas famílias destacam os problemas respiratórios vivenciados pelas crianças pequenas. Carolina conta que levou um tempo para se mudar de vez com Paulo. Com menos de dois anos, ele era muito alérgico e tinha bronquite asmática. Após vir para a ocupação, por conta do excesso de poeira e pernilongos, Paulo teve de ficar internado por dois meses. Depois de se recuperar por uma temporada na casa da mãe, Carolina e Paulo passaram a viver na Rosa Leão: "Eu falei 'Quer saber? Vou por você pra brincar na terra, vai ficar na poeira, vai pegar em gato, sabe?'. Tanto que hoje ele já não tem, ele não dá crise igual dava antigamente", comenta Carolina.

Drama semelhante foi vivido por Maria. Quando a família se mudou para a Rosa Leão, Vitória tinha apenas três meses e, desde o início, precisou fazer tratamento para bronquite no Centro de Saúde: "Todo mundo lá no posto conhece meus filhos. E todo mundo foi cuidado lá". Já Francisco conta que Josias sofria de sopro do coração e bronquite antes de chegar à ocupação. Segundo o pai, ele fez tratamento até os seis anos de idade, mas quando chegou à ocupação, as coisas se estabilizaram: "Graças a Deus acabou a bronquite. Foi a simpatia. Você não sabe, não. Que isso é coisa de interior. Mas aí me ensinaram, gente do interior que me ensinou, sabe? 'Você faz isso, isso e isso que vai acabar, em nome de Deus'".

Dorothy chegou à Rosa Leão logo no início. Ela morava de aluguel no bairro Palmital, quando o pai de seus filhos soube da ocupação e a chamou para se mudar pra lá. Residiram juntos por um tempo e, depois de participar de várias reuniões, seu ex companheiro comprou um lote em área de risco na Rosa Leão, onde Dorothy construiu sua casa com madeiras de doação. Posteriormente, Rosa conseguiu arrumar um lote melhor, fora da área de risco, para que Dorothy pudesse viver com as crianças. Fábio, o filho mais novo, nasceu na ocupação.

Já Rosa se recorda de marcar seu terreno com um par de chinelos, com cada par em uma ponta do lote. Ela chegou acompanhada por outros parentes, embora ressalte que muitos não "aguentaram o tranco" e foram embora. Na ocasião, chegou a ser expulsa por pessoas que tomavam conta do terreno para os proprietários e se recorda de pedir a Deus: "Se for pra dar certo, eu vou voltar pra lá, Senhor". E brinca: "Eu voltei e era pra dar certo. Mas ele não me explicou o tanto de porrada que eu ia ter que tomar pra estar aqui".

Maria conta que foi uma das primeiras moradoras da rua onde mora. As demais famílias chegaram à medida que a coordenação orientou que as pessoas dividissem o lote com quem não tinha. "A gente fez amizade com os donos daqui e a gente foi conversando pra ver se dava pra

pegar um lote com eles. Acabou que Deus abençoou que eles arrumaram um lote lá no Esperança e deixaram esse daqui pra gente", conta. Eram cinco famílias no total, quando seu companheiro se reuniu com os vizinhos para construir a rua: "Meu esposo chamou eles e deu a ideia de abrir essa rua aí, pra aqui não virar favela, senão ia ficar cheio de beco e aí ia ficar muito feio". Ela ressalta em seu discurso o orgulho de poder ver as transformações da comunidade e da moradia de sua família: "A gente viu muita coisa aqui sair do papel. Inclusive o nosso. A gente morou nesse pedacinho aqui fora, dois meses na lona, com madeirite velho que a gente tinha arrumado. Pensa, a Vitória tinha três meses de nascida".

Desde que Diva engravidou de Emanuel, seu terceiro filho, passou a morar com o avô das crianças. O sogro soube da Rosa Leão por uma parente, tendo vindo com ela e outros parentes ainda nos primeiros dias, quando as famílias ainda estavam cercando os lotes. Na ocasião, seu companheiro ainda estava na prisão e Diva estava grávida de sete meses. Depois de se mudar para diferentes lotes na ocupação, ela se firmou na atual casa e começou a trabalhar para investir aos poucos na construção, contando também com uma ajuda financeira da tia.

> **Diva**: Foi difícil. No começo é bem difícil. Não tinha água, não tinha luz pra tomar banho. Daí a gente tinha que sair daqui, ir tomar banho lá e voltar de novo. Eu vinha, a gente dormia aqui e voltava pra fazer alguma coisa e voltava de novo de noite, pra dormir. E às vezes a gente ficava. Na verdade, quando era barraco de lona, a gente não ficava muito, não. A gente vinha só pra dormir e olhar e ficava. Aí depois quando foi de madeira, de madeirite, a gente ficou direto. Nossa, mas no começo era muito difícil, nossa. Tinha muito carrapato. Ficava, quando ferreia. Você dormia, quando acordava, tava cheia de carrapato grudado em você. Era ruim. Mas depois, foi melhorando. (Entrevista concedida em 22/11/2020).

Como aponta Galera (2019), o afeto que motiva a ocupação está desde os sentimentos de carinho, prazer e bem-estar, quanto a revolta, diante da fome, da opressão e da injustiça. Ao trazer o depoimento de Rosa, essa revela a "transformação gritante" na vida de boa parte das pessoas que passaram ou moraram nas ocupações da Izidora em questões de "sabedoria e conhecimento, empoderamento, reconhecimento, conquistas de direitos".

Essa transformação faz parte do intenso processo de luta que as famílias tiveram de enfrentar, que, vale repetir, envolveu inúmeras vigílias contra ações de despejo, helicópteros sobrevoando o terreno, manifestações e passeatas, participação em pesquisas e documentários, recepção de apoiadores externos, ocupação de prédios públicos, dentre muitos outros. Essa resistência se justifica pelo desejo de construir algo novo e ter ali, na vida comunitária, uma vida melhor. Como ressalta Maria: "Aqui eu vejo que as crianças têm essa possibilidade de ir pra frente, de mudar a história delas, de dizer: 'Sim, eu moro na comunidade que um dia era invasão'". Francisco também pontua: "A minha vontade é de ficar aqui até o fim da minha vida. Nossa, todo mundo me conhece aí, todo mundo. É porque eu sou muito brincalhão, eu passo mexendo com todo mundo também. Porque tem que levar a vida na brincadeira". Ao perguntar se ele acha que Josias é feliz na ocupação, ele destaca:

> **Francisco**: Nossa, e como é. Ele gosta tanto daqui que, num sei quantas vezes, que eu assustava. O Josias andava aqui e eu saía doido "Onde tá esse menino, gente?". Quando eu chegava lá no barracão comunitário, tava o pessoal do apoio, ele sentado lá no meio deles. E eu chegava "Olha, eu vim buscar meu filho". "Baiano, você não vai levar ele, não". Eu falava: "Nossa, fazer o que, né?. (Entrevista concedida em 16/11/2020).

Com relação ao espírito comunitário da vida pública, Galera (2019) descreve que há uma espécie de "fio invisível que constitui uma teia social que opera nas ocupações, em que uma identificação mútua de solidariedade e articulação ocorre como base de sustentação da vida cotidiana" (p. 208). Essa vida pública é experimentada de diferentes formas pelas famílias no envolvimento em ações comunitárias, como cozinha, distribuição de doações, organização de festas e bazares, realização de assembleias e atos, que envolvem relações de vizinhança atravessadas também por relações de parentesco. A história das mulheres nas ocupações mostra, portanto, como a luta e a dinâmica de resistência do movimento está conectada a elementos mais amplos que o direito a um teto que se tornam camuflados na vida cotidiana (FRANZONI; ALVES; FARIA, 2020).

Para as mulheres, a vida em comunidade é uma possibilidade de circular, na medida em que participam das ações diretas de enfrentamento na cidade e na ocupação, resultando em uma quebra do isolamento e da reclusão ao âmbito doméstico (GALERA, 2019). Diferentemente do que observamos com relação às crianças, Galera (2019) também aponta que há uma divisão sexual do lazer nas ocupações, de modo que as mulheres exploram mais o território para o lazer do que os homens, revelando uma inversão da lógica das experiências entre as gerações. Como exemplo, Maria se recorda de quando acompanhou as crianças em um passeio ao Cine Santa Tereza e aproveitou a oportunidade para conhecer a Igreja de Santa Tereza, localizada ao lado do prédio do cinema. Ressalta como aquele foi um momento muito especial de devoção que guarda em sua memória. Vale ressaltar, contudo, que essa ampliação da circulação de mulheres nem sempre é visto com bons olhos pelos companheiros, como se revelou em alguns momentos da pesquisa[37].

No âmbito doméstico, o protagonismo das mulheres também se exprime na organização da casa, evidenciando uma sobrecarga de trabalho e confirmando que o cuidado de tornar a casa um lar é culturalmente atribuído à mulher (SAEGERT; CLARK, 2006). Dentre os afazeres que

[37] A pesquisa de Carvalho-Silva (2018) revela como muitas mulheres reconhecem o movimento da ocupação como sua família, por se tratar de fonte de afeto e cuidado que não recebem em outros espaços. Em alguns casos, o ingresso ao movimento é motivo de rompimento, em especial quando há histórico de abuso, ao ponto de manifestarem: "larguei meu marido, troquei ele pelo movimento". Como ressalta uma liderança da ocupação Eliana Silva, na região do Barreiro, em Belo Horizonte: "Tem um pessoal que brinca muito, que fala que ocupação urbana gera muito divórcio. O pessoal fala isso: 'Entrou numa ocupação urbana, separou, divorciou, sei lá, tem algo enterrado nesse lugar, não tem condição, todo mundo separa'. Muitas mulheres ainda estão em um relacionamento pela questão da moradia e da casa, elas necessitam de um teto, elas precisam de um lugar para estar e elas precisam estar casadas. Quando ela vai pra ocupação, que ela tem a posse garantida, é dela, ninguém vai tirar ela dali, ela não corre esse risco, ela tem mais condição, inclusive, de se livrar de um relacionamento que não é da vontade dela" (CANETTIERI *et al.*, 2020, p. 242). Aquino (2015), em pesquisa com famílias em movimentos de moradia, também destaca o poder dos mutirões comunitários para romper ou gerar laços conjugais.

envolvem a rotina de todas as famílias, que inclui a limpeza da casa, o preparo das refeições, o trajeto até a escola, a grande maioria fica a cargo das mulheres, no caso, daquelas famílias biparentais[38]. No depoimento de Maria, cujas regras do lar possuem fortes influências de sua devoção religiosa, revela-se o cansaço de uma normativa em que as atribuições são ancoradas somente nas mães.

> **Maria**: Teve um dia desses que eu falei aqui da mesa: "Por que essa mesa tá desse jeito? Por que fulano não limpou?"Aí meu esposo falou assim: "Mas você não é a mãe? Por que você não faz?". Eu já rebati dizendo que, dentro de uma família, a gente que é pai, a gente é exemplo. Assim como Jesus Cristo. Ele não fazia as coisas mandando ninguém fazer, não, "Você faz assim e você faz assado", não. Ele ia lá e fazia. E eu via e ia lá e fazia igual. Foi assim que eu aprendi Jesus Cristo fazer. Então eu falo com ele que nós pais, a gente é exemplo, a gente faz pra eles olharem a gente fazendo e eles irem lá e fazer. (Entrevista concedida em 17/11/2020).

Esse desequilíbrio está presente também em atividades realizadas com as crianças, como assistir a programas juntos, ler livros, se envolver em brincadeiras ou em atividades de escola; durante a pesquisa, todas as atividades observadas e mencionadas em entrevistas foram protagonizadas pelas mães.

Contudo, nas famílias chefiadas por homens solteiros, como é o caso de Francisco e Camilo, ambos também revelam maior presença nas atividades das crianças. Destacou-se a postura de Camilo: quando o entrevistei, no contexto da pandemia, ele havia criado uma horta em seu lote para passar o tempo junto com o filho. Ainda me mostrou uma série de máscaras dependuradas na parede, construídas por ele, com as quais promove teatros e brincadeiras com as crianças. E ressaltou, também, manter algumas atividades de roda com pequenos grupos da comunidade. Assim, com seu espírito brincante e de educação popular, seu protagonismo na dimensão comunitária, em especial junto às crianças, se destoa dos comportamentos atribuídos às figuras masculinas e realizados por elas na comunidade[39].

A participação das crianças na divisão das atividades domésticas também foi revelada em alguns depoimentos. Estudos já apontaram como é comum crianças em camadas populares, desde muito cedo, começarem a colaborar com as tarefas domésticas, com as quais alternam as

[38] Sarti (1994) discute que, na noção de família em classes populares da periferia paulistana nos anos 1990, o homem era visto como o intermediário entre a família e o mundo externo, espécie de guardião da respeitabilidade familiar. A autora destaca que o fato de a mulher ser a provedora financeira da casa não implicava a retirada do homem desse papel de autoridade moral. Nas ocupações, ainda que as mulheres assumam protagonismo na luta, ainda observamos no ambiente doméstico o desequilíbrio nas atividades domésticas e divisões de gênero que reproduzem a forma patriarcal.

[39] O fato de Camilo ser monitor da Escola Integrada na Escola também pode estar relacionado a esse comportamento. Dayrell, Carvalho e Geber (2009) apontam que a chegada desses jovens educadores à instituição escolar, contratados para realizar oficinas da Escola Integrada, se destaca pela sua habilidade em conhecer e saber dialogar com as crianças, adolescentes e jovens. Ao reconhecerem o território, esses sujeitos criam "pontes de tradução entre a cultura hegemônica, expressa nas políticas públicas, e a cultura local das comunidades alvo dessas políticas" (p. 166). Podemos afirmar que Camilo, assim como Leila e Esmeralda, em suas diferentes atribuições, assumem uma postura semelhante como educadores sociais.

brincadeiras (SARTI, 1994). Nesta pesquisa, foi frequente as famílias revelarem que as crianças mais velhas, a partir dos 11 anos, acompanham irmãos e irmãs mais novos no trajeto até a escola. Os depoimentos de Leila e Maria revelam como esse envolvimento das crianças, muitas vezes, resulta de um comando por parte da figura materna.

> **Leila**: O Geraldo, ele é mais preguiçoso, principalmente pra limpar os brinquedos. Mas aí eu falo "Ah não vai limpar não? Então eu junto tudo e dou pro primeiro coleguinha que passar". Aí é só falar e ele junta rapidinho. Mas assim, o Mendes, ele já me ajuda a lavar minhas vasilhas, ele tem interesse em aprender a fazer comida. Aí eu já falei com ele que ele tá pequeninho, que ele corre o risco de queimar, que quando ele fizer sete anos eu vou começar a ensinar ele a fazer comida. A Jasmim eu não preciso pedir ela pra fazer nada, se ela ver uma coisa no chão, ela pega e ela guarda. Se ela ver um copo espalhado, ela pega e põe na pia. Ela vê uma sujeira no chão e ela pega a vassourinha dela, que é pequenininha, e varre. (Entrevista concedida em 26/11/2020).
>
> **Maria**: Então é assim que eu faço. Eu fiz, ensinei uma vez, e depois eu vou e já delego as obrigações, sua obrigação é essa. O Gonçalves, a obrigação dele é limpar esse quarto aqui todo dia. Ele arruma as camas e limpa o quarto. A Vitória limpa essa mesa aí, enche as vasilhas que vai pra geladeira, porque tá fazendo muito calor, e pronto. O Antônio tira o lixo e lava a louça do almoço e da janta e aí ajuda a limpeza do lixo. E aí o Gonçalves sempre me ajuda com a roupa também, ele me ajuda a estender. E meu esposo, ele acha que eu tô errada de fazer isso. (Entrevista concedida em 17/11/2020).

A maior parte das famílias da pesquisa participaram dos momentos mais iminentes de ameaça de despejo da ocupação Rosa Leão. Contudo, já destacamos como esse protagonismo recai sobre a figura das mulheres. A seguir, veremos como a centralização das atividades de coordenação da vida comunitária, somada aos desequilíbrios das tarefas de cuidado no âmbito doméstico, produzem desafios para a luta e o bem viver de algumas famílias da ocupação.

4.2.3 Desafios do protagonismo no movimento das ocupações

> Estava na casa de Rosa, em uma reunião de trabalho com a coordenação e militantes das Brigadas Populares que acontencia durante um almoço de domingo. Em um dado momento, uma criança bateu à porta. Sempre que alguém batia à porta, era preciso perguntar quem era antes de abrir. A criança entrou e se dirigiu à Rosa, dizendo que a mãe queria uma xícara de açúcar e precisava telefonar para um certo lugar. A Rosa disse para a mãe ir até lá. Mais tarde, a mãe chegou e fez seu pedido à Rosa. Dentre outros acontecimentos que se deram naquele dia, em uma tarde, foi possível perceber as inúmeras demandas cotidianas relativas à esfera do cuidado que são atribuídas a uma liderança. (Diário de Campo, abril de 2019).

A descrição acima diz respeito a uma tarde de domingo vivenciada na casa de Rosa, meses antes de dar início ao trabalho de campo junto às crianças. É uma forma sutil de revelar como as demandas são ininterruptas na vida de uma coordenação. Embora a ocupação simbolize uma mudança na vida das famílias e, para muitas mulheres, seja símbolo de empoderamento e

autonomia, isso deve ser tensionado à luz das dificuldades subjetivas que os sujeitos enfrentam para permanecerem envolvidos.

Em um bate-papo online, em 2021, no contexto da pandemia, organizado por um grupo de estudantes da Escola de Arquitetura da UFMG, com a temática sobre o feminismo e as lutas, é lançada a seguinte pergunta à Rosa: "Como o lugar de liderança mudou sua vida?". Ela logo responde: "Fugi do hospício e caí aqui.". Na conversa, ela demonstra a desenvoltura de quem já está habituada a ocupar esse lugar de entrevistada. E adverte: "Eu ainda estou estudando e tentando entender esse feminismo, porque eles tiraram isso de mim".

Desde 2013, Rosa assumiu a coordenação[40]. Quando percebeu que muitos coordenadores não moravam no território e eram homens, começou a observar a dinâmica das reuniões, até que decidiu ocupar o cargo. Ela ressalta o empoderamento que adveio dessa experiência: "Isso aqui é uma universidade. Eu me sinto uma doutora, mestranda, na vida", frisando que mudou a lógica de que o homem ou o universitário branco sempre tem a razão. Nesse sentido, Rosa traça duras críticas, compartilhadas comigo em diferentes momentos durante o campo, de apoiadores que vêm de fora e usam os sujeitos das ocupações como instrumento de estudo, e depois somem. Ela identifica, nessa atitude, uma forma de violência, consequência do racismo estrutural que também ataca as famílias das ocupações de múltiplas formas. E ressalta: "Tem que ter uma troca"[41].

Já falamos anteriormente um pouco da trajetória de Iara (20), outra coordenadora da Rosa Leão. Iara brinca que, antes de se mudar para a ocupação Dandara, quando tinha oito anos, foi criada como uma garota privilegiada, ficando mais dentro de casa e brincando com seus brinquedos. Ela comenta que Rosa brinca de chamá-la de "branca", associando sua experiência ao privilégio branco como consequência do racismo estrutural.

Com 11 anos, quando se mudou com o pai para a Rosa Leão, Iara passou a compor a coordenação junto com o pai. Seu ingresso se deu por desejo de Rosa, que desde o princípio se admirou pela forma como Iara demonstrava atenção para as demandas da comunidade: "Eu fui meio que puxada no laço e fui gostando", diz. Iara destaca que essa vivência fez com que aprendesse a assumir outras responsabilidades e aprimorasse sua habilidade de mapear e lidar com as necessidades da ocupação. Ela menciona que, no início, tinha medo de Rosa, mas aprendeu com ela a ser o que hoje descreve como "chata", referindo-se ao alto grau de exigência com as questões relacionadas à coordenação.

[40] As ocupações da Izidora são divididas por quadras e cada coordenação é responsável por uma quadra.

[41] Durante a pesquisa, Rosa dava inúmeras pistas com relação a sua resistência à presença da Universidade nas ocupações. Embora a autorização para a realização da pesquisa tenha acontecido e Rosa e eu mantivéssemos uma relação amigável, esse desconforto nunca foi dissimulado. Recordo-me de um episódio em que estávamos eu, ela e outro apoiador branco, representante de uma igreja protestante progressista, e Rosa pegou na minha mão e disse: "Os brancos têm sorte que os negros só querem justiça. Porque se eles quisessem vingança, eles estavam ferrados". O comportamento de Rosa manifestava, ora de forma mais agressiva, ora mais dialógica, o conflito ao qual todos estávamos expostos, e que, por vezes, era velado, e que se referia à responsabilidade de lidarmos com as marcas do racismo estrutural ao nos encontrarmos naquela rede de resistência.

Exercer a função de coordenadora não se deu, contudo, sem que Iara abrisse mão de coisas: “Um adolescente normal tá curtindo, tá brincando, zuando com os amigos. Eu já tinha um pouco mais de responsabilidade porque eu ajudava a cuidar de uma comunidade. Era meio diferente, deixava de ficar na rua brincando, tava lá na coordenação ajudando”. Contudo, como ressalta: “não trocaria com o que eu passei”, revelando muito orgulho de sua trajetória: “São lembranças que hoje eu penso, tipo, é minha luta, minhas conquistas. Não tem coisa mais gostosa do que saber que você fez bem pra outras pessoas, muito bom”.

Observamos que a inserção na coordenação resulta de questões diversas. No caso de Leila, a busca pelo acesso à água fez com que se engajasse na mobilização da Rosa Leão. Levando as crianças para assembleias, marchas e encontros de formação junto ao movimento social, ela buscava transformar a realidade da sua família. Essa aproximação com a coordenação fez com que, por algum tempo, contasse com a ajuda de Iara para cuidar das crianças enquanto ia trabalhar. Ela se queixa, contudo, de como a comunidade possuía muita dificuldade em respeitar a dinâmica coletiva, sobrecarregando as coordenações. E critica que, embora seja necessário haver uma figura de liderança para engajar a comunidade, muitas famílias se acomodam nas referências e não colaboram para transformações na comunidade: “É uma coisa que a Rosa cobra muito, cuidado com o tal do outro”. Em contraposição à apatia de muitas pessoas adultas, Leila dá o exemplo de como as crianças muitas vezes se engajam para promover transformações no âmbito da casa.

> **Leila**: Igual aqui em casa, o Mendes. Eu tenho que mexer no quarto dele. Aí ele já falou "Nossa, mãe, a gente podia mexer nessa parede aqui, fazer um desenho. A gente podia colocar uma cerâmica marrom”. Eu falei, "É Mendes, a gente podia mudar mesmo, colocar uma coisa bonitinha no quarto de vocês". Entendeu? Às vezes a gente quer mudar. A gente mostrar que pode mudar pra melhor acho que incentiva eles a querer coisas melhores. (Entrevista concedida em 26/11/2020).

As pesquisas ressaltam como o envolvimento na dinâmica de resistência se apresentou como importante ferramenta de empoderamento para muitos sujeitos nas ocupações (ISAÍAS, 2017; CRUZ; SILVA, 2019; BOULOS, 2016). Boulos (2016) buscou analisar a relação entre essa participação no escopo de atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em São Paulo e a variação de sintomas depressivos nos sujeitos. O autor verificou a redução de tais sintomas em mulheres e homens, relacionada a condições de superação e resgate da autoestima, considerando “a ampliação das relações sociais, o reconhecimento e o acolhimento, o resgate da autoestima, a construção de vínculos de solidariedade e o pertencimento ao grupo” (p. 96). Isaías (2017), em pesquisa com mulheres das ocupações da Izidora, também destaca relatos de mulheres que deixaram de tomar remédio após se engajar na luta. Como ressalta uma coordenadora se referindo ao Rosa Leão (no masculino, como alguns sujeitos o fazem): “É um antidepressivo. Ele é mais forte do que o Diazepam”. (p. 123).

Para Rosa, "Rosa Leão é uma injeção de vida pras pessoas que aqui lutaram". "É uma oportunidade de libertação do meu eu para com meu eu", diz, referindo-se ao grau de autoestima que estar engajada na luta das ocupações lhe proporcionou; segundo ela, um "processo formativo para uma mulher feminista negra e favelada". E se recorda de que não está sozinha nesse processo, ressaltando que a maioria das mulheres no movimento são mães solo e mulheres negras que "seguram o rojão" na hora do enfrentamento e reforça que isso se explica "por causa da questão do cuidado e do querer o melhor para seus filhos".

> **Rosa**: Me reconheço como uma mulher negra maravilhosa. Eu sou um incômodo na comunidade pra muitos homens. porque como eu consegui minimamente me empoderar e não deixar ser silenciada, algumas mulheres me viram como exemplo e estão mudando dentro de casa. Inclusive, o digníssimo esposo, ele vive falando isso. E postei algo no Facebook e tem uns três homens aqui reclamando que eu tô com esse negócio de feminismo e que a mulher mudou dentro de casa, que eu tenho que parar com isso. Eu falei: "Que bom! Pelo menos três. Vamos continuar, então. Tá dando certo". (Entrevista disponível no canal de YouTube UNSCORRE TV, realizada em março de 2021)

A libertação a que Rosa se refere é algo experimentado em diferentes áreas da vida e por diferentes gerações. Ela conta como sua experiência a aproximou inclusive de sua mãe, com quem hoje mantém um "diálogo gostoso": "Mamãe também era uma opressora na minha vida, porque ela foi oprimida na infância dela. Minha bisavó foi uma indígena pega no laço. Então mamãe é brava demais, nossa!". Como consequência disso, ela também percebe que hoje pode estabelecer um diálogo mais aberto e próximo com seu filho.

> **Rosa**: Hoje meu filho, por exemplo, a gente conversa sobre tudo. Já ensinei pra ele como que usa camisinha. Ele tem 12 anos. A gente conversa da questão das drogas, a gente conversa que se ele não estudar e trabalhar e andar com a carteira de trabalho na mão, quando a polícia abordar e ele não levantar a carteira, ele é um que vai ser morto e a polícia vai jogar a droga nele e pronto. (Entrevista disponível no canal de YouTube UNSCORRE TV, realizada em março de 2021)

Rosa compartilha o episódio de quando o filho, com apenas três anos, morava com ela na lona e seu pai buscou garantir a guarda da criança, alegando que ele não estava vivendo em condições saudáveis. A comunidade lhe ofereceu ajuda e organizou um mutirão para construir cômodos de alvenaria e ajudá-la com o processo[42]. A partir de experiências como essas, anos mais tarde, Rosa iniciou os estudos de Graduação em Direito. Na ocasião do bate-papo, ela disse que teria de negociar sua rematrícula, pois havia faltado muito, mas explica sua motivação: "Eu quero muito buscar o poder do saber para poder defender os meus". Firme em sua caminhada, atualmente, Rosa atua em um mandato popular na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) e garante a representatividade do povo das ocupações na esfera legislativa de poder.

[42] Aquino (2015) vai falar de um movimento de "familiarização do mutirão", referindo-se ao esforço coletivo de cuidar de filhas e filhos das pessoas envolvidas na luta, ampliando o sentido de família. À luz de seu trabalho, pode-se dizer que Elder, assim como boa parte das crianças desta pesquisa, são "filhos do mutirão".

A coordenação também proporcionou a Iara participar de cursos diversos de formação no barracão comunitário, organizados por apoiadores. Dos principais frutos desse processo, ela recorda com carinho do curso do Okupa Mídia, realizado pelo Internet Sem Fronteiras, com apoio dos movimentos sociais das Brigadas Populares e do MLB. A partir do curso, ela integrou um grupo de comunicação, marcando o início de seu papel como comunicadora na Rosa Leão: "Eu me achei na fotografia por causa da coordenação. Eu sempre mexi com comunicação, eu sempre fui mais ligada em computador. Meu primeiro curso foi de manutenção, não tinha nem 11 anos". Embora não esteja trabalhando com fotografia atualmente, Iara revela que chegou a ganhar dinheiro atuando como profissional. Atualmente, ela mora na ocupação sozinha, com um gato e um cachorro. Seu pai mora na casa de trás e a mãe mora em outra região da cidade, com seu padrasto.

Durante a entrevista, ao mostrar fotos antigas da ocupação que tirei da internet, Iara revela sentir saudades de muitos momentos e aponta que algumas fotos foram tiradas por ela mesma: "Por mais que a gente tava preocupado, a gente confraternizava um com o outro. Era conversa, era brincadeira, pra dispersar aquela preocupação". As fotos revelaram também vivências que a luta lhe proporcionou, como uma viagem à Brasília. Isso ressalta as oportunidades e as portas abertas pelo papel de coordenação e a oportunidade de entrar e circular por outros espaços, o que inclui o ingresso, assim como Rosa, em uma Graduação.

Entretanto, a experiência no campo, bem como os discursos dos sujeitos apontam que protagonizar essa luta traz também desafios que problematizam a positividade de tais experiências. Como identifica Isaías (2017):

> (...) se por um lado a atuação das mulheres das ocupações por meio do cuidado e interdependência é transformadora de uma perspectiva não só individual, mas coletiva, por outro ela não deixa de reiterar os papéis sociais reservados às mulheres e com isso sobrecarregá-las ao extremo. Todas as coordenadoras narram inúmeras responsabilidades e narram também constantes privações de si e de suas necessidades mais básicas, excesso de preocupação em razão de tantas atribuições, estresse acumulado, adoecimentos, etc. (ISAÍAS, 2017, p. 93-94).

Um dos fatores de desgaste no trabalho de coordenação se refere ao risco a que as coordenadoras se expõem com relação à segurança, considerando as diversas disputas de poder que atravessam o território das ocupações. Exemplos disso são os assassinatos que ocorreram na ocupação Vitória de dois coordenadores, como consequência dessas disputas: Ricardo Freitas, o Kadu, e Manoel Ramos de Souza, o Manoel Baía. Rosa revela, contudo, sentir mais medo fora da ocupação, do que dentro, e ressalta como dificilmente as pessoas reconhecem as dificuldades da luta: "Eu já morri umas seis vezes e ressuscitei. Eles acham que liderança comunitária deve ser a coisa mais divina do mundo. Eles devem achar que deve ter um ganho pessoal muito grande, aí eles tentam tomar o poder".

Para Rosa, por meio de seu trabalho e sua transparência, ela conquistou um grande respeito com o tráfico e com a polícia, uma construção que "não é coisa da noite pro dia"[43]. Abusando da ironia, como lhe é de costume, reforça: "O respeito é que traz a segurança de vida. Você é julgada, criticada. Inclusive, aqui em casa, se entrar um pacote de carvão e um quilo de carne é porque eu tô roubando a comunidade. Porque eu não trabalho, sabe?". O discurso de Rosa é confirmado na fala dos demais sujeitos entrevistados, tendo sido elogiada por todas as famílias, o que revela um reconhecimento da comunidade de seus esforços pelo bem viver[44]. Como aponta Maria: "Eu acho que a nossa coordenadora, a luta dela já veio no sangue mesmo. Graças a Deus, porque ela batalhou muito por tanta coisa que tem aqui".

Como prova desse respeito, Rosa ressalta o apoio que teve e segue tendo da comunidade para assumir o papel da coordenação, em especial, no que se refere à dimensão da vida privada, que muitas vezes ficava em segundo plano para assumir as responsabilidades da coordenação: mulheres vinham em sua casa pra organizar e limpar, outras cuidavam de seu cabelo e sua unha, alguém lhe emprestava o cartão de crédito, outra pessoa lhe dava carona para participar de atividades fora da comunidade. Essa dimensão comunitária do cuidado, realizado de forma voluntária por homens e mulheres, é assim resumida por Rosa: "As pessoas cuidavam de mim por eu cuidar da comunidade". E ressalta como essa troca era para além do dinheiro, mas na base daquilo que cada um podia doar de si.

A sobrecarga do trabalho da coordenação também se revela nas dificuldades de mobilização das famílias para a manutenção da organização política e comunitária. Isso se manifesta tanto na menor presença dos movimentos sociais de apoiadores no território, quanto de demais agentes da rede de apoio, como Universidade e coletivos, mesmo antes do contexto da pandemia. Esse momento de desmobilização, que também verifiquei durante a inserção em campo, é uma queixa ecoada por outros sujeitos, como movimentos sociais e coordenações de ocupações da RMBH. Cabe retomar Safatle (2016): o mesmo afeto que mobiliza os sujeitos para ação política é, também, aquele que pode paralisá-los. Assim, a desmobilização de famílias e lideranças é também legítima e revela a sua humanidade.

A conjuntura política também traz pistas para compreender esse momento. Paolinelli e Canettieri (2020) argumentam como a luta das ocupações se pautou, nos últimos anos, no

[43]Embora a dimensão do tráfico não tenha sido algo preponderante durante a pesquisa, prevalecendo um certo tabu ou uma cautela em tratar do assunto por parte dos sujeitos, sabemos que é uma realidade que também atravessa a vida nas ocupações em Belo Horizonte (MG). Contudo, ao analisar o aspecto da violência que decorre do tráfico, como revelam, por exemplo, informantes nas investigações de Pierobon (2018), em uma ocupação popular no centro da cidade do Rio de Janeiro, e de Feltran (2010), no contexto da periferia de São Paulo (SP), reitera-se como a interferência do tráfico na vida dos sujeitos pode tomar contornos muito distantos de acordo com o contexto.

[44]Rosa afirma ser umbandista desde os 18 anos e destaca como sua sabedoria ancestral a ajuda nas tomadas de decisão, adquirindo a habilidade de ser mais sensitiva. Quando perguntada se a religião gera impasses na comunidade com relação à sua atuação na coordenação, ela recorda que oportunistas já usaram desse discurso para se voltar contra ela, mas que as pessoas da comunidade não olham para sua religião, mas, sim, para seu trabalho: "Se eu me declarar abertamente, vai haver um cochicho entre eles, mas não acho que atrapalharia o lugar de coordenadora", afirma Rosa. E reforça: "Antes eu tinha medo e vergonha de falar, escondia minha guia. Hoje eu ando com ela pra baixo e pra cima".

seguinte tripé: ação direta (no ato de ocupar e mobilizar protestos), ação institucional (no diálogo com o Estado via mesa de negociação e na ocupação política via mandato popular) e ação cotidiana (nas atividades comunitárias, vinculadas à prática do bem viver). Contudo, o momento de criminalização dos movimentos sociais, experimentado de forma mais contundente a partir de 2019, com a eleição de Bolsonaro (Partido Liberal) e Zema (Partido Novo), deu outro contorno para as ações de enfrentamento e resistência, promovendo um recuo nos espaços de ação direta, compensado por um investimento mais forte na dimensão institucional e na vida cotidiana.

No contexto da pandemia, já vimos que as ações de solidariedade nas ocupações foram potencializadas. Segundo Rosa, a coordenação realizou mais de 1.200 cadastros de famílias para organizar as doações da comunidade, das quais 400 famílias se encontram em extrema vulnerabilidade e são acompanhadas mais de perto. Ela ressalta como a coordenação manteve o atendimento presencial para as pessoas, expondo seus corpos ao risco a que o poder público se negou, criticando, assim, o fechamento do CRAS e do Centro de Saúde naquele momento. Ainda assim, o isolamento social contribuiu para desmobilizar outras ações cotidianas que se encontravam em certo ritmo de desaquecimento. Tal desmobilização revela, portanto, uma conjuntura atravessada por macroestruturas e relações de poder que também foge à responsabilização dos sujeitos.

A vida atribulada de quem resiste nos espaços de coordenação também se revelou metodologicamente na realização desta pesquisa, uma vez que foram diversas tentativas frustradas em acessá-las para agendar uma entrevista. Em meio às atividades da coordenação no combate à fome no contexto da pandemia e da crise social, política e econômica que o país vivia, instaurou-se uma dificuldade de tempo e espaço para acessar os sujeitos para uma conversa, evidenciando que, diante de tantas urgências, a pesquisa não era uma prioridade para a comunidade[45].

Os dados revelam, portanto, inúmeras situações de violência a que as mulheres são submetidas ao se disporem à luta. Na contramão dos dados apontados pela pesquisa de Boulos (2016), isso se manifesta diversas vezes no adoecimento de quem ocupa os cargos de coordenação, algo frequentemente observado durante a realização da pesquisa. Como consequência, muitas delas optam por se distanciar dessa posição, como foi o caso de Iara e Leila.

Iara chegou a dividir a coordenação com mais quatro jovens que também participaram do curso do Okupa Mídia, mas só ela permaneceu por mais tempo. Segundo seu relato, os demais foram saindo por motivos diversos: seguir uma carreira artística, viver um relacionamento afetivo, ou trabalhar e ganhar dinheiro. Sua fala revela, novamente, que abriu mão de uma série

[45]Como consequência desse processo, Rosa, uma das principais coordenadoras da ocupação Rosa Leão, não foi entrevistada para esta pesquisa. Para incluir sua participação, foram resgatados depoimentos produzidos em 2021 e disponibilizados no canal de acesso público do YouTube UNSCORRE TV, projeto desenvolvido pelo grupo de extensão universitária *UNSCORRE: Autoprodução Social do Espaço na RMBH*, sediado na Escola de Arquitetura da UFMG. Link para acesso: https://www.youtube.com/channel/UCwjvk5gpK8sA_OGtchQ3kLA. Cabe ressaltar, contudo, que foram compartilhados momentos diversos de interação com Rosa ao longo da pesquisa, cujas trocas certamente encontram-se refletidas neste trabalho.

de fatores para estar na coordenação. Durante a pesquisa, ela se engajou nas atividades com as crianças. Mas, em alguns momentos, já anunciava que não se sentia psiquicamente muito bem: como quando se esquivava de tarefas ou se mostrava indisposta para participar de atividades. Ela também lamentava que a coordenação não permitia que se dedicasse tanto aos estudos, o que, de diferentes maneiras, sinalizava um desequilíbrio nas relações com a coordenação e demais áreas da vida.

A necessidade de ter acesso à renda e se inserir no mercado de trabalho fez com que Iara deixasse de vez o posto. Quando nos encontramos para a entrevista, ela já se encontrava afastada e, dentre os motivos, citou a exaustão que o cargo envolvia, que interferia em sua saúde mental e impedia que investisse na vida pessoal e profissional fora da comunidade.

A sobrecarga que Iara sentiu se associa à desmobilização generalizada da comunidade. No trecho a seguir, ela apresenta sua leitura sobre esse processo. Entendemos que a mobilização "por fora" a que se refere está associada à ação institucional a que nos referimos anteriormente, conforme Paolinelli e Canettieri (2020), bem como a busca por angariar doações para suprir as ações de solidariedade da coordenação. Sua fala me remete a uma impressão compartilhada pelos sujeitos em outros espaços ao longo da pesquisa, que muitas vezes atribuem a diminuição da mobilização "para dentro" a um possível desequilíbrio com o excesso de investimentos na mobilização "para fora".

> **Iara**: Com o tempo, as vitórias vai acalmando, as lutas vai acalmando, as vitórias vem vindo e vai acalentando as coisas dentro das comunidades. A gente ainda continua, hoje em dia. A gente não faz assembleia, mas a gente tem os grupos que a gente manda as informações. A gente fez essa mobilização por fora, sem ter uma forma de prejudicar as pessoas também, porque a gente não pode pôr ninguém em risco. (Entrevista concedida em 17/05/2021).

No caso de Leila, após se mudar para a ocupação Helena Greco, as dificuldades de manter o ritmo das responsabilidades em casa e no trabalho fizeram com que se afastasse das tarefas de mobilização. Hoje, ela atua em ações pontuais, a pedido da coordenação. Ela mora em uma casa mais ampla e arejada, onde as crianças possuem um quintal onde podem brincar, embora se trate de Área de Preservação Permanente. Ela destaca como a mudança deixou as crianças mais felizes, em especial, por retomar o acesso à água: "A gente percebe nos filhos da gente o que faz bem pra eles. E isso é uma coisa que mexeu muito com eles. Tinha dia que o Mendes falava 'Nossa, mãe, ter que tomar banho de balde de novo? Mas e o chuveiro?'".

Em seu depoimento, Leila tece uma narrativa a fim de elucidar como a saída da coordenação implicou uma vida mais dedicada aos filhos. Ela segue demonstrando um desejo de atuar politicamente, participando de encontros realizados pelo movimento social, mas reforça no discurso que sua prioridade é a família. Sua fala se mistura com a postura do companheiro, que, em certos momentos, demonstrou desaprovar o que considerava um excesso de investimento do

tempo de Leila em atividades da coordenação[46].

Já Rosa segue firme e forte em sua função de coordenadora da ocupação Rosa Leão, ainda que atravessada por dores e episódios de adoecimento, como compartilhou em diversos espaços de conversa, bem como com diversas companheiras de luta. Federici (2022) comenta "as dores e as delícias" da participação política de mulheres como Rosa, que protagonizam, a duras penas, uma outra forma de conceber a política.

O cenário é o de uma vida de preocupação permanente, sem tempo para descanso ou qualquer forma de diversão. Contudo, como é comum em organizações de mulheres, o que se ouve delas é o orgulho pelo que estão conquistando e pela maior compreensão de mundo que vêm obtendo, individual e coletivamente, assim como uma capacidade maior de resistir à intimidação e o aumento do respeito por si próprias e por outras mulheres. Nas palavras de mulheres como essas, é possível ver a possibilidade de um mundo diferente, no qual o compromisso com a justiça social e com a cooperação engendra um novo conceito de política que é a antítese do que geralmente se reconhece como tal (FEDERICI, 2022).

***

O diálogo com os sujeitos que constróem o movimento das ocupações que travamos neste capítulo reitera a importância de considerarmos a criança no interior das relações intergeracionais. Insistimos que a participação das crianças nesta dinâmica se dá por meio da relação com a família, ao passo que o engajamento para a luta também têm origem nas responsabilidades de cuidado que os adultos assumem perante seus filhos e suas filhas.

Compreender o protagonismo da mulher negra no movimento das ocupações motivou nosso diálogo com autores do movimento feminista e da perspectiva anticolonial. Apresentamos, também, pesquisas e dados sobre o acesso à renda e à moradia no Brasil, os quais denunciam os fenômenos de feminização da pobreza e do déficit habitacional. Para qualificar esse debate, ressaltamos que tais fenômenos se vinculam a relações de opressão e colonialidade que historicamente têm levado à subalternização da mulher negra e à desvalorização da esfera da reprodução, em um contexto de avanço do capitalismo neoliberal.

Esse debate, apresentado inicialmente em uma perspectiva teórica, se materializou na trajetória dos sujeitos entrevistados pela pesquisa, cujos relatos de vida ecoam memórias de lutas diversas para garantir uma vida mais digna e acesso a direitos, dentre eles, os das crianças. A escolha de integrar um movimento como o das ocupações, na condição de moradora, morador ou coordenação, simboliza como que na brutal desigualdade, constroem-se projetos coletivos de luta por direitos. Quando as mulheres da ocupação Rosa Leão, vistas socialmente a partir de um

[46] Aquino (2015) também identificou a resistência de homens pertencentes a uma família de se engajar em atividades do movimento, na contramão da participação ativa das mulheres da mesma família.

lugar de falta no exercício da maternidade, revelam ter na luta por moradia a afirmação de um projeto de estabilidade e futuro para sua família, a pesquisa revela, então, a sua potência.

Considerações Finais

I

Há momentos em que os corpos precisam se quebrar, se decompor, ser despossuídos para que novos circuitos de afetos apareçam (SAFATLE, 2016, p. 44).

Essa frase resume bem o que o exercício de escrita desta tese simboliza. Muito se quebrou para registrar parte do que se construiu (e desconstruiu) ao longo do doutorado, em um movimento que agora desvela aberturas para outras conexões e novas jornadas. Como as casas na ocupação, que aos poucos vão tomando forma, este texto também se ergueu em um processo gradual, porém não menos avassalador, sustentado pela memória das diferentes etapas que marcaram o que foram os últimos quatro anos: em minha vida pessoal e de pesquisadora, na realidade dos sujeitos desta pesquisa, na dinâmica do movimento de resistência das ocupações urbanas e na trajetória social e política local e nacional.

Retomemos o objetivo central desta tese: analisar as experiências de crianças na ocupação Rosa Leão. A aparente imprecisão deste objetivo reflete a situação que deu origem a essa empreitada: quando me vi movida pelo desejo de seguir investigando o fenômeno das ocupações urbanas e me propus o desafio de dialogar com o campo dos estudos da infância, por mim ainda desconhecido. A novidade estava, também, na metodologia de pesquisa, que agora envolvia a maior presença no território e junto aos sujeitos, no exercício de sua escuta. O objetivo derivou, portanto, do grau de abertura a que me propus ao retornar para o chão de terra das ocupações da Izidora, já inserida no Programa de Pós-graduação em Educação Conhecimento e Inclusão Social da UFMG, na linha de Infância e Educação Infantil.

Destaco, portanto, as transformações que vivi enquanto sujeito-pesquisadora a partir do convívio com os sujeitos: crianças, famílias, coordenadoras, militantes, educadores e demais agentes públicos, e colegas pesquisadores. Ressalto, em especial, a relevância do encontro com os sujeitos subalternizados, experiência-fonte de conscientização e politização, em um exercício de empatia que vem também com sofrimento, como afirma bell hooks (BAIRROS, 1995). Testemunhar a dimensão da precariedade material e das injustiças sofridas pelas famílias da ocupação, em especial, pelas crianças e mulheres vulnerabilizadas por um sistema opressor, adultocêntrico, racista e patriarcal, trouxe à tona um sentimento de melancolia e impotência que me acompanharam ao longo de diferentes momentos da pesquisa. Tais sentimentos coexistiram, contudo, com os incontáveis episódios de paz, alegria e celebração vivenciados durante o campo junto à comunidade. Faço minhas as palavras de Iara, jovem que cresceu em ocupação e desde cedo assumiu o compromisso de zelar pela comunidade: “Tem algumas coisas na vida que vem

pra entristecer, mas é pra ensinar; pra gente crescer, levantar e aprender a escalar montanhas e chegar no seu patamar de leveza, de paz".

A pesquisa permitiu, ainda, ampliar minha compreensão sobre as contradições do movimento de resistência das ocupações e sobre o desafio que é se engajar na construção de um trabalho de base na militância pela moradia, pelas infâncias e pela cidadania. Isso inclui vitórias e quedas na mobilização social e política, permeadas pela busca incessante do equilíbrio entre os desejos e as demandas na vida pessoal, profissional e militante. Nesse trajeto, me deparei ainda com os limites que a Universidade assume nessa luta coletiva, ao sentir (na pele) como os marcadores sociais, especialmente de classe e raça, nos levam, pesquisadoras e pesquisadores, muitas vezes, à reprodução de um discurso e uma forma de fazer destoante da realidade dos territórios. Esse resultado não invalida, contudo, o esforço enquanto pesquisadora universitária de colaborar para o projeto de construção de novos paradigmas do conhecimento e desconstrução de um pensamento hegemônico, valendo-se de tentativa e erro.

Nesse percurso, a pandemia veio como um chamado para o desvio. A interrupção abrupta do período de doutorado sanduíche na San Diego State University, nos Estados Unidos, e da pesquisa deu lugar ao engajamento na leitura dessa nova realidade e na escuta das crianças da cidade, com a pesquisa Infância em Tempos de Pandemia, possibilitando o encontro com colegas da Universidade naquele momento de isolamento social. Algumas crianças da ocupação também participaram da pesquisa, a maioria por meio de conversas por telefone. Embora este material tenha sido pouco trabalhados no espaço desta tese, contribuiu para gerar reflexões sobre a diversidade das experiências que as crianças viveram no contexto da pandemia e do fechamento das escolas. O agravo da crise política, econômica e social motivou um realinhamento com a militância, quando passei a integrar a organização das Brigadas Populares em ações de solidariedade e demais trabalhos territoriais. Essa escolha certamente promoveu uma nova perspectiva para refletir sobre a infância nas ocupações urbanas, como também atravessou a escrita deste trabalho e da minha trajetória.

II

Em termos metodológicos, vimos que a pesquisa se pautou, em um primeiro momento, na observação participante junto a um grupo de crianças moradoras da Rosa Leão, partindo do princípio de deixar-se ser afetada pelo campo (SIQUEIRA, 2005). O tempo compartilhado com elas pelas ruas da ocupação, aos finais de semana ao longo de seis meses, evidenciou a controvérsia entre priorizar a autonomia das crianças e o ímpeto de protegê-las enquanto pesquisadora adulta e responsável. Ressaltamos que o consentimento delas se confirmou no comprometimento e na recusa em participar das atividades da pesquisa com o resto do grupo, reforçando como o assentimento em investigações com crianças é dinâmico e extrapola o que um termo como o exigido pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP/UFMG) para aprovação do projeto pôde captar. Como estratégia para a coleta de dados nesse processo, reafirmamos a riqueza da adoção de estratégias tradicionalmente utilizadas em pesquisas com crianças, que

favoreceram seu engajamento e sua circulação pelo espaço, sendo elas as linguagens do brincar e da fotografia. Vimos que a participação das famílias se deu de maneira mais pontual, desde o consentimento para minha entrada no território e para a participação das crianças na pesquisa, até a realização das entrevistas, em uma etapa posterior, destacando-se a maior presença das mães nesses processos. O aprofundamento de vínculos com alguns núcleos familiares permitiu, ainda, vivenciar momentos da vida familiar no interior das casas.

Apontamos que, no início da pesquisa, a aproximação com militantes das Brigadas Populares, movimento atuante no território, foi essencial para chegar à coordenação da ocupação e garantir o consentimento das famílias para estar com as crianças. Esse processo evidenciou, contudo, especialmente a partir do posicionamento da coordenadora Rosa, o esgotamento da comunidade com relação à postura utilitarista de pesquisadores da universidade que fazem trabalhos nas ocupações e não se preocupam em participar da construção coletiva na luta. O campo destacou, portanto, a dimensão da responsabilidade ética e política presente nas pesquisas realizadas no interior de movimentos sociais, extrapolando um debate que muitas vezes se limita ao compromisso com os sujeitos. Dentre as limitações metodológicas que enfrentamos, apontamos o desafio de envolver os sujeitos, em especial, as crianças, na análise dos dados. A questão do seu anonimato, que integrou os termos aprovados pelo COEP/UFMG, orientação comum nas pesquisas com crianças, também se revelou um impedimento para promover a visibilidade dos sujeitos e seu protagonismo na composição da análise (como, por exemplo, na divulgação de suas identidades ou da autoria em fotografias e desenhos). Como já anunciado por outras pesquisadoras (KRAMER, 2002; FERNANDES; CAPUTO, 2021), a problematização do anonimato deve compor investigações futuras, em especial por se tratar de pesquisas com sujeitos já invisibilizados por um pensamento hegemônico - o qual também oferece as bases para a construção de normativas e procedimentos, adotadas por um Comitê de Ética.

III

Na Introdução deste trabalho, levantamos algumas questões para a sua realização. São elas: Como as crianças participam da vida comunitária nas ocupações urbanas? Como os adultos que convivem com essas crianças compreendem seu lugar na história de luta e na vida quotidiana neste território? Em que medida as experiências dos sujeitos nas ocupações contribuem para uma perspectiva plural dos direitos da criança?

O debate travado ao longo dos capítulos buscou respondê-las de diferentes formas partindo da experiência de um grupo de crianças e famílias da ocupação Rosa Leão. Cabe ressaltar, contudo, que nossa análise não teve como objetivo generalizar aspectos específicos desse território ou dos sujeitos da pesquisa, de modo que se soma a outras investigações em curso sobre as múltiplas formas de viver a infância nas ocupações urbanas.

De modo geral, vimos como a participação das crianças na vida comunitária está associada à linguagem do brincar, a partir da qual socializam com os sujeitos e constituem territorialidades

infantis na ocupação. Ser criança de ocupação significa crescer e se desenvolver junto com as casas e com a comunidade, brincando em meio aos materiais de autoconstrução, mostrando que o sentido da coletividade está vinculado à construção da moradia individual. As crianças estão presentes e protagonizam essa construção tanto na mobilização para fora (compondo a linha de frente em protestos e ocupações de prédios públicos, estampando materiais de divulgação do movimento e tornando-se pauta central em deliberações do judiciário contra a reintegração de posse), quanto na mobilização para dentro (convidando a comunidade para participar de assembleias ou buscar doações de mantimentos que chegaram ao barracão comunitário, observando o movimento das ruas e tomando conta das casas, organizando e preparando o alimento e o espaço para as festas). Também destacamos que as crianças são compreendidas pelos adultos da comunidade como os sujeitos que verdadeiramente impulsionam a luta, mobilizando famílias desamparadas, em sua maioria chefiadas por mulheres negras, a saírem do aluguel ou em outras situações de abuso, em busca de uma vida mais digna. Esses adultos - sejam eles mães, pais, coordenadoras, ou não - também reconhecem que, nos direitos das crianças, residem: (i) a força motriz da vida comunitária; (ii) a justificativa inconteste para barrar um despejo; e (iii) a alegre motivação para celebrar a vida, a fé e um projeto de futuro.

Mais especificamente, no Capítulo 1, apresentamos a ideia anunciada por Lourenço (2020), que propõe pensar o "movimento de resistência das ocupações urbanas" enquanto um movimento social, desconstruindo a retórica de que somente os movimentos organizados na luta pela moradia que compõe a rede de apoiadores se constitui enquanto tal. Em um giro por ocupações em diferentes contextos nos chamados Norte e Sul global (AGUILERA; SMART, 2016; HERBERT, 2018; MARTÍNEZ, 2019; PRUIJT, 2013; VASUDEVAN, 2015), elencamos múltiplos sentidos e formas de ocupar que revelarão diferentes sentidos e formas de viver a infância em uma ocupação. Situamos como tais diferenças se conectam aos processos de colonização (RAMA, 2015; QUIJANO, 2005), que produzem fenômenos como a imigração (MARTÍNEZ, 2016; MONTAGNA; GRAZIOLI, 2019) e a segregação socioespacial, simbolizada pelo modelo centro-periferia (RAÚL, 2007).

Destacamos, assim, como a Rosa Leão, uma ocupação que nasce com o sentido de morar, em local de caráter periurbano na periferia da terceira cidade mais populosa do Brasil, traz questões específicas para debater a infância e o território. Ao trazer as falas de coordenadoras de ocupações, enunciadas ao longo de evento dedicado a revisitar os dez anos de ocupações na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) (CANETTIERI *et al.*, 2020), mostramos como os desejos das famílias de que a ocupação se torne um bairro está no horizonte (ou na virtualidade, no sentido lefebvriano) do ato de ocupar, em um processo de construção de identidades dos sujeitos; destino que pode indicar o fim de um ciclo, mas não anuncia o fim das trajetórias de resistência dos sujeitos. Como vimos, a luta por acesso a direitos e cidadania (ou ao direito à cidade, também no sentido lefebvriano) é ininterrupta, especialmente para sujeitos historicamente subalternizados, como crianças e mulheres negras.

Neste mesmo evento, falas de militantes dos movimentos sociais organizados conformaram, a meu ver, três paradigmas: ocupação enquanto dispositivo de mobilização, movendo uma luta pela transformação política, pela reforma urbana e pelo direito à cidade e resistindo ao avanço do capitalismo no chamado Sul global; ocupação enquanto experiência formativa, na construção de uma educação popular por meio da dimensão comunicativa da mobilização para dentro e para fora e do encontro entre sujeitos de diferentes realidades sociais em uma mesma rede; e ocupação enquanto movimento para além da institucionalidade, reconhecendo que a luta se dá pelo Estado, a fim de promover acesso a direitos e transformar o modo de construir políticas públicas, mas também para além dele, ao apresentar modos alternativos de produção e reprodução, presentes, por exemplo, na concepção da casa, na construção de espaços coletivos, como creches e centros comunitários, e no desenvolvimento de projetos de segurança alimentar pautados na agroecologia.

Embora a dimensão formativa das crianças nas ocupações não se apresente com centralidade no discurso da militância, destacamos seu impacto na formação política desses sujeitos nos processos de socialização experimentados junto à comunidade em luta. Como aponta Edna, funcionária do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): “Eles estão presentes lá nas reuniões, de alguma forma eles ficam sabendo e vão passando. E nisso eles vão criando a própria identidade deles. O bacana é que eles colocam a sua opinião. Do jeitinho deles, eles sabem colocar”. Há uma longa caminhada para os adultos escutarem e reconhecerem as crianças enquanto sujeitos no movimento, de modo a construir espaços de participação infantil que promovam habilidades para tomar decisões e assumir responsabilidades (TORRES-VELÁZQUEZ, 2019). Nesse sentido, a pesquisa revelou a dimensão formativa presente nas festas (GOBBI; ANJOS; PITO, 2020) e nos demais elementos lúdicos que permeiam as sociabilidades na vida cotidiana desses sujeitos (SHABEL, 2016).

Ainda no Capítulo 1, buscamos construir linhas do tempo das políticas públicas e da dinâmica de resistência que marcam a história mais recente de luta pela moradia no contexto de Belo Horizonte. Vimos como se construíram as diferentes narrativas em disputa pela terra na Região da Izidora, onde se localiza Rosa Leão, denunciando como os interesses dos sujeitos da ocupação são pouco considerados no debate institucional sobre a intervenção urbanística na área, que segue priorizando os aspectos ambientais do terreno. Prevalece, assim, um discurso de planejamento territorial de viés tecnocrático pautado na antiga dicotomia entre preservação versus ocupação (ou homem versus natureza).

No Capítulo 2, demos início ao nosso exercício de visibilizar os sujeitos da pesquisa, dedicando-nos a identificar os processos de territorialização das crianças na ocupação, que ali constituem *territorialidades infantis* (LOPES; VASCONCELLOS, 2006). Destacamos as manifestações do brincar como inserção na cultura (GOUVEA, 2011; CARVALHO; SILVA, 2018) e como forma de resistência em um território de luta (BENJAMIN, 1978; HARKER, 2005; KATZ, 2011). Apoiando-nos na categoria *corpo-território* (GAGO, 2019; HAESBAERT,

2020), ressaltamos como, a partir do corpo, as crianças se desenvolvem neste espaço construído e ressignificado constantemente pela comunidade (JAMES, 2000).

Propomos-nos a *circular-brincando* com as crianças pelo território e seu entorno, mapeando os espaços de socialização na Rosa Leão, potencializados pelas experiências das crianças. Começamos nossa jornada nas frentes das casas, destacando a autoconstrução como uma das marcas da materialidade que permeia o desenvolvimento das crianças na ocupação. Passamos pelo barracão comunitário, o coração da comunidade, onde as brincadeiras se mesclam com a forma mais pulsante da vida política da comunidade, manifestada em reuniões, assembleias e festas. Aqui, ressaltamos como o atual Centro de Poder Popular Marielle Franco carrega no seu construir/desconstruir e mobilizar/desmobilizar, as marcas da trajetória dessa luta, que não é unidirecional e nem estável.

Para concluir, partimos de uma vivência no clubinho dos meninos, localizado na antiga guarita da área da fazenda hoje ocupada, para discutir como as relações de gênero atravessam os corpos infantis na ocupação. Apontamos para uma maior liberdade experimentada pelos meninos para circularem, que se valem de brincadeiras que demandam maior apropriação do espaço. Contudo, salientamos como as crianças também desafiam normativas e concepções hegemônicas relacionadas ao gênero, exercendo autonomia diante do controle dos corpos pelos adultos. A riqueza das brincadeiras experimentadas foi reunida em uma última seção dedicada a apresentar um repertório de brinquedos e brincadeiras da ocupação, evidenciando a relação intrínseca com a natureza vivenciada pelas crianças nesse território.

Dando continuidade a essa caminhada, no Capítulo 3, construímos duas Tabelas de atividades observadas em campo que motivam a circulação das crianças *dentro* e *fora* da ocupação, que ora se dá sozinha, ora em grupos maiores de crianças, ora na companhia de adultos. Ressaltamos como essa circulação, muitas vezes, é motivada pelo acesso a equipamentos públicos localizados no entorno. Nesse sentido, destacamos a centralidade do equipamento da Escola na garantia de direitos em uma abordagem intersetorial, protagonizando a composição de uma rede local formada por agentes públicos dos diversos setores. Reforçamos, ainda, o protagonismo das crianças em demandar políticas públicas, manifestado ao circularem pelos equipamentos, o que confirmou que a liberdade como afeto (AITKEN, 2019) e a mobilidade como temática são fundamentais para discutir a cidadania na infância.

As entrevistas com representantes dos equipamentos (Escola, EMEI, CRAS, Centro de Saúde e Centro Cultural) revelaram os desafios e os aprendizados da adaptação da política pública com a chegada das famílias da ocupação. No caso da Escola, levantamos a hipótese de que sua experiência, que envolveu energia, disponibilidades, imaginação e recursos, foi potencializada por um caminho pavimentado por políticas anteriores que se dedicaram a ampliar a relação da instituição com o território, contidas na construção da Escola Integrada (MOLL, 2009) e da cidade educadora (CARVALHO; GOUVEA, 2019). Nesse sentido, jogamos luz na importância da participação das crianças na construção de políticas públicas, e incorporamos ao debate sobre

a infância e a cidade sujeitos em geral invisibilizados, considerando que as investigações da área possuem maior enfoque em experiências de crianças das camadas médias.

Ainda no Capítulo 3, relatamos um dia de passeio com as crianças da pesquisa por equipamentos culturais localizados na região central da cidade, a saber: os museus do Espaço do Conhecimento da UFMG e do Memorial Minas Vale, intercalados por um momento de pausa e lanche na Praça da Liberdade, cartão postal de Belo Horizonte. Destacamos a relevância de experiências como essa no processo de formação das crianças, bem como o desejo que possuem de circulação pela cidade e conexão com outros espaços coletivos (MUNIZ, 2018). Convergindo para o que outras pesquisas apontam, o passeio revelou que a presença de crianças em espaços culturais desafia regras e rotinas naturalizadas pela lógica hegemônica de acesso à cultura, as quais precisam ser adaptadas às linguagens infantis (FOERSTE; FERREIRA; ULIANA, 2018; CARVALHO; LOPES, 2016). As entrevistas com os agentes públicos também confirmaram a centralidade das políticas públicas na garantia do acesso de crianças das camadas populares aos equipamentos culturais (CAMPOS, 2019), uma vez que é a partir das iniciativas das instituições, em especial da Escola, que elas experimentam esses deslocamentos. Soma-se a isso a importância de investir na ampliação da estrutura existente no território e no seu entorno, descentralizando investimentos públicos e priorizando orçamento para a conformação de espaços de encontro e lazer.

Por fim, no Capítulo 4, buscamos nos aproximar dos demais sujeitos que constroem as ocupações: as famílias. Estivemos movidos pelo argumento de que a infância enquanto categoria estrutural deve ser compreendida em uma perspectiva relacional (SPYROU, 2018), no interior das relações intergeracionais (ALANEN, 2009). Diante de dados que revelam o protagonismo da mulher negra com filhos como o grupo mais vulnerabilizado e excluído do acesso à política habitacional (FJP, 2021; VIECELI, 2020), apoiamos-nos em referenciais que trabalham para a construção de uma teoria e práxis feminista libertadora (hooks, 2015) para discutir como o curso da colonização (GONZÁLEZ, 2020; LUGONES, 2014; CARVAJAL, 2020) e do avanço da economia capitalista no chamado Sul global (FEDERICI, 2019; FEDERICI, 2022; GAGO, 2019) levou ao fenômeno contemporâneo da feminização da pobreza (CEPAL, 2004; NASSIF-PIRES; CARDOSO; OLIVEIRA, 2021; SAEGERT; CLARK, 2006), cuja dimensão racial não pode ser perdida de vista (SILVA, 2018).

Olhamos para a experiência das ocupações urbanas, protagonizadas pelas mulheres, como uma prática comunitária contemporânea emblemática para se pensar a potência criativa da luta cotidiana, que perpassa as tarefas de criação, manutenção e cuidado de uma comunidade (FRANZONI; ALVES; FARIA, 2020; SILVA, 2018; ISAÍAS, 2017; AQUINO, 2015; CARVALHO-SILVA, 2018). Ao debater esse protagonismo, revelamos histórias de vida atravessadas pela violência e despossessão históricas do corpo feminino e negro pelo colonialismo, vividas por sujeitos que sempre tiveram de lutar para acessar direitos, apostando na coletividade para resistir e construir outras formas de cuidar e amar o mundo (LUGONES, 2014).

A fim de desvelar experiências invisibilizadas, trouxemos à tona fragmentos das trajetórias de luta de sujeitos de dez famílias da Rosa Leão (mães, pais e coordenadoras), compartilhadas em entrevistas que compuseram a pesquisa de campo. As narrativas e as memórias de antes e depois da ocupação nos conduziram a ressaltar a dimensão do desamparo como afeto catalisador da luta por uma vida mais digna para si e para as crianças (SAFATLE, 2016). Apontamos como os sujeitos anunciam a certeza de que a vida é melhor na ocupação e revelam a nostalgia da fogueira da vigília contra os despejos ao relembrar os tempos de maior mobilização e encontro da comunidade. Isso está presente na fala de Iara: "Hoje em dia a gente precisa de muita coisa ainda pra avançar, mas não de falar 'Tá ruim, tá péssimo'. Não tá. A gente agora tem certeza que cada um tem a sua casinha, a gente tá menos tenso".

Destacamos que, em diferentes momentos, os sujeitos que compõem a rede de apoiadores apresentaram uma leitura de que estaríamos vivendo um desaquecimento da luta das ocupações urbanas, manifestada na desmobilização e nas dificuldades da organização comunitária. Entendemos que tal fato reafirma a humanidade desses sujeitos, que também se permitem recuar ou paralisar-se diante de conjunturas atravessadas por macroestruturas e relações de poder que nos levam à exaustão, à sobrecarga e ao sentimento de impotência - comportamento semelhante ao que observamos no atual contexto nacional de esvaziamento das ruas, mesmo em um cenário de crise e avanço de uma política de desumanização.

IV

Safatle (2016) afirma que "a angústia tem uma inconfundível relação com a expectativa: é angústia diante de algo". Como apontamos na Introdução, esta tese nasce de uma angústia: como fazer uma pesquisa que nutra esse movimento de resistência? A escuta dos argumentos de Rosa sobre a importância da "troca" como parte do trabalho acadêmico também alimentaram esse sentimento em diferentes momentos.

A angústia, enquanto um afeto, também nos mobiliza politicamente. Já mencionei que a caminhada do doutorado me conduziu ao engajamento na organização das Brigadas Populares. Suas ações nos territórios e o discurso da militância assumem uma perspectiva plural da concepção de infância, que reconhece as crianças enquanto sujeitos sociais e políticos. Contudo, os documentos orientadores e a estrutura da organização, por ora, ainda não apontam para a infância como campo em disputa[47]. Ressaltamos que não houve fôlego para tratar dessas questões na pesquisa, razão pela qual depoimentos dos movimentos sociais apoiadores das ocupações não assumiram expressividade na tese. Compreender os desafios para a infância assumir maior protagonismo nas pautas dos movimentos organizados na luta pela moradia é, portanto, um exercício em construção na minha trajetória militante junto à organização e poderá ser discutido em um momento posterior.

[47] O Manifesto das novas Brigadas Populares e o Programa das Brigadas Populares podem ser acessados pelo link: https://brigadaspopulares.org.br/manifesto-das-brigadas-populares/. Acesso em 05/05/2022.

Ainda movida por uma estratégia de devolutiva, no contexto da pandemia, foi ensaiada na Rosa Leão uma parceria com o Coletivo Geral Infâncias, grupo do qual faço parte, a fim de dar início a um projeto com crianças da ocupação. Contudo, diante do volume de trabalho com as ações de solidariedade junto à comunidade em que a coordenação vivia imersa, essa parceria não teve prosseguimento[48]. Nesse sentido, além dos movimentos sociais organizados, a pesquisa apontou que a ação de grupos de extensão universitários tem sido a forma mais comum e duradoura de garantir uma incidência territorial nas ocupações urbanas de modo mais horizontal e robusto. Embora essas iniciativas estejam acostumadas com a presença assídua de crianças em suas atividades, a participação infantil ainda é pouco tematizada nesses espaços e segue ocupando papel secundário na rede de apoiadores. Percebe-se, portanto, uma dificuldade de articular a pauta da infância com demais estratégias de mobilização política e organização territorial.

V

Vimos que esta tese não se apoiou em uma única matriz teórica, dialogando com diferentes autores ao trazer à tona informações do campo. A abordagem anticolonial, contudo, atravessa esta pesquisa. Minha aproximação com esses estudos (QUIJANO, 2005; SPIVAK, 2010) se deu, contudo, somente depois de concluir a observação participante com as crianças, um reflexo da aproximação ainda recente desta perspectiva com o campo dos estudos da infância (OLIVEIRA, 2020; BALAGOPALAN, 2019; CASTRO, 2020; MARTÍNEZ, 2015).

Como uma lente, essa perspectiva influenciou minha forma de conceber o território da Rosa Leão, denunciando que a adoção de um padrão único, e que se pretende global, de mulher, de infância, de moradia, de cidade, de planejamento urbano e, até mesmo, de movimento social invisibiliza existências e reproduz desigualdades. Esse diálogo com as perspectivas anticoloniais nos ajudou, portanto, a colocar em perspectiva como a dimensão colonial marca as trajetórias dos sujeitos. Buscando tensionar a ideia de uma infância global, ressaltamos como as narrativas do pensamento hegemônico europeu contribuem para a produção de um campo que invisibiliza experiências como as das crianças que moram nas ocupações urbanas.

VI

Partindo da compreensão de que as cidades, em um contexto colonial como o da América Latina, tiveram sua origem para servir à colonização, e não para acumular excedente (RAMA, 2015), o que significa produzir uma cidade anticolonial?

Desde que a área das ocupações foi reconhecida pelo Plano Diretor de Belo Horizonte (PBH, 2019), o futuro da Região da Izidora faz parte da agenda da política urbana da Adminis-

[48] Essas ações eram organizadas pela frente Coletivo em Diálogo, formada por integrantes do Coletivo Geral Infâncias no contexto da pandemia da Covid-19. O trabalho da frente consistiu, dentre outras atividades, em mobilizar ações emergenciais e projetos com crianças junto às ocupações Rosa Leão e Dandara, em parceria com as Brigadas Populares. Essa aproximação do coletivo com as ocupações teve continuidade com crianças e famílias da Dandara.

tração Municipal, submetido ao jogo de forças que rege a política local e estadual. O apelo do movimento de resistência das ocupações é pela construção coletiva e horizontal de um projeto para as ocupações e a Região da Izidora, cuja importante área de preservação ambiental se destaca no atual cenário de mudanças climáticas. Diante da fragilidade de metodologias e espaços de participação popular, a disputa pela inclusão dos sujeitos, além da etapa de levantamento de informações para produzir diagnósticos, ou seja, nas análises e tomadas de decisão, dificilmente tem-se como pauta a participação das crianças.

Estudos em contextos no chamado Sul global já denunciaram que o Estado aciona o discurso dos direitos das crianças para manipular famílias marginalizadas das políticas públicas (OLIVEIRA, 2020; BALAGOPALAN, 2019). Ressaltamos, contudo, a relevância da participação das crianças nas práticas de planejamento territorial da Região da Izidora que superem o formato de oficinas voltadas para a educação ambiental[49], que muitas vezes assumem formas conteudistas e que desconsideram os saberes das famílias. A pesquisa revelou como as crianças das ocupações reconhecem o território e, enquanto seres desejantes (TIRIBA, 2005), apropriam-se dele em suas práticas de circulação e socialização, exercício este que pode ser incorporado à prática do planejamento da região.

Nossa investigação também apontou para a intersetorialidade da política pública na garantia do acesso a direitos para crianças e famílias. O lugar de destaque da Escola nessa rede revelou a potência de pensar uma atuação da instituição no planejamento territorial não apenas como um espaço para realizar encontros e reuniões ampliadas. Essa interlocução pode acontecer integrada às demais políticas e equipamentos públicos presentes no território, os quais, muito antes da chegada do equipamento do planejamento urbano no local - em referência ao Centro de Referência em Políticas Urbanas (CREURB), instalado próximo à ocupação Vitória -, já atravessaram uma longa experiência de adaptação e reconhecimento dos sujeitos e da comunidade. Ressaltamos, ainda, a necessidade de esse processo de planejamento zelar pela vida dos sujeitos que constroem a cidade, com destaque para as coordenadoras das ocupações da Izidora, sobrecarregadas e vulnerabilizadas pela dinâmica conflituosa que se manifesta diante da entrada do Estado neste território em disputa.

Com relação ao futuro da política habitacional, como ressalta Aquino (2015), não há uma linearidade definida no movimento das ocupações, que se encerraria na conquista da casa. Essa vitória é seguida de outros arranjos familiares que trazem consigo novos desafios. Para os dirigentes da política pública, a pesquisa evidenciou a mulher negra com filhos e moradora da periferia urbana como o principal público-alvo. Os depoimentos das famílias apontaram, assim, para a conexão do acesso ao direito à moradia com a desconstrução de uma estrutura racializada e generificada de educação, emprego, acúmulo de riqueza e acesso a serviços. Nesse sentido,

[49]Fazemos referência, aqui, ao Plano de Engajamento Entre as Partes Interessadas, que compõe o Programa de Reduções de Riscos de Inundações e Melhoras Urbanas na Bacia do Ribeirão Isidoro, documento da Administração Municipal que prevê, dentre os serviços de engajamento comunitário, comunicação e trabalho social, a realização de práticas de educação ambiental, que incluem atividades com crianças e adolescentes (PBH, 2021, p. 14)

estamos de acordo com os apontamentos da pesquisa de Saegert e Clark (2006) de que o problema da moradia não se resolve a partir de direitos individuais e na confiança no mercado. Assim, os programas, mais que incrementar o estoque de casas, deveriam se preocupar em promover a redução da criminalidade, da segregação socioespacial e da concentração de pobreza. Criticamos, assim, políticas neoliberais que desarticulam redes de segurança e cuidado construídas nas comunidades, e ressaltamos a importância de legitimar e financiar projetos que nutram tais redes formadas por mães, famílias e comunidade. O viver bem implica, necessariamente, a construção de políticas que promovam a distribuição de recursos, além do acesso ao direito à moradia.

VII

A aproximação da perspectiva anticolonial, no âmbito dos estudos da infância, nos serviu de estratégia para visibilizar sujeitos subalternizados por uma concepção hegemônica e universal de infância. Nesse exercício, destacamos a relevância das categorias territorialidades infantis e corpo-território, bem como a noção do brincar como ato revolucionário. Tal diálogo também contribuiu para reconhecer ausências no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marco legal de enorme relevância na luta pelas infâncias, pois falha, por exemplo, em não fazer menção ao direito à terra. Comprometidos com uma análise consistente das relações de dominação, como nos alertam Rosemberg e Mariano (2010), apostamos em uma perspectiva plural dos direitos da criança, partindo das práticas sociais e da concretude das infâncias (OLIVEIRA, 2020) e articulando os direitos humanos como força libertadora e contra-hegemônica (PIRES, 2016). Para tanto, duas escolhas se mostraram essenciais: (i) a adoção de uma abordagem relacional, que considera esses sujeitos a partir das relações intergeracionais; e (ii) a (re)aproximação com os estudos feministas, com destaque para a categoria do cuidado, que evidenciou como é imprescindível que as políticas para a infância considerem o fenômeno do empobrecimento da mulher negra e mãe, moradora da periferia no Brasil.

A pesquisa permitiu fortalecer e conectar os estudos em construção sobre a infância em ocupações urbanas (GOBBI; ANJOS; PITO, 2020; SHABEL, 2019; GONÇALVES, 2018; FROSSARD, 2019; LOPES, 2019; NASCIMENTO, 2019; SANTOS, 2017), apontando para as especificidades que os múltiplos contextos, sentidos e formas de ocupar produzem nas realidades dos sujeitos. Esta tese soma-se, portanto, às investigações com crianças em contextos não escolares e em movimentos sociais no contexto urbano, contribuindo com o caráter interdisciplinar do campo e com a inclusão de outras infâncias no debate sobre a infância e a cidade.

Entretanto, muitas questões ainda restaram para serem incorporadas em agendas futuras de pesquisa. Para concluir a escrita, destacamos algumas. Para investigações que se ocupam de compreender a infância nas ocupações urbanas, percebemos a relevância de aprofundar a discussão sobre os sentidos de ocupação tomados pelas crianças, promovendo o intercâmbio entre crianças que habitam ocupações em diferentes contextos. Para demais investigações que buscam compreender a relação das crianças com o território, dois caminhos nos parecem pertinentes: (i) investigar as concepções de infância junto a movimentos sociais urbanos contemporâneos, a fim

de compreender como essa categoria é problematizada por diferentes frentes de resistência; e (ii) acompanhar o trabalho de agentes públicos que compõem redes locais, como a protagonizada pela Escola na região do entorno da ocupação Rosa Leão, a fim de compreender possibilidades e entraves à intersetorialidade nas políticas públicas e na promoção dos direitos das crianças.

Por fim, diante do desafio de propormos novos modos de fazer a partir dos outros modos de pensar que temos construído na academia, ressaltamos a importância de empreender esforços para imaginar e criar novas metodologias de trabalho territorial com crianças, promovendo agendas de pesquisa mais coletivas, que potencializem a participação dos sujeitos na produção e na análise dos dados e, também, na construção de seu produto final. Sem perder de vista os marcadores sociais de classe, raça e gênero que atravessam nossos corpos, esse passo é imprescindível para que possamos desenvolver pesquisas menos utilitárias e mais comprometidas com os processos formativos dos sujeitos que sustentam a produção do conhecimento. Que nesses encontros futuros, regados de cuidado, respeito e solidariedade, possamos elaborar melhor os desejos e as angústias de hoje.

Referências

ABRÃO, Carolina; GOBBI, Marcia Aparecida. Crianças brasileiras e bolivianas na Ocupação Prestes Maia: ocupar e resistir pelos direitos, desde sempre. In: GOBBI, Marcia Aparecida; LEITE, Maria Cristina Stello; ANJOS, Cleriston Izidro dos (Ed.). *Crianças, Educação e o Direito à cidade: Pesquisas e práticas*. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

AGUILERA, Thomas; SMART, Alan. Squatting, north, south and turnabout: A dialogue comparing illegal housing research. *Public goods versus economic interests: Global perspectives on the history of squatting*, Routledge London, UK, p. 29–55, 2016.

AITKEN, Stuart. Jovens, direitos e território: apagamento, política neoliberal e ética pós-infância. *Brasília, DF: Universidade de Brasília*, 2019.

AITKEN, Stuart C. Children's Geographies: Tracing the evolution and involution of a concept. *Geographical Review*, Taylor & Francis, v. 108, n. 1, p. 3–23, 2018.

ALANEN, Leena. Generational Order. In: *The Palgrave Handbook of Childhood Studies*. London: Springer, 2009. p. 159–174.

ALDERSON, Priscilla; MORROW, Virginia. *The ethics of research with children and young people: A practical handbook*. London: Sage, 2020.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, SciELO Brasil, n. 76, p. 49–86, 2009.

AMADO, João. *Universo dos brinquedos populares*. Coimbra: Quarteto, 2002.

ANJOS, Cleriston Izidro dos; GOBBI, Marcia Aparecida. Editorial. Infâncias e pesquisas: problematizações epistemológicas, metodológicas e éticas. *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 28, 2020.

APCBH, Arquivo Público da Cidade. Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Norte. *Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade*, 2011.

AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de. *A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo*. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2015.

ARAÚJO, Vania Carvalho de; MOREIRA, Jader Janer; FERNANDES, Maria Lídia Bueno. Dossiê: Crianças e suas infâncias na cidade. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, n. 49, 2019.

ARAÚJO, Wânia Maria de; MELLO, Ediméia Maria Ribeiro de. Movimentos Sociais: reflexões sobre o século XX e as conexões possíveis com as experiências do século XXI. *MACHADO, Lucília Regina de Souza; AFONSO, Maria Lúcia Miranda. Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Belo Horizonte: Autêntica Editora*, 2012.

ARROYO, Miguel G; SILVA, Maurício Roberto da. *Corpo-infância: Exercícios tensos de ser criança-Por outras pedagogias dos corpos*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2012.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458–458, 1995.

BALAGOPALAN, Sarada. Why historicize rights-subjectivities? Children's rights, compulsory schooling, and the deregulation of child labor in India. *Childhood*, SAGE Publications, v. 26, n. 3, p. 304–320, 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista brasileira de ciência política*, SciELO Brasil, n. 11, p. 89–117, 2013.

BASTOS, Camila Diniz *et al.* Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, v. 19, n. 2, p. 251–266, 2017.

BENJAMIN, Walter. On the mimetic faculty. *Reflections*, Schocken New York, v. 334, 1978.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre o brinquedo, a criança e a educação*. São Paulo: Editora 34, 2002.

BENSAID, Daniel; J.-M.; LACHAUD. Résister à l'irrésistible–entretien avec françoise proust. *J.-M. Lachaud (red.) Art, culture et politique, Actes du Congrès Marx International II, Parijs: PUF*, p. 149–158, 2000.

BIANCONI, Giuliana *et al. Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. São Paulo: Gênero e Número, 2020.

BIZZOTTO, Luciana Maciel. *#RESISTEIZIDORA: controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e apontamentos para a justiça urbana*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*, São Paulo: Alfa-Omega, p. 37–70, 1979.

BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*. São Paulo: Editora Autonomia Literária LTDA-ME, 2018.

BOULOS, Guilherme Castro. *Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo*. Dissertação (Mestrado) — Universidade de São Paulo, 2016.

BRANDÃO, Helena Câmara Lacé; MOREIRA, Angela. A varanda como espaço privado e espaço público no ambiente da casa. *Revista Arquitextos*, n. 102.04, 2008.

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. *Revista Digital de Direito Administrativo*, v. 3, n. 3, p. 474–489, 2016.

BUTLER, Judith. Performative acts and gender constitution: An essay in phenomenology and feminist theory. Routledge, p. 353–361, 1988.

BUTLER, Judith. Precarious life, vulnerability, and the ethics of cohabitation. *The Journal of Speculative Philosophy*, JSTOR, v. 26, n. 2, p. 134–151, 2012.

CAFRONI, Larissa MOROSO; Karla;. Panorama Nacional. In: URBANA, Fórum Nacional de Reforma (Ed.). *Panorama dos conflitos fundiários no Brasil: relatório 2019-2020*. Porto Alegre: CDES Direitos Humanos, 2021.

CAMPOS, Clarissa Cordeiro de. *Squatting for more than housing: alternative spaces and struggles for the right to the city in three urban areas in Brazil, Spain, and the Basque Country*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

CAMPOS, Paola Rogedo. O preço da terra urbana e a moradia de baixo custo. In: MENDONÇA, JUPIRA; COSTA, HELÍSA SOARES DE MOURA. *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2011.

CAMPOS, Tulio. A escola e a cidade: experiências de crianças e adultos em excursões na Educação Infantil. Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

CAMPOS, Tulio; CARVALHO, Levindo Diniz; BAPTISTA, Mônica Correia. Educação Infantil, currículo e cidade: crianças em espaços culturais de Belo Horizonte. *Debates em Educação*, v. 13, n. 33, p. 355–376, 2021.

CANETTIERI, Thiago. Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia. *E-metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, p. 22–29, 2014.

CANETTIERI, Thiago *et al.* *Não são só quatro paredes e um teto: uma década de luta nas ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2020.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Desigualdades urbanas e políticas habitacionais. *Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ-FASE*, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole*. São Paulo: Labur Edições, 2017.

CARVAJAL, Julieta Paredes. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*, p. 194–204, 2020.

CARVALHO, Ana; PONTES, Fernando. Brincadeira é cultura. In: CARVALHO, Ana *et al.* (Ed.). *Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

CARVALHO, Cristina; LOPES, Thamiris. O público infantil nos museus. *Educação & Realidade*, SciELO Brasil, v. 41, p. 911–930, 2016.

CARVALHO, Levindo Diniz. Culturas infantis: universalidade e diversidade. *31 Encontro Anual da ANPOCS*, 2007.

CARVALHO, Levindo Diniz. *Imagens da infância: brincadeira, brinquedo e cultura*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

CARVALHO, Levindo Diniz; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Infância urbana, políticas e poéticas: diálogos sobre a experiência da Cidade de Rosário/Argentina. Entrevista com: Carolina Balparda-Directora General de Pedagogía Urbana Guilhermo Rios-Secretario de Cultura y Educación. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, n. 49, p. 151–170, 2019.

CARVALHO, Levindo Diniz; SILVA, Rogério Correia da. Infâncias no campo: brinquedo, brincadeira e cultura. *Childhood & Philosophy*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), v. 14, n. 29, p. 189–212, 2018.

CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de. *A dimensão educativa da luta de mulheres por moradia no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo*. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2018.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Perspectivismo e multi-naturalismo na america indigena. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*, Cosac & Naify, p. 345–399, 2002.

CASTRO, Lucia Rabello de. Why global? Children and childhood from a decolonial perspective. *Childhood*, SAGE Publications, v. 27, n. 1, p. 48–62, 2020.

CASTRO, Pedro; Carina; PAOLINELLI, Marina Sanders; NEPOMUCENO, Cleide. Panorama dos conflitos fundiários urbanos em Minas Gerais. In: URBANA, Fórum Nacional de Reforma (Ed.). *Panorama dos conflitos fundiários no Brasil: relatório 2019-2020*. Porto Alegre: CDES Direitos Humanos, 2021.

CAVALCANTI, Mariana. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor (es) em uma favela consolidada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, SciELO Brasil, v. 24, p. 69–80, 2009.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Entender la pobreza desde la perspectiva de género*. Santiago do Chile: CEPAL, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

CHRISTENSEN, Pia Haudrup. Children's participation in ethnographic research: Issues of power and representation. *Children & Society*, Wiley Online Library, v. 18, n. 2, p. 165–176, 2004.

CHRISTENSEN, Pia Haudrup. Conhecimento: crianças em pequenas e grandes cidades. In: MÜLLER, Fernanda (Ed.). *Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

CIESPI, Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância. *Contrastes: Infância e Cidade - metodologias de escuta e participação*. Rio de Janeiro: CIESPI, 2019.

CMBH, Câmara Municipal de Belo Horizonte. *Relatório Final do Grupo de Trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor sobre Direito à Moradia*. 2020.

Coletivo Margarida Alves. *Relatório sobre as agressões perpetradas pela Polícia Militar de Minas Gerais em manifestação de moradores da Izidora na data de 19.06.2015 em Belo Horizonte*. 2015.

COLONNA, Elena. *Eu é que fico com a minha irmã*: Vida quotidiana das crianças na periferia de maputo. Tese (Doutorado) — Universidade do Minho, 2012.

CORDEIRO, Adriana T; AITKEN, Stuart C; MELLO, Sergio C Benicio de. Young People and Brazil's Statute on the Right-to-the-City. In: *Global Childhoods beyond the North-South Divide*. London: Springer, 2019. p. 81–98.

CORSARO, William A. Métodos etnográficos no estudo da cultura de pares e das transições iniciais na vida das crianças. In: MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida (Ed.). *Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro*. São Paulo: Cortez, 2009.

CORTADO, Thomas Jacques. Casas feitas de olhares: uma etnografia dos muros em um loteamento periférico do Rio de Janeiro. *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, CRIA, v. 24, n. 3), p. 665–682, 2020.

COSTA, André Dal'Bó da; GUERREIRO, Isadora de Andrade. As ocupações urbanas na macrometrópole paulistana: da potencialidade política ao amoldamento neoliberal. In: CANETTIERI, Thiago *et al.* (Ed.). *Não são só quatro paredes e um teto: uma década de luta nas ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2020.

COSTA, Geraldo Magela. Exclusão sócio-espacial na era urbano-industrial: uma introdução ao tema. In: *VII Encontro Nacional da ANPUR, Anais...* Recife: MDU/UFPE, 1997. v. 2, p. 1421–1436.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Ed.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994. p. 51–77.

COSTA, Heloísa Soares de Moura; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Urbanização recente e disputa pelo espaço na dinâmica imobiliária metropolitana em Belo Horizonte. Caxambu, v. 17, 2010.

CRUZ-HERNÁNDEZ, Delmy Tania. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. *Solar: Revista de Filosofía Iberoamericana*, v. 12, n. 1, p. 35–46, 2016.

CRUZ, Mariana de Moura; SILVA, Natália Alves da. Intersections in subaltern urbanism: The narratives of women in urban occupations in Brazil. *Environment and Planning C: Politics and Space*, SAGE Publications, p. 1–17, 2019.

CRUZ, Tânia Mara. Gênero e culturas infantis: os clubinhos da escola e as trocinhas do Bom Retiro. *Educação e Pesquisa*, v. 38, n. 1, p. 63–78, 2012.

DAYRELL, Juarez; CARVALHO, Levindo Diniz; GEBER, Saulo. Os jovens educadores em um contexto de educação integral. In: MOLL, Jaqueline (Ed.). *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso Editora, 2009.

DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira *et al.* As experiências de infância na metrópole. *Infâncias na metrópole*, p. 19–46, 2008.

DESAI, Nikita. *A Different Freedom: Kite Flying in Western India; Culture and Tradition*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2010.

DUEK, C; LARGHI, S B; MOGUILLANSKY, M. Children New technologies and Gender: Towards the Definition of a Research Agenda. *Fonseca-Journal of Communication*, n. 14, p. 167–179, 2017.

FARAH, Ivete Mello Calil. Árvores e população: as relações que se estabelecem no contexto da cidade. *Paisagem e Ambiente*, n. 18, p. 99–120, 2004.

FARES, Lygia Sabbag *et al.* As políticas econômicas implementadas no Brasil durante a pandemia sob a perspectiva de gênero. *MADE/USP*, 2021.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica. *Educação & Sociedade*, SciELO Brasil, v. 26, p. 1013–1038, 2005.

FARIAS, Rhaisa Naiade Pael; MÜLLER, Fernanda. A cidade como espaço da infância. *Educação & Realidade*, SciELO Brasil, v. 42, p. 261–282, 2017.

FAUR, Eleonor. El cuidado infantil desde las perspectivas de las mujeres-madres. Un estudio en dos barrios populares del Área Metropolitana de Buenos Aires. *Las lógicas del cuidado infantil. Entre las familias, el Estado y el mercado*, IDES Buenos Aires, p. 107–164, 2012.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns. In: ____. São Paulo: Editora Elefante, 2022. cap. A luta das mulheres e a produção dos comuns urbanos.

FELTRAN, Gabriel de Santos. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia*, v. 53, n. 2, p. 565–610, 2010.

FERNANDES, Florestan. As" trocinhas" do bom Retiro. *Pro-posições*, v. 15, n. 1, p. 229–250, 2004.

FERNANDES, Natália. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. *Revista Brasileira de Educação*, SciELO Brasil, v. 21, p. 759–779, 2016.

FERNANDES, Natália; CAPUTO, Stella Guedes. Quem tem medo das imagens das crianças na pesquisa?–Contributos para a utilização de imagens na pesquisa com crianças. *Sociedad e Infancias*, Universidad Complutense de Madrid, n. 5, p. 5–19, 2021.

FERNANDES, Rosemary Aparecida Aquino. Interações entre famílias da ocupação Antonieta de Barros e uma escola municipal de educação infantil. 2019.

FERREIRA, Manuela; LIMA, Patrícia de Moraes; PIRES, Flávia Oliveira. Apresentação Dossiê Etnografia e Infância. *Zero-a-seis*, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 21, n. 40, p. 213–218, 2019.

FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2006.

FJP, Fundação João Pinheiro. Déficit habitacional no Brasil: 2016-2019. Belo Horizonte: FJP, 2021.

FLORES, Celia Lucia Baptista *et al.* O que as crianças falam sobre o museu... Florianópolis, SC, 2007.

FOERSTE, Gerda Margit Schütz; FERREIRA, Sônia Maria de Oliveira; ULIANA, Dulcemar da Penha Pereira. Cidades e infâncias: a criança vai ao museu. *Educação*, v. 41, n. 2, p. 168–176, 2018.

FOLBRE, Nancy. Measuring care: Gender, empowerment, and the care economy. *Journal of human development*, Taylor & Francis, v. 7, n. 2, p. 183–199, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Lisboa: Leya, 2014.

FRANZONI, Julia; ALVES, Natália; FARIA, Daniela. As bruxas da izidora: feminismos e acumulação por despossessão. In: CANETTIERI, Thiago *et al.* (Ed.). *Não são só quatro paredes e um teto: uma década de luta nas ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2020.

FRANZONI, Julia Ávila. *O direito & o direito: estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

FREITAS, Fábio Accardo de; COLARES, Elisa Sardão; GOUVEA, Maria Cristina Soares de de. Infâncias e agência política em ações coletivas e movimentos sociais latino-americanos. *Revista Linhas Críticas*, v. 27, 2021.

FROSSARD, Gabriela Corrêa. *Crianças nas ocupações urbanas: perspectivas projetáveis de design para o mundo real*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

GAGEN, Elizabeth A. Playing the part: performing gender in America's playgrounds. *Children's geographies: Playing, living, learning*, Routledge London, p. 213–229, 2000.

GAGO, Maria Veronica. *La potencia feminista: o el deseo de cambiarlo todo*. Madrid: Traficantes de sueños, 2019.

GALERA, Izabella. *Sobre outras revoluções possíveis: o lazer e a festa como forma de resistência nas ocupações urbanas da Izidora*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

GALERA, Izabella. O brincar, a festa e a revolta: outras formas de festa como forma de resistência nas ocupações urbanas da izidora. In: CANETTIERI, Thiago *et al.* (Ed.). *Não são só quatro paredes e um teto: uma década de luta nas ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2020.

GANZER, Adriana Aparecida. Eu começava a olhar uma coisa que me interessava e já tinha que olhar outra": refletindo entre a relação dialógica entre o museu de arte e a criança. *Criciúma: Apresentada originalmente como dissertação de Mestrado, Universidade do Extremo Sul Catarinense–UNESC*, 2007.

GEPEDISC, Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Diferenciação Sociocultural. *Infância e movimentos sociais*. Campinas: Edições Leitura Crítica, 2015.

GIROTTO, Eduardo Donizeti; OLIVEIRA, João Victor Pavesi de. Escola, território e desigualdade: Ampliando perspectivas teóricas e agendas de pesquisa. *Revista da ANPEGE*, v. 17, n. 32, p. 49–64, 2021.

GOBBI, Marcia Aparecida. Desenhos e fotografias: marcas sociais de infâncias. *Educar em Revista*, SciELO Brasil, p. 135–147, 2012.

GOBBI, Marcia Aparecida. Ocupações e infância: crianças, luta por moradia e culturas infantis na cidade de São Paulo (Occupations and childhood: children, struggle for housing and children's cultures in the city of São Paulo). *Crítica Educativa*, v. 2, n. 2, p. 9–24, 2016.

GOBBI, Marcia Aparecida. Quando limpam com fogo, como ficam as crianças? Vidas abreviadas, vidas breves. *Educação e Pesquisa*, SciELO Brasil, v. 45, 2019.

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos; PITO, Juliana Diamente. Sediciosas formas de viver: crianças, arte e cozinha na luta pelo direito à moradia. *Práxis Educacional*, v. 16, n. 40, p. 184–208, 2020.

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos; VICENTE, Paula Martins. Notas sobre uma pesquisa com crianças: interpelações do campo, ou, quando o presidente diz "e daí"? *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 28, p. 14–29, 2020.

GOBBI, Marcia Aparecida; PITO, Juliana Diamente; MELEÁN, Simone Maria Magalhães. Crianças e mulheres e nós-nada: reflexões a partir das vidas em despejo no acampamento Campo Grande do MST. *Zero-a-Seis*, v. 22, n. Especial, p. 1255–1280, 2020.

GOMES, Aline Regina. *Infância e relações de cuidado na escola pública de tempo integral*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação*, n. 21, p. 40–51, 2002.

GONÇALVES, Carolina Abrão. *Ser criança imigrante boliviana na Ocupação Prestes Maia: O cotidiano e os sonhos da infância*. Dissertação (Mestrado) — Universidade de São Paulo, 2018.

GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ, Martín Plascencia *et al.* *Infâncias: contextos de ação, interação e participação*. Brasília: Universidad Autónoma de Chiapas, Editora Universidade de Brasília, Editorial Universidad Surcolombiana, Universidad Nacional de Rosario, 2020.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Anjos sobre a Cidade: a criança de favela em seu mundo de cultura. 1990.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Infantia: entre a anterioridade e a alteridade. *Educação & Realidade*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 36, n. 2, p. 547–567, 2011.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de *et al.* O protagonismo infantil no interior de movimentos sociais contemporâneos no Brasil. *Sociedad e Infancias*, v. 3, p. 21–23, 2019.

GRAUE, M. Elizabeth; WALSH, Daniel J. *Studying children in context: Theories, methods, and ethics*. London: SAGE Publications, 1998.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, v. 22, n. 48, 2020.

HÄKLI, Jouni; KALLIO, Kirsi Pauliina. Theorizing children's political agency. *Establishing Geographies of Children and Young People*, p. 1–23, 2018.

HARKER, Christopher. Playing and affective time-spaces. *Children's Geographies*, Taylor & Francis, v. 3, n. 1, p. 47–62, 2005.

HERBERT, Claire W. Squatting for survival: Precarious housing in a declining US City. *Housing Policy Debate*, Taylor & Francis, v. 28, n. 5, p. 797–813, 2018.

HOLLAND, Alisha C. Forbearance. *American political science review*, Cambridge University Press, v. 110, n. 2, p. 232–246, 2016.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. [S.l.]: Editora Companhia das Letras, 2013.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, p. 193–210, 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INDISCIPLINAR. *Urbanismo Biopolítico*. 2021. Acesso em 31 de mar. 2022.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros*. 2017.

ISAÍAS, Thais Lopes Santana. *Mulheres em luta: feminismos e Direito nas ocupações da Izidora*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

ITDP Brasil. *Índice de Caminhabilidade 2.0: Ferramenta*. 2019. Disponível em: <http://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2019/05/Caminhabilidade_Volume-3_Ferramenta-ALTA.pdf>.

JAMES, Allison. Embodied being (s): Understanding the self and the body in childhood. In: *The body, childhood and society*. London: Springer, 2000. p. 19–37.

KALLIO, Kirsi Pauliina. Shaping subjects in everyday encounters: Intergenerational recognition in intersubjective socialisation. *Environment and Planning D: Society and Space*, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 35, n. 1, p. 88–106, 2017.

KATZ, Cindi. *Growing up global: Economic restructuring and children's everyday lives*. Minnesota: University of Minnesota Press, 2004.

KATZ, Cindi. Accumulation, excess, childhood: Toward a countertopography of risk and waste. *Documents d'anàlisi geogràfica*, v. 57, n. 1, p. 47–60, 2011.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1980. v. 44.

KRAMER, Sônia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. *Cadernos de pesquisa*, SciELO Brasil, n. 116, p. 41–59, 2002.

LANSKY, Samy. *Na cidade, com crianças: uma etno-grafia espacializada*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. São Carlos: Edusc, 2004.

LE-VEN, Michel Marie; NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania (1897-1990). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: C/Arte*, p. 75–106, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LIEBEL, Manfred. *Children's rights from below: Cross-cultural perspectives*. London: Springer, 2012.

LIEBEL, Manfred; MARKOWSKA-MANISTA, Urszula. Presentación. Cuestiones éticas y epistemológicas en la investigación con niños. *Sociedad e Infancias*, v. 5, p. 1–4, 2021.

LIMA, Mayumi Souza. A criança e a percepção do espaço. *Cadernos de Pesquisa*, n. 31, p. 73–80, 1979.

LIPIETZ, Alain. Globalização, reestruturação produtiva e impacto intra-urbano. *Seminário Políticas públicas para o manejo do solo: experiências e possibilidades. Polis, número especial*, n. 27, 1996.

LOPES, Frederico Alves. *À sombra desta mangueira: Ocupação Guarani Kaiowá sob protagonismo infantil*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

LOPES, Jader Janer Moreira. As crianças, suas infâcias e suas histórias: mas pode onde andam suas geografias? 2009.

LOPES, Jader Janer Moreira; FERNANDES, Maria Lidia Bueno. A criança e a cidade: contribuições da Geografia da Infância. *Educação*, v. 41, n. 2, p. 202–211, 2018.

LOPES, Jader Janer Moreira; FICHTNER, Bernd. O espaço de vida da criança: contribuições dos estudos de Marta Muchow às crianças e suas espacialidades. *Revista de Educação Pública*, v. 26, n. 63, p. 755–774, 2017.

LOPES, Jader Janer Moreira; VASCONCELLOS, Tânia. Geografia da infância: territorialidades infantis. *Currículo Sem Fronteiras*, UFF Niterói, v. 6, n. 1, p. 103–127, 2006.

LOURENÇO, Tiago. Seria este o fim de um ciclo? In: CANETTIERI, Thiago *et al.* (Ed.). *Não são só quatro paredes e um teto: uma década de luta nas ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2020.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. *Cidade ocupada*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, SciELO Brasil, v. 22, p. 935–952, 2014.

LUKASHOK, Alvin K; LYNCH, Kevin. Some childhood memories of the city. *Journal of the American Institute of Planners*, Taylor & Francis, v. 22, n. 3, p. 142–152, 1956.

MACHADO, Ana Flávia; PAGLIOTO, Bárbara Freitas; CUNHA, Maria Helena. O acesso de alunos de escolas públicas ao Circuito Liberdade: análise de um projeto piloto. *Educação em Revista*, SciELO Brasil, v. 32, p. 317–347, 2016.

MACHADO, Beatriz Ribeiro; OELZE, Fernando; LOPES, Orlando Soares. Vale mais que ouro em pó uma breve história da ocupação Dandara. In: CANETTIERI, Thiago *et al.* (Ed.). *Não são só quatro paredes e um teto: uma década de luta nas ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista brasileira de ciências sociais*, SciELO Brasil, v. 17, p. 11–29, 2002.

MARCHI, Rita de Cassia. Pesquisa Etnográfica com Crianças: participação, voz e ética. *Educação & Realidade*, SciELO Brasil, v. 43, p. 727–746, 2018.

MARÍA, Camila Ospina; LLOBET, Valeria; MARRE, Diana. *Pensar la infancia desde América Latina. Un estado de la cuestión*. Buenos Aires: Clacso, 2014.

MARTÍNEZ, Laura Victoria. Infancia, diferencia y desigualdad. Aportes en la clave de los feminismos poscoloniales. Universidad Veracruzana. Instituto de Investigaciones Historico-Sociales, 2015.

MARTÍNEZ, Miguel Angel López. Squatters and migrants in Madrid: Interactions, contexts and cycles. *Urban Studies*, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 54, n. 11, p. 2472–2489, 2016.

MARTÍNEZ, Miguel Angel López. The autonomy of struggles and the self-management of squats: legacies of intertwined movements. *Interface. A journal for and about social movements*, v. 11, n. 1, p. 178–199, 2019.

MARTINS, José de Souza. *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MELGAREJO, Patricia Medina. *Geografías de las infancias y movimientos sociales*: Dialogar con niñas y niños para descolonizar el presente. México: UPN, 2019.

MEZZADRA, Sandro; GAGO, Verónica. In the wake of the plebeian revolt: Social movements,'progressive'governments, and the politics of autonomy in Latin America. *Anthropological Theory*, SAGE Publications, v. 17, n. 4, p. 474–496, 2017.

MOLL, Jaqueline. *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso Editora, 2009.

MONTAGNA, Nicola; GRAZIOLI, Margherita. Urban commons and freedom of movement The housing struggles of recently arrived migrants in Rome. *Citizenship Studies*, Taylor & Francis, v. 23, n. 6, p. 577–592, 2019.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. *Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR*, v. 1994, p. 169–181, 1994.

MONTOYA, Angélica Rico; CARAVEO, Yolanda Corona; PATIÑO, Katia Núñez. La participación política de la niñez zapatista en Chiapas. Enseñanza y aprendizaje de la organización y la resistencia indígena. *Sociedad e Infancias*, Universidad Complutense de Madrid, v. 2, p. 79–101, 2018.

MORAES, Julia Oliveira *et al. Entre telas e teclas: a pesquisa-intervenção com crianças e adolescentes a partir da pandemia da Covid-19 - NO PRELO*. 2022.

MORALES, Santiago Joaquín; MAGISTRIS, Gabriela. *Niñez en movimiento. Del adultocentrismo a la emancipación*. Cidade Autônoma de Buenos Aires: Ternura Revelde, Chirimbote, el Colectivo, 2018.

MORALES, Santiago Joaquín; SHABEL, Paula Nurit. El Gritazo. Análisis de una manifestación de niños y niñas por su derecho a trabajar ya participar. *Millcayac*, Universidad Nacional de Cuyo, v. 7, n. 12, p. 319–341, 2020.

MÜLLER, Fernanda. Mobilidade urbana de crianças: agenda de pesquisa e possibilidades de análise. *Educação*, v. 41, n. 2, p. 177–188, 2018.

MÜLLER, Fernanda; DELGADO, Ana Cristina Coll; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. A participação das crianças nas festividades brasileiras. *Revista Educação em Questão*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 29, n. 15, p. 122–148, 2007.

MUNIZ, Maria Cristina Soto. *Passeios com crianças: cidade em tensão*. Tese (Doutorado) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz Débora Pinheiro Santos. *Infância em ocupação urbana: reflexões sobre resiliência*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Amazonas, 2019.

NASCIMENTO, Denise Morado. A autoconstrução na produção do espaço urbano. *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: Ed. C/Arte*, p. 217–230, 2011.

NASSIF-PIRES, Luiza; CARDOSO, Luisa; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza. *Nota de Política Econômica*, v. 10, 2021.

NUNES, Ângela. No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças a'uwe-xavante. *Crianças indígenas: ensaios antropológicos. São Paulo: Global*, p. 64–100, 2002.

OLIVEIRA, Assis da Costa. *Juventudes Indígenas: Mobilizações por Direitos em Perspectiva Descolonial*. Tese (Doutorado) — Universidade de Brasília, 2020.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. Auxílio Emergencial na Pandemia da Covid-19: atuação do legislativo para a redução de vulnerabilidades. *E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, v. 14, n. Esp, p. 182–193, 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos estudos CEBRAP*, SciELO Brasil, n. 74, p. 67–85, 2006.

OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e" paparicação". *Educação em Revista*, SciELO Brasil, v. 26, p. 209–226, 2010.

OLWIG, Karen Fog; GULLØV, Eva. Children's places. *Cross-cultural perspectives*, 2003.

ONU, ONU Mulheres. *Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de COVID-19*. 2020. Informe v2 15.10.2020.

OSWELL, David. *The agency of children: From family to global human rights*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

PAOLINELLI, Marina Sanders; CANETTIERI, Thiago. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. In: CANETTIERI, Thiago *et al.* (Ed.). *Não são só quatro paredes e um teto: uma década de luta nas ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2020.

PARGA, José Sánchez. *Orfandades infantiles y adolescentes: introducción a una sociología de la infancia*. [S.l.]: Editorial Abya Yala, 2004.

PASTORE, Marina Di Napoli. Brincar-brinquedo, criar-fazendo: entrelaçando pluriversos de infâncias e crianças desde o sul de Moçambique. Universidade Federal de São Carlos, 2020.

PBH, Prefeitura de Belo Horizonte. *Lei 11.181/2019*. 2019. Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências.

PBH, Prefeitura de Belo Horizonte. *Marco da Política de Reassentamento - Versão Preliminar*. 2021. Política de Redução de Riscos de Inundações e Melhorias Urbanas na Bacia do Ribeirão do Isidoro.

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas, trad.* São Paulo: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

PIEROBON, Camila. *Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate*. Tese (Doutorado) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

PIMENTEL, ÁLAMO. Brincadeiras de rua, convivência urbana e ecologia dos saberes. *Revista Brasileira de Educação*, SciELO Brasil, v. 20, p. 703–721, 2015.

PIORSKI, Gandhy. *Brinquedos do chão: a natureza, o imaginário e o brincar*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2016.

PIRES, Flávia. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. *Revista de Antropologia*, SciELO Brasil, v. 50, p. 225–270, 2007.

PIRES, Flávia Ferreira; JARDIM, George Ardilles da Silva. Geração bolsa família escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, SciELO Brasil, v. 29, p. 99–112, 2014.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Por uma concepção amefricana de direitos humanos. *Direitos Humanos e Cidadania no Constitucionalismo Latino-Americano*, v. 1, p. 235–255, 2016.

PORTO, Raquel Cristina Ferreira; MORAIS, Christianni Cardoso; CARVALHO, Levindo Diniz. "Cada um merece saber a história de onde vive": o Museu Regional de São João Del-Rei na perspectiva das crianças. *Humanidades & Inovação*, v. 8, n. 32, p. 335–352, 2021.

PROUST, Françoise; DEUTSCHER, Penelope. Introduction to de la résistance. *Hypatia*, Cambridge University Press, v. 15, n. 4, p. 18–22, 2000.

PRUIJT, Hans. The logic of urban squatting. *International journal of urban and regional research*, Wiley Online Library, v. 37, n. 1, p. 19–45, 2013.

PUNCH, Samantha. Research with children: The same or different from research with adults? *Childhood*, Sage Publications London, v. 9, n. 3, p. 321–341, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú indígena*, Lima, v. 13, n. 29, p. 11–20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, EDGARDO. *A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e pesquisa*, SciELO Brasil, v. 36, p. 631–644, 2010.

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

RAMALHO, Bárbara Bruna Moreira. *A escola dos que (não) são: concepções e práticas de uma educação (anti) colonial*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

RAÚL, Zibechi. *Territorios en resistencia: Cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas*. Buenos Aires: Lavaca, 2007.

ROCHA, Edmar José da; ROSEMBERG, Fúlvia. Autodeclaração de cor e/ou raça entre escolares paulistanos (as). *Cadernos de Pesquisa*, SciELO Brasil, v. 37, n. 132, p. 759–799, 2007.

ROCHA, Maria Aparecida Rodrigues da; NOGUEIRA, Vera Lúcia. A atuação do Professor Coordenador Pedagógico na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte: o desafio da intersetorialidade. *INTERFACES DA EDUCAÇÃO*, v. 11, n. 33, p. 419–437, 2020.

ROLNIK, Raquel *et al.* Como fazer valer o direito das mulheres à moradia. *Relatoria especial da ONU para o direito a moradia. Sao Paulo: LabCidade| FAUUSP*, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. *Cadernos de pesquisa*, SciELO Brasil, v. 40, n. 141, p. 693–728, 2010.

SAEGERT, Susan; CLARK, Helen. Opening Doors: What a Right to Housing Means for Women. *A Right to Housing: Foundation for a New Social Agenda*, Temple University Press Philadelphia, p. 296–315, 2006.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Autêntica, 2016.

SANTOS, Eline Limeira dos. *Ocupação Santa Maria: conflitos, infâncias e brincadeiras*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Sergipe, 2017.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. Brincando na maré: Infância e brincadeiras em novos alagados. In: CARVALHO, Ana *et al.* (Ed.). *Brincadeira e cultura:viajando pelo Brasil que brinca - brincadeiras de todos os tempos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

SANTOS, Milton. O território e o Saber Local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, v. 2, p. 15–25, 1999.

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. *Ciência e cultura*, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 54, n. 2, p. 21–22, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: EdUSP, 2002.

SANTOS, Sandro Vinicius Sales; SILVA, Isabel de Oliveira e. Relações de gênero na Educação Infantil: estrutura e agência no processo de construção de sentidos sobre ser menino e ser menina. *Educar em Revista*, v. 36, p. 1–24, 2020.

SANTOS, Sandro Vinicius Sales dos; GARCÍA, Joaquín Ramos. Todas as diferenças cabem no mundo, inclusive, professores homens na educação infantil. *Zero-a-seis*, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 22, n. 42, p. 313–321, 2020.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância e cidade: restrições e possibilidades. *Educação*, v. 41, n. 2, p. 232–240, 2018.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. 1994.

SARTI, Cynthia Andersen. A continuidade entre casa e rua no mundo da criança pobre. *Revista Brasileira Crescimento Desenvolv. hum*, v. 5, n. 1/2, p. 39–47, 1995.

SCHECHNER, Richard. *The future of ritual: Writings on culture and performance*. [S.l.]: Routledge, 2003.

SHABEL, Paula Nurit. "Venimos a jugar ya luchar". Participación política de niños y niñas en organizaciones sociales. Universidad de Buenos Aires, 2016.

SHABEL, Paula Nurit. "Porque nos daba bronca". Las emociones en la producción de la acción política de niños/as en una casa tomada. *Revista de Antropología Social*, Universidad Complutense de Madrid, v. 28, n. 1, p. 117, 2019.

SILVA, Isabel de Olveira e; LUZ, Iza Rodrigues da; CARVALHO, Levindo Diniz. *Infância e pandemia na região metropolitana de Belo Horizonte: primeiras análises*. Belo Horizonte: UFMG, FaE, NEPEI, 2021.

SILVA, Lucilene Ferreira da. *Música tradicional da infância - características, diversidade e importância na educação musical*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Campinas, 2016.

SILVA, Lisandra Mara. *Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

SILVA, Maria Beatriz; VIEIRA, Lívia. Frequência escolar na educação infantil. *Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade*, v. 29, n. 60, p. 287–307, 2020.

SILVA, Peterson Rigato da; SILVA, Tassio José da; FINCO, Daniela. Gender relations, early childhood education and political changes in Brazil: Contributions to a state of the art. *Cadernos Pagu*, n. 58, p. 1–27, 2020.

SILVA, Rogerio Correia da. *Circulando com os meninos: infância, participação e aprendizagens de meninos indígenas Xakriabá*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

SIQUEIRA, Paula. "Ser afetado", de Jeanne Favret-Saada. *Cadernos de Campo*, v. 13, n. 13, p. 155–161, 2005.

SOMARRIBA, Mercês. Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte. In: NEVES, Magda de Almeida; DULCI, Otávio Soares (Ed.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

SOUSA, Emilene Leite de. *Umbigos enterrados: corpo, pessoa e identidade Capuxu através da infância*. Florianópolis: Editora UFSC, 2017.

SOUZA, Marcos Felipe Sudré. *A festa e a cidade: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano*. Tese (Doutorado) — Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Yvone Costa de. *Crianças negras: deixei meu coração embaixo da carteira*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005. v. 12.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPYROU, Spyros. Disclosing childhoods. In: ____. *Disclosing childhoods*: Research and knowledge production for a critical childhood studies. 1. ed. London: Palgrave Macmillan, 2018. p. 1–14.

STENGERS, Isabelle. Para além da grande separação, tornamo-nos civilizados? *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente*, Ediçoes Afrontamento, p. 125–142, 2003.

SUDECAP, Superintendência de Desenvolvimento da Capital. *Moradores da região Norte ganham área de lazer e esporte totalmente revitalizada*. 2022.

TAFT, Jessica K. Continually Redefining Protagonismo: The Peruvian movement of working children and political change, 1976–2015. *Latin American Perspectives*, SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 46, n. 5, p. 90–110, 2019.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. Infâncias e o direito à cidade em São Gonçalo: investigando a participação de crianças na cidade. *Práxis Educacional*, v. 16, n. 40, p. 164–183, 2020.

TELES, Maria Amélia Almeida. A participação feminista na luta por creches. In: FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Ed.). *Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora*. Campinas: Edições Leitura Crítica, 2015.

TIRIBA, Léa. Crianças, natureza e educação infantil. *Anais da*, v. 29, 2005.

TOFANELLI, Vivian. Experiências cotidianas e 303 o cotidiano como experiência o trabalho com a agroecologia nas ocupações urbanas. In: CANETTIERI, Thiago *et al.* (Ed.). *Não são só quatro paredes e um teto: uma década de luta nas ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2020.

TONUCCI-FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

TOREN, Christina. *Making Sense of Hierarchy: Cognition as Social Process in Fiji: Fijian Hierarchy and Its Constitution in Everyday Ritual Behavior*. London: Routledge, 2020.

TORRES-VELÁZQUEZ, Eliud. *Cotidianidad y participación infantil política en una organización urbana de la Ciudad de México*. Tese (Doutorado) — Universidad Autónoma Metropolitana, 2015.

TORRES-VELÁZQUEZ, Eliud. La fiesta y la protesta en Latinoamérica: la irrupción de los niños y niñas indígenas como actores políticos. In: *XIV Congreso Latinoamericano de Antropología*. Cidade do México: [s.n.], 2015.

TORRES-VELÁZQUEZ, Eliud. Aprendiendo a organizarse en la Ciudad de México: las comisiones infantiles en la OPFVII1. In: MELGAREJO, Patricia Medina (Ed.). México: UPN, 2019.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, Vozes Petrópolis, v. 3, p. 75–103, 2000.

VASUDEVAN, Alexander. Autonomous Urbanisms and the Right to the City: Squatting and the Production of the Urban Commons in Berlin. In: *Green Utopianism*. [S.l.]: Routledge, 2014. p. 217–237.

VASUDEVAN, Alexander. The autonomous city: Towards a critical geography of occupation. *Progress in Human Geography*, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 39, n. 3, p. 316–337, 2015.

VEIGA, Cynthia Greive; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. *Educacao e Pesquisa*, v. 26, n. 1, p. 135–160, 2000.

VELOSO, Clarissa dos Santos; ANDRADE, Luciana Teixeira de. Circuito Cultural Praça da Liberdade: turismo e narrativas museológicas. *RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo*, v. 5, p. 5–17, 2015.

VELOSO, Marília Tuler. *Crianças na cidade-participação infantil no planejamento e gestão das cidades: novas espacialidades, autonomia, possibilidade*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na educação infantil: Uma questão de gênero e poder. *Cadernos Pagu*, n. 33, p. 265–283, 2010.

VIECELI, Cristina Pereira. *Mulheres chefes de família e a vulnerabilidade à pobreza*. 2020. Acesso em 07 de mai. 2022. Disponível em: <https://contee.org.br/mulheres-chefes-de-familia-e-a-vulnerabilidade-a-pobreza/>.

VIEIRA, Lívia Maria Fraga; MELO, Regina Lúcia Couto de. A creche comunitária "Casinha da Vovó": Prática de manutenção/Prática de Educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 62, p. 60–78, 1987.

WINNICOTT, Donald Woods. *Playing and reality*. New York: Psychology Press, 1971.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, v. 11, n. 22, p. 271–292, 2012.

Apêndices

APÊNDICE A – LISTA COM NOMES DE RUAS DE OCUPAÇÕES ATRIBUÍDOS AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Nomes atribuídos aos sujeitos da ocupação	Nomes de rua	Ocupação
ANTÔNIO	Rua Santo Antônio	Dandara
BEATRIZ	Rua Beatriz Estephany	Dandara
CAMILO	Rua Camilo Torres	Dandara
CARLOS	Rua Carlos Marighela	Rosa Leão
CAROLINA	Rua Carolina de Jesus	Vitória
CÉLIO	Rua Dr. Célio de Castro	Rosa Leão
DANDARA	Rua Dandara	Rosa Leão
DIVA	Rua Diva	Tomás Balduíno
DOROTHY	Rua Irmã Dorothy	Dandara
ELDER	Dom Elder Câmara	Rosa Leão
EMANUEL	Rua Emanuel Bezerra dos Santos	Rosa Leão
ESMERALDA	Rua Esmeralda	Esperança
ESTEPHANY	Rua Beatriz Estephany	Dandara
FÁBIO	Rua Prof. Fábio Alves	Dandara
FRANCISCO	Rua São Francisco de Assis	Dandara
GERALDO	Rua Geraldo Orozimbo	Dandara
GILVANDER	Rua Frei GIlvander	Rosa Leão
GONÇALVES	Rua Gonçalves	Dandara
HELENA	Rua Helena Greco	Helena Grecco
IARA	Rua Iara Iavelberg	Rosa Leão
ISABEL	Rua Maria Isabel Rezende	Dandara
JAIR	Rua Jair Rodrigues	Esperança
JASMIM	Rua Jasmins	Tomás Balduíno
JOANA	Rua Joana Dark	Rosa Leão
JOSIAS	Rua Josias Silva Nascimento	Rosa Leão
JÚLIO	Rua Júlio César	Rosa Leão
LEILA	Rua Leila Diniz	Rosa Leão
MARIA	Rua Maria Diarista	Dandara
MENDES	Rua Chico Mendes	Dandara
MILTON	Rua Milton Santos	Dandara
NELSON	Rua Nelson Mandela	Dandara
OSCAR	Rua Oscar Romero	Rosa Leão
PAULO	Rua Paulo Freire	Rosa Leão
PEDRO	Rua Pedro Pomar	Rosa Leão
PIRES	Rua Dom José Maria Pires	Dandara
ROSA	Av. Rosa Leão	Rosa Leão
SIMON	Rua Simon Bolivar	Rosa Leão
VITÓRIA	Rua Vitória	Tomás Balduíno
ZILDA	Rua Zilda Arnes	Dandara

APÊNDICE B – LISTA DE ENTREVISTAS

ADRIANO. Equipamento: Centro Cultural. Data de realização: 18/11/2020. Duração: 52min51seg. Formato: Videoconferência.

CAMILO. Pai e morador da ocupação. Equipamento: Escola. Data de realização: 20/11/2020. Duração: 42min36seg. Formato: Presencial.

CAROLINA. Mãe e moradora da ocupação. Data de realização: 19/11/2020. Duração: 36min07seg. Formato: Presencial.

CÉLIA. Equipamento: EMEI. Data de realização: 10/11/2020. Duração: 1hr09min07seg. Formato: Videoconferência.

DIVA. Mãe e moradora da ocupação. Data de realização: 22/11/2020. Duração: 28min57seg.

DOROTHY. Mãe e moradora da ocupação. Data de realização: 19/11/2020. Duração: 46min41seg. Formato: Presencial.

EDNA. Equipamento: CRAS. Data de realização: 20/04/2021. Duração: 1hr25min53seg. Formato: Videoconferência.

ESMERALDA. Mãe e moradora da ocupação. Data de realização: 17/11/2020. Duração: 23min12seg. Formato: Presencial.

FRANCISCO. Pai e morador da ocupação. Data de realização: 16/11/2020. Duração: 1hr02min38seg. Formato: Presencial.

IARA. Coordenadora e moradora da ocupação. Data de realização: 17/05/2021. Duração: 55min43seg. Formato: Presencial.

INARA. Equipamento: Escola. Data de realização: 12/11/2020. Duração: 38min57seg. Formato: Videoconferência.

LEILA. Mãe e moradora da ocupação. Equipamento: Escola. Data de realização: 26/11/2020. Duração: 1hr13min09seg. Formato: Videoconferência.

MARIA. Mãe e moradora da ocupação. Data de realização: 17/11/2020. Duração: 1hr45min02seg. Formato: Presencial.

MARLUCE. Equipamento: CRAS. Data de realização: 15/04/2021. Duração: 58min33seg. Formato: Videoconferência.

MÔNICA, GERUSA E LÍDIA. Equipamento: Centro de Saúde. Data de realização: 25/11/2021. Duração: 59min31seg. Formato: Videoconferência.

RENATA. Equipamento: Escola. Data de realização: 05/11/2020. Duração: 1hr09min29seg. Formato: Presencial.

APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO PARA CRIANÇAS

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA AS CRIANÇAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Você está sendo convidada(o) para participar da pesquisa "Aproximações do universo infantil em uma ocupação urbana na periferia de Belo Horizonte". Neste estudo, queremos passar um tempo com vocês, crianças moradoras da Ocupação Rosa Leão, para entender como brincam, caminham, ocupam e vivem no espaço.

Sua(seu) pai/mãe/responsável permitiu que você participasse desta pesquisa. Sua participação é muito importante, mas você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu. Você não terá nenhum gasto com essa pesquisa e nem receberá nada para participar dela.

Para fazer a pesquisa, iremos passar um tempo com você, com sua família e com outras crianças durante algumas atividades de seu dia-a-dia. Também iremos fazer filmagens, fotografias, desenhos e brincadeiras. Estaremos sempre anotando em um caderno algumas coisas para não nos esquecermos depois. Ainda, vamos fazer entrevistas com adultas(os), incluindo pessoas da sua família e da vizinhança.

Não queremos causar nenhum desconforto durante a pesquisa e faremos de tudo para que você não se sinta envergonhada(o). Você pode deixar de participar da pesquisa a qualquer momento e, caso você se sinta desconfortável com alguma atividade, você poderá falar com a gente pessoalmente ou pelos telefones escritos no final desta folha.

Todo o material que vamos produzir (áudios, fotografias, filmagens, desenhos e notas de campo) vai ser utilizado somente para a divulgação da pesquisa. Nós, pesquisadoras, vamos guardar esse material por 05 (cinco) anos. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos para outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Além disso, qualquer traço de seus registros (desenhos, vídeos e fotografias) que identifique outras pessoas e suas atividades não será divulgado.

Quando a pesquisa terminar, todo esse material vai resultar em um trabalho que vamos apresentar na Universidade, além de outros trabalhos, como textos, artigos e relatórios. Você poderá escolher com qual nome deseja estar nesses trabalhos.

Você vai ficar com uma versão desse papel e, se tiver alguma dúvida, pode nos perguntar pessoalmente ou pelos telefones escritos no final da folha.

RUBRICA	

Caso você tenha vontade de participar da pesquisa "Aproximações do universo infantil em uma ocupação urbana na periferia de Belo Horizonte", assine a autorização abaixo.

Eu, _____, entendi que posso dizer "sim" e participar desta pesquisa, mas que, a qualquer momento, posso dizer "não" e desistir e que não haverá problema nenhum nisso. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. As pesquisadoras tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis.

Concordo que os seguintes materiais produzidos por mim na pesquisa poderão ser utilizados para a sua divulgação:

[ ] áudios [ ] fotografias [ ] filmagens [ ] desenhos [ ] notas de campo

Recebi uma versão deste documento e li e concordo em participar da pesquisa.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura da criança

_____
Luciana Maciel Bizzotto
(Pesquisadora)

_____
Maria Cristina Soares de Gouvea
(Pesquisadora)

Em caso de dúvidas com relação à pesquisa e/ou aos aspectos éticos deste estudo, você poderá contatar imediatamente o COEP - Comitê de Ética em Pesquisa. Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005; Campus Pampulha; Belo Horizonte, MG – Brasil; CEP.: 31270-901; E-mail: coep@prpq.ufmg.br ; Telefone: (31) 3409-4592.

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA MÃES, PAIS E/OU RESPONSÁVEIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MÃES, PAIS E/OU RESPONSÁVEIS

Você e sua(seu) filha(o) estão sendo convidadas(os) como voluntárias(os) a participarem da pesquisa "Aproximações do universo infantil em uma ocupação urbana na periferia de Belo Horizonte". Para que você e a criança possam participar deste estudo, a(o) Sra.(Sr.) deverá autorizar e assinar este termo de consentimento.

Neste estudo, pretendemos analisar as relações que as crianças moradoras da Ocupação Rosa Leão estabelecem entre si, com as demais gerações de moradoras(es) e com o espaço ocupado. O motivo que nos leva a pesquisar essa questão é principalmente a importância que as ocupações urbanas tem adquirido no cenário de luta na nossa cidade. Entendemos que as crianças, por meio de suas famílias, têm assumido um papel central nesse processo e gostaríamos de entender melhor como isso afeta ou não suas relações no dia a dia.

De modo geral, para o presente estudo adotaremos os seguintes procedimentos:

- ❏ observação no ambiente da ocupação junto às crianças e registro das observações, com anotações em um caderno de campo;
- ❏ realização de filmagens, fotografias, brincadeiras e desenhos juntamente com as crianças na Ocupação Rosa Leão;
- ❏ realização de entrevistas com os responsáveis legais pela criança, demais moradoras(es), lideranças e coordenadoras(es) da Ocupação Rosa Leão.

A AUTORIZAÇÃO da participação da criança pela qual a(o) Sra.(Sr.) é o(a)responsável legal, portanto, será o procedimento que envolve diretamente a sua colaboração. Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecida(o) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para autorizar ou não a participação da criança. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento.

A participação nesta pesquisa é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pela pesquisadora. Todo o material produzido na pesquisa (arquivos eletrônicos de armazenamento, desenhos e notas de campo) será utilizado exclusivamente para fins de divulgação da pesquisa. Esse material será devidamente arquivado pelo período de 05 (cinco) anos.

A pesquisadora irá tratar a identidade dos participantes da pesquisa com padrões profissionais de sigilo, de modo que em hipótese alguma o(a) participante será identificado(a) pelo seu nome original em qualquer publicação que possa resultar deste estudo. Você deverá escolher o nome ao qual será referenciado nos resultados da pesquisa, os quais estarão à sua disposição quando finalizados.

RUBRICA	

A fim de minimizar qualquer risco de desconforto durante a pesquisa, a pesquisadora agirá de maneira extremamente respeitosa e ética. Devido ao caráter da investigação, há riscos de que os sujeitos de pesquisa não se sintam à vontade ou possuam lembranças desagradáveis ao longo da entrevista. Assim, a pesquisa poderá ser suspensa, a qualquer momento, a pedido dos sujeitos pesquisados. Ainda, serão eliminados quaisquer traços que identifiquem outras pessoas e suas atividades nos registros das crianças (desenhos, vídeos e fotografias) através do uso de filtros de imagem. Caso haja danos decorrentes da pesquisa, as pesquisadoras assumirão a responsabilidade pelos mesmos.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma via será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos do estudo "Aproximações do universo infantil em uma ocupação urbana na periferia de Belo Horizonte" de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão sobre a participação nesta pesquisa, se assim o desejar.

Declaro que autorizo a criança _____ a participar deste estudo e autorizo que os seguintes materiais por ela produzidos poderão ser utilizados para a sua divulgação:

[ ] áudios [ ] fotografias [ ] filmagens [ ] desenhos [ ] notas de campo

Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura da(o) Responsável

_____
Luciana Maciel Bizzotto
(Pesquisadora)

_____
Maria Cristina Soares de Gouvea
(Pesquisadora)

Em caso de dúvidas com relação à pesquisa e/ou aos aspectos éticos deste estudo, você poderá contatar imediatamente o COEP - Comitê de Ética em Pesquisa. Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005; Campus Pampulha; Belo Horizonte, MG – Brasil; CEP.: 31270-901; E-mail: coep@prpq.ufmg.br ; Telefone: (31) 3409-4592.

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA ADULTOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ADULTOS

Você está sendo convidada(o) como voluntária(o) a participar da pesquisa "Aproximações do universo infantil em uma ocupação urbana na periferia de Belo Horizonte". Para participar deste estudo, você deverá autorizar e assinar este termo de consentimento.

Neste estudo, pretendemos analisar as relações que as crianças moradoras da Ocupação Rosa Leão estabelecem entre si, com as demais gerações de moradoras(es) e com o espaço ocupado. O motivo que nos leva a pesquisar essa questão é principalmente a importância que as ocupações urbanas tem adquirido no cenário de luta na nossa cidade. Entendemos que as crianças, por meio de suas famílias, têm assumido um papel central nesse processo e gostaríamos de entender melhor como isso afeta ou não suas relações no dia a dia.

De modo geral, para o presente estudo adotaremos os seguintes procedimentos:

- observação no ambiente da Ocupação Rosa Leão junto às crianças e registros das observações, com anotações em um caderno de campo;
- realização de filmagens, fotografias, brincadeiras e desenhos juntamente com as crianças na Ocupação Rosa Leão;
- realização de entrevistas com os responsáveis legais pela criança, demais moradoras(es), lideranças e apoiadoras(es) da Ocupação Rosa Leão e profissionais de saúde que atuam na região.

A ENTREVISTA será o procedimento que envolve diretamente a sua colaboração. Para participar deste estudo a(o) Sra.(Sr.) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecida(o) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para retirar seu consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento.

A participação nesta pesquisa é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pela pesquisadora. Todo o material produzido na pesquisa (arquivos eletrônicos de armazenamento, desenhos e notas de campo) será utilizado exclusivamente para fins de divulgação da pesquisa. Esse material será devidamente arquivado pelo período de 05 (cinco) anos.

A pesquisadora irá tratar a identidade dos participantes da pesquisa com padrões profissionais de sigilo, de modo que em hipótese alguma o(a) participante será identificado(a) pelo seu nome original em qualquer publicação que possa resultar deste estudo. Você deverá escolher o nome ao qual será referenciado nos resultados da pesquisa, os quais estarão à sua disposição quando finalizados. Qualquer traço de seus registros (vídeos e fotografias) que identifique outras pessoas e suas atividades será eliminado através do uso de filtros de imagem, sendo garantida a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

RUBRICA	

A fim de minimizar qualquer risco de desconforto durante a pesquisa, a pesquisadora agirá de maneira extremamente respeitosa e ética. Devido ao caráter da investigação, há riscos de que os sujeitos de pesquisa não se sintam à vontade ou possuam lembranças desagradáveis ao longo da entrevista.Assim, a pesquisa poderá ser suspensa, a qualquer momento, a pedido dos sujeitos pesquisados. Ainda, caso haja danos decorrentes da pesquisa, as pesquisadoras assumirão a responsabilidade pelos mesmos.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma via será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos do estudo "Aproximações do universo infantil em uma ocupação urbana na periferia de Belo Horizonte" de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão sobre a participação nesta pesquisa, se assim o desejar.

Concordo que os seguintes materiais produzidos por mim na pesquisa poderão ser utilizados para a sua divulgação:

[ ] áudios [ ] fotografias [ ] filmagens [ ] desenhos [ ] notas de campo

Declaro que aceito participar deste estudo.

Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nos resultados desta pesquisa, desejo ser referenciado pelo nome _____.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura da(o) Participante da Pesquisa

_____
Luciana Maciel Bizzotto
(Pesquisadora)

_____
Maria Cristina Soares de Gouvea
(Pesquisadora)

Em caso de dúvidas com relação à pesquisa e/ou aos aspectos éticos deste estudo, você poderá contatar imediatamente o COEP - Comitê de Ética em Pesquisa (Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005; Campus Pampulha; Belo Horizonte, MG – Brasil; CEP.: 31270-901; E-mail: coep@prpq.ufmg.br ; Telefone: (31) 3409-4592) ou o CEP/SMSA - Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte (Rua Frederico Bracher Júnior 103/ 305. Padre Eustáquio, Belo Horizonte, CEP: 30.720-000. Telefone: 3277- 9281).